Atitudes Sociais dos Portugueses 7

FAMÍLIA E GÉNERO EM PORTUGAL E NA EUROPA

Karin Wall
Lígia Amâncio
(organizadoras)

ICS

ICS
Imprensa
de Ciências
Sociais

Atitudes Sociais dos Portugueses

Colecção dirigida por Jorge Vala e Manuel Villaverde Cabral

Volumes publicados:

1 Trabalho e Cidadania
Organização: Manuel Villaverde Cabral, Jorge Vala e João Freire

2 Religião e Bioética
Organização: José Machado Pais, Manuel Villaverde Cabral e Jorge Vala

3 Desigualdades Sociais e Percepções de Justiça
Organização: Manuel Villaverde Cabral, Jorge Vala e André Freire

4 Ambiente e Desenvolvimento
Organização: Luísa Lima, Manuel Villaverde Cabral, Jorge Vala e Alice Ramos

5 Valores Sociais: Mudanças e Contrastes em Portugal e na Europa
Organização: Jorge Vala, Manuel Villaverde Cabral e Alice Ramos

6 Contextos e Atitudes Sociais na Europa
Organização: Jorge Vala e Anália Torres

Acesso à base de dados

Os dados que serviram de suporte aos capítulos que constituem o presente volume são de acesso livre e podem ser obtidos através do seguinte endereço electrónico: www.atitudessociais.org

Atitudes Sociais dos Portugueses 7

Família e Género em Portugal e na Europa

Karin Wall
Lígia Amâncio
(organizadoras)

ICS Imprensa de Ciências Sociais

Imprensa de Ciências Sociais

Instituto de Ciências Sociais
da Universidade de Lisboa

Av. Prof. Aníbal de Bettencourt, 9
1600-189 Lisboa- Portugal
Telef. 21 780 47 00 – Fax 21 794 02 74

www.ics.ul.pt/imprensa
E-mail: imprensa@ics.ul.pt

Instituto de Ciências Sociais – Catalogação na Publicação
Família e género em Portugal e na Europa / organizadoras Karin Wall,
Lígia Amâncio. – Lisboa: ICS.
Imprensa de Ciências Sociais, 2007. – (Atitudes Sociais dos Portugueses; 7)
ISBN 978-972-671-203-9
CDU 316.356

RESPEITE OS DIREITOS DE AUTOR
NÃO FOTOCOPIE LIVROS

Capa: João Segurado
Paginação: Instituto de Ciências Sociais
Revisão: Soares de Almeida
Impressão e acabamento: Tipografia Guerra – Viseu
Depósito legal: 261 835/07
1.ª edição: Novembro de 2007

Índice

As autoras 17

Introdução 21
Karin Wall

Capítulo 1
Clivagens e continuidades de género face aos valores da vida familiar em Portugal e noutros países europeus 35
Sofia Aboim

Capítulo 2
Família, género e articulação entre trabalho e vida privada: comparação dos casos britânico e português 93
Rosemary Crompton, Clare Lyonette

Capítulo 3
O *stress* na relação trabalho-família: uma análise comparativa .. 129
Maria das Dores Guerreiro, Helena Carvalho

Capítulo 4
Género e divisão do trabalho doméstico – o caso português em perspectiva 181
Lígia Amâncio

Capítulo 5
Atitudes face à divisão familiar do trabalho em Portugal e na Europa 211
Karin Wall

Capítulo 6
O estudo das atitudes perante a família numa perspectiva comparativa 259
Alice Ramos

Bibliografia 275

Índice de quadros e figuras

Quadros

1.1 Atitudes face à vida familiar segundo o sexo, Portugal 42
1.2 Atitudes face à vida familiar segundo a idade e o sexo, Portugal . . 50
1.3 Atitudes face à vida familiar segundo a escolaridade e o sexo, Portugal 51
1.4 Índice global de atitudes face à vida familiar, segundo o sexo, nos sete países 63
1.4a Variância do índice de atitudes face à vida familiar 64
1.5 Principais dimensões das clivagens entre homens e mulheres 65
1.6 Análise de componentes principais sobre os nove índices para os homens e as mulheres de cada país 66
1.7 Caracterização social da população inquirida nos sete países segundo o sexo e o país. 70
1.8 Perfil dos países segundo o cruzamento entre atitudes e práticas de emprego feminino 71
1.9 Determinantes das atitudes face à vida familiar, segundo o sexo, no conjunto dos sete países. 74
1.10 Determinantes das atitudes face à vida familiar, segundo o sexo, em cada um dos sete países 76
1.11 Índices de atitudes face à vida familiar – médias por país em quinze países europeus 88
1.12 Caracterização da população nos quinze países 89
1.13 Caracterização da população nos quinze países (continuação) . . 90
1.14 Descrição dos códigos das variáveis utilizadas nas regressões lineares 91
2.1 Níveis de educação e classe por país. 99
2.2 Regime de trabalho por sexo e por país 99
2.3 Ênfase dada à vida familiar e atitudes face aos papéis de género por sexo 101

2.4 Atitudes sobre papéis de género por classe e por sexo: «compete ao homem ganhar dinheiro e à mulher cuidar da casa e da família?» 104
2.5 Atitudes face à participação do homem nas tarefas do lar por sexo e por classe 106
2.6 Atitudes face à participação do homem nos cuidados às crianças por sexo e por classe 106
2.7 Chefe compreensivo por classe e por sexo. 108
2.8 Dificuldades para os outros por sexo e por classe 109
2.9 Faltar ao trabalho por classe e por sexo 110
2.10 Importância pessoal do percurso profissional por classe e por sexo. 112
2.11 Importância global do percurso profissional por classe e por sexo. . . 112
2.12 «Condições para ser promovido» por classe e por sexo 114
2.13 Não consegue conciliar por classe e por sexo 116
2.14 Horas de trabalho por classe e por sexo 118
2.15 Perguntas DDL por classe 119
2.16 Média de horas globalmente gastas por semana na profissão e no trabalho doméstico por classe e por sexo 121
2.17 *Stress* trabalho/vida privada por classe e por sexo 122
2.18 Ênfase dada à família entre os homens e as mulheres por classe, Portugal 128
2.19 Ênfase dada à família entre os homens e as mulheres por classe, Grã-Bretanha 128
3.1 Posição relativa dos países em análise face a alguns indicadores sociais. 135
3.2 Índices de *stress* familiar e profissional, segundo o sexo, no total dos sete países 137
3.3 Índices de *stress* familiar e profissional segundo o país. 138
3.4 Índices de *stress* familiar e profissional, segundo o país, nos homens 139
3.5 Índices de *stress* familiar e profissional, segundo o país, nas mulheres 141
3.6 Factores determinantes dos índices de *stress* familiar e profissional . . 144

3.7 Factores determinantes do índice de *stress* familiar por sexo e por país 148
3.8 Factores determinantes do índice de *stress* profissional por sexo e por país 149
3.9 Índices de *stress* no *interface* trabalho-família, segundo o sexo, no total dos sete países 151
3.10 Índices de *stress* no *interface* trabalho-família por país 151
3.11 Índices de *stress* no *interface* trabalho-família dos homens por país 152
3.12 Índices de *stress* no *interface* trabalho-família das mulheres por país 153
3.13 Factores determinantes dos índices de *stress* de *interface* no total dos sete países 158
3.14 Factores determinantes do índice de *stress* trabalho-família por sexo e por país. 159
3.15 Factores determinantes do índice de *stress* profissional na família por sexo e por país 160
3.16 Factores determinantes do índice de *stress* profissional no trabalho por sexo e por país 161
3.17 Factores determinantes do índice de *stress* familiar no trabalho nas mulheres. 171
3.18 Descrição das variáveis independentes usadas nas regressões múltiplas 178
3.19 Descrição das variáveis independentes usadas na análise específica para Portugal 179
4.1 Regressões lineares: variável dependente «horas gastas por semana no trabalho doméstico» 202
4.2 Regressões lineares: variável dependente «horas gastas por semana no trabalho doméstico pelo cônjuge/parceiro» 202
4.3 Regressões lineares: variável dependente «percepção de justiça na divisão do trabalho doméstico». 205
4.4 Posição dos sete países no índice de desenvolvimento humano ponderado pelo sexo (GDI) 209
4.5 Correlações com o GDI. 209

5.1 Principais padrões de atitudes face à divisão familiar do trabalho, Portugal 217
5.2 Principais padrões de atitudes segundo alguns enunciados utilizados, Portugal 219
5.3 Principais padrões de atitudes por percentagem de quem pensa que uma mulher deve trabalhar a tempo inteiro, a tempo parcial ou não deve trabalhar quando tem filhos em idade pré-escolar 219
5.4 Padrões atitudinais em Portugal segundo o sexo, a idade, o estado civil, o nível de educação, a classe social, a condição perante o trabalho, a religião 221
5.5 Padrões de atitudes na população até 50 anos a viver em conjugalidade por divisão conjugal do trabalho profissional, Portugal 225
5.6 Padrões de atitudes na população até 50 anos a viver em conjugalidade segundo quem faz a limpeza da casa 226
5.7 Atitudes face aos papéis de género e divisão familiar do trabalho . . 228
5.8 Atitudes face à divisão familiar do trabalho. 230
5.9 Principais padrões de atitudes face à divisão familiar do trabalho, Grã-Bretanha 235
5.10 Regressão logística – padrão «moderno forte» 238
5.11 Regressão logística – padrão «moderno forte» por país 239
5.12 Regressão logística – padrão «tradicional forte modificado» . . . 242
5.13 Regressão logística – padrão «tradicional forte modificado» por país. 242
5.14 Regressão logística – padrão «moderno maternidade forte». 243
5.15 Regressão logística – padrão «moderno maternidade forte» por país 244
5.16 Regressão logística – padrão «moderno maternidade moderada» por país. 244
5.17 Regressão logística – padrão «moderno doméstico desigual» . . . 245
5.18 Regressão logística – padrão «moderno doméstico desigual» por país 245
5.19 Cruzamento de padrões atitudinais com o enunciado «as mulheres devem ou não trabalhar quando a criança tem idade pré-escolar». . 254

5.20 Descrição e codificação das variáveis incluídas nas análises de regressão (sete países) 256
5.21 Características da população respondente nos sete países segundo a condição perante o trabalho e o sexo. 257
6.1 Países fundadores do ISSP e respectivas organizações 260
6.2 Módulos temáticos do ISSP 260
6.3 Distribuição das localidades por região e por *habitat*.. 262
6.4 Distribuição das entrevistas por NUTE e por *habitat* 262
6.5 Distribuição do sexo, grupos etários e níveis de escolaridade no universo, na amostra obtida e na amostra ponderada 263
6.6 Amostras dos países analisados 264

Figuras

1.1 Diferenças atitudinais entre homens e mulheres, Portugal. 47
1.2 Diferença de atitudes (índice global) entre homens e mulheres segundo os grupos etários, Portugal 52
1.3 Diferença de atitudes (índice global) entre homens e mulheres segundo os grupos de escolaridade, Portugal 52
1.4 Índice global de atitudes face à família (nove dimensões) em quinze países europeus 54
1.5 Dendograma das médias de atitudes de homens, mulheres e diferença H-M 56
1.6 Distância média entre os valores mais modernistas e mais tradicionalistas observados nos nove índices segundo o sexo 59
1.7 Índice global de atitudes face à vida familiar segundo o país e o sexo. 61
1.8 Dendograma das diferenças de género nos padrões de emprego de homens e mulheres com idades entre os 18-65 anos e < 40 anos com crianças de 5/6 anos 71
1.9 Dendograma das diferenças de género nos nove índices de atitudes 71

3.1 Semelhança interpaíses no índice de *stress* familiar para os homens 140
3.2 Semelhança interpaíses no índice de *stress* profissional para os homens 140
3.3 Semelhança interpaíses no índice de *stress* familiar para as mulheres 142
3.4 Semelhança interpaíses no índice de *stress* profissional para as mulheres 143
3.5 Semelhança interpaíses no índice de *stress* trabalho-família (ISTRAFA) para as mulheres 153
3.6 Semelhança interpaíses no índice de *stress* profissional na família (ISPNAF) para as mulheres 154
3.7 Semelhança interpaíses no índice de *stress* familiar no trabalho (ISFNOT) para as mulheres 154
3.8 Índice de *stress* profissional na família nos sete países por sexo 165
3.9 Índice de *stress* profissional no trabalho nos sete países por sexo . . . 165
3.10 Modelo relacional para o índice de *stress* profissional na família (ISPNAF) 173
3.11 Modelo relacional para o índice de *stress* profissional no trabalho (ISFNOT). 174
4.1a Tarefas desempenhadas pelas mulheres a viver em casal por país 194
4.1b Tarefas desempenhadas pelas mulheres a viver em casal em que ambos trabalham por país 194
4.2a Tarefas desempenhadas pelos homens a viver em casal por país . 195
4.2b Tarefas desempenhadas pelos homens a viver em casal em que ambos trabalham por país 195
4.3a Tarefas partilhadas entre os membros do casal, todos os casais, por país 196
4.3b Tarefas partilhadas entre os membros do casal, casais em que ambos trabalham, por país 196
4.4a Tarefas desempenhadas por outra pessoa, todos os casais, por país. . 197
4.4b Tarefas desempenhadas por outra pessoa, casais em que ambos trabalham, por país 198
4.5a Quem faz mais trabalho doméstico, todos os casais, por país. . . . 198

4.5b Quem faz mais trabalho doméstico, casais em que ambos trabalham, por país 199
4.6a Número de horas semanais gastas com o trabalho doméstico, todos os casais, por sexo e por país 200
4.6b Número de horas semanais gastas com o trabalho doméstico, casais em que ambos trabalham, por sexo e por país. 201
4.7a Percepção de justiça na divisão do trabalho doméstico, todos os casais, por sexo e por país 203
4.7b Percepção de justiça na divisão do trabalho doméstico, casais em que ambos trabalham, por sexo e por país 204
4.8 Dendograma: horas gastas no trabalho doméstico pelas mulheres por país 209
5.1 Principais padrões de atitudes, Portugal 220
5.2 Atitudes face à divisão familiar do trabalho (dendograma). 230
5.3 Principais padrões de atitudes face aos papéis de género, Espanha 231
5.4 Principais padrões de atitudes face aos papéis de género, República Checa 233
5.5 Principais padrões de atitudes face aos papéis de género, Alemanha Ocidental 234
5.6 Principais padrões de atitudes face aos papéis de género, Grã-Bretanha. 235
5.7 Principais padrões de atitudes face aos papéis de género, França 237
5.8 Principais padrões de atitudes face aos papéis de género, Suécia 237

As autoras

Sofia Aboim, socióloga, é doutorada em Sociologia da Família e da Vida Quotidiana pelo ISCTE. Tem trabalhado desde 1997 no ICS, desenvolvendo investigação sobre família e mudança social, trajectórias e modelos conjugais, relações e identidades de género. Tem publicado artigos sobre estas temáticas em revistas nacionais e estrangeiras e é autora do livro *Conjugalidades em Mudança – Percursos e Dinâmicas da Vida a Dois*, publicado pela Imprensa de Ciências Sociais em 2006. Além disso, desenvolve recentemente pesquisa sobre família e mudança social em Moçambique.

Lígia Amâncio é professora de Psicologia Social no ISCTE. Tem desenvolvido investigação sobre representações sociais, identidades e relações de género. É autora do livro *Masculino e Feminino: A Construção Social da Diferença*, Afrontamento, 1994, e organizadora dos livros *Aprender a Ser Homem,* Livros Horizonte, 2005, e *O Longo Caminho das Mulheres*, D. Quixote, 2007.

Helena Carvalho, socióloga, é doutorada em Sociologia na área da teoria e método pelo ISCTE, professora de Métodos Quantitativos e de Análise de Dados no ISCTE e investigadora do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia. A sua área de investigação privilegiada tem por enfoque os métodos quantitativos e multivariados para variáveis categoriais. É autora do livro *Análise Multivariada de Dados Qualitativos. Utilizações da HOMALS com o SPSS,* publicado pelas Edições Sílabo em 2004.

Rosemary Crompton é professora de Sociologia na City University, Londres. Entre as suas publicações contam-se *Employment and the Family* –

The Reconfiguration of Work and Family Life in Contemporary Societies (2006), *Restructuring Gender Relations and Employment* (1999), *Class and Stratification* (1998), *Women and Work in Modern Britain* (1997) e *Gendered Jobs and Social Change* (1990). Foi editora da revista *Work, Employment and Society*.

Maria das Dores Guerreiro é professora de Sociologia da Família no Departamento de Sociologia do ISCTE e investigadora do CIES--ISCTE, onde coordena diversos projectos de pesquisa e dirige a revista *Sociologia, Problemas e Práticas*. As suas principais áreas de investigação são sociologia da família, trabalho, família e género, políticas sociais e transições geracionais. É autora, entre outras obras, de *Famílias na Actividade Empresarial*, Celta Editora, 1996, e *Mulheres na Vida Empresarial*, CIDM, 1998, organizadora de *Trabalho, Família e Gerações. Conciliação e Solidariedades*, CIES, 1998, e co-autora de *Transições Incertas. Os Jovens perante o Trabalho e a Família*, CITE, 2004.

Clare Lyonette é investigadora na equipa da professora Rosemary Crompton no Departamento de Sociologia na City University, Londres. Tem trabalhado em estudos comparativos transnacionais financiados pelo Economic and Social Research Council (ESRC) e encontra-se actualmente a trabalhar no projecto «Class, Gender, Employment and Family», inserido no projecto de investigação ESRC financiado pela GeNet (http://www.genet.ac.uk). As suas áreas de investigação incluem as questões do género, emprego feminino e prestação de cuidados. Tem publicações sobre trabalho e prestação de cuidados a idosos e conflito trabalho-família.

Alice Ramos é socióloga, assistente de investigação no programa «Atitudes Sociais dos Portugueses» do ICS-UL. É membro da equipa de investigação portuguesa do *International Social Survey Programme* (ISSP), *European Values Study* (EVS) e *European Social Survey* (ESS). Actualmente prepara o doutoramento sobre valores sociais e atitudes face à imigração. Desenvolve também estudos nas áreas da metodologia e análise de dados de estudos transnacionais e longitudinais.

Karin Wall, socióloga, é investigadora principal do ICS-UL. Coordena o programa de investigação sobre famílias, estilos de vida e escola no ICS e o grupo de pesquisa de sociologia da família na European Sociological Association. As suas áreas de investigação incluem sociologia da família, sociologia das migrações, família e género, políticas

sociais e de família. É autora dos livros *Famílias no Campo*, D. Quixote, 1998, e *A Outra Face da Emigração: Estudo da Situação das Mulheres Que Ficam no País de Origem*, CIDM, 1982, e organizadora do livro *Famílias em Portugal – Percursos, Interacções, Redes Sociais*, Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

Karin Wall

Introdução

Este livro tem como principal objectivo analisar as atitudes sociais face à vida familiar e aos papéis de género em Portugal e noutros países europeus. Privilegiando as oportunidades de comparação internacional proporcionadas pelo inquérito «Family and gender roles» do ISSP (*International Social Survey Programme*), realizado em 2002/2003 em trinta e quatro países, e pelo projecto «Families, Employment and Work-Life Integration»[1], que acrescentou algumas perguntas sobre conciliação família/trabalho ao mesmo questionário, procura-se estudar as atitudes sociais perante a família e a diferenciação de género no contexto de uma comparação sistemática entre os resultados portugueses e os de outros países europeus.

Construído nos anos 80 e aplicado pela primeira vez em 1988[2], o módulo «Família e papéis de género» propõe-se observar as mudanças nas relações sociais de género. Circunscreve, no entanto, o âmbito dessa observação ao domínio da vida familiar e ao modo como uma outra dimensão da vida social – o trabalho profissional – se articula com a organização dos papéis de género dentro da família. Subjacente a este propósito encontra-se a questão do lugar social da mulher nas sociedades contemporâneas e a vontade de indagar sobre as transformações que, desde os anos 60, conduziram a uma progressiva entrada feminina na esfera pública, em particular através da participação no mercado de trabalho, em detrimento dos papéis femininos tradicionais – de dona de casa, mãe e esposa – associados a lógicas de desigualdade

[1] Projecto coordenado por Rosemary Crompton (City University, Londres) e financiado pelo ESRC. Este projecto reuniu investigadores de sete países europeus – Reino Unido, França, Noruega, República Checa, Hungria, Finlândia, Portugal – e permitiu efectuar análises comparativas preliminares dos resultados do inquérito «Família e papéis de género».

[2] Em alguns países, o módulo já foi aplicado em 1989 e em 1994. Portugal, nessa altura, ainda não tinha integrado o programa.

de género. Compreender a modernização das sociedades contemporâneas implicava, pois, dar uma atenção teórica e empírica não só à temática mais abrangente das desigualdades sociais e económicas (v. o módulo ISSP sobre «Desigualdades»), mas também à temática da desigualdade de género.

O questionário do módulo «Família e papéis de género» centra-se, portanto, nas atitudes sociais face aos papéis femininos e às transformações no lugar das mulheres na família e no trabalho, deixando à margem o estudo da mudança nas identidades e nos papéis masculinos. É uma perspectiva que pode ser explicada por vários factores. Pela ideia, defendida por muitos autores, de que a grande mudança, por detrás de todas as outras, se encontra na transformação profunda do estatuto das mulheres. Pela convicção, dominante nos anos 80, de que a «conquista» feminina da esfera pública se iria reflectir rapidamente em práticas mais igualitárias na vida privada, nomeadamente numa entrada idêntica dos homens no trabalho doméstico e nos cuidados às crianças. Mas também porque os estudos de género, até aos anos 90, trataram pouco quer dos modelos de masculinidade, quer dos problemas de conciliação entre vida familiar e vida profissional do ponto de vista dos homens.

No questionário de 2002/2003, para permitir comparações longitudinais aos países que estão há mais tempo na rede, optou-se por manter a perspectiva de partida e grande parte das perguntas do primeiro inquérito. Algumas modificações foram, porém, efectuadas. Tendo em conta o hiato profundo existente em todos os países entre as atitudes perante a igualdade de género e os comportamentos na prática, melhoraram-se alguns indicadores relativos a esta dimensão (divisão do trabalho doméstico, horas de trabalho profissional e doméstico, divisão do poder de decisão no casal), permitindo assim estabelecer algumas relações entre a dimensão efectiva das desigualdades de género na família e a forma como elas são percepcionadas nas diferentes sociedades estudadas. Em segundo lugar, graças à introdução de novas perguntas no questionário de alguns países (que participaram no projecto «Families, Employment and Work-Life Integration»), procurou-se aprofundar a indagação sobre a conciliação entre vida familiar e vida profissional e o seu impacto no *work/life stress*. Por último, foi também contemplada a questão da percepção de justiça das práticas de divisão do trabalho doméstico.

O livro que agora apresentamos é a primeira reflexão produzida sobre os dados que o inquérito ISSP sobre família e género disponibilizou

sobre Portugal. Como tem sido prática dos volumes da série «Atitudes Sociais dos Portugueses», organizada por Jorge Vala e Manuel Villaverde Cabral, as coordenadoras do projecto convidaram um conjunto de investigadores interessados no tema do questionário a debruçar-se sobre as dimensões que, em função das suas preocupações teóricas e temáticas, mais suscitavam a sua atenção. Trata-se, assim, de um conjunto de textos em que os resultados do inquérito são explorados para responder a problemas de investigação diferentes, mas interligados, estabelecendo-se a articulação não só através das múltiplas conexões substantivas, mas também da dimensão comparativa europeia (v., a este respeito, o capítulo de Alice Ramos, onde é feita uma descrição dos procedimentos de amostragem e estatísticos utilizados na análise dos resultados, tendo em conta uma perspectiva comparativa).

Comparar os resultados portugueses com os de outros países não foi tarefa fácil. Como se pode constatar através da leitura dos vários capítulos, a comparação levanta dúvidas, desde a possível falta de equivalência semântica das perguntas nos países onde o inquérito foi aplicado até ao problema da interpretação do significado das diferenças encontradas, o que obriga a análises cautelosas e provisórias que tenham em conta o contexto e as condicionantes dos diversos países estudados. Considerando que a fiabilidade e a qualidade científicas da comparação dependiam de uma selecção criteriosa dos países, optou-se, neste projecto, por uma metodologia comparativa limitada a alguns países, também apelidada por alguns autores de *case-orientated approach* (Crompton, 2006), por considerar cada sociedade um todo e com especificidades – culturais, sociais e históricas – que importa ter em conta para explicar os padrões diversos da desigualdade de género. Partindo da busca da diferença, mais do que da semelhança, esta aproximação baseia-se necessariamente na comparação entre um número reduzido de países, procurando identificar não só essas diferenças que se manifestam entre eles, mas também as variáveis específicas que, no interior de cada sociedade, são mais explicativas das atitudes ou dos comportamentos em aná-lise. Partimos, assim, de uma hipótese que aponta para uma construção diferenciada das atitudes e dos comportamentos de género nas sociedades europeias contemporâneas, ao contrário de algumas perspectivas recentes que, perante a influência menos marcante das determinantes sociais nos papéis de género, preferem remeter a explicação das diferenças para o plano das «escolhas» e das «preferências» individuais (Hakim, 2003).

Em resumo, sem excluir, em alguns capítulos, uma abordagem que apresenta e agrupa um grande número de países em função de algumas

variáveis-chave, a dimensão compara tiva centra-se essencialmente num número restrito de países considerados, à partida, sociedades com especificidades históricas e sociais, quer do ponto de vista do regime de género», quer no que diz respeito a regimes de mercado de trabalho e de *welfare*. O capítulo 2 compara Portugal e a Grã-Bretanha, enquanto os restantes também comparam a França, a Alemanha Ocidental[3], a Suécia, a República Checa e a Espanha. São sete países que representam diferentes níveis de riqueza, diferentes modelos de Estado-providência, e que conheceram desenvolvimentos contrastantes quer no domínio das políticas de família e de género, quer no âmbito dos comportamentos demográficos, dos sistemas de emprego e da inserção da mulher no mercado de trabalho[4].

Os cinco capítulos deste livro não seguem uma ordem especial e podem ser lidos e explorados de forma independente. Passemos à apresentação de cada um deles.

O capítulo 1, da autoria de Sofia Aboim, olha para os dados obtidos neste inquérito a partir de uma perspectiva de género. Interessa-lhe perceber se os homens e as mulheres, em Portugal e nos outros países europeus, têm atitudes diferentes face à família e aos papéis de género. A análise organiza-se, assim, em função de uma comparação por género, mas também apresenta, de forma sistemática, uma visão global das atitudes dos inquiridos face à vida familiar, face à divisão conjugal do trabalho (profissional e doméstico) e face à importância da família na construção da identidade. Partindo destas três temáticas, uma das conclusões mais importantes da primeira parte do capítulo, centrada sobre o caso português, refere-se ao facto de os inquiridos portugueses manifestarem posições muito modernistas nuns aspectos e muito tradicionalistas noutros. São liberais em relação ao casamento, ao divórcio, à união de facto e também em relação a uma divisão conjugal «partilhada» do trabalho doméstico e profissional, mas assumem posições marcadamente tradicionalistas quando se trata do lugar da criança e da parentalidade. De facto, homens e mulheres atribuem uma enorme centralidade à criança na vida familiar, fazem uma colagem estreita entre bem-estar individual e parentalidade e consideram que o trabalho profissional da mãe tem um impacto negativo nas crianças pequenas.

---

[3] Embora a Alemanha Ocidental e a Alemanha de Leste façam hoje parte do mesmo país, optou-se, na maior parte dos capítulos, por analisá-las separadamente devido às diferenças que ainda perduram no domínio da família e do género.

[4] V., no capítulo 3, quadro 3.1, uma caracterização sumária dos países em análise com base em vários indicadores sociais.

Existem, no entanto, algumas diferenças de género: se as mulheres portuguesas são, globalmente, mais «modernistas» do que os homens, tendem, por outro lado, a ser mais «tradicionalistas» do que eles quando se trata da centralidade da criança (são elas que mais associam a ausência de filhos a uma vida vazia) e da relação negativa entre emprego feminino e maternidade. No quadro da comparação europeia, os portugueses situam-se então ao lado dos espanhóis e dos finlandeses num «liberalismo moderado» que conjuga algum familialismo com uma visão igualitária da divisão conjugal do trabalho.

Analisando, numa segunda parte, as diferenças nacionais e as clivagens de género em quinze e, depois, sete países europeus, a autora mostra que a tendência para as mulheres responderem de forma mais modernista e igualitária do que os homens é comum a todos os países analisados. É comum também a maior diversidade intragrupal das mulheres, encontrando-se o conjunto das mulheres nos países analisados mais fracturado por variações internas do que sucede com os homens. Entre países são também as mulheres que apresentam variações consideráveis nas atitudes face à família e aos papéis de género. De sublinhar, no entanto, que as clivagens de género nem sempre se associam, nos países analisados, aos mesmos aspectos da vida familiar e dos papéis de género. Em França, país que regista as maiores clivagens de género, verifica-se que os homens têm atitudes mais favoráveis ao lugar da mulher em casa; na Suécia, a maior divergência entre homens e mulheres situa-se a nível do impacto negativo do trabalho profissional feminino sobre os filhos pequenos, assumindo os homens posições mais conservadoras do que as mulheres; em Espanha, na República Checa e em Portugal são os papéis de género na divisão do trabalho pago e não pago que geram maiores clivagens de género.

Por último, a análise da relação entre atitudes e práticas, por um lado, e as determinantes sociais das atitudes, por outro, permite a Aboim concluir da não linearidade do processo de modernização da vida familiar e dos papéis de género nas sociedades europeias contemporâneas. Entre as percepções dos papéis de género e as práticas existe sempre uma distância considerável, mas as conexões entre as duas dimensões variam significativamente nos sete países analisados. Quanto às determinantes sociais, as análises de regressão efectuadas mostram que não são sempre as mesmas variáveis a ter algum impacto nas atitudes face à família e aos papéis de género. Para o conjunto dos sete países destaca-se a influência das variáveis «idade», «sexo», «situação/vida profissional da mulher» e «escolaridade». A nível das especificidades nacionais, porém, a

religião (frequência da prática religiosa) é a única variável com maior transversalidade. Em Portugal, mais do que em qualquer outro país, a escolaridade assume um impacto considerável, sobretudo para as mulheres, mas também para os homens; em França ressalta a influência do posicionamento político e da prática religiosa; na Grã-Bretanha, o impacto da idade, da situação familiar e da prática religiosa. Face a estes resultados, a autora sublinha, nos seus comentários finais, três conclusões principais. Faz notar, em primeiro lugar, a diversidade e a complexidade das «modernidades europeias», sugerindo a necessidade de ir além da clássica distinção entre «várias Europas» (do Norte/do Sul, etc.). Observa, depois, que as diferenças de género persistem no interior dos países e das categorias sociais, mostrando-se as mulheres mais favoráveis à igualdade na divisão de papéis e a concepções modernas do casal e da família com filhos, mas mais tradicionalistas no que diz respeito à centralidade da criança na vida familiar e na identidade individual. Sublinha, finalmente, que existe uma relação complexa entre representações e práticas de diferenciação de género, variando as articulações e as causalidades de país para país, o que inviabiliza, na comparação europeia, a identificação de um factor-chave explicativo do pendor mais ou menos modernista das atitudes sociais e da existência de determinados padrões de género.

O capítulo 2 traz-nos um trabalho de Rosemary Crompton e de Clare Lyonette e explora de forma sistemática as diferenças entre Portugal e a Grã-Bretanha. Partindo das atitudes e dos comportamentos dos homens e das mulheres que trabalham a tempo inteiro, as autoras estudam não só o impacto da variável «género», mas também a influência da classe social. Comparam nos dois países, e cruzando estas variáveis, as atitudes sociais face à família e aos papéis de género, as práticas de divisão das tarefas domésticas, as horas dedicadas ao trabalho profissional e doméstico, a questão da articulação entre vida profissional e vida familiar e o sentimento de *stress* a esta associado.

Salientando sempre os problemas de comparabilidade e a importância das condicionantes nacionais, Crompton e Lyonette apresentam três grandes resultados. Em primeiro lugar, verificam que a ênfase colocada na vida familiar, na importância das crianças e no impacto negativo do trabalho feminino para as crianças é maior em Portugal do que na Grã-Bretanha. Em ambos os países os homens são mais tradicionais do que as mulheres, mas existem variações significativas segundo a classe social. Em Portugal, mas também de forma menos acentuada na Grã-Bretanha, os trabalhadores manuais (homens e mulheres) dão mais relevo à família,

ao impacto negativo do trabalho da mulher e a uma divisão mais tradicional do trabalho pago. Dado o peso das profissões manuais e pouco qualificadas em Portugal, este é um elemento a ter em conta na explicação do maior «conservadorismo» global da população portuguesa.

Um segundo grupo de conclusões a reter deste trabalho comparativo diz respeito aos contextos de emprego, caracterizados por longas horas de trabalho profissional em ambos os países, e à articulação entre vida profissional e vida familiar. Quando se trata de faltar ao trabalho por razões de ordem familiar, os trabalhadores britânicos preferem soluções como a compensação com horas extra de trabalho ou com mais trabalho dentro do horário normal, enquanto os portugueses dão preferência a alternativas como a licença sem vencimento ou a perda de remuneração. Por outro lado, os níveis de *stress* trabalho/vida privada, sendo semelhantes e muito elevados nos dois países, são globalmente mais elevados nas mulheres portuguesas do que nas mulheres britânicas. Não obstante, afectam de forma particularmente significativa dois grupos distintos de mulheres: o das profissionais qualificadas na Grã-Bretanha e o das trabalhadoras manuais em Portugal. Na opinião das autoras, as primeiras terão pressões decorrentes de longas horas de trabalho e da menor tendência (por comparação com as profissionais qualificadas portuguesas) para delegar o trabalho doméstico em pessoas pagas. Quanto às trabalhadoras manuais em Portugal, o elevado nível de *stress* estaria relacionado com o facto de serem elas quem mais horas gasta no trabalho profissional e também nas tarefas domésticas. De realçar que o número de horas por elas despendido em termos globais é o mais elevado entre todos os grupos e em ambos os países: 67 horas, contra 58 das qualificadas portuguesas, 53 das qualificadas britânicas e 50 das trabalhadoras manuais britânicas.

Por último, no caso da divisão das tarefas domésticas e das horas dedicadas ao trabalho doméstico, Crompton e Lyonette salientam a desigualdade entre homens e mulheres em ambos os países e a tendência para os homens (portugueses e britânicos) participarem mais nos cuidados aos familiares e nas idas às compras. Mas também o facto de as mulheres portuguesas que vivem em conjugalidade despenderem um número muito elevado de horas no trabalho doméstico: 22 horas por semana em média, contra apenas 11 horas no caso das mulheres britânicas (já o número de horas dos homens – à volta de 6 horas semanais – é semelhante nos dois países). A nível das variações por classe social, a análise mostra que os homens revelam poucas diferenças entre classes em qualquer das tarefas, enquanto as mulheres com profissões qualifi-

cadas têm menos tendência, nos dois países, para tratar da roupa e das limpezas do que as trabalhadoras manuais. Perante o «fardo» doméstico das mulheres portuguesas, as autoras interrogam-se acerca das alternativas. Inclinando-se pouco para uma solução de aumento do trabalho a tempo parcial das mulheres (pelo facto de reforçar uma divisão do trabalho de pendor tradicional), sugerem que as mulheres portuguesas reduzam o tempo dedicado ao trabalho doméstico.

Os capítulos seguintes também analisam as questões da conciliação família/vida profissional e do trabalho doméstico. No capítulo 3, Maria das Dores Guerreiro e Helena Carvalho procuram perceber de que modo a vida familiar e a vida profissional são geradoras de tensões e interferem reciprocamente. Partindo de cinco índices principais – um primeiro relativo ao *stress* gerado pela vida familiar, um segundo relativo ao *stress* gerado pela vida profissional e os restantes relativos ao *stress* provocado pelos impactos recíprocos (do *stress* profissional na família e do *stress* familiar no trabalho) –, as autoras verificam, nos sete países analisados, que o *stress* é maior em contexto de trabalho do que na esfera privada e que é mais elevado para as mulheres do que para os homens (tanto o familiar como o profissional). No entanto, é sobretudo na vida familiar que as mulheres apresentam um nível de *stress* significativamente mais elevado do que os homens, constatando-se também, no âmbito de uma análise global dos sete países, que o *stress* familiar feminino se associa positivamente a quatro factores determinantes: o número de crianças com menos de 6 anos e de filhos menores no agregado familiar; as horas de trabalho profissional e doméstico; a dimensão da família; a idade. Em contrapartida, a satisfação com a vida familiar e a felicidade, em geral, fazem diminuir o *stress* familiar das mulheres. Por último, ao estabelecer semelhanças e diferenças entre os países, a análise destaca dois grupos de países: por um lado, um que inclui Portugal, a Grã-Bretanha e a República Checa, com níveis mais elevados de *stress* familiar feminino; por outro, um com níveis mais baixos e que integra a Suécia, a Espanha, a Alemanha e a França. Se quisermos encontrar alguns factores comuns ao primeiro grupo de países, podemos verificar que são países com níveis elevados de actividade feminina e com regimes extensos de tempo de trabalho feminino semanal, quer profissional, quer doméstico. As autoras sublinham, contudo, que não se observam associações perfeitamente claras entre o perfil dos países e os níveis de *stress* identificados.

Olhando de seguida para os índices construídos para captar os impactos recíprocos, Guerreiro e Carvalho mostram, por um lado, que

os índices de *stress* registados pelas mulheres continuam a ser superiores aos experimentados pelos homens e, por outro, que o *stress* decorrente das interferências trabalho-família é apenas muito elevado, para ambos os sexos, no contexto do impacto do *stress* profissional na vida familiar. No conjunto dos sete países, os factores explicativos que emergem com significado no aumento deste índice estão relacionados com a maior duração semanal do tempo de trabalho, o menor grau de satisfação profissional e a existência de crianças até aos 6 anos. Analisando mais de perto o caso português, as autoras observam (indo assim ao encontro dos resultados do capítulo 2) que o impacto do *stress* profissional na família é maior quando as mulheres têm escolaridades baixas e profissões manuais, vivem em casal e com crianças e jovens em casa, trabalham profissionalmente mais horas e no sector privado ou por conta própria. No caso dos homens, os factores explicativos são algo diferentes: o impacto do *stress* profissional na família aumenta nos homens com mais anos de escolaridade, nos que trabalham por conta própria em determinadas profissões (agricultores, artesãos, independentes) e nos que trabalham mais horas; de notar também que o *stress* masculino aumenta quando o homem vive em conjugalidade e é a mulher que executa as tarefas domésticas, tornando-se diminuto quando a maior parte das tarefas domésticas está a cargo de uma empregada doméstica. Por último, na análise interpaíses, e ainda a respeito do *stress* trabalho-família, as autoras verificam que os valores masculinos são muito próximos nos vários países, não sobressaindo distinções significativas. Nas mulheres, pelo contrário, destacam-se três perfis diferentes: Portugal e a Espanha são os países em que os níveis de *stress* são mais elevados, seguidos pela França e pela Suécia, enquanto os níveis mais baixos sobressaem na Alemanha e na Grã-Bretanha. Guerreiro e Carvalho atribuem estas diferenças à maior ou menor participação feminina a tempo inteiro no mercado de trabalho. Na comparação entre países a nível dos factores determinantes, constatam, mais uma vez, a influência de variáveis que reportam à presença de crianças e jovens na família, ao número de horas de trabalho profissional e doméstico e à satisfação com os vários aspectos da vida. No entanto, observam uma acentuada diferenciação, pelo menos em termos de um conjunto de variáveis periféricas, no modo como se manifesta a influência de variáveis independentes a nível dos diversos países.

No capítulo 4, Lígia Amâncio olha para as práticas de divisão do trabalho doméstico nos sete países e explora a percepção de justiça que os homens e as mulheres têm do modo como as tarefas domésticas são

divididas no interior do casal. Partindo de dois indicadores de base – quem faz as tarefas domésticas e quantas horas por semana se gastam no trabalho doméstico (nos casais em geral e nos casais em que os dois trabalham) –, a autora sublinha três conclusões principais em relação à repartição sexual das tarefas domésticas. Em primeiro lugar, constata que continuam a existir, em todos os países, tarefas mais femininas (tratar da roupa, limpar a casa, preparar as refeições), tarefas masculinas (fazer reparações em casa) e outras realizadas de maneira mais indiferenciada (as compras e os cuidados com os doentes). Mostra, depois, que o padrão «tradicional» em que a mulher faz, habitualmente ou sempre, a maior parte das tarefas domésticas ainda é o mais frequente em todos os países (variando entre 48% do total dos casais na Suécia e 61% na República Checa e na Alemanha Ocidental). Dois outros padrões de divisão conjugal das tarefas apresentam, no entanto, valores bastante elevados: 21% (Portugal) a 32% (Suécia) dos casais partilham de forma mais ou menos igualitária as tarefas; 16% a 19% adoptam um padrão masculino em que o homem faz habitualmente ou sempre as tarefas; apenas uma minoria de casais (entre 1% na Suécia e 5% em Portugal) delega as tarefas numa terceira pessoa, tratando-se aí da limpeza da casa e das reparações, mas também, nos casais «duplo emprego», do tratamento da roupa e da preparação de refeições. Em terceiro lugar, Amâncio verifica que existe uma grande diferença, nos sete países, nas horas que homens e mulheres declaram gastar no trabalho doméstico. Nos casais «duplo emprego», a diferença média é de dez horas no conjunto dos países (17 em média para as mulheres e 7 em média para os homens), mas existem variações significativas segundo os países: Portugal tem a maior diferença entre os sexos (16 horas), seguido pela Espanha, pela Alemanha Ocidental e pela República Checa (10 a 12 horas), enquanto a França (7 horas), o Reino Unido (5 horas) e a Suécia (8 horas) apresentam diferenças abaixo da média. De salientar que neste último grupo de países o menor desfasamento não se deve a um aumento do número de horas de trabalho doméstico masculino, que se mantém, no conjunto dos sete países próximo da média, e sim ao menor número de horas de trabalho doméstico feminino.

Passando à análise da percepção de justiça, Amâncio encontra um padrão de respostas que é semelhante nos diversos países: enquanto os homens revelam o reconhecimento de que fazem menos do que seria justo, as mulheres consideram que fazem mais do que é justo. Perante esta simetria de respostas no que diz respeito à percepção de justiça na divisão do trabalho doméstico, a autora considera que os resultados

apontam para a existência de condições (subjectivas) «para que uma maior igualdade se instale na vida dos casais». Interroga-se quanto às razões que explicam a «rigidez» do modelo actual de divisão conjugal das tarefas domésticas e salienta, na discussão dos resultados, a importância do papel das políticas públicas na promoção de uma divisão conjugal do trabalho doméstico mais igualitária.

No penúltimo capítulo do livro procurei analisar a diversidade dos padrões de atitudes face à divisão familiar do trabalho e identificar os factores determinantes da mesma. Partindo de três índices principais – relativos à divisão do trabalho pago, à divisão do trabalho não pago e à relação entre emprego feminino e maternidade –, os resultados mostram que existe, em cada país, uma pluralidade de padrões de atitudes face aos papéis de género na família. Em Portugal identificámos cinco: o *tradicional forte* (8%), centrado no homem ganha-pão/mulher cuidadora e dona de casa; o *tradicional forte modificado* (26%), em que se apoia o modelo do homem principal provedor da família mas também alguma participação masculina no universo doméstico; o *moderno maternidade forte* (28%), onde a adesão ao duplo emprego e ao duplo cuidar se conjuga com uma forte concordância com o impacto negativo do trabalho feminino a tempo inteiro quando os filhos são pequenos; o *moderno moderado* (23%) e o *moderno forte* (15%). A análise mostra que as atitudes no interior de cada país não são apenas tradicionais ou modernas. Tanto os países que se situam globalmente mais próximos do pólo tradicional como os que se encontram no pólo oposto combinam padrões diversos. A Suécia, o país que todos situam no pólo mais «moderno» do eixo tradicional-moderno, também inclui uma diversidade de padrões de atitudes. Curiosamente, o *tradicional forte* (apenas 6%, o valor mais baixo encontrado) e o *tradicional forte modificado* (14%) não só não desapareceram, como representam um quinto do total. Mas os padrões predominantes são, por um lado, o *moderno maternidade moderada* (36,8%), em que a adesão forte ao duplo emprego/duplo cuidar se associa a uma adesão moderada à ideia do impacto negativo do trabalho feminino a tempo inteiro quando os filhos são pequenos, e, por outro, os padrões modernos (*moderno* e *moderno forte*), que, em conjunto, representam 33%. Outro modelo minoritário – o *moderno doméstico desigual* (apoiante do duplo emprego, mas não apoiante de uma maior participação masculina no universo doméstico) – representa 10% do total.

Considerando o impacto de diferentes factores nos padrões de atitudes para os sete países, encontram-se modelos mais explicativos e preditivos no caso do padrão *moderno forte* – onde o trabalho feminino

a tempo inteiro e o nível elevado de educação são as determinantes mais significativas – e também no caso do padrão *tradicional forte modificado* – onde a idade mais avançada, o baixo nível de educação e a presença de crianças com menos de 5-6 anos são os factores determinantes mais salientes. Neste último modelo explicativo também é interessante observar a influência da variável «menos horas de trabalho pago feminino» e da variável «*stress* no trabalho devido a responsabilidades familiares» (isto é, uma maior tendência para sentir dificuldades em concentrar-se no emprego). A interacção entre estas variáveis sugere um modelo explicativo em que a variável «trabalho feminino a tempo parcial» se articula com uma vida familiar com crianças pequenas e problemas de conciliação entre trabalho e família.

Ao contrário dos padrões anteriores, o *moderno maternidade forte* apresenta um modelo preditivo muito fraco. Constata-se o impacto de três factores – um nível de educação mais baixo, maior prática religiosa e maior tendência para sentir dificuldades em cumprir as tarefas familiares e domésticas. No entanto, é a última variável que surge como mais significativa, enquanto a associação ao estatuto educacional e profissional é muito mais fraca do que nos padrões anteriores. Em resumo, as determinantes sociais parecem ser importantes para explicar alguns padrões de atitudes e pouco ou nada relevantes em relação a outros, nomeadamente, e no momento actual, relativamente às atitudes face ao impacto do emprego na fase inicial da maternidade.

No que diz respeito à regressão logística realizada país a país e para cada padrão, é de salientar que os factores determinantes não são sempre os mesmos. Por exemplo, no caso do padrão *moderno forte,* o nível de educação (mais elevado) surge como factor explicativo em Portugal, em Espanha, na Alemanha Ocidental, em França e na Suécia. Na Grã-Bretanha, pelo contrário, os factores determinantes do padrão *moderno forte* são as horas femininas de trabalho pago (mais horas) e a existência de crianças pequenas no agregado familiar, sendo o factor «nível de educação» nada explicativo. Não nos cabe, neste estudo, explicar estas diferenças, mas deve levar-nos a reflectir sobre a sugestão de alguns autores segundo a qual as determinantes sociais na sociedade ocidental deixaram de moldar atitudes e práticas. Podia pensar-se que, nos países com elevados níveis de escolarização, essa tendência fosse de facto generalizada. Como se constata neste inquérito, isso verifica-se em relação a alguns perfis atitudinais e em alguns países (por exemplo, a Grã-Bretanha). Mas não se verifica na maior parte dos países, nomeadamente em alguns que apresentam níveis elevados de qualificação.

Apresentados e comentados os contributos dos vários autores que integram esta colectânea de estudos, apenas um último comentário sobre a convergência das atitudes face aos papéis de género nas sociedades europeias. Os resultados mostram a influência forte de uma perspectiva de género igualitarista que ajudou a difundir, ao longo das últimas décadas, um padrão de atitudes mais moderno de *duplo emprego/duplo cuidar* na família. No entanto, a convergência em relação a este padrão igualitário é talvez menor e mais complexa do que se poderia pensar. Os homens e as mulheres, os grupos sócio-profissionais e de idade, os casais com ou sem filhos pequenos, as sociedades e os diferentes Estados-providência atribuíram a este ideal dos anos 70 entendimentos diversos. Em confronto com outros constrangimentos – o emprego e o desemprego, a segregação de género no mercado de trabalho, a expansão desigual dos equipamentos para crianças pequenas, os compromissos políticos –, reinterpretaram os ideais da igualdade no trabalho familiar pago e não pago. O que vemos agora não é um grupo homogéneo de países que abraçaram de forma semelhante o padrão de atitudes mais igualitário, nem sequer vários grupos que sejam muito homogéneos. Apenas podemos distinguir *grosso modo* grupos de países que se aproximam mais uns dos outros e, mesmo assim, é necessário não esquecer que Portugal difere da Espanha, a Noruega da Suécia, etc. Os resultados sobre a diversidade das atitudes e dos factores determinantes em cada país mostram que não se pode fazer a economia dos desenvolvimentos percorridos, isto é, da história de cada país, do ponto de vista dos contextos, das políticas e dos constrangimentos que estruturam a divisão familiar do trabalho e que, ao longo das últimas décadas, configuraram atitudes e práticas específicas.

Sofia Aboim

Capítulo 1

Clivagens e continuidades de género face aos valores da vida familiar em Portugal e noutros países europeus

Introdução

Duas grandes perguntas fornecem a este capítulo um argumento que parte do conceito de género[1] enquanto princípio basilar não só de organização e diferenciação social, mas também de construção de determinadas visões do mundo e da própria individualidade. Em primeiro lugar, vale perguntar que papéis e que identidades de género persistem, como modelos de fazer e de ser, nos valores da vida familiar. Numa segunda formulação, convém ainda indagar sobre as proximidades e as distâncias existentes entre homens e mulheres no respeitante aos ideais de vida familiar. Estaremos face a «representações hegemónicas», no sentido de Durkheim, ou, pelo contrário, a visões «gendrificadas» da família? Esta última questão é, além de pergunta, também a principal hipótese que orientou o nosso olhar sobre os resultados do inquérito «Família e papéis de género», realizado em 2002, conduzindo-nos, nas próximas páginas, através de uma sistemática comparação das atitudes expressas por homens e por mulheres face a

[1] Partimos, obviamente, da distinção entre sexo, variável estatisticamente observável, e género. O conceito de género não decorre, como se sabe, da natureza biológica do sexo, mas refere-se antes às categorias que representam, como «naturais» e opostas, as diferenças socialmente construídas entre o feminino e o masculino, codificando personalidades, identidades e comportamentos, idealtipicamente atribuídos às mulheres e aos homens. A este respeito v., por exemplo, Bourdieu (1998), Amâncio (1994), Vale de Almeida (1995), Connell (1995), Vasconcelos (2004) e Torres *et al.* (2006).

um conjunto alargado de tópicos sobre a vida familiar e a sua organização segundo papéis de género diferenciados ou igualitários.

Não obstante algumas abordagens dos valores da vida familiar nem sempre corroborarem a força do género enquanto princípio de estruturação dos sistemas de representações sociais sobre a família, cedendo lugar a outras grandes coordenadas de diferenciação social (como a filiação religiosa ou a pertença geracional) (v. Arts e Halman, 2004, Georgas *et al.*, 2004, e Vandecasteele e Billiet, 2004) e apontando, por conseguinte, para uma relação de relativa independência entre valores, tendencialmente modernistas, e práticas sexualmente diferenciadas, insistimos em confrontar novamente esta hipótese com as atitudes sociais relativas ao mundo da vida privada. Afinal, num contexto de profundas transformações da ordem social de género e da própria família enquanto regime de género – para usar a terminologia proposta por Connell (1995 e 1996) –, é mais do que nunca oportuno investigar, aproveitando as possibilidades de comparação internacional proporcionadas pelo inquérito ISSP de 2002, os valores de género existentes nas sociedades europeias contemporâneas. Ainda que outras fracturas sociais, como as resultantes da diferenciação entre gerações ou grupos sócio-profissionais, sejam frequentemente mais flagrantes, é importante identificar as convergências e as divergências entre homens e mulheres no que respeita aos ideais de divisão do trabalho, de organização da família, de construção da identidade [2].

Afinal, a compreensão da modernização das sociedades ocidentais dificilmente pode ignorar a centralidade assumida pelas mudanças nas relações sociais de género. Um dos pressupostos nucleares do processo de individualização (v. Beck e Beck-Gernsheim, 2000) – conceito muitíssimo utilizado para enquadrar e explicar as mudanças ocorridas ao abrigo da modernização – residiria precisamente no progressivo abandono dos papéis tradicionais, em benefício da igualdade de género [3]. Sem ela, a capacidade dos homens e das mulheres para a conquista de

---

[2] Com o mesmo objectivo relativamente a dados do *European Values Study* de 2002, v. o texto de Torres *et al.* (2006), em que os autores observam os padrões de diferenciação de género numa série de dimensões da vida social: a escolaridade e a religião, a política e a participação pública, a exposição aos *media* e o consumo de Internet. Em muitos destes aspectos, concluem os autores, as diferenças entre sexos são menores do que entre os vinte e um países analisados.

[3] Este é, aliás, um dos aspectos fundamentais da regulação jurídica, que progressivamente passou de uma norma restrita de igualdade (exclusiva das mulheres, de minorias raciais, etc.) para uma de igualdade universal. No sistema legal português, esta transição acontece logicamente em 1974, sendo particularmente acutilante no que respeita aos papéis de género (v. Almeida e Wall, 2001).

autonomia ficaria comprometida e a vida familiar permaneceria vinculada a lógicas de desigualdade e dominação. Mas, na verdade, apesar da popularidade de valores modernistas legitimadores da igualdade, da liberdade de escolha, de uma família relacionalista, a diferenciação de género perdura quer nas práticas, quer nos códigos da feminilidade e da masculinidade. Se é inegável a paulatina passagem da ideia de mulher-natureza para a de mulher-indivíduo (v. Torres, 2001, Duby e Perrot, 1990-91, Burguière *et al.,* 1999, Roussel, 1987, e Segalen, 1993)[4], bem como a própria desconstrução de uma masculinidade natural e hegemónica (v. Connell, 1995 e 1996, Bourdieu, 1998, Almeida, 1995, e Amâncio, 1994 e 2004), estes movimentos não anulam a força social de uma ordem de género estruturada pela desigualdade.

Em Portugal, a realidade «sexuada» (ou *gendrificada*) da família constitui uma flagrante evidência que, ao longo das últimas décadas, tem sobrevivido e convivido com as transformações do «lugar social das mulheres» (Infante, 1988 e 1989; Nazareth, 1993; Torres e Silva, 1998; Perista, 2002; Torres, 2001; Torres *et al.*, 2004; Wall, 2005), materializadas tanto em tendências sócio-demográficas e de mercado de emprego, cada vez mais feminizado, como em orientações normativas legitimadoras da igualdade de género (Vasconcelos, 1998; Almeida e Guerreiro, 1993; Almeida, 2003; Aboim, 2005)[5]. Indubitavelmente, a entrada massiva das mulheres em esferas tradicionalmente masculinas (nomeadamente o sistema de ensino e o mercado de trabalho) constitui uma linha mestra das mudanças que, desde os anos 60, atravessaram a sociedade portuguesa, atirando as mulheres para fora da família (Silva, 1983; André, 1993). Contudo, a progressiva «conquista» feminina da esfera pública não se tem reflectido nem em igualdade de

---

[4] O protagonismo feminino é, aliás, reiterado por Almeida na análise que faz dos valores da vida familiar através dos dados do *European Values Study* de 1990 e 1999. Como refere Almeida (2003), p. 60: «A modernização da sociedade portuguesa mobiliza portanto, na linha da frente da mudança, as mulheres», fazendo uma apreciação que coincide com a ideia, defendida por alguns autores, de que a grande mudança, por detrás de todas as outras, se encontra na transformação profunda do estatuto das mulheres.

[5] Algumas das evoluções verificadas ao longo dos anos mais recentes são, sem dúvida, espectaculares. A par das mudanças nos comportamentos demográficos, que atestam a proliferação de novas formas de organizar a vida conjugal familiar (v., por exemplo, a diminuição do número de filhos por mulher, que passou de 1,6 em 1991 para 1,5 em 2001), é de relevar o aumento da taxa de actividade feminina, que passou de 53% em 1991 para 65% em 2001. Para um resumo das principais transformações da vida familiar, v. Almeida *et al.* (1998 e 1995), Ferreira (2003), Aboim (2003), Vasconcelos (2003), Wall (2003) e Guerreiro (2003).

oportunidades e recompensas [6] nem numa idêntica entrada dos homens no domínio privado. Aí elas continuam a ter a primazia, apesar, é certo, de uma crescente participação masculina nos labores da produção doméstica e parental.

Neste contexto, a questão do lugar social da mulher, cada vez mais estruturado por um tenso equilíbrio entre papéis públicos e privados, tem sido objecto de amplo debate académico e político. A conceptualização do género como elemento fundador dos processos sociais, a par com o interesse pela diversidade das formas de produção familiar, trouxe para a ribalta o tema da desigualdade, complexificando leituras excessivamente homogéneas ou individualistas da mudança social [7]. Ganharam relevo, por um lado, os dilemas colocados à mulher na vivência da sua «dupla jornada» entre o trabalho, a casa e os filhos (v., por exemplo, Wall e Guerreiro, 2005), bem como a discussão do carácter polissémico da própria noção de igualdade de género (v., por exemplo, Roux, 1999, Lennon e Rosenfield, 1994, e Rosenbluth *et al.*, 1998), ou ainda o carácter insidioso e persistente de códigos tradicionalistas de masculinidade e feminilidade. Insistiu-se, por outro lado, em escalpelizar o hiato entre práticas e representações e em encontrar explicações para a desigualdade de género analisando as relações entre privado e público, entre mercado de emprego, políticas sociais e divisão sexual do trabalho na família (Wall, 2006). Abriram-se, por outro lado ainda, os horizontes dos estudos sobre o género, ao perceber-se que o modelo tradicional de masculinidade cedia lugar a novos pluralismos nos papéis masculinos (Almeida, 1995; Amâncio, 1994; Connell, 1995 e 1996; Kimmel e Messner, 1995). Transformava-se assim o homem em objecto de análise, ao mesmo tempo que se indagava sobre os processos de construção e fragmentação das identidades masculinas. Seja pela força da mudança simbólica, que instaurou uma forte representação da igualdade como norma legítima, seja pelas transformações no papel das mulheres e na organização da família, seja ainda pela visibilidade social e política de «masculinidades não hegemónicas» (nomeadamente protagonizadas pelos movimentos *gay* e transgénero),

---

[6] V. a discrepância entre as remunerações dos homens e das mulheres com o mesmo nível de qualificações, a diminuição do número de mulheres em lugares de topo na carreira profissional, a reduzida proporção de mulheres em cargos públicos e políticos. (v., por exemplo, Torres *et al.*, 2004, e Viegas e Faria, 2001).

[7] Reside neste ponto uma crítica por vezes feita à teoria da individualização proposta por U. Beck: a de não conceptualizar as desigualdades de género que ainda permanecem e que dão origem a formas de individualização diferenciadas consoante sejam operadas no masculino ou no feminino.

é certo que o aumento de brechas no modelo de masculinidade tradicional abriu o espaço da discussão.

O cuidar dos filhos, a vocação crescentemente relacional e igualitária da conjugalidade ou a participação doméstica idealmente pedida ao homem surgem cada vez mais em confronto com as exigências da ética do trabalho, da responsabilidade patriarcal e da autoridade, outrora e ainda hoje associadas a uma masculinidade cuja lógica de dominação simbólica sublinha a antítese com o feminino (afectivo, passivo, dominado…). Trata-se, na verdade, de mudanças que não só desafiam a organização das práticas no seio familiar, mas igualmente interpelam, a jusante e a montante, o campo dos valores e o das próprias identidades de género.

Bem conhecidas as clivagens existentes nas práticas de divisão do trabalho, gerando o habitual hiato entre a igualdade como dever-ser e a igualdade como realização[8], preferimos insistir na investigação dos valores de género, perscrutando as eventuais ambivalências e fracturas da retórica modernista da igualdade na família, hoje tendencialmente dominante, como atestam vários estudos sobre os valores realizados em Portugal e noutros países europeus. Através do inquérito «Família e papéis de género», por um lado, é possível explorar as convergências e divergências entre homens e mulheres face a um vasto conjunto de indicadores atitudinais sobre os papéis de género e a organização da família; por outro, é possível estabelecer a comparação entre vários países europeus, investigando a especificidade de que se podem revestir os valores de género na vida familiar em contextos sociais e históricos diferentes.

Nas próximas secções organizam-se os resultados em função de uma comparação por género, em que se começa por distinguir as principais estruturas, continuidades e clivagens encontradas na sociedade portuguesa. Procede-se depois à comparação europeia, descobrindo no entrelaçar das diferenças nacionais e de género vários padrões normativos e várias formas de conceber a masculinidade e a feminilidade nos valores da vida familiar. Inicia-se a análise com uma breve comparação de quinze países que nos ajuda a situar Portugal e os outros seis países observados mais detalhadamente no mapa europeu dos valores. A escolha destes países — Espanha, França, Grã-Bretanha, Alemanha Ocidental, República Checa e Suécia – obedece a orientações comuns do livro[9],

[8] A este propósito, v. neste livro o capítulo de L. Amâncio sobre práticas de divisão do trabalho doméstico e o de K. Wall sobre modelos atitudinais de divisão sexual do trabalho pago e não pago.

[9] V. introdução.

cujo objectivo consistia em obter uma visão diversificada e abrangente da realidade europeia: desde os países do Sul à Escandinávia, passando pelo antigo bloco de Leste. Cada país representa, afinal, um regime de género particular, cujo impacto nos valores será adiante objecto de análise.

Num terceiro momento procura-se estabelecer a correspondência entre valores e práticas, seleccionando alguns indicadores-chave de diferenciação de género e observando, nos sete países seleccionados, as diferentes combinatórias operadas entre os dois níveis de realidade. Finalmente, avança-se um pouco mais em questões da determinante social dos valores e explora-se, em cada país, o impacto de um conjunto alargado de variáveis biográficas, familiares e sociais.

A família como «regime de género» na sociedade portuguesa

Os dados nunca falam por si próprios; há que interpelá-los, confrontá-los com interrogações, dar-lhes um fio condutor. Aqui, face ao desafio de encontrar padrões de género na família, mais ou menos partilhados por homens e mulheres, optámos por reorganizar os indicadores disponíveis no inquérito, perguntas já habituais neste tipo de estudos (v., nomeadamente, Almeida, 2003), segundo várias dimensões de análise. Construímos, assim, nove índices de atitudes (v. quadro 1.1), que, somando as questões relevantes sobre cada tema, permitiram situar as respostas individuais numa escala de variação entre (1) valores tradicionalistas e sexualmente diferenciados e (5) valores modernistas e igualitários. Através deste procedimento operacionalizaram-se, por conseguinte, eixos de análise muito importantes para compreender as relações de género na família. A nível da divisão do trabalho são quatro os aspectos fundamentais: a relação entre trabalho profissional feminino e maternidade, o papel social feminino (entre a mulher mãe e dona de casa e a mulher profissionalmente independente), o papel do homem no trabalho doméstico e nos cuidados aos filhos e a divisão do trabalho pago no casal. No que respeita à organização da vida familiar, segundo orientações mais institucionalistas ou mais relacionalistas, investigámos a posição assumida face ao divórcio, o grau de aceitação da coabitação informal e o vínculo mais ou menos rígido entre parentalidade (ser mãe ou ser pai) e casamento. Por fim, a centralidade concedida ao casamento e aos filhos enquanto elementos de realização

pessoal e bem-estar informa-nos sobre a importância da família na construção da própria individualidade.

Não obstante terem sido construídos com base em pressupostos teóricos, visando facilitar a comparabilidade internacional dos dados, a maioria dos índices revela consistência estatística, sublinhando a associação dos indicadores seleccionados para construir cada uma das nove dimensões [10]. O que pretendíamos era, na verdade, obter uma visão tão alargada quanto possível dos valores de género na vida familiar, de forma a explorar tanto as ambiguidades normativas inerentes à sua produção em contextos sociais de desigualdade entre homens e mulheres como as especificidades de cada país.

Mas depois desta breve explicação metodológica iniciemos a análise dos resultados, começando por Portugal.

Em primeiro lugar, impõe-se destacar uma das principais conclusões aplicáveis ao caso português, reafirmando tendências já delineadas ao longo dos anos 90. Nas atitudes face à vida familiar, tanto homens como mulheres oscilam entre posições extremamente modernistas nuns aspectos e consideravelmente tradicionalistas noutros (quadro 1.1). Liberais e pouco institucionalistas em relação ao casamento (aceita-se o divórcio e a união de facto) e à divisão conjugal do trabalho (acha-se que o homem deve participar no trabalho não pago e a mulher no trabalho pago), os portugueses assumem posições mais conservadoras sempre que a tónica é colocada sobre a criança e a parentalidade, deixando transparecer valores bastante «maternalistas» e um forte centramento identitário nos filhos. Esta combinação específica de valores, por vezes aparentemente contraditórios, permite desconstruir a ideia de uma relação linear entre tradição e modernidade, complexificando-a, e, ao mesmo tempo, identificar os traços-chave da família enquanto regime simbólico de género. Protagonistas incontestáveis da mudança, também no plano dos valores (v. Almeida, 2003), são ainda sobretudo as mulheres a ver divididos e fragmentados o seu papel e a sua identidade entre a casa e os filhos e o direito à participação na esfera pública.

---

[10] V. valores dos alfas de Cronbach e das correlações de Pearson discriminados no quadro 1.1 para cada um dos nove índices.

Quadro 1.1 – Atitudes face à vida familiar segundo o sexo, Portugal

Percentagem de concordo e concordo totalmente	Total ($n = 1092$)	Homens ($n = 520$)	Mulheres ($n = 572$)	cc (*a*)
Emprego feminino e maternidade (*b*) (Portugal: $\alpha = 0{,}65$; sete países: $\alpha = 0{,}60$)	**2,72**	**2,71**	**2,73**	**n. s.**
Uma mãe que trabalha fora de casa pode ter uma relação tão carinhosa e sólida com os seus filhos como uma mãe que não trabalha fora de casa	57,3	58,1	56,6	n. s.
É provável que uma criança pequena (até ir para a escola) sofra se a mãe trabalhar fora de casa	78,4	80,3	76,6	n. s.
Quando a criança é menor de 6 anos, a mulher deve ter um emprego a tempo inteiro	12,1	12,6	11,7	0,08***
Papel feminino (dona de casa *vs.* independência profissional), (Portugal: $\alpha = 0{,}62$; sete países: $\alpha = 0{,}59$)	**3,08**	**2,94**	**3,20**	$F(1, 1055) = 33{,}50$, $p < 0{,}001$
Está certo que a mulher trabalhe, mas o que a maior parte das mulheres realmente quer ter é um lar e filhos	60,8	62,7	59,2	0,10***
Ser dona de casa é tão gratificante como ter um emprego	50,7	54,8	47,0	0,15***
A melhor maneira de a mulher ser independente é ter um emprego	75,4	69,1	81,2	0,17***
Papel masculino na esfera doméstica (Portugal: $r = 0{,}51$, $p < 0{,}001$, sete países: $r = 0{,}70$, $p < 0{,}001$)	**4,11**	**3,97**	**4,24**	$F(1, 1081) = 41{,}58$, $p < 0{,}001$
Os homens deviam participar mais nas tarefas domésticas do que participam actualmente	85,0	81,5	88,2	0,19***
Os homens deviam tomar mais conta dos filhos do que tomam actualmente	86,2	81,9	90,2	0,17***
Divisão conjugal do trabalho pago (Portugal: $r = -0{,}27$, $p < 0{,}001$, sete países: $r = -0{,}16$, $p < 0{,}001$)	**3,87**	**3,80**	**3,92**	$F(1, 1073) = 5{,}61$, $p < 0{,}02$
Marido e mulher devem ambos contribuir para o rendimento do agregado familiar	93,3	92,3	94,2	n. s.
Compete ao homem ganhar dinheiro e à mulher tomar conta da casa e da família	33,5	34,6	32,5	0,11***

Percentagem de concordo e concordo totalmente	Total ($n = 1092$)	Homens ($n = 520$)	Mulheres ($n = 572$)	cc (*a*)
Casamento e divórcio (Portugal: $r = -0{,}05$, $p = 0{,}001$; sete países: $r = -0{,}10$, $p < 0{,}001$)	**4,18**	**4,14**	**4,22**	$F(1, 1076) = 4{,}22$, $p < 0{,}04$
É melhor ter um mau casamento do que não estar casado(a)	4,2	4,1	4,2	0,13***
Quando um casal não consegue resolver os problemas do seu casamento, o divórcio é a melhor solução	78,8	79,5	78,2	n. s.
Parentalidade e casamento (Portugal: $r = -0{,}26$, $p = 0{,}001$; sete países: $r = 0{,}22$, $p < 0{,}001$)	**2,84**	**2,69**	**2,97**	$F(1, 1078) = 20{,}33$, $p < 0{,}001$
As pessoas que querem ter filhos devem casar	48,7	52,6	45,2	0,11***
Um pai sozinho, ou uma mãe sozinha, pode criar um filho tão bem como os dois juntos	37,3	30,2	43,7	0,16***
Coabitação e informalidade (Portugal: $r = 0{,}56$, $p = 0{,}001$; sete países: $r = 0{,}57$, $p < 0{,}001$)	**3,71**	**3,75**	**3,67**	n. s.
Não faz mal duas pessoas viverem juntas sem quererem casar	81,5	84,4	79,1	0,08***
Quando duas pessoas tencionam casar é boa ideia viverem juntas antes do casamento	58,0	59,5	56,6	n. s.
Centramento na criança (Portugal: $r = 0{,}27$, $p = 0{,}001$; sete países: $r = 0{,}30$, $p < 0{,}001$)	**1,87**	**1,92**	**1,81**	$F(1, 1032) = 6{,}00$, $p < 0{,}01$
Ver os filhos crescer é a maior alegria da vida	96,4	96,4	96,4	0,12***
Pessoas que nunca tiveram filhos têm umas vidas vazias	62,1	59,5	64,5	0,08***
Centramento no casamento	**3,15**	**2,99**	**3,29**	$F(1, 1066) = 20{,}95$, $p < 0{,}001$
Em geral, as pessoas casadas são mais felizes do que as não casadas	27,2	34,3	20,6	0,19***
Índice global (nove dimensões)	**3,30**	**3,22**	**3,38**	$F(1, 917) = 27{,}52$, $p < 0{,}001$

*** $p < 0{,}001$.
(*a*) Coeficiente de contingência.
(*b*) Todos os índices de atitudes apresentados foram construídos numa escala de variação de 1 – atitudes tradicionalistas a 5 – atitudes modernistas.

É verdade que, no âmbito da divisão sexual do trabalho, os inquiridos e as inquiridas portugueses revelam posições tendencialmente modernistas relativamente ao papel do homem na esfera doméstica e à divisão do trabalho pago no casal – mais de 80% dos homens e das mulheres consideram que aquele deve participar mais nas tarefas domésticas e nos cuidados com os filhos, subindo para mais de 90% a percentagem dos que pensam ser de ambos a responsabilidade de contribuir para o rendimento familiar (quadro 1.1). No entanto, as atitudes são bastante mais tradicionalistas quando se opina sobre o papel social feminino, sublinhando a dualidade entre o ideal de mulher como mãe e dona de casa e o de mulher como pessoa independente. Afinal, um significativo número de indivíduos concorda com ambas as proposições: 75% dos inquiridos acham que a melhor maneira de a mulher ser independente é ter um emprego, enquanto cerca de dois terços afirmam que o que elas realmente desejam é ter uma casa e filhos. Mais conservadoras e ambíguas são ainda as atitudes face ao impacto do trabalho feminino sobre a relação mãe/filhos. Se mais de 50% dos homens e quase metade das mulheres pensam que o trabalho feminino não impede a boa relação entre mãe e filhos, apenas 12% dos portugueses aderem à ideia de esse trabalho ser a tempo inteiro quando as crianças têm idade pré-escolar.

Além disso, nas dimensões que envolvem o «ser pai ou ser mãe» e o lugar da criança na família os portugueses atribuem de forma hegemónica uma enorme centralidade à descendência (96,4% concordam que «ver os filhos crescer é a maior alegria da vida» e 62,1% acham mesmo que as pessoas que nunca tiveram filhos têm vidas vazias), fazendo a colagem entre bem-estar individual e parentalidade. Em contraste com a centralidade absoluta da criança enquanto fonte de gratificação e identidade, o casamento não parece ser tão necessário para a felicidade individual. Apenas 27,2% dos inquiridos – aliás mais homens do que mulheres – pensam que as pessoas casadas são mais felizes, valor suficientemente contrastante com o peso simbólico atribuído à criança. No entanto, apesar de o casamento não surgir como condição *sine qua non* da felicidade, o ideal de família com filhos continua a ser maioritariamente biparental. Cerca de metade (48,7%) dos inquiridos acha que «as pessoas que querem ter filhos devem casar», não indo além dos 37,3% a proporção dos que consideram que um pai, ou uma mãe sozinha, pode criar tão bem um filho como os dois juntos. São novamente os homens quem mais afirma o vínculo entre casamento e parentalidade.

A tendência para a erosão dos fundamentos mais institucionalistas do casamento é reiterada pela expressiva aceitação do divórcio e por uma atitude liberal relativamente à coabitação. A esmagadora maioria dos portugueses recusa a ideia de que «é melhor um mau casamento do que não estar casado», não indo além dos 4,2% a percentagem dos que concordam com a afirmação. Em contrapartida, 78,8% dos inquiridos portugueses pensam que o «divórcio é a melhor solução para um mau casamento». A dissolubilidade do casamento é, assim, uma ideia bastante aceite, encontrando-se entre os portugueses as posições mais modernistas relativamente a este tópico: na escala de «(1) tradicionalista a (5) modernista», estes têm, globalmente, um índice de resposta de 4,18 face a uma média de 3,98 para o conjunto dos quinze países analisados [11]. Para 81,5% dos inquiridos portugueses também não faz mal duas pessoas viverem juntas sem casar e mais de metade da amostra até acha boa ideia que se «experimente» a relação antes de a formalizar.

Em traços gerais, convém salientar que, no caso português, posições modernistas face ao papel masculino na esfera doméstica, à divisão do trabalho pago no casal ou à informalização e dissolubilidade do casamento convivem com valores familialistas e maternalistas, bem expressos no ideal de família biparental, na extrema centralidade da criança e na visão negativa do impacto do trabalho feminino sobre os filhos pequenos. Sem dúvida, este quadro normativo sugere, como constitui habitual argumento a partir da proposta de Inglehart (Inglehart, 1997; Inglehart e Baker, 2000), uma adesão maior a «valores seculares» [12] do que a «valores de individualização». Se o casamento, por si só, se afasta da rigidez institucionalista, os filhos fecham o espaço do indivíduo, parentalizando a identidade e trazendo à tona a primazia do familiar, mesmo num quadro de legitimação afectiva das relações.

Em que medida encontramos aqui um regime de valores de género?

---

[11] Portugal, Espanha, França, Suécia, Noruega, Finlândia, Alemanha (Ocidental e Oriental), Reino Unido (Grã-Bretanha e Irlanda do Norte), Irlanda, Holanda, Suíça, República Checa, Hungria, Polónia e Eslováquia.

[12] Deve ser feito um esclarecimento sobre o conceito: por «valores seculares» o autor entende aqueles que se distanciam da institucionalidade, da rigidez fundada na religião, da indissolubilidade dos vínculos familiares. Na verdade, Inglehart chama ao conjunto de indicadores que medem a adesão a este tipo de valores o eixo de secularização, fundando a sua proposta de análise da evolução social dos valores no cruzamento deste último eixo com um segundo – o eixo da individualização, que abarca o conjunto de valores centrados no reforço da autonomia individual, na igualdade e na realização pessoal. O diagnóstico de uma determinada sociedade é então feito pelo lugar que ocupa na intersecção destes dois eixos analíticos.

Em primeiro lugar, os valores maternalistas, largamente partilhados por homens e por mulheres, constituem peça fundamental no esquema da desigualdade. A criança significa para ambos a maior alegria da vida, mas são, apesar de tudo, elas quem mais associa a ausência de filhos a uma vida vazia. Mais ainda, se a centralidade da criança é unânime, continua a ser o emprego feminino a estar em causa quando existem filhos pequenos e é à mulher que se reserva ambiguidade de funções, ora no seu papel de mãe e dona de casa, ora como indivíduo independente e ganha-pão. A transversal afirmação da participação masculina na esfera doméstica não anula, portanto, os dilemas normativos colocados ao feminino. Ambiguidades que, embora se revelem nas orientações normativas masculinas, ganham força no discurso das mulheres sobre o seu próprio papel social. Mais de 80% destas sublinham a importância da independência feminina através da profissão, mas quase metade acaba também por se identificar com o ideal de mulher mãe e dona de casa. Para os homens, o feminino continua, de maneira mais pacífica, a estar conotado com o espaço da vida privada e as funções reprodutivas.

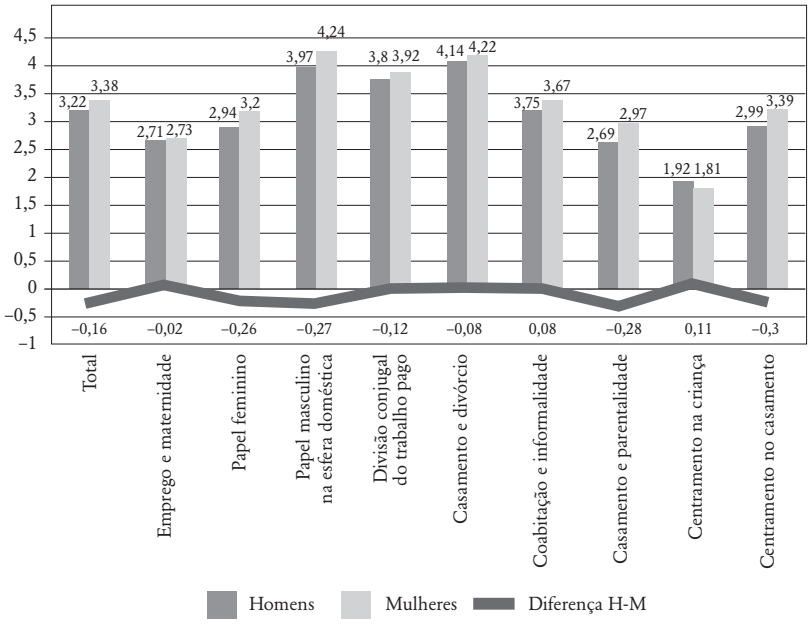
Em segundo lugar, importa dar mais relevo às clivagens de género (figura 1.1), observando desde logo, nas diferenças de atitudes entre homens e mulheres, uma vantagem sistemática das segundas, cuja posição na escala dos valores modernistas é sempre dianteira. Tendência, aliás, comum a todos os países analisados, como adiante se verá (v. figura 1.7). Ao somarmos as nove dimensões, construindo um índice global de atitudes face à vida familiar, observamos, por conseguinte, que a média das respostas masculinas (3,22) pende um pouco mais para o pólo tradicionalista da escala, quando comparada com a das respostas femininas (3,38). Distância pequena, é verdade, mas ainda assim estatisticamente significativa da representação de uma desigualdade segundo o género nos valores da vida familiar[13].

No epicentro das clivagens estão as posições assumidas perante o casamento e o ideal de família com filhos, bem como face ao papel social feminino e ao papel do homem na esfera doméstica. De uma forma geral, o casamento parece ser mais central para a felicidade dos homens, também eles mais conservadores na adesão a uma norma biparental de família. Por outro lado, a visão masculina do papel social das mulheres, e em certa medida também do seu próprio papel no

[13] Na amostra portuguesa, relativamente aos indicadores, a análise da variância por sexo mostrou-se significativa: $F(1, 917) = 27{,}52$, $p < 0{,}001$, $\eta^2 = 0{,}03$.

espaço doméstico, pende comparativamente para o pólo conservador. Eles, face a elas, tendem a acentuar mais o tracejado tradicional e dependente do feminino e a vincar um pouco menos a participação doméstica do homem, apesar de uma adesão muito significativa à ideia da entrada masculina no espaço da casa e dos filhos.

Figura 1.1 – Diferenças atitudinais entre homens e mulheres, Portugal ($n = 1992$)



Em suma, seria apenas parcialmente verdadeiro entregar todo o protagonismo destas clivagens às mulheres. Se no feminino se discutem grandes ambiguidades normativas, aliás encabeçadas pelas próprias mulheres, e se cristalizam alguns valores conservadores que mantêm vivo o arquétipo de «mulher-natureza», a entrada do homem na esfera doméstica confere alguma centralidade ao homem no esquema simbólico da desigualdade. Afinal, o seu papel social também está em causa, exigindo-lhe participação em espaços e competências tradicionalmente femininos.

Em contraste com esta estrutura de diferenciação que pondera os papéis e as identidades de género, a par do modelo ideal de família com filhos, enquanto principais «pomos da discórdia», os homens e as

mulheres portugueses, tendencialmente modernistas, expressam concordância nas atitudes relativas ao impacto negativo do trabalho feminino sobre a criança, à aceitação do divórcio e à coabitação conjugal. São igualmente pouco dissemelhantes na afirmação da centralidade da criança, embora as mulheres a acentuem acrescidamente. Conjugalidades desinstitucionalizadas, ainda que muito voltadas para a criança e a maternidade, constituem ideários consideravelmente partilhados por homens e mulheres, acentuando, sob certos aspectos, a ausência de discrepâncias de género relevantes. Homens e mulheres convergem, afinal, em alguns valores da vida conjugal e familiar, ambos concordando também sob aspectos fundamentais do esquema social da desigualdade de género. O ideário algo tradicionalista da maternidade, comum a ambos, assim o comprova.

A propósito da força do género enquanto princípio de diferenciação social têm-se esgrimido argumentos que apontam para a diminuição do chamado *gender gap* nas sociedades ocidentais contemporâneas: o sucesso escolar das mulheres, a sua profissionalização e a sua crescente participação na esfera pública têm contribuído para estreitar a distância entre homens e mulheres em muitos domínios (v., a este propósito, Inglehart, 2003, e Torres *et al.,* 2006). No entanto, como constatámos, permanecem activas algumas clivagens estruturais no plano dos valores da vida familiar. Resta saber como se equilibram as diferenciações observadas segundo o género face a outras variáveis fracturantes na sociedade portuguesa, como o são a idade ou a escolaridade.

Género e outras diferenciações estruturais na sociedade portuguesa

Numa observação global, os dados sobre as atitudes face à vida familiar revelam, sem dúvida, maiores variações estatísticas segundo a idade e sobretudo o nível de escolaridade dos homens e das mulheres inquiridos (quadros 1.2 e 1.3). Na maioria das dimensões analisadas, o padrão de respostas é afectado por ambas as variáveis, como é demonstrado pela análise de variância, quase sempre mais sensível às diferenças etárias e educacionais do que às introduzidas pela variável «sexo». Afinal, quer se seja homem ou mulher, tende-se, seguindo um padrão quase linear, a ser mais liberal quando se é mais novo e mais escolarizado, e vice-versa.

No entanto, uma análise mais detalhada dos padrões de variação dos nossos nove índices permite reencontrar o efeito de género nos valores da

vida familiar. Mais insidiosas do que as geradas pelas desigualdades de geração ou de capitais escolares, as clivagens entre homens e mulheres mantêm-se estatisticamente significativas no interior de todos os grupos etários e de todos os grupos de escolaridade (figuras 1.2 e 1.3), ainda que pareçam perder força numa comparação global. Existe certamente mais continuidade entre homens e mulheres com a mesma idade e com a mesma escolaridade do que entre homens e mulheres de gerações e meios sociais diferenciados. Apesar disso, tal como as mais velhas, as mulheres mais novas continuam a ser mais modernistas do que os homens da mesma faixa etária. Algo semelhante sucede com os indivíduos de todos os níveis educacionais: quer tenham pouca escolaridade, quer tenham o ensino superior, as mulheres mantêm, relativamente aos homens com perfil social idêntico, a posição dianteira na escala de atitudes. Em suma, se o «efeito de género» apresenta, a nível dos valores, menos intensidade do que o provocado por outras desigualdades estruturais, não deixa de estabelecer um padrão de diferenciação também no interior dos grupos sociais e geracionais.

Mais ainda, o factor «género» pode mesmo contribuir para a compreensão do impacto gerado por outras coordenadas sociais. Não é seguramente espúrio o efeito «gendrificado» das variáveis etárias e de escolaridade; afinal, a idade constitui uma coordenada mais poderosa para produzir a diferenciação intragrupal no caso dos homens, enquanto a escolaridade parece influenciar mais as variações interiores ao grupo das mulheres (v. η^2). Quer dizer, em suma, que a distância entre os homens situados na base ou no topo da pirâmide escolar é um pouco menor do que aquela que separa as mulheres em idênticas posições. Encontramos aqui uma provável consequência do rápido movimento de escolarização feminina em Portugal ao longo das últimas décadas, aumentando, assim, a diferenciação interna entre mulheres com baixos e elevados capitais académicos.

Na verdade, como observamos através das figuras 1.2 e 1.3, a «medida» das clivagens de género não é absolutamente idêntica em todos os grupos. Mais uma vez, as variações introduzidas pela idade ou pelo nível de escolaridade revelam os seus efeitos. No que respeita às coordenadas etárias, notamos que a distância aumenta com a idade, sendo maior entre os homens e as mulheres com 65 ou mais anos. Relativamente à escolaridade, encontramos uma alargada clivagem quando se trata de indivíduos com níveis superiores de ensino. Por um lado, face aos dados etários, ganha validade a hipótese de que, no domínio dos valores, se assiste a um movimento de convergência entre homens e mu-

Quadro 1.2 – Atitudes face à vida familiar segundo a idade e o sexo, Portugal ($n = 1091$) (*a*)

	Índice global	Emprego e maternidade	Papel feminino	Papel masculino	Div. conjugal trab. pago	Casamento e divórcio	Parentalidade e casamento	Coabitação e e informalidade	Centralidade do casamento	Centralidade da criança
Homens e mulheres										
Total	**3,30**	**2,72**	**3,08**	**4,11**	**3,87**	**4,18**	**2,84**	**3,71**	**3,15**	**1,86**
18-29 anos	3,55	3,09	3,18	4,22	4,26	4,09	3,33	4,00	3,51	2,18
30-44 anos	3,35	2,80	3,11	3,97	3,96	4,17	3,02	3,81	3,29	1,96
45-64 anos	3,26	2,60	3,11	4,12	3,75	4,28	2,73	3,72	3,04	1,73
65 anos ou mais	2,99	2,37	2,86	4,16	3,45	4,14	2,20	3,25	2,70	1,61
η^2 ($p < 0{,}001$)	*0,16*	*0,10*	*0,02*	*0,02*	*0,11*	*0,01*	*0,14*	*0,07*	*0,08*	*0,08*
Homens										
Total	**3,22**	**2,71**	**2,94**	**3,97**	**3,80**	**4,14**	**2,69**	**3,75**	**2,99**	**1,92**
18-29 anos	3,47	2,98	2,96	4,06	4,25	4,06	3,08	4,07	3,39	2,23
30-44 anos	3,26	2,85	2,94	3,75	3,85	4,07	2,92	3,76	3,23	2,09
45-64 anos	3,18	2,60	3,00	4,02	3,71	4,28	2,57	3,76	2,80	1,73
65 anos ou mais	2,86	2,29	2,83	4,09	3,27	4,11	1,98	3,29	2,41	1,62
η^2 ($p < 0{,}001$)	*0,20*	*0,11*	n. s.	*0,03*	*0,16*	*0,02*	*0,15*	*0,07*	*0,12*	*0,11*
Mulheres										
Total	**3,38**	**2,73**	**3,20**	**4,24**	**3,92**	**4,22**	**2,97**	**3,68**	**3,29**	**1,81**
18-29 anos	3,63	3,21	3,41	4,39	4,27	4,13	3,61	3,92	3,64	2,12
30-44 anos	3,43	2,75	3,28	4,18	4,07	4,27	3,12	3,86	3,35	1,83
45-64 anos	3,35	2,61	3,22	4,21	3,79	4,28	2,87	3,69	3,27	1,74
65 anos ou mais	3,08	2,43	2,88	4,22	3,58	4,16	2,35	3,22	2,92	1,61
η^2 ($p < 0{,}001$)	0,*16*	*0,11*	*0,06*	n. s.	*0,09*	n. s.	*0,16*	*0,07*	*0,05*	*0,06*

(*a*) Variância por sexo: $F(1, 917) = 27{,}52$, $p < 0{,}001$, $\eta^2 = 0{,}03$; variância por escolaridade: $F(4, 914) = 78{,}71$, $p < 0{,}001$, $\eta^2 = 0{,}26$.

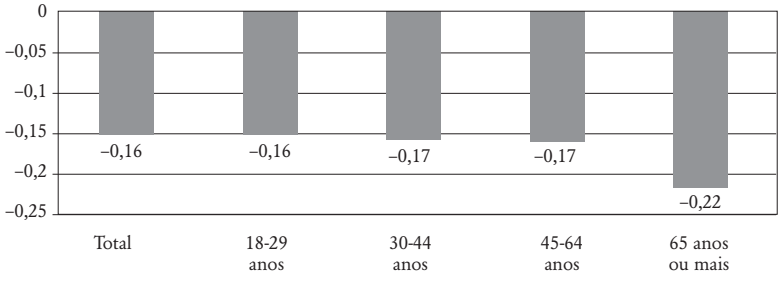
Quadro 1.3 – Atitudes face à vida familiar segundo a escolaridade e o sexo, Portugal ($n = 1091$) (*a*)

	Índice global	Emprego e maternidade	Papel feminino	Papel masculino	Div. conjugal trab. pago	Casamento e divórcio	Parentalidade e casamento	Coabitação e e informalidade	Centralidade do casamento	Centralidade da criança
Homens e mulheres										
Total	**3,30**	**2,72**	**3,08**	**4,11**	**3,87**	**4,18**	**2,84**	**3,71**	**3,15**	**1,86**
Nenhum	3,00	2,39	2,84	4,12	3,43	4,04	2,34	3,29	2,77	1,57
1.º ciclo do ensino básico	3,12	2,46	2,95	4,00	3,57	4,26	2,56	3,55	2,90	1,69
2.º e 3.º ciclos do ensino básico	3,38	2,79	3,08	4,12	4,00	4,15	3,06	3,87	3,33	1,92
Ensino secundário	3,62	3,22	3,32	4,25	4,36	4,19	3,35	4,07	3,51	2,16
Ensino superior	3,66	3,18	3,59	4,19	4,46	4,31	3,18	4,01	3,51	2,49
η^2 ($p < 0{,}001$)	*0,26*	*0,15*	*0,09*	*0,01*	*0,20*	*0,02*	*0,13*	*0,08*	*0,07*	*0,13*
Homens										
Total	**3,22**	**2,71**	**2,94**	**3,97**	**3,80**	**4,14**	**2,69**	**3,75**	**2,99**	**1,92**
Nenhum	2,87	2,44	2,77	3,93	3,36	3,85	2,27	3,28	2,53	1,64
1.º ciclo do ensino básico	3,04	2,42	2,87	3,90	3,48	4,23	2,43	3,63	2,71	1,71
2.º e 3.º ciclos do ensino básico	3,29	2,82	2,88	3,98	3,92	4,09	2,85	3,86	3,15	2,01
Ensino secundário	3,50	3,07	3,12	4,10	4,24	4,16	3,10	4,01	3,40	2,20
Ensino superior	3,52	3,11	3,37	4,01	4,35	4,24	2,84	3,87	3,30	2,39
η^2 ($p < 0{,}001$)	*0,22*	*0,13*	*0,05*	n. s.	*0,17*	*0,03*	*0,08*	*0,05*	*0,08*	*0,10*
Mulheres										
Total	**3,38**	**2,73**	**3,20**	**4,24**	**3,92**	**4,22**	**2,97**	**3,68**	**3,29**	**1,81**
Nenhum	3,04	2,38	2,86	4,18	3,44	4,10	2,36	3,29	2,84	1,55
1.º ciclo do ensino básico	3,24	2,52	3,05	4,13	3,68	4,30	2,74	3,45	3,16	1,66
2.º e 3.º ciclos do ensino básico	3,50	2,75	3,33	4,30	4,10	4,23	3,32	3,88	3,57	1,81
Ensino secundário	3,71	3,32	3,47	4,36	4,45	4,21	3,56	4,12	3,60	2,14
Ensino superior	3,81	3,24	3,78	4,36	4,56	4,37	3,49	4,14	3,70	2,58
η^2 ($p < 0{,}001$)	*0,33*	*0,18*	*0,15*	*0,02*	*0,23*	*0,02*	*0,20*	*011*	*0,09*	*0,16*

(*a*) Variância por sexo: $F(1, 917) = 27{,}52$, $p < 0{,}001$, $\eta^2 = 0{,}03$; variância por escolaridade: $F(4, 914) = 78{,}71$, $p < 0{,}001$, $\eta^2 = 0{,}26$.

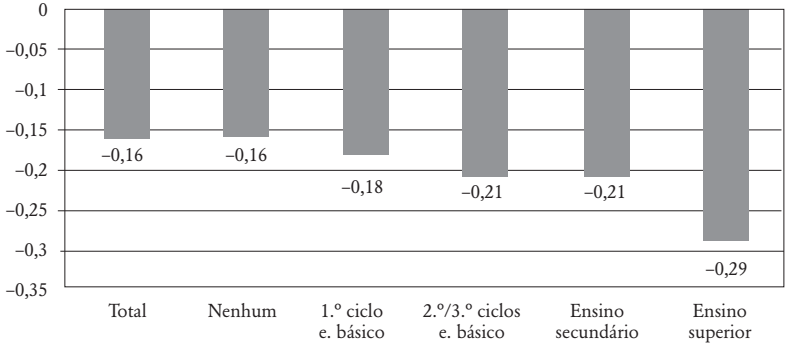
lheres; por outro lado, evidencia-se novamente o impacto da escolarização feminina, a atirar as mulheres para posições marcadamente modernistas na concepção da vida familiar e das relações sociais de género.

Figura 1.2 – Diferença de atitudes (índice global) entre homens e mulheres segundo os grupos etários, Portugal ($n = 1091$)



Variância por sexo:	
18-29 anos	$F(1, 205) = 8{,}0$, $p < 0{,}01$, $\eta^2 = 0{,}04$
30-44 anos	$F(1, 260) = 11{,}2$, $p < 0{,}001$, $\eta^2 = 0{,}04$
45-64 anos	$F(1, 271) = 11{,}5$, $p < 0{,}001$, $\eta^2 = 0{,}04$
65 anos ou mais	$F(1, 175) = 12{,}4$, $p < 0{,}01$, $\eta^2 = 0{,}07$

Figura 1.3 – Diferença de atitudes (índice global) entre homens e mulheres segundo os grupos de escolaridade, Portugal ($n = 1092$)



Variância por sexo:	
Nenhum	$F(1, 159) = 3{,}8$, $p < 0{,}05$, $\eta^2 = 0{,}02$
1.º ciclo do ensino básico	$F(1, 257) = 21{,}6$, $p < 0{,}001$, $\eta^2 = 0{,}08$
2.º e 3.º ciclos do ensino básico	$F(1, 278) = 22{,}2$, $p < 0{,}001$, $\eta^2 = 0{,}07$
Ensino secundário	$F(1, 141) = 10{,}9$, $p < 0{,}001$, $\eta^2 = 0{,}07$
Ensino superior	$F(1, 74) = 8{,}9$, $p < 0{,}01$, $\eta^2 = 0{,}11$

Uma análise centrada no conceito de género, enquanto princípio de diferenciação social, não equivale a reificar categorias sexuais, independentemente das inserções específicas dos indivíduos na estrutura social. O género não pode ser conceptualizado na qualidade de categoria unitária e omnirrelevante nos processos sociais. Dir-se-á antes que as pertenças estruturais dos indivíduos influenciam os modos de vivência do género e a sua definição: cada grupo social, cada geração, têm modos particulares de conceptualizar, nas representações e nas práticas, a diferenciação entre masculino e feminino. Como nos disse a este propósito Almeida (1995, p. 130): «Ao contrário da classe ou das instituições sociais, como a família, o género cruza-as, por assim dizer, transversalmente.» Quer dizer: o género é uma categoria que se encontra no interface das inúmeras pertenças sociais dos indivíduos, não possuindo um contexto organizacional específico, mas adquirindo realidade nos diferentes contextos que por ele se encontram mais ou menos marcados.

Os homens e as mulheres face à família em vários países europeus

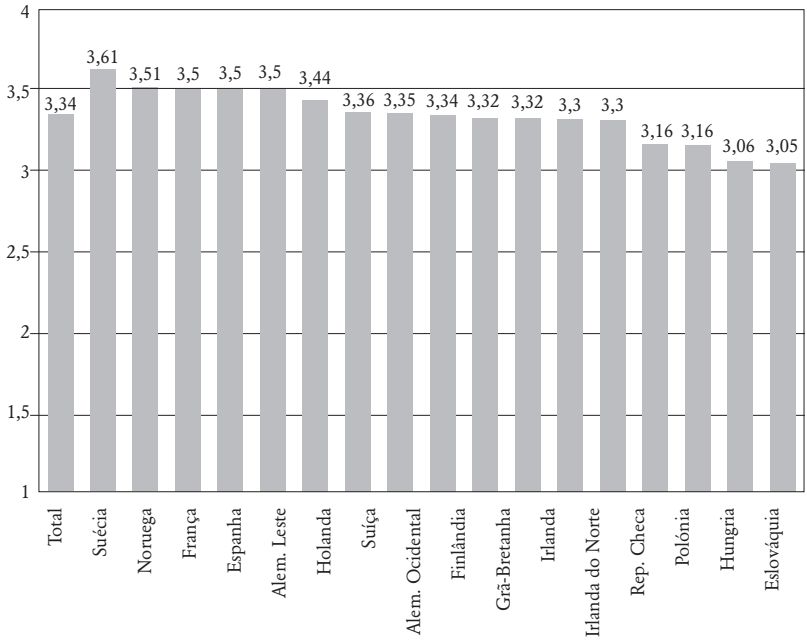
Feito o retrato das mulheres e dos homens portugueses face aos valores da vida familiar, observamos, num primeiro momento, a posição média de Portugal num mapa alargado a quinze países europeus integrantes do ISSP. Compara-se depois, com maior pormenor, a estrutura das clivagens e continuidades de género em Portugal e noutros seis países. Como veremos, estes países situam-se em *clusters* específicos de valores de género face à vida familiar. Evidentemente, este trabalho comparativo a partir de indicadores tão sintéticos como são as médias nacionais não é realizado sem consciência dos limites e riscos nele envolvidos. A maneira como doravante nos referimos aos países, como se se tratasse de entidades homogéneas, não decorre de qualquer essencialismo ignorante da sua diversidade interna, mas resulta apenas de uma estratégia metodológica de apresentação dos resultados. Estes devem, portanto, ser sobretudo interpretados enquanto indicativos de determinadas dinâmicas de continuidade e mudança nas visões da vida familiar e das relações sociais de género.

Um mapa de valores a quinze países

Em traços gerais, a comparação europeia do índice global de atitudes face à vida familiar coloca Portugal numa posição em torno da média

dos quinze países da amostra, que é de 3,34. Uma posição moderadamente modernista, portanto. Pese embora o facto, aliás importante, de todos os países ultrapassarem, nos valores médios, a barreira do meio da escala, todos apresentam médias acima do valor 3 numa escala de (1) atitudes tradicionalistas a (5) atitudes modernistas. Apesar das especificidades sociais, económicas e culturais e das práticas e políticas de género vigentes em cada contexto nacional, todos estes países tendem para o pólo modernista no que respeita aos valores da vida familiar (figura 1.4).

Figura 1.4 – Índice global de atitudes face à família (nove dimensões) em quinze países europeus (*a*)



(*a*) Apesar de se tratar de quinze países, preferimos, tentando respeitar critérios de especificidade intranacional, separar, no Reino Unido, a Grã-Bretanha da Irlanda do Norte e, no caso da Alemanha, analisar separadamente a Alemanha Ocidental e a de Leste.

Numa classificação hierárquica do valor do índice global de atitudes, Portugal aparece posicionado no conjunto, aliás alargado, de sociedades cujas médias rondam a do conjunto de quinze países: além do nosso país, este grupo integra contextos nacionais tão diversificados como a

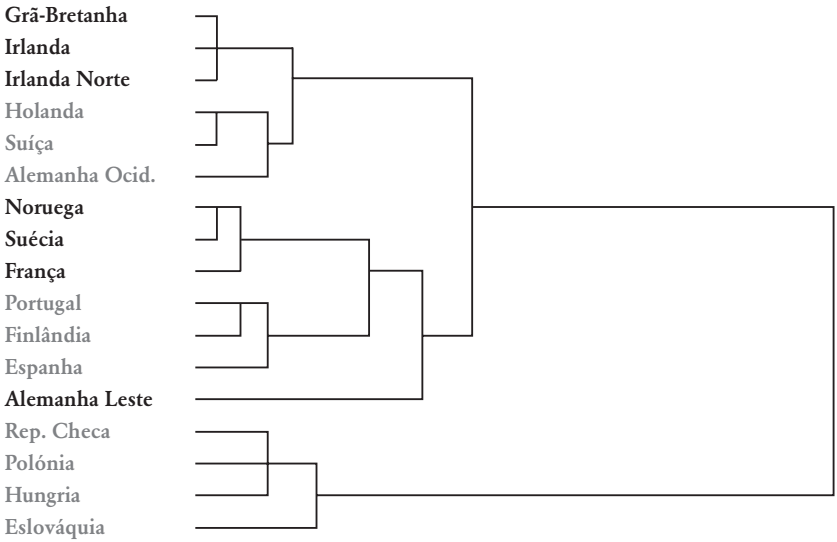
Irlanda do Norte, a Irlanda, a Grã-Bretanha, a Finlândia, a Alemanha Ocidental e a Suíça. Atrás deste conjunto encontram-se então os países pós-soviéticos, cujos valores médios são um pouco mais conservadores, sobretudo nos casos da Hungria e da Eslováquia, claramente posicionadas no lugar mais à esquerda da escala tradicional/moderno. Mais modernistas em termos de valores são, por outro lado, a Suécia e a Noruega, bem como a França e a Espanha.

Nesta primeira abordagem da organização comparativa dos quinze países no mapa europeu apenas conseguimos identificar três tendências: por um lado, a configuração mais conservadora dos países do alargamento da União Europeia; por outro, a maior modernidade simbólica da Escandinávia (excluindo a Finlândia), que se estende também à França e, mais curiosamente, à Espanha; finalmente, a existência de um grupo relativamente vasto de países na média, onde, muito provavelmente, se expressa um «liberalismo moderado» face à família e às relações de género. Um mapa tão diversificado como este não nos permitiria concluir muito mais sobre as especificidades europeias. Mas, através de uma análise estatística mais detalhada das médias obtidas para homens e para mulheres nos nove índices de atitudes face à vida familiar, conseguimos organizar os diferentes países segundo lógicas um pouco mais esclarecedoras, construindo uma visão mais complexa das várias geografias normativas no mapa europeu. Mais do que uma classificação simplesmente hierarquizante, importa assim caracterizar as diferentes formas de se ser mais modernista ou mais tradicionalista em relação a uns ou a outros aspectos da vida familiar e dos papéis de género, decompondo, tanto quanto possível, a aparente homogeneidade das médias nacionais (figura 1.5; anexo, quadro 1.11).

De acordo com a análise hierárquica de *clusters* realizada, um primeiro agrupamento de países aproxima o Reino Unido (Grã-Bretanha e Irlanda do Norte) e a Irlanda. O liberalismo moderado que os caracteriza materializa-se sobretudo em posições relativamente pouco conservadoras face à centralidade da criança ou ao impacto do emprego feminino sobre os filhos pequenos. Maior tradicionalismo impõe-se, contudo, no tocante ao papel masculino, à divisão do trabalho pago no casal ou mesmo à centralidade do casamento na vida pessoal, tendência que denota concepções dos papéis de género relativamente estruturadas por uma visão sexualmente diferenciada de competências e deveres. Neste caso, ao contrário do que sucede em Portugal, o afastamento face a um esquema tradicionalista da reprodução familiar que faça o elogio dos lavores domésticos femininos ou

Figura 1.5 – Dendograma das médias de atitudes de homens, mulheres e diferença H-M

(análise hierárquica de *clusters* segundo o método Ward aos nove índices de atitudes)



centre na criança a principal fonte de realização não se apresenta particularmente solidário de ideais igualitários na divisão do trabalho doméstico e profissional.

Outro *cluster* exemplificativo da heterogeneidade dos países de «liberalismo moderado» aproxima agora a Alemanha Ocidental, a Suíça e a Holanda, países em que políticas maternalistas convivem com a domesticidade ou o emprego a tempo parcial das mulheres com filhos pequenos. Mais uma vez, na visão das relações de género na família, a necessidade de maior participação masculina na esfera doméstica não é sublinhada, apresentando este indicador os valores mais baixos no conjunto dos quinze países. De igual modo, como no agrupamento anterior, a divisão do trabalho pago no casal não constitui um ideal muito forte. No entanto, outros valores são menos conservadores: na visão do papel da mulher valoriza-se mais a independência, criando algum hiato com as práticas, ao mesmo tempo que se é mais modernista face à dissolução do casamento ou à coabitação informal. Marcando ainda a diferença relativamente à Grã-Bretanha, dá-se mais relevo à criança (sobretudo na Alemanha Ocidental) e vê-se como mais negativa a relação entre emprego feminino e maternidade (sobretudo na Suíça).

Portugal, outro país do meio da escala, surge associado à Finlândia, também moderadamente liberal, contrastando um pouco com as vizinhas Suécia e Noruega, e à Espanha, sociedade mais modernista em termos médios. Não obstante as diferenças existentes no plano dos valores, das práticas e das políticas de género, estes três países partilham uma forte orientação para a participação masculina nas tarefas domésticas e nos cuidados com os filhos, a par de uma visão mais igualitária da divisão do trabalho profissional no casal. Entende-se que ambos os cônjuges devem contribuir para o sustento da família. Do ponto de vista da construção da identidade, a criança é muitíssimo mais central do que o casamento, identificando uma tendência específica de construção simbólica de valores familialistas, cujo recorte não anula o reconhecimento do direito das mulheres à profissão. Ainda que a Espanha, em domínios como o papel social feminino ou o ideal de família com filhos, seja menos conservadora do que Portugal e a Finlândia, partilha com estas sociedades os traços que acabámos de descrever. Na verdade, em Espanha, onde apenas um terço das mulheres entre os 18 e os 65 anos trabalha a tempo inteiro (e 28% são domésticas), encontramos uma concepção do papel feminino bastante mais voltada para a independência da mulher do que na Finlândia e em Portugal, países onde, na prática, as mulheres já adquiriram uma certa autonomia profissional[14]. Em ambos os casos metade das mulheres entre os 18 e os 65 anos tem profissões a tempo inteiro; em Portugal, o país onde as mães de filhos pequenos mais trabalham a tempo inteiro, esta proporção é de 53% quando a mulher tem em casa pelo menos uma criança até aos 5-6 anos de idade. Mas, apesar das práticas, muitos homens e mulheres continuam divididos entre a mulher profissionalmente independente e a mulher como dona de casa e mãe, deixando transparecer, no respeitante à construção social do feminino, quer as ambiguidades entre valores e práticas, quer as que são intrínsecas ao domínio simbólico.

Nos restantes *clusters* de países desenham-se outras combinatórias.

A Suécia, a Noruega e a França apresentam padrões normativos um pouco menos oscilantes na sua modernidade, muito embora esta última seja um pouco diferente dos países escandinavos, partilhando com a Espanha e Portugal a elevada apetência pela participação doméstica do homem e a centralidade concedida à criança. Mais modernista, tal como na Suécia e na Noruega, é, contudo, a visão da relação entre emprego feminino e maternidade.

---

[14] V. no anexo, quadro 1.12, a caracterização da condição perante o trabalho dos homens e das mulheres inquiridos nos vários países.

No respeitante aos países do antigo bloco de Leste, estes encontram-se agrupados em torno de valores conservadores em quase todas as dimensões analisadas, com a excepção, na República Checa e na Polónia, da ênfase na participação masculina em casa e com os filhos. Apesar de o trabalho feminino a tempo inteiro se situar em todos estes países acima dos 40%.

Por último, a Alemanha de Leste configura-se isolada na partição estatística. Muito modernista no respeitante ao papel social da mulher, à relação entre emprego e maternidade, à divisão do trabalho pago no casal, ao divórcio e à coabitação informal, apresenta valores médios bastante mais tradicionalistas quando os tópicos são a centralidade da criança e do casamento. A concepção de uma vida feliz e realizada prende-se consideravelmente com a junção entre o casal e a criança, ao contrário, por exemplo, de Portugal, onde os filhos têm total primazia na lista de gratificações dos indivíduos, ou mesmo da Grã-Bretanha, onde o viver a dois parece ser mais importante para a felicidade individual do que a dimensão parental.

Face a esta análise, compreende-se, por certo, a complexidade encerrada na «classificação» dos países. Onde é que se é mais modernista ou mais tradicionalista? A resposta a esta questão está muito longe de ser linear ou sequer simples. Na sua globalidade, os homens e as mulheres destes quinze países europeus tendem a ser mais tradicionalistas em dimensões que remetem para a organização da família com filhos (centramento na criança, parentalidade e casamento, emprego e maternidade, centramento no casamento) e para a visão do papel social feminino. São, por outro lado, habitualmente mais modernistas nas posições assumidas face ao divórcio ou ao papel masculino na esfera doméstica. Contudo, como observámos, nem sempre com o mesmo padrão. Uma semelhança aparente na modernidade ou no tradicionalismo dos valores retrata processos sociais diferentes, bem como diversas correlações entre práticas e ideais de género na família.

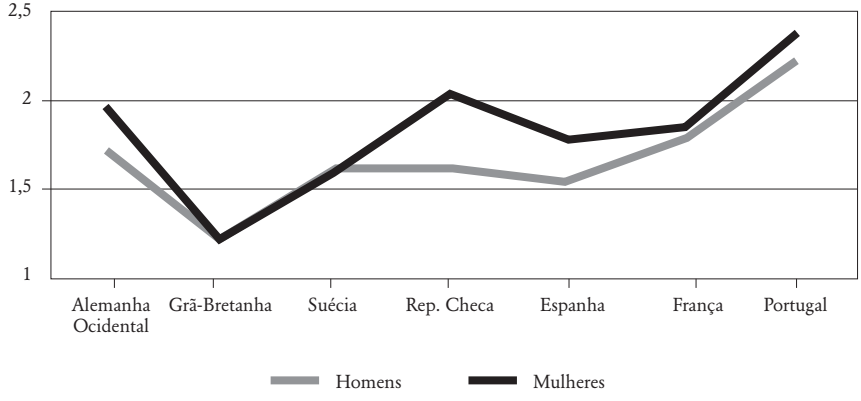
Mais adiante voltaremos a discutir as questões da comparabilidade internacional, bem como o vínculo entre práticas e representações sociais. Fica de momento registado um alerta para a complexidade da comparação internacional, a braços com realidades que só a história e a realidade conjuntural de cada país podem, afinal, explicar, mostrando caminhos particulares de modernização social. Antes vejamos, contudo, agora apenas para sete destes países (Portugal e Espanha, Suécia e França, Alemanha Ocidental, Grã-Bretanha, República Checa), quais as principais lógicas e dimensões das clivagens entre homens e mulheres.

Diferenças nacionais e clivagens de género em sete países europeus

Em primeiro lugar, impõe-se destacar uma observação flagrante que constitui uma tendência modal partilhada por todos os países analisados. Deixando transparecer dinâmicas profundas de mudança social na «ordem de género», as mulheres respondem sistematicamente de forma mais modernista e igualitária do que os homens, criando assim, face a eles, uma certa distância simbólica.

Além disso, fazendo a repetição dos resultados encontrados em Portugal, as mulheres apresentam normalmente maior diversidade intragrupal do que os homens, permitindo reafirmar, agora para os sete países comparados, um outro efeito de género operante no plano dos valores. Sem dúvida nenhuma, no equilíbrio das relações sociais de género existentes em cada contexto nacional são as mulheres que sofrem mais oscilações. Quando comparamos o conjunto feminino entre si, encontramo-lo mais frequentemente fracturado por variações internas do que sucede com os homens. As mulheres apresentam, portanto, um perfil de respostas com maiores polarizações ao longo do eixo tradicionalista/modernista (v. figura 1.6) [15].

Figura 1.6 – Distância média entre os valores mais modernistas e mais tradicionalistas observados nos nove índices segundo o sexo



[15] É de notar que os resultados da análise de variância para o grupo das mulheres e dos homens revelou sempre maiores diferenciações entre as mulheres (v. quadro 1.4).

Enquanto os homens apresentam uma estrutura de diferenciação que elege como principais elementos a concepção do seu papel na esfera doméstica e o grau de importância atribuído à criança, as mulheres distanciam-se entre si num maior número de itens (v. análises da variância por país segundo o sexo no quadro 1.4). O centramento na criança e no casamento, a informalidade da conjugalidade, a divisão do trabalho pago no casal e o papel masculino na esfera doméstica apresentam variações consideráveis nas respostas dadas pelas mulheres dos países em análise. Destas dimensões, a mais fracturante é a posição assumida face à centralidade da criança, oscilando, por exemplo, entre os valores 1,87 atribuído pelas portuguesas e 2,73 atribuído pelas britânicas.

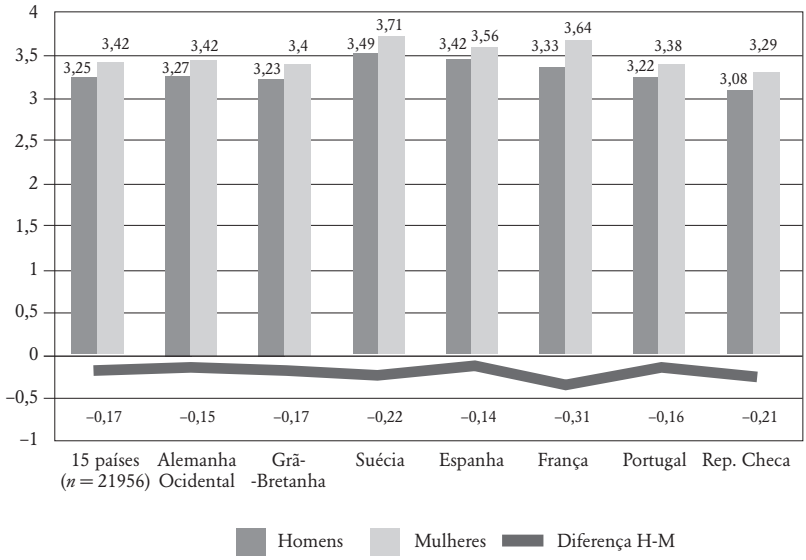
Ora, nos processos de categorização social, princípio cognitivo básico de ordenação e sistematização dos objectos e das pessoas, tende-se, como notou Tajfel (v. Tajfel, 1972, Deschamps, 1991, e Vasconcelos, 2004), a simplificar o mundo social, por um lado, exagerando a semelhança entre os pertencentes ao grupo ou categoria e, por outro, maximizando a diferença entre os grupos ou as categorias. Aplicando este «princípio do metacontraste» às categorias de género (que, como outras categorias sócio-culturais, definem o lugar do indivíduo na sociedade), conseguimos equacionar a tendência para maior homogeneização no masculino e maior heterogeneidade do feminino. São, afinal, a identidade e o lugar social das mulheres os primeiros a ser postos em causa e a ser objecto de reviravoltas e de divisões entre vários ideais de feminilidade.

No domínio das práticas, é ainda a posição social da mulher que maior peso assume na variação entre os países, quer de um ponto de vista das políticas sociais, quer na divisão sexual do trabalho. Oscila-se, afinal, entre as orientações políticas de incentivo ao modelo do *dual breadwinner* em países como a Suécia ou mesmo a Espanha dos últimos anos, as lógicas maternalistas que têm caracterizado a concepção do papel da mulher na Alemanha Ocidental ou o liberalismo político britânico, que acaba por responsabilizar a mulher pelos cuidados aos filhos pequenos; diverge-se ainda nas práticas entre o trabalho a tempo inteiro das mulheres portuguesas, a tempo parcial das suecas ou a elevada proporção de domésticas na Alemanha Ocidental e em Espanha. A masculinidade, enquanto modelo dominante de identidade, tem até certo ponto permanecido mais incólume: a função do homem como ganha-pão só mais timidamente é posta em causa, como mostra a transversalidade do modelo de trabalho masculino a tempo inteiro. Além disso, à medida que muitas mulheres iam assumindo papéis sociais tradicionalmente atribuídos ao homem (no mundo profissional,

por exemplo), este só muito mais lentamente entrava nos espaços femininos. Neste sentido, a maior diversidade interna das mulheres pode retratar as ambivalências com que estas se debatem na definição da sua própria identidade social.

Por outro lado, convém salientar mais um aspecto importante da análise. Embora a variância das atitudes seja mais elevada quando se comparam globalmente os sete países entre si, as diferenças entre homens e mulheres continuam a ter validade explicativa em todos os contextos nacionais (v. resultados da análise de variância na figura 1.7),

Figura 1.7 – Índice global de atitudes face à vida familiar segundo o país e o sexo



Variância por sexo	$F(1, 7430) = 259{,}8$, $p < 0{,}001$, $\eta^2 = 0{,}03$
Variância por país	$F(6, 7425) = 91{,}6$, $p < 0{,}001$, $\eta^2 = 0{,}07$
Variância do país por sexo	
Homens	$F(6, 3430) = 38{,}6$, $p < 0{,}001$, $\eta^2 = 0{,}06$
Mulheres	$F(1, 3990) = 60{,}0$, $p < 0{,}001$, $\eta^2 = 0{,}08$
Variância do sexo por país	
Suécia	$F(1, 619) = 36{,}9$, $p < 0{,}001$, $\eta^2 = 0{,}06$
França	$F(1, 1372) = 107{,}5$, $p < 0{,}001$, $\eta^2 = 0{,}07$
Espanha	$F(1, 1631) = 30{,}8$, $p < 0{,}001$, $\eta^2 = 0{,}02$
Alemanha Ocidental	$F(1, 539) = 12{,}3$, $p < 0{,}001$, $\eta^2 = 0{,}02$
Grã-Bretanha	$F(1, 1356) = 49{,}4$, $p < 0{,}001$, $\eta^2 = 0{,}04$
Portugal	$F(1, 917) = 27{,}5$, $p < 0{,}001$, $\eta^2 = 0{,}03$
República Checa	$F(1, 986) = 29{,}0$, $p < 0{,}001$, $\eta^2 = 0{,}03$

dando globalmente relevo a um maior liberalismo dos valores no feminino e salientando também o potencial explicativo do género, enquanto princípio de diferenciação social, nos vários contextos nacionais.

Na óptica das clivagens de género, os sete países podem caracterizar-se por maiores (como é o caso da França, por exemplo) ou por menores (como acontece, por exemplo, em Espanha) distâncias entre os homens e as mulheres nos valores da vida familiar, mas as dimensões mais sensíveis a variações segundo o sexo identificam padrões específicos, reafirmando algumas tendências de diferenciação observadas anteriormente. Em traços gerais, verificamos que, nas clivagens de género, estão em causa aspectos diferentes da vida familiar e dos papéis de género: pode focar-se mais o lugar social da mulher, a maternidade e a criança, o modelo de família ou o próprio equilíbrio entre os papéis de género (quadros 1.4 e 1.5).

Na Alemanha Ocidental, os homens e as mulheres têm um padrão de diferenciação que envolve aspectos relacionados com o lugar da mulher: a articulação entre emprego e maternidade, o papel da mulher entre a profissão e o mundo doméstico. As mulheres são claramente mais defensoras de uma independência feminina que, no entanto, não parece interpelar de maneira muito forte nem o lugar do homem na vida familiar nem a sua responsabilidade de ganha-pão. O elevado número de mulheres domésticas, sobretudo quando são mães de crianças pequenas, é suficientemente exemplificativo do carácter diferenciado da organização da vida familiar.

Na Grã-Bretanha é, por outro lado, o modelo de família que mais divide os homens e as mulheres nos ideais da vida familiar. Está em cheque sobretudo o lugar do casamento tanto no bem-estar do indivíduo como na criação de uma família com filhos. Dimensões, portanto, que questionam as modalidades de organização do casal e da família. Sem se verificarem, curiosamente, grandes desacordos face à divisão do trabalho no casal ou ao papel do homem em casa e com os filhos. Como no caso anterior, as clivagens de género tendem a produzir-se, deixando relativamente incólume o papel social do homem.

Na Suécia o padrão de género deixa também ausentes as dimensões mais directamente relacionadas com a divisão sexual do trabalho, parecendo agora divergir-se a propósito de aspectos que focam o lugar da criança na vida familiar. Num quadro pintado por atitudes modernistas, quer no feminino, quer no masculino, as mulheres, assumem, contudo, posições mais modernistas no tocante ao impacto do seu trabalho profissional sobre os filhos em idade pré-escolar e no ideal, para elas

Quadro 1.4 – Índice global de atitudes face à vida familiar, segundo o sexo, nos sete países

	Total quinze países	Alemanha Ocidental	Grã-Bretanha	Suécia	Rep. Checa	Espanha	França	Portugal
Total absoluto	21 956	936	1984	1080	1346	2471	1903	1092
Homens								
Emprego e maternidade	3,06	2,98	2,96	**3,35**	**3,15**	3,05	3,05	**2,71**
Papel feminino	3,12	**3,39**	3,15	**3,27**	**2,93**	**3,27**	3,23	**2,94**
Papel masculino na esfera doméstica	3,62	**3,50**	**3,53**	3,69	**3,37**	**4,02**	**3,89**	**3,97**
Divisão conjugal do trabalho pago	3,63	**3,50**	**3,58**	**4,08**	**3,44**	3,77	3,74	**3,80**
Casamento e divórcio	3,93	4,08	3,89	3,89	**3,76**	3,94	**4,10**	**4,14**
Paternidade e casamento	2,77	2,71	2,67	**2,91**	**2,64**	**3,12**	**2,62**	2,69
Coabitação e informalidade	3,78	3,92	**3,68**	**4,18**	**3,69**	3,72	**4,06**	3,75
Centramento na criança	2,42	2,38	**2,70**	**2,59**	**2,14**	2,48	2,33	**1,92**
Centramento no casamento	2,97	**2,87**	**2,90**	**3,33**	**2,74**	**3,31**	**3,21**	2,99
Mulheres								
Emprego e maternidade	3,25	3,30	3,22	**3,67**	3,25	3,17	**3,39**	**2,73**
Papel feminino	3,25	**3,69**	3,22	**3,41**	**3,03**	**3,44**	**3,43**	**3,20**
Papel masculino na esfera doméstica	3,91	**3,73**	**3,69**	**3,85**	4,06	**4,25**	4,03	**4,24**
Divisão conjugal do trabalho pago	3,80	**3,71**	**3,69**	**4,23**	**3,59**	3,92	**4,13**	3,92
Casamento e divórcio	4,02	**4,17**	3,95	3,93	**3,82**	3,98	**4,15**	**4,18**
Paternidade e casamento	3,03	2,99	2,85	3,15	2,73	**3,19**	**2,82**	**2,84**
Coabitação e informalidade	3,76	3,85	**3,67**	**4,23**	**3,67**	**3,70**	**4,17**	**3,71**
Centramento na criança	2,40	**2,22**	**2,73**	**2,63**	**2,03**	**2,47**	2,34	**1,87**
Centramento no casamento	3,24	**3,12**	**3,09**	**3,48**	**2,76**	3,41	**3,43**	**3,15**

Acima da média Abaixo da média Restantes valores não significativos.

A comparação das médias foi calculada usando o *one-sample t test.*

Quadro 1.4a – Variância do índice de atitudes face à vida familiar

	Variância por país	Variância por sexo	Variância por país segundo o sexo	
			Homens	Mulheres
Emprego e maternidade	$F(6, 9580) = 72{,}5,\ p < 0{,}001$	$F(1, 9586) = 128{,}5,\ p < 0{,}001$	$F(6, 4510) = 24{,}8, p < 0{,}001$	$F(6, 5063) = 54{,}2,\ p < 0{,}001$
Papel feminino	$F(6, 9763) = 68{,}9,\ p < 0{,}001$	$F(1, 9768) = 104{,}1, p < 0{,}001$	$F(6, 4468) = 29{,}7, p < 0{,}001$	$F(6, 5288) = 43{,}1,\ p < 0{,}001$
Papel masculino na esfera doméstica	$F(6, 10363) = 125{,}1,\ p < 0{,}001$	$F(1, 10368) = 258{,}7,\ p < 0{,}001$	$F(6, 4881) = 76{,}4, p < 0{,}001$	$F(6, 5475) = 76{,}2,\ p < 0{,}001$
Divisão conjugal do trabalho pago	$F(6, 10466) = 89{,}7,\ p < 0{,}001$	$F(1, 10471) = 127{,}2,\ p < 0{,}001$	$F(6, 4950) = 36{,}9, p < 0{,}001$	$F(6, 5509) = 61{,}1,\ p < 0{,}001$
Casamento e divórcio	$F(6, 10137) = 43{,}0,\ p < 0{,}001$	$F(1, 10142) = 40{,}1,\ p < 0{,}001$	$F(6, 4774) = 21{,}1, p < 0{,}001$	$F(6, 5357) = 22{,}5,\ p < 0{,}001$
Paternidade e casamento	$F(6, 10190) = 53{,}4,\ p < 0{,}001$	$F(1, 10195) = 200{,}3,\ p < 0{,}001$	$F(6, 4806) = 31{,}4, p < 0{,}001$	$F(6, 5378) = 25{,}6,\ p < 0{,}001$
Coabitação e informalidade	$F(6, 10283) = 108{,}6,\ p < 0{,}001$	n. s.	$F(6, 4861) = 33{,}9, p < 0{,}001$	$F(6, 5414) = 79{,}3,\ p < 0{,}001$
Centramento na criança	$F(6, 9764) = 202{,}7,\ p < 0{,}001$	n. s.	$F(6, 4573) = 67{,}8, p < 0{,}001$	$F(6, 5184) = 143{,}7,\ p < 0{,}001$
Centramento no casamento	$F(6, 10001) = 75{,}6,\ p < 0{,}001$	$F(1, 10006) = 140{,}0,\ p < 0{,}001$	$F(6, 4744) = 28{,}5, p < 0{,}001$	$F(6, 5248) = 64{,}1, p < 0{,}001$

Quadro 1.5 – Principais dimensões das clivagens entre homens e mulheres (*a*)

		Diferença	η^2
Alemanha Ocidental	Emprego e maternidade	–0,32	0,03
Lugar da mulher	Papel feminino	–0,30	0,03
Grã-Bretanha	Centramento no casamento	–0,35	0,03
Modelo de família	Parentalidade e casamento	–0,32	0,03
França	Centramento no casamento	–0,41	0,03
Modelo de família e lugar da mulher	Parentalidade e casamento	–0,39	0,03
	Divisão conjugal do trabalho pago	–0,39	0,04
	Emprego e maternidade	–0,34	0,03
Suécia	Parentalidade e casamento	–0,46	0,06
Lugar da criança	Emprego e maternidade	–0,32	0,03
Portugal	Papel feminino	–0,26	0,03
Papéis de género	Papel masculino na esfera doméstica	–0,27	0,04
Espanha			
Papel masculino	Papel masculino na esfera doméstica	–0,23	0,03
República Checa			
Papel masculino	Papel masculino na esfera doméstica	–0,69	0,13

(*a*) Com base nos resultados da análise de variância, optámos por considerar mais significativos das clivagens de género os índices em que se obtiveram η^2 iguais ou superiores a 0,03. Assim, no caso português, por exemplo, retêm-se as duas dimensões que registam maior variância por sexo (papel feminino e papel masculino), embora, como observámos anteriormente, se verifiquem resultados significativos também em dimensões como a centralidade do casamento ou a relação entre parentalidade e casamento. No entanto, de um ponto de vista estatístico, as distâncias aqui registadas não são tão expressivas.

não necessariamente biparental, de família com filhos. Produzem-se assim, pelo maior liberalismo feminino, algumas clivagens que, muito provavelmente, tenderão a questionar os modelos de bem-estar infantil.

Nos restantes países são, entretanto, as dimensões ligadas aos papéis de género na divisão do trabalho os principais alicerces das clivagens entre homens e mulheres. Em Espanha, país modernista e pouco diferenciado no plano dos valores, e sobretudo na República Checa, sociedade mais conservadora, a variância por sexo é consideravelmente mais forte no que toca ao papel do homem na esfera doméstica. Quer num, quer noutro caso, as mulheres desejariam, mais do que os homens, que estes participassem no trabalho da casa e nos cuidados com os filhos. Em Portugal são ainda os papéis de género a gerar a maior discórdia. Mas agora num padrão que inclui tanto o papel do homem como o da mulher.

Finalmente, no caso da França, país onde encontramos as maiores clivagens de género, é flagrante o contraste entre o liberalismo forte das mulheres e o maior conservadorismo dos homens. De facto, as mulheres francesas estão mais próximas das suecas do que acontece no

Quadro 1.6 – Análise de componentes principais sobre os nove índices para os homens e as mulheres de cada país

	Portugal			Alemanha Ocidental			Grã-Bretanha			Suécia			Rep. Checa			Espanha			França		
	1	2	3	1	2	3	1	2	3	1	2	3	1	2	3	1	2	3	1	2	3
Mulheres																					
Emprego e maternidade		**,57**		**,72**			**,66**				**,49**		**,75**				**,68**			**,64**	
Papel feminino		**,61**		**,71**			**,73**				**,81**		**,73**				**,58**			**,62**	,47
Papel masculino na esfera doméstica		**,64**		**,60**			**,40**				**,63**				**–,46**	**,69**					**,72**
Divisão conjugal do trabalho pago		**,80**		**,76**			**,81**				**,66**		**,80**			**,54**				**,44**	**,57**
Casamento e divórcio			**,80**		**,79**			**,58**		**,46**				**,58**		**,75**					**,63**
Paternidade e casamento	**,74**				**,66**			**,77**		**,74**				**,74**		**,73**			**,72**		
Coabitação e informalidade	**,64**				**,53**			**,70**		**,82**				**,73**		**,57**	**,42**		**,79**		
Centramento na criança	**,58**		–,41			**,77**			**,79**			**,79**			**,77**		**,78**			**,72**	
Centramento no casamento	**,72**					**,76**		,59	,56	**,59**		,50		,49	,58	**,52**					
Variância explicada	29,7	15,3	11,4	25,1	17,9	15,5	21,4	20,7	13,3	21,7	21,0	15,1	21,4	19,6	14,2	29,1	22,8		22,6	19,8	16,4
α	0,60	0,53	0,46	0,69	0,58	0,46	0,65	0,57	–	0,62	0,62	–	0,69	0,52	0,51	0,73	0,55		0,70	0,68	0,41
Homens																					
Emprego e maternidade	,49		**,53**	**,57**			**,66**			**,61**				**,73**		,49		,44		**,72**	
Papel feminino			**,89**	**,66**			**,67**			**,75**				**,60**		**,66**				**,76**	
Papel masculino na esfera doméstica		**,71**			**–,76**				**–,60**	**,60**					**,88**	**,71**		–,38			**,74**
Divisão conjugal do trabalho pago	,45		,43	**,77**			**,75**			**,75**				**,65**		**,78**				**,77**	
Casamento e divórcio		**,70**		**,54**				**,76**						**,42**			**,73**				**,56**
Paternidade e casamento	**,71**			**,65**				**,67**			**,57**				**,54**	,34	**,66**		**,52**		,47
Coabitação e informalidade		**,56**		**,47**			,45	,50			**,64**		**,72**				**,61**	,38	**,71**		
Centramento na criança	**,66**				**,62**				**,69**		**,62**		**,64**					**,79**	**,59**		
Centramento no casamento	**,75**			**,45**	**,60**			,58	,52		**,75**		**,65**				**,74**		**,80**		
Variância explicada	31,4	14,0	11,4	30,0	16,4		22,0	19,0	13,6	23,4	23,2		19,9	17,7	15,4	23,5	22,9	14,6	22,3	22,0	14,7
α	0,60	0,53	0,46	0,69	0,50		0,59	0,36	0,45	0,64	0,64		0,51	0,50	0,37	0,67	0,70	–	0,67	0,70	0,36

caso dos homens. Além disso, as clivagens de género apresentam um padrão onde pesam as dimensões ligadas ao modelo de família, mais biparental para os homens, e ao lugar da mulher, mais subordinada às competências maternais na visão masculina. Misturam-se assim vários aspectos da vida familiar, demonstrando as divergências entre os homens e as mulheres franceses.

Padrões de género

A completar a análise dos padrões de diferenciação de género nos valores da vida familiar, a realização de análises de componentes principais aos nove índices de atitudes para os homens e mulheres destes sete países europeus revelou algumas «estruturas de associação» diversificadas tanto por sexo como por país (quadro 1.6).

No caso português, os dois padrões de género encontrados permitem observar que, enquanto as mulheres associam entre si, num mesmo factor, todas as dimensões relativas aos papéis de género na divisão do trabalho e, noutro, as dimensões referentes ao maior ou menor grau de institucionalidade na organização da vida familiar, os homens tendem, pelo contrário, a autonomizar o papel masculino das outras dimensões da divisão do trabalho. No caso masculino, um dos factores (factor 2) associa o papel masculino na esfera doméstica a dimensões indicativas de (des)institucionalização da conjugalidade (atitudes face ao divórcio e à coabitação informal); noutro encontramos então a associação entre o papel feminino e a relação entre emprego e maternidade. Em suma, parece haver por parte dos homens uma maior «individualização» na forma como concebem a sua participação na esfera doméstica. As mulheres tenderão, muito mais provavelmente, a pensar o seu próprio papel em função do homem e do próprio casal.

Esta diferenciação de estruturas factoriais encontrada em Portugal está próxima das observadas na Alemanha Ocidental e na Grã-Bretanha, pesem embora as diferenças inerentes à maneira como as mulheres destes três países se posicionam face aos ideais de divisão do trabalho. Gerando ambivalências diversas das portuguesas, as mulheres não confrontam tão vigorosamente o modelo de ganha-pão masculino. Por um lado, aderem a uma norma ideal de independência feminina; por outro, não interpelam directamente uma divisão desigual do trabalho pago. A quebra da «dependência face ao marido», um dos processos que Singly (1993) considera central na modernização da família, não é liminarmente recusada, mostrando uma das faces da menor individualização feminina.

Em contraste com estas «individualizações diferenciadas», a Suécia surge, neste conjunto de sete países, como o único em que homens e mulheres apresentam estruturas factoriais semelhantes, com uma associação, para ambos, dos papéis masculino e feminino.

O maior contraste com o perfil sueco encontra-se na República Checa. Aqui homens e mulheres também partilham uma estrutura mais ou menos semelhante de associações entre as nove dimensões analisadas, mas numa lógica mais conservadora. O papel masculino surge autonomizado do papel feminino tanto no caso das mulheres como no dos homens, havendo, no entanto, uma associação entre o primeiro e dimensões ligadas aos filhos (centralidade da criança, relação entre parentalidade e casamento). O papel social da mulher surge, para ambos, associado à divisão do trabalho pago no casal.

Em Espanha, país globalmente modernista no plano das atitudes, encontramos, entre as mulheres, a própria autonomização do papel feminino, que se liga à centralidade da criança, sendo agora os homens que interligam no mesmo factor o papel feminino, o papel masculino na esfera doméstica e a divisão do trabalho pago no casal. Para as mulheres espanholas, o papel feminino parece ligar-se mais à questão da maternidade do que ao papel masculino propriamente dito. Estará talvez em causa a escolha entre a entrada no mundo profissional, em conformidade com os ideais acalentados, ou a manutenção do padrão de domesticidade feminina.

No caso da França, encontramos ainda outro padrão de diferenciação de género. Quando se trata das mulheres, o papel feminino surge, tal como em Espanha, vinculado à centralidade da criança. O papel masculino liga-se antes à divisão do trabalho pago no casal, dimensão na qual os franceses e as francesas tendiam a discordar, como observámos anteriormente. Os homens serão, provavelmente, mais «maternalistas». Para eles prevalece, por conseguinte, uma estrutura de resposta que autonomiza o papel masculino na esfera doméstica de outras dimensões relativas à divisão do trabalho ou mesmo à questão da criança e da parentalidade. Descobrem-se, portanto, padrões de associações que são, em certa medida, reveladores de diferenças de género na concepção da individualidade. Ambos tendem a pensar o seu próprio papel, marcando alguma autonomia face ao outro, mas, enquanto os homens parecem seguir uma lógica «individualizada» (independente da mulher, independente do casal) para conceberem o papel doméstico masculino, as mulheres pensam o seu «lugar social», estabelecendo uma correlação forte com a criança e a maternidade.

Em resumo, a análise das estruturas de resposta masculinas e femininas permite retratar diferenciações nos padrões de associação entre as várias dimensões da vida familiar operacionalizadas através dos nove índices de atitudes. Em traços gerais, tende a verificar-se maior tendência para a individualização do papel masculino no caso dos homens, reiterando, aliás, premissas centrais da construção social da masculinidade e do homem como ser autónomo (v. Connell, 1995). A concepção do feminino depende, geralmente, mais da relação com os outros: com o homem, dentro do casal, com as crianças.

Práticas e normas: níveis de diferenciação de género

Importa realizar uma comparação mais sistemática entre a diferenciação de género nas atitudes face à vida familiar e aquela que é presente nas práticas. Pretende-se, deste modo, demonstrar a complexidade das correlações entre comportamentos e atitudes, muitas vezes traduzíveis em visíveis discrepâncias entre os dois níveis da realidade social.

No quadro 1.7 podem observar-se as diferenças médias entre homens e mulheres no respeitante a uma série de coordenadas de localização social: o número de anos de escolaridade, a condição perante o trabalho, o número de horas de trabalho profissional da população empregada, a intensidade da prática religiosa, a posição política, a percentagem de agregados domésticos monoparentais e a percentagem de pessoas a viver sós. Deste conjunto, a variável mais relevante da diferenciação de género numa perspectiva comparativa é, como seria de esperar, a condição perante o trabalho. Outras coordenadas têm efeitos sociais mais localizados, como é o caso da prática religiosa em Portugal e em Espanha, onde é visivelmente mais feminizada. Noutros casos não existe muita diferenciação: a escolaridade (variável relevante para diferenciar os países entre si, mostrando, nomeadamente, o atraso português nesta matéria) ou a posição política têm *grosso modo* valores médios próximos para os homens e para as mulheres de cada país.

Mas o mais importante é destacar a variedade de vínculos entre práticas de género e valores de género. Com efeito, a ordenação empírica dos sete países a nível das práticas e das atitudes mostra padrões consideravelmente diversos, reiterando a não linearidade do processo de modernização da vida familiar e das relações de género (figuras 1.7 e 1.8, quadro 1.8). Entre o regime de género ideal e o que vigora nas práticas existe uma certa distância. Mais ainda, as correspondências entre ambos variam significativamente no contexto europeu.

Quadro 1.7 – Caracterização social da população inquirida nos sete países segundo o sexo e o país (médias)

Toda a população	Total sete países (*n*=9706)	Alemanha Ocidental (*n*=877)	Grã-Bretanha (*n*=1978)	Suécia (*n*=998)	Rep. Checa (*n*=1170)	Espanha (*n*=1940)	França (*n*=1753)	Portugal (*n*=1049)
Anos de escolaridade								
Homens	11,58	11,23	11,97	11,81	12,49	11,52	12,76	8,16
Mulheres	11,37	10,74	11,98	12,35	11,62	11,19	13,22	6,73
Total	11,47	10,97	11,97	12,10	12,03	11,35	12,99	7,42
η^2 (*$p<0,05$; **$p<0,001$)	0,01**	0,01*	n. s.	0,01*	0,04**	n. s.	0,01**	0,03**
Situação profissional (idade 18-65) (1 tempo inteiro – 4 sem trabalho)								
Homens	1,77	1,83	1,70	1,61	1,79	1,82	1,85	1,77
Mulheres	2,40	2,64	2,27	2,05	2,38	2,71	2,29	2,41
Total	2,11	2,24	2,02	1,85	2,09	2,27	2,09	2,10
η^2 (*$p<0,05$; **$p<0,001$)	0,05**	0,08**	0,05**	0,03**	0,04**	0,10**	0,03**	0,05**
Horas de trabalho pago semanal (idade 18-65, pop. empregada)								
Homens	43,68	45,67	45,36	40,83	46,09	42,99	41,98	44,85
Mulheres	35,56	35,11	33,71	36,28	42,31	35,47	34,58	38,30
Total	39,90	41,16	39,41	38,54	44,59	39,98	38,13	41,96
η^2 (*$p<0,05$; **$p<0,001$)	0,12**	0,20**	0,17**	0,07**	0,03*	0,10**	0,14**	0,06*
Frequência de prática religiosa (1 algumas vezes por semana – 8 nunca)								
Homens	5,79	6,05	6,06	5,28	7,00	5,92	4,85	5,38
Mulheres	5,27	5,53	5,67	5,10	6,59	4,86	4,88	4,24
Total	5,51	5,78	5,84	5,18	6,78	5,34	4,87	4,75
η^2 (*$p<0,05$; **$p<0,001$)	0,02**	0,02**	0,01*	n. s.	0,01**	0,06**	n. s.	0,06**
Posição política (1 esquerda – 10 direita)								
Homens	4,51	3,66	3,64	4,06	6,40	4,07	5,23	5,02
Mulheres	4,75	3,96	3,65	4,30	6,77	4,82	5,05	5,05
Total	4,63	3,82	3,65	4,19	6,60	4,46	5,15	5,04
η^2 (*$p<0,05$; **$p<0,001$)	0,01**	0,01*	n. s.	n. s.	0,01**	0,02**	n. s.	n. s.
Composição do agreg. doméstico Pessoas sós (%)								
Homens	14,7	20,0	15,1	17,3	21,6	10,9	12,0	11,5
Mulheres	15,1	19,6	15,8	16,5	20,4	11,3	10,2	19,1
Total	14,9	19,8	15,5	16,9	21,0	11,1	11,1	15,5
1 adulto + 1 ou mais crianças (%)								
Homens	0,8	0,2	0,8	2,8	0,6	–	1,4	0,4
Mulheres	3,7	2,7	5,1	5,2	3,8	1,8	4,8	2,8
Total	2,3	1,5	3,2	4,1	2,3	0,9	3,2	1,6
Coeficiente de contingência (*$p<0,05$; **$p<0,001$)	0,10**	0,10**	0,12**	0,06*	0,11**	0,09**	0,10*	0,14**
População com idade < 40 anos	(*n*=3731)	(*n*=369)	(*n*=764)	(*n*=403)	(*n*=483)	(*n*=1061)	(*n*=730)	(*n*=458)
Anos de escolaridade								
Homens	12,84	11,86	12,88	12,84	12,59	13,63	14,07	10,74
Mulheres	13,00	11,59	12,94	13,72	12,43	13,43	14,42	10,32
Total	12,93	11,71	12,91	13,33	12,51	13,53	14,29	10,54
η^2 (*$p<0,05$; **$p<0,001$)	0,02*	n. s.	n. s.	0,02*	n. s.	n. s.	0,01**	n. s.
Situação profissional (1 tempo inteiro – 4 sem trabalho)								
Homens	1,70	1,98	1,60	1,79	1,72	1,81	1,38	1,68
Mulheres	1,29	2,50	2,13	2,30	2,36	2,46	2,16	2,23
Total	2,02	2,25	1,89	2,08	2,04	2,13	1,88	1,95
η^2 (*$p<0,05$; **$p<0,001$)	0,05*	0,03*	0,05*	0,04*	0,05*	0,06*	0,09*	0,04*
Situação profissional – pelo menos 1 criança < 5/6 a viver casa (1 tempo inteiro – 4 sem trabalho)								
Homens	1,32	1,50	1,53	1,31	1,26	1,18	1,19	1,36
Mulheres	2,61	3,05	2,53	2,61	3,33	2,82	2,23	2,16
Total	2,12	2,45	2,17	2,01	2,43	2,20	1,92	1,80
η^2 (*$p<0,05$; **$p<0,001$)	0,22*	0,30*	0,12*	0,26*	0,48*	0,33*	0,16*	0,10*

Figura 1.8 – Dendograma das diferenças de género nos padrões de emprego de homens e mulheres com idades entre os 18-65 anos e <40 anos com crianças de 5/6 anos
(análise hierárquica de *clusters* segundo o método Ward)

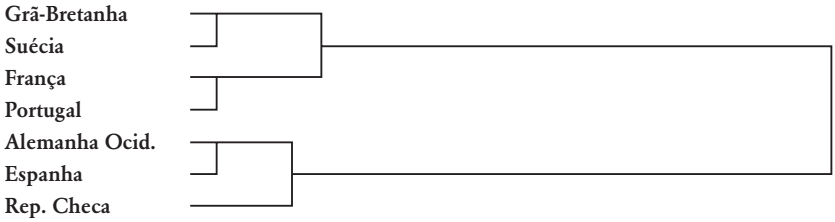
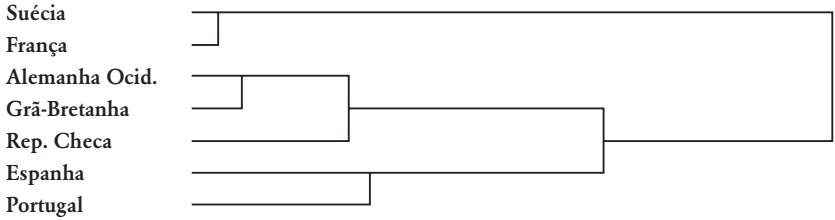


Figura 1.9 – Dendograma das diferenças de género nos nove índices de atitudes
(análise hierárquica de *clusters* segundo o método Ward)



Quadro 1.8 – Perfil dos países segundo o cruzamento entre atitudes e práticas de emprego feminino

	Índice global de atitudes das mulheres	Padrão feminino de emprego
Suécia	3,71	Tempo parcial elevado
França	3,64	Tempo inteiro
Espanha	3,56	Elevada % de mulheres sem emprego
Alemanha Ocidental	3,42	Elevada % de mulheres sem emprego
Grã-Bretanha	3,40	Tempo parcial elevado
Portugal	3,38	Tempo inteiro elevado
República Checa	3,29	Tempo inteiro/sem emprego quando há crianças em idade pré-escolar

Sobre a posição de Portugal, são merecidas algumas considerações breves. Menos modernistas, em termos ideais, do que as espanholas ou as suecas, são agora as mulheres portuguesas (aliás seguidas de perto pelas francesas) com pelo menos uma criança em idade pré-escolar as que mais trabalham a tempo inteiro. Seja qual for o significado atribuído à prática, esta não deixa de ser uma medida relevante das clivagens

de género. Afinal, muitas vezes posições mais modernistas do que as encontradas entre as portuguesas têm como pano de fundo desigualdades evidentes na divisão do trabalho (neste caso, o trabalho pago). Em Espanha, apesar da ideologia igualitária, continua a ser frequente o modelo de domesticidade feminina, enquanto na Suécia é o trabalho a tempo parcial que assume elevada expressão.

Como interpretar então a aparente descolagem entre valores e práticas de género?

Em primeiro lugar, convém não esquecer as ambivalências dos próprios ideais de igualdade na vida familiar. Num país como Portugal, com elevadas taxas de trabalho feminino a tempo inteiro, lacunas nos apoios públicos prestados às famílias com filhos pequenos, baixos salários e estruturas familiares e sócio-económicas que propiciam a co-residência prolongada de pais e filhos, não parece muito estranho acentuar o impacto negativo do trabalho feminino sobre as crianças em idade pré-escolar e concentrar a vida na descendência, colocando o ónus nas tarefas de reprodução social. De idêntico modo, na Grã-Bretanha, por exemplo, os valores menos igualitários, mas também menos centrados na criança e na maternidade, podem, provavelmente, reflectir o trabalho a tempo parcial das mulheres ou a maior independência residencial dos jovens face às famílias de origem.

Além disso, como pano de fundo encontramos os processos históricos de cada país. Neste sentido, em Portugal, a modernização relâmpago das últimas três décadas (v. Machado e Costa, 1998) não pode ser esquecida quando se pretende explicar a combinatória entre uma visão modernista do direito da mulher ao trabalho pago e valores familialistas centrados na maternidade e na criança. Uma interpretação plausível desta concepção de «igualdade» encontramo-la na fraca individualização feminina, se dela fizermos uma leitura a partir da proposta de Inglehart para a mudança dos valores. Como se sabe, o autor observa a posição das sociedades nos quadrantes formados pela intersecção entre dois eixos: a secularização e a individualização. Se, em Portugal, a individualização tem ainda uma expressão relativamente débil em comparação com outros países ocidentais, pode encarar-se a divisão do trabalho pago mais como uma repartição da função tradicional do ganha-pão, visando a reprodução da família, do que como uma actividade de realização pessoal ou de autonomia.

Noutros contextos sociais, obviamente, outros serão os processos a exigir interpretação sociológica. O nosso país vizinho pode fornecer um exemplo geograficamente próximo. Como explicar, afinal, o mar-

cante hiato entre práticas e representações que parece caracterizar a sociedade espanhola? Dois factores importantes, cujo impacto deve ser considerado, residem no rápido movimento de escolarização da população, hoje consideravelmente elevada, e ainda na difusão social de ideologias promotoras da profissionalização feminina, apesar de, ao contrário de Portugal, se verificar elevada proporção de mulheres fora do mercado de trabalho. Também ao contrário de Portugal, serão provavelmente os valores, na escala modernista, a ir um passo à frente das práticas de divisão do trabalho.

Género e determinantes sociais das atitudes face à família

Um comentário final é reservado às determinantes sociais das atitudes face à família e aos papéis de género. Análises de regressão linear efectuadas para os homens e mulheres de cada um dos sete países mostram que, de um conjunto de variáveis biográficas e de vida familiar, de vida profissional e *stress* família/trabalho, de escolaridade e de localização ideológica, nem sempre têm impacto as mesmas coordenadas.

No conjunto dos sete países (quadro 1.9), observamos que, para a totalidade dos homens e das mulheres, a maioria das variáveis incluídas no modelo testado tem algum poder preditivo, incluindo o próprio sexo. Na realidade, o sexo é a segunda variável com maior validade explicativa sobre os valores, apenas superada pela idade dos inquiridos. Seguem-se, por ordem descendente de capacidade preditiva, as horas de trabalho profissional da mulher, a escolaridade, a situação profissional da mulher e a frequência da prática religiosa. Só depois surge a situação profissional do homem, comparativamente menos importante. Conclui-se, portanto, que as atitudes e os valores não são facilmente explicáveis por um ou dois factores, antes implicando uma multiplicidade de correlações, mesmo quando, como agora, situamos a análise a nível das biografias individuais. Para a globalidade dos países europeus, destaca-se, no entanto, o peso das coordenadas etárias, das variáveis de situação profissional, da escolaridade, confirmando-se, como propunha a nossa hipótese inicial, a importância do sexo enquanto elemento com impacto explicativo sobre o campo dos valores.

Relativamente ao factor género, as análises realizadas separadamente para homens e para mulheres revelam duas diferenças princi-

pais. Por um lado, as variáveis de situação profissional têm mais impacto no feminino: o maior preditor dos valores no caso das mulheres é o número de horas de trabalho profissional. Quanto mais horas dedicadas à profissão, mais modernistas são os valores, e vice-versa. Por outro lado, uma segunda dissemelhança é imposta por factores de *stress* família/trabalho. São duas as faces da moeda: enquanto para eles é mais difícil cumprir as responsabilidades familiares, para elas é mais penosa a concentração no trabalho profissional.

Quadro 1.9 – Determinantes das atitudes face à vida familiar, segundo o sexo, no conjunto dos sete países
(variável dependente: índice global de atitudes) (regressões lineares) (*a*)

Variáveis independentes	Total	Homens	Mulheres
Biografia e vida familiar			
Sexo	0,18***	n. s.	n. s.
Idade	–0,21***	–0,21***	–0,19***
Situação conjugal (casado/não casado)	0,11***	0,12***	0,11***
Número de crianças até aos 5/6 anos no grupo doméstico	–0,03**		
Número total de pessoas no grupo doméstico			
Vida profissional			
Situação profissional do homem	–0,12***	–0,08*	n. s.
Situação profissional da mulher	–0,14***	n. s.	–0,12***
Horas de trabalho profissional do homem	0,09***	0,11***	n. s.
Horas de trabalho profissional da mulher	0,17***		0,20***
Dificuldades de concentração no trabalho profissional	0,09***		0,14***
Dificuldade em cumprir as responsabilidades familiares	0,06*	0,12***	
Variáveis sociais			
Anos de escolaridade	0,16***	0,15***	0,17***
Frequência da prática religiosa	0,14***	0,15***	0,14***
Posição política	–0,07***	–0,09***	–0,05***
R^2 ajustado	*0,25*	*0,21*	*0,24*

(*a*) Neste quadro, assim como em todos os outros com resultados de regressões, são apresenados os coeficientes estandardizados (betas).

*$p < 0,05$; ** $p < 0,01$; *** $p < 0,001$.

Apreciando as especificidades nacionais numa óptica de género (quadro 1.10), verificamos, no entanto, algumas tendências interessantes.

Num olhar global, vale a pena começar por notar que a única variável com efeito simultâneo sobre as atitudes de homens e de mulheres em todos os sete países é a frequência da prática religiosa, assim se demonstrando o peso da religiosidade na estruturação das representações sociais sobre a família e os papéis de género. Por conseguinte, uma conclusão importante reside no facto de, independentemente da tradição religiosa dos países (católica no Sul da Europa, protestante no Norte), a prática activa da religião ter um efeito transversal, em todo o lado exercendo influência sobre o campo dos valores na família.

Relativamente a Portugal, o impacto da religião na vida privada aparece bem documentado em algumas pesquisas, mostrando a correlação entre prática religiosa regular e atitudes mais conservadoras perante a vida sexual e familiar (Cabral, 2001, pp. 56 e segs.). Atitudes, em suma, em maior conformidade com a matriz normativa do catolicismo, que, se nem sempre é seguida à letra pelos católicos, mesmo que praticantes, estabelece quadros de referência globalmente mais tradicionalistas em matéria de moral sexual e conjugal[16]. Fenómeno semelhante parece estender-se aos diversos países pesquisados; de um ponto de vista macrossocial, coloca a tónica na relação entre movimentos de secularização e relações de género; do ponto de vista meso e microssocial, enuncia um princípio de diferenciação social importante, sobretudo quando nos situamos no campo dos valores.

As restantes coordenadas explicativas apresentam menor transversalidade no contexto europeu, embora na sua maioria os modelos explicativos assentem na coligação entre variáveis estruturais (como a escolaridade ou a idade), variáveis da vida familiar (como a situação conjugal, o número de filhos pequenos ou a dimensão do grupo doméstico) e da vida profissional (como a condição perante o trabalho, as horas de trabalho ou o *stress* sentido), associando ainda indicadores de posicionamento ideológico (como a prática religiosa ou a posição política). De uma forma geral, indivíduos mais novos e mais escolarizados, não casados e sem filhos pequenos, com actividade profissional e com pouca dificuldade em articular a família com o trabalho, sem prática religiosa e com posições políticas mais à esquerda tendem a ser mais modernistas nos valores da vida familiar.

Do ponto de vista das diferenças entre homens e mulheres, convém salientar pelo menos dois aspectos. Por um lado, o maior impacto da variável «idade» para discriminar as atitudes masculinas, a par do peso acrescido da escolaridade para explicar a diferenciação interna no grupo feminino. Entre os homens reafirma-se a importância da dinâmica geracional, afinal indiciadora de mudanças situadas no tempo social.

---

[16] O peso da religiosidade numa dada sociedade é, aliás, um dos factores centrais, de acordo com Inglehart (1977, 1997), para que se possa perceber o seu lugar no eixo da secularização. Mas, a este propósito, já Durkheim apontava, nas *Formas elementares da vida religiosa* (1989[1912]), a importância da religião para a reprodução de uma ordem moral, na medida em que possibilita a produção de uma representação colectiva de sacralização da vida e da sociedade. Neste sentido, os limites impostos pela moral religiosa (católica, protestante…) no que respeita ao casamento e à vida familiar, se activamente implantados num dado contexto social, estreitarão as margens para trilhar percursos alternativos ao ideal normativo veiculado.

Quadro 1.10 – Determinantes das atitudes face à vida familiar, segundo o sexo, em cada um dos sete países

(variável dependente: índice global de atitudes) (regressões lineares)

	Mulheres		Homens	
Alemanha Ocidental	Anos de escolaridade	0,28***	Frequência da prática religiosa	0,25***
	Frequência da prática religiosa	0,27***	Anos de escolaridade	0,25***
	Situação profissional da mulher	0,19**	Situação profissional do homem	0,24***
	Dificuldade em cumprir as responsabilidades familiares	0,15*	Situação conjugal	0,23***
	R^2 ajustado	*0,32*		*0,29*
Grã-Bretanha	Horas de trabalho profissional da mulher	0,38***	Idade	–0,34***
	Idade	–0,27***	Frequência da prática religiosa	0,22***
	Frequência da prática religiosa	0,19***	Número de crianças até aos 5/6 anos no grupo doméstico	–0,11**
	Número total de pessoas no grupo doméstico	–0,14***		
	R^2 ajustado	*0,18*		*0,18*
Suécia	Frequência da prática religiosa	0,31***	Idade	–0,22**
	Anos de escolaridade	0,25***	Frequência da prática religiosa	0,16**
	Situação conjugal	0,23***	Situação conjugal	0,14*
	R^2 ajustado	*0,22*		*0,12*
República Checa	Dificuldades de concentração no trabalho profissional	0,33**	Idade	–0,31***
	Dificuldade em cumprir as responsabilidades familiares	–0,24*	Frequência da prática religiosa	0,21***
	Frequência da prática religiosa	0,21***		
	Idade	–0,18***		
	Posição política	0,10*		
	R^2 ajustado	*0,16*		*0,16*
Espanha	Idade	–0,27***	Anos de escolaridade	0,23***
	Frequência da prática religiosa	0,19***	Idade	–0,21***
	Anos de escolaridade	0,17***	Frequência da prática religiosa	0,18***
	Dificuldades de concentração no trabalho profissional	0,14***	Dificuldade em cumprir as responsabilidades familiares	0,12*
	Número de crianças até aos 5/6 anos no grupo doméstico	–0,08*	Situação conjugal	0,09*
	Posição política	–0,07*		
	R^2 ajustado	*0,31*		*0,30*
França	Frequência da prática religiosa	0,320***	Frequência da prática religiosa	0,33***
	Dificuldades de concentração no trabalho profissional	0,21***	Posição política	–0,19***
	Situação conjugal	0,18***	Idade	–0,17**
	Posição política	–0,16***	Situação profissional do homem	0,15**
	Anos de escolaridade	0,10*	Situação conjugal	0,14***
	R^2 ajustado	*0,32*		*0,38*
Portugal	Anos de escolaridade	0,41***	Anos de escolaridade	0,35***
	Número total de pessoas no grupo doméstico	–0,22***	Frequência da prática religiosa	0,24***
	Idade	–0,18**	Idade	–0,18**
	Dificuldade em cumprir as responsabilidades familiares	0,14**	Número de crianças até aos 5/6 anos no grupo doméstico	–0,13*
	Frequência da prática religiosa	0,10*	Dificuldade em cumprir as responsabilidades familiares	0,11*
	R^2 ajustado	*0,36*		*0,30*

*$p < 0,05$; ** $p < 0,01$; *** $p < 0,001$.

Como se argumentou na introdução deste capítulo, o lugar social dos homens, bem como os códigos da masculinidade, têm sido também objecto de transformações sociais. A visibilidade dessas mudanças será talvez maior nos indivíduos mais jovens, assim aumentando a distância entre gerações mais novas e mais velhas. No caso das mulheres, o impacto da escolaridade salienta a força dos capitais adquiridos na estruturação da autonomia, na incorporação de um ideal de «mulher-indivíduo». Lembrando as teorias dos recursos, que a eles subordinavam a capacidade de exercer poder na família (v., por exemplo, Blood e Wolfe, 1960, e Singly, 1990), o efeito da desigualdade escolar nas mulheres mostra que a adesão aos ideais de igualdade e de emancipação depende dos capitais disponíveis. A afirmação do lugar social do indivíduo a partir dos códigos da masculinidade, afinal a representação dominante da identidade, tende a enfrentar menos obstáculos, menos constrangimentos normativos. Assim se explica, muito provavelmente, o menor impacto das desigualdades escolares sobre os valores da vida familiar no caso dos homens.

Por outro lado, é de sublinhar que entre as mulheres são mais frequentes os preditores relacionados com a vida profissional e as condições de trabalho. Neste âmbito têm considerável impacto os indicadores de *stress* família-trabalho (a dificuldade sentida em se concentrar no trabalho ou em gerir as responsabilidades familiares), sugerindo a leitura do impacto da condição profissional à luz da situação familiar dos indivíduos inquiridos. Acrescente-se, aliás, que a Espanha e Portugal são os únicos países onde estas variáveis parecem impor variações ao padrão de resposta dos homens; em ambos os casos, estes parecem ser afectados pela dificuldade em assumir as responsabilidades familiares, associação eventualmente relacionada com a maior ênfase dada, nestes dois países, à participação masculina nas tarefas domésticas e nos cuidados com os filhos.

Relativamente à comparação entre países, o potencial explicativo das variáveis analisadas apresenta igualmente algumas variações. Em Portugal, mais do que em qualquer outro dos países, a escolaridade assume um impacto muito considerável, sobretudo para as mulheres, mas também para os homens. Evidenciam-se, portanto, as desigualdades fortes que ainda subsistem, apesar do movimento de escolarização dos últimos anos. De facto, a seguir à escolaridade, a segunda variável com maior poder preditivo apresenta valores bastante mais baixos: trata-se, para as mulheres, do número de pessoas no grupo doméstico e, para os homens, da prática religiosa. Para elas, os constrangimentos da vida

familiar parecem ser mais determinantes das atitudes do que as ancoragens em sistemas de crença religiosa.

Noutros contextos nacionais, a arquitectura das causalidades pode evidenciar e dar primazia a outros factores. Um bom exemplo encontra-se no caso francês. Aí a dimensão ideológica, medida pelas posições dos indivíduos em termos de política e de prática religiosa, parece ter mais poder preditivo do que coordenadas sociais como o nível de escolaridade ou a idade. Numa sociedade onde o movimento feminista teve expressão e impacto social, posicionar-se à esquerda no leque político-partidário tende a fomentar valores mais modernistas na vida familiar. Outro exemplo ilustrativo é o da Grã-Bretanha, país onde o modelo de regressão tem pouca capacidade explicativa, deixando ainda mais em aberto a questão da determinante social dos valores. Entre as que revelaram ter algum impacto não encontramos, todavia, a escolaridade, em claro contraste com o perfil português. Apenas a idade, a prática religiosa e variáveis de situação familiar e, no caso das mulheres, de situação profissional são estatisticamente significativas.

Conclusões

Relembrando as perguntas iniciais, em que se indagava sobre a persistência de valores de género na vida familiar e sobre as clivagens e continuidades existentes entre homens e mulheres, vale a pena destacar os principais resultados do inquérito «Família e papéis de género», primeiro recapitulando a diversidade encontrada no contexto europeu e a especificidade do caso português, depois os padrões de diferenciação de género e, finalmente, a complexa articulação entre valores e práticas de género.

A primeira, e talvez uma das principais conclusões da análise que fizemos com base em vários indicadores atitudinais, prende-se, do ponto de vista dos valores, com a diversidade e a complexidade das «modernidades europeias». Dificilmente se pode reduzir a comparação das atitudes face à vida familiar e aos papéis de género a uma mera lógica de ordenação entre pólos de uma escala de «muito tradicional a muito moderno». Mais do que uma lógica hierarquizante, cuja tendência seja a de reproduzir a diferenciação entre as «várias Europas» (com a costumeira distinção entre a do Norte e a do Sul), ressaltaram as múltiplas combinatórias entre aspectos mais modernistas e mais tradicionalistas. Na maioria dos quinze países pesquisados encontraram-se, afinal, formas

múltiplas de justaposição entre os traços típicos da modernização da família e alguns caracteres mais tradicionalistas, portanto mais conformes a uma visão institucionalista da vida privada. De uma forma geral, os europeus são bastante modernistas nas atitudes relativas ao divórcio ou à coabitação conjugal, mas mais tradicionalistas na afirmação da centralidade da criança, da centralidade do casamento e de um ideal de família biparental. Em suma, tende-se a informalizar e a desinstitucionalizar a conjugalidade, mas sem se perderem certos traços de familialismo na concepção da família com filhos e até da própria identidade pessoal. No entanto, nem sempre isto acontece da mesma maneira em todos os países: esta é também uma conclusão importante que emergiu da análise efectuada.

Começando pelo caso português, ganha contornos claros a combinatória entre valores maternalistas e familialistas, defendidos por um lado, e ideais de igualdade e de privatização da vida familiar, legitimados por outro. Os portugueses revelam-se pouco institucionalistas em relação ao casamento e à divisão sexual do trabalho, onde se reconhece tanto o direito das mulheres à profissão como a necessidade de aumentar a participação masculina na esfera doméstica. No entanto, recuam para posições mais tradicionalistas sempre que o ónus é colocado sobre a criança e o seu bem-estar, distanciando-se mesmo dos valores médios do conjunto europeu. Mulheres e homens estreitam distâncias neste tópico, ambos sublinhando a centralidade dos filhos. São eles que alegram e preenchem a vida, diz a maioria dos portugueses. Se o casamento tende a ser visto como elemento mais dispensável para a concretização da felicidade individual, sobretudo no discurso feminino, a criança concentra o ideal de bem-estar e de realização. A descendência assume, por conseguinte, uma função absolutamente central na vida e na identidade da maioria dos indivíduos, revelando a primazia simbólica das tarefas de reprodução familiar. No caso português, a orientação para a parentalidade «institucionaliza» não só o ideal de mulher-mãe, consolidando valores maternalistas, mas acaba por questionar igualmente a norma de homem-pai, complexificando um pouco as visões do género na família. De um lado, abandona-se um ideal de homem apenas como provedor do lar e exige-se, em contrapartida, a participação masculina em casa e com os filhos; mas, do outro, emergem os resistentes ideais maternalistas a servirem de suporte, em certa medida, para a manutenção de concepções de género tradicionais. Apesar da legitimidade da profissionalização feminina e de um ideal de homem envolvido no espaço doméstico, não se fractu-

rou por completo a associação da mulher ao mundo da reprodução e do homem ao da produção, alimentando um traço fundamental do esquema tradicional das relações de género (v., por exemplo, Nock, 1998).

Consequentemente, uma das principais peças da estruturação da família como regime de género em Portugal funda-se nestes valores maternalistas e familialistas. Aqui, mais do que noutros contextos europeus, a oscilação entre o ideal de mulher-mãe, que se mantém forte e desafiador da igualdade de género, e o de mulher profissionalizada e independente constitui uma fonte substancial de ambivalência normativa. Apesar de tanto mulheres como homens valorizarem a participação masculina na esfera doméstica, o papel insubstituível da mãe continua a ser sublinhado. Evidentemente, convém não esquecer as diferenças de género relativas a este tópico. Para eles é, no entanto, mais pacífica a imagem da mulher-mãe, enquanto elas se vão debatendo entre os dois ideais femininos. Por um lado, dão primazia ao bem-estar da criança; por outro, valorizam a independência profissional, gerando uma ambiguidade importante na construção social do feminino.

Em Portugal são vários os factores históricos e sociais que emprestam contributo para explicar os porquês deste perfil de atitudes e desta ordem de género na família.

Em primeiro lugar, é impossível excluir da análise as características sociográficas da população (v. Machado e Costa, 1998). A escolaridade baixa e as fracas qualificações sócio-profissionais, persistentes na actualidade apesar das mudanças verificadas em anos recentes, contribuirão certamente para a resistência de aspectos mais institucionalistas nos ideais de vida familiar. Vários estudos têm, aliás, comprovado a relação entre capitais académicos e adesão a valores modernistas (por exemplo, Vasconcelos, 1998, Almeida, 2003, Aboim, 2005, e capítulo de K. Wall neste livro). Deste modo, é plausível supor que as médias nacionais dos vários países são afectadas pelo perfil escolar e sócio-profissional de cada população, pelo menos a nível do maior ou menor familialismo dos valores.

Além das qualificações reduzidas, os baixos níveis salariais dos portugueses (v., por exemplo, Torres *et al.,* 2004), podem igualmente estar na base da arquitectura familialista dos valores. A dependência material de muitas mulheres, mas também de muitos homens, cria pouco espaço para a individualidade, conotando o trabalho remunerado com a sobrevivência de uma família centrada na geração futura. No entanto, existe uma outra face deste fenómeno. A necessidade do trabalho

feminino para assegurar, através do duplo salário, o sustento da família tem igualmente servido para fabricar a representação da mulher ganha-pão, figura reconhecida e desejada quer por mulheres, quer por homens. Afinal, a divisão do trabalho pago no casal assume-se em Portugal como um ideal forte em correspondência com as práticas de elevada profissionalização feminina.

Ligando os aspectos da sobrevivência económica aos valores da família, um terceiro factor a considerar prende-se com a permanência de formas de organização doméstica propiciadoras de convivência prolongada entre pais e filhos. Ao contrário, aliás, do que acontece noutros contextos europeus, onde os jovens têm acesso mais precoce à independência residencial. Saídas tardias da casa de origem, muitas vezes induzidas pela ausência de recursos, reflectir-se-ão, muito provavelmente, nas representações, alimentando valores familialistas e muito centrados nos filhos. Certas recompensas individuais podem, afinal, ser adiadas e transferidas para a geração seguinte, concentrando as gratificações pessoais na pessoa dos filhos. De novo se revela, pela enorme prioridade concedida à família e sobretudo à criança, a expressão comparativamente débil do processo de individualização na sociedade portuguesa. Um processo que, longe de ser neutro, é também uma dinâmica de género e de desigualdade. Entre homens e mulheres são, afinal, os primeiros que mostram maiores tendências de individualização, mesmo a nível dos ideais. O modo como eles e elas concebem os seus papéis no quadro das relações familiares é consideravelmente ilustrativo, como nos indicaram os padrões de género descobertos pela análise factorial realizada para homens e para mulheres. Enquanto os primeiros tendem a conceber a participação masculina na esfera doméstica de forma relativamente autónoma, as segundas enfrentam os limites mais estreitos que as responsabilidades maternais e familiares lhes impõem, condicionando as representações femininas sobre si mesmas.

De uma forma geral, os valores da vida familiar são condicionados pela história que os fabricou, não constituindo Portugal, como é óbvio, uma excepção. O processo muito rápido de modernização, agilizado pela ruptura institucional do 25 de Abril de 1974, condensou em pouco mais de três décadas mudanças que noutros contextos demoraram o dobro do tempo. Por um lado, promoveram-se valores de igualdade de género e de direito das mulheres à profissão, mas sem romper com determinadas formas de «familialismo» e com certas lógicas de reprodução intergeracional.

No entanto, no quadro da comparação europeia, o «liberalismo moderado» português (apenas claramente mais modernista do que o dos países pós-soviéticos) deve ser interpretado cuidadosamente, evitando classificações excessivamente dicotómicas, entre tradicional e moderno, do mapa dos valores da vida familiar na Europa, tal como a análise de *clusters* realizada para o conjunto dos quinze países permitiu verificar.

Na realidade, juntando o Sul e o Norte da Europa, Portugal aproxima-se da vizinha Espanha e da Finlândia, partilhando com elas alguns traços modais. Sobressai, apesar de todas as diferenças, a orientação para a participação doméstica masculina e a visão igualitária da divisão do trabalho profissional no casal, enunciando um questionamento da divisão entre papéis femininos na esfera privada e papéis masculinos na esfera pública. A diferenciação tradicional de género é, portando, recusada no âmbito da divisão sexual do trabalho, conjugando-se, em todos estes países, algum familialismo (visível na forte centralidade da criança) com o direito das mulheres à profissão.

Noutros contextos de «liberalismo moderado» encontramos perfis de resposta que, embora globalmente modernistas, sinalizam diferentes caracteres tradicionalistas.

Um bom exemplo encontra-se entre os homens e as mulheres do Reino Unido e da Irlanda. Comparados com os portugueses, são menos centrados na criança e pouco familialistas, mas mais tradicionalistas relativamente ao papel masculino, à divisão do trabalho pago no casal ou mesmo à centralidade do casamento na vida pessoal. Um acento menor nos valores da reprodução familiar, indiciando, muito provavelmente, uma maior individualização na construção das identidades pessoais, deixa, entretanto, mais incólume o esquema da desigualdade sexual no trabalho, assim transparecendo concepções diferenciadas dos papéis de género na família.

Outras justaposições demonstrativas da cumplicidade entre moderno e tradicional descobrem-se ainda na Alemanha Ocidental, na Suíça ou na Holanda, países em que políticas maternalistas convivem com a domesticidade ou o emprego a tempo parcial das mulheres. Aqui a participação masculina na esfera doméstica ou a divisão do trabalho pago no casal também não são muito sublinhadas, ainda que se valorize (apesar das práticas) a independência da mulher. Por outro lado, no agrupamento dos países pós-soviéticos, não obstante os valores serem globalmente mais conservadores, tende-se a enfatizar a necessidade de participação masculina em casa e com os filhos, começando por questionar a desigualdade na divisão do trabalho.

Face a estes resultados, a classificação hierárquica dos países parece bastante insuficiente. Não se trata apenas de ser mais ou menos modernista, mas de regimes de género diferenciados. Em Portugal, a posição da mulher é ambivalente e os valores são familialistas, reduzindo eventuais independências individuais, mas a divisão sexual do trabalho obedece a normas orientadas para uma relativa igualdade. Noutros contextos elogiam-se valores mais individualistas, mas questiona-se menos a desigualdade nos papéis profissionais e domésticos, talvez traduzindo a que existe nas práticas. Em países como a Alemanha, a Holanda, o Reino Unido, são, afinal, mais frequentes as mães domésticas ou as que trabalham a tempo parcial enquanto os filhos são pequenos. Noutros contextos, muito modernistas em matéria de valores, como é o caso da Suécia, o trabalho feminino a tempo parcial acaba por gerar também algumas diferenciações de género a nível das práticas.

Uma segunda grande fileira de conclusões permitidas por esta análise prende-se precisamente com a transversalidade de certas clivagens de género nos vários países europeus. Podem tocar em dimensões diferentes, mas manifestam sempre alguma distância entre os ideais masculinos e femininos. Se, à primeira vista, outras coordenadas sociais (como o próprio contexto sócio-cultural de cada país, para não falar nas variações etárias ou de escolaridade) parecem ter mais impacto sobre o universo dos valores da vida familiar, as diferenças de género persistem no interior dos países e das categorias sociais. A variável «sexo» possui um efectivo potencial explicativo, contribuindo mesmo para clarificar outras fracturas sociais relevantes. No caso português sente-se o seu efeito em todos os grupos de escolaridade e em todos os grupos etários. As mulheres são sempre mais modernistas do que os homens, distância crescente à medida do aumento da escolaridade ou da diminuição da idade. Em qualquer grupo são sempre elas as mais igualitárias na divisão de papéis e as menos institucionalistas na concepção do casal e da família com filhos. Apenas no respeitante à centralidade da criança são um pouco mais tradicionalistas do que os homens. Em contrapartida, o casamento parece ser mais importante para a felicidade masculina, que aparece associada a uma visão mais institucionalista da vida familiar.

Apesar da generalidade das diferenças de género nos valores, os pomos da discórdia entre homens e mulheres dependem grandemente do contexto social, havendo também a este nível alguma variação europeia. Diferenças que indicarão, muito provavelmente, pontos sensíveis dos valores de género em consonância com a especificidade histórica e social de cada país.

Por vezes é o lugar da mulher a dimensão criadora de cisões entre homens e mulheres, como acontece na Alemanha Ocidental, onde o modelo de domesticidade se apresenta em dissonância com os ideais de independência feminina. Outras vezes é o lugar da criança a fonte de discordâncias entre homens e mulheres, como é o caso da Suécia; aí, apesar do pendor muito modernista, os homens continuam a ser mais conservadores na defesa do bem-estar da criança, em detrimento da autonomia feminina ou da abertura do ideal de família com filhos a formas não conjugais. Na Grã-Bretanha, as clivagens de género interpelam, por outro lado, o modelo de família, denunciando a maior ênfase masculina no casamento. Em França, outro dos países analisados com maior detalhe, destacam-se as distâncias geradas a propósito do modelo ideal de família e do próprio lugar da mulher, visto pelos homens de forma mais tradicionalista, em comparação com os ideais femininos, mais modernistas. Por outro lado, em Portugal e em Espanha algumas das dimensões mais importantes para equacionar as clivagens de género são, indubitavelmente, as da divisão sexual do trabalho, interpelando os papéis sociais femininos e sobretudo a entrada do homem no universo doméstico. A demanda pela participação masculina configura realmente uma representação forte e um ponto de discussão importante, muito embora Portugal e a Espanha apresentem, como sabemos, formas de divisão sexual do trabalho bastante diversas na prática (v. anexo, quadro 1.12).

Na óptica das clivagens de género, outro resultado relevante prende-se com o pendor mais modernista das respostas femininas, conclusão, aliás, aplicável a todos os contextos europeus pesquisados, reiterando a hipótese de um *gender gap* manifesto nos universos valorativos. Afinal, eles são sempre mais tradicionalistas do que elas, seja na Suécia, em Portugal ou na República Checa. As mulheres são, tal como propõem vários autores (por exemplo, Roussel, 1987), protagonistas incontestáveis das mudanças operadas na vida privada e nas relações sociais de género, mostrando maior adesão a valores da família igualitária, democrática, relacionalista, não obstante as desigualdades encerradas na divisão social do trabalho e as lógicas de dominação masculina persistentes na maior parte dos contextos (v. quadro 1.7). Conquanto muitos homens (sobretudo os portugueses, os espanhóis e os franceses) reconheçam o quão necessária é a sua participação em casa e com os filhos, o padrão de respostas masculino sofre normalmente recuos tradicionalistas quando se fala do papel da mulher, do casamento ou do ideal biparental de família.

De uma forma geral, as respostas dos homens seguem, em todos os contextos nacionais, um padrão mais homogéneo, não variando tanto como as das mulheres. Elas não só polarizam mais o eixo de resposta, oscilando por vezes entre posições ora muito modernistas, ora mais conservadoras, como apresentam maior heterogeneidade de ideais. Ou seja, o grupo feminino alberga maior diferenciação interna do que o masculino. Esta marca de género reflecte certamente os desafios colocados às mulheres na reformulação do seu lugar social e da sua identidade, entre responsabilidades privadas e públicas. Afinal, só mais recentemente o papel dos homens na vida familiar se transformou em objecto de questionamento social e político, como bem demonstra a transversalidade do modelo de trabalho masculino a tempo inteiro por comparação com a variabilidade da situação feminina: domésticas na Alemanha Ocidental, profissionais a tempo parcial na Grã-Bretanha ou na Suécia, trabalhadoras a tempo inteiro em Portugal ou em França.

As clivagens entre homens e mulheres reflectem-se mais ainda em diferentes padrões de resposta. Em traços gerais, os homens tendem a conceder maior autonomia ao seu próprio papel na esfera doméstica, enquanto as mulheres tendem a sublinhar a interdependência entre os vários protagonistas da vida familiar. Fazem, por conseguinte, a associação entre o papel feminino, o papel masculino e a divisão conjugal do trabalho não pago. Estes diferentes padrões de género, descobertos através de uma análise factorial dos nove índices de valores trabalhados ao longo do capítulo, observaram-se no caso português, mas são extensíveis a outros contextos, como a Grã-Bretanha ou a Alemanha Ocidental. Traduzem uma diferenciação fundamental e bem conhecida (v. Connell, 1995, e Bourdieu, 1998) dos processos de codificação da masculinidade (independente e autónoma) e da feminilidade (mais dependente e, portanto, a braços com a comparação de si face ao «outro dominante»).

Até este momento da exposição tentámos sintetizar as principais conclusões da análise, procurando demonstrar a diversidade de valores existente na geografia da Europa contemporânea, bem como comprovar o impacto do género sobre a produção dos valores da vida familiar, sinalizando a existência transversal de clivagens entre homens e mulheres. Os valores da vida familiar compõem uma realidade de género que não é anulada pelo efeito de outras coordenadas de pertença nacional, social ou geracional. Poder-se-ia, contudo, insistir em saber até que ponto se verifica uma relação de interdependência entre valores e práticas sexualmente diferenciadas. Entre os regimes de género ideais e os reais parece, afinal, interpor-se uma série de hiatos.

Com efeito, uma grande conclusão a que chegamos é a de que existe uma relação bastante complexa entre valores e práticas de diferenciação de género, não se verificando uma articulação linear entre os dois níveis da realidade. As causalidades, e as interpretações por elas suscitadas, diferem de contexto nacional para contexto nacional, inviabilizando, na comparação europeia, a identificação de um factor-chave para explicar o pendor mais ou menos modernista dos valores e a existência de determinados padrões de género. Ao contrário, deve sublinhar-se a variedade de conexões estatisticamente significativas entre práticas de género e valores de género.

A hipótese de que uma divisão do trabalho mais igualitária conduziria a concepções mais modernistas das relações de género na família não parece verificar-se. Em contextos de maior profissionalização feminina não se expressam necessariamente opiniões mais modernistas face à vida familiar, e vice-versa. A análise da desigualdade de género nas práticas de trabalho profissional (a mais relevante entre as que foram testadas: escolaridade, prática religiosa, posição política, composição do agregado doméstico) mostrou, realmente, uma face bastante diferente da «modernidade» dos países. Menos liberais em termos ideais, são as mulheres portuguesas com pelo menos uma criança em idade pré-escolar as que mais trabalham a tempo inteiro. Ao contrário, retendo o exemplo da Espanha, observamos que as posições muito modernistas têm como pano de fundo grandes desigualdades na divisão do trabalho, sendo frequente o modelo de domesticidade feminina. Noutros casos, como a Suécia ou a Grã-Bretanha, é ainda o tempo parcial que assume elevada expressão. Na Alemanha, por exemplo, valoriza-se grandemente a independência profissional das mulheres, mas em fraca correspondência com as práticas.

É, por conseguinte, necessário decompor os níveis de desigualdade de género para «classificar» países e realidades sociais, uma vez que as associações manifestadas entre práticas e representações são bastante complexas e requerem um aprofundamento da história e da especificidade económica e sócio-cultural de cada contexto nacional.

Além disso, numa última nota, a propósito da determinante social dos valores face à vida familiar e aos papéis de género, lembramos os principais resultados das análises de regressão linear efectuadas para os homens e as mulheres de cada um dos sete países. Através deste procedimento estatístico procurou-se demonstrar que nem sempre têm impacto as mesmas coordenadas sociais. Em primeiro lugar, homens e mulheres são afectados por diferentes variáveis sociais, biográficas e

sócio-profissionais. Além disso, em cada país constrói-se um modelo explicativo específico. A única variável que afecta simultaneamente as atitudes de homens e de mulheres de todos os países é a frequência da prática religiosa, demonstrando a importância da religiosidade na estruturação dos universos de representações sociais sobre a família e os papéis de género. Ao contrário, o impacto de coordenadas estruturais, como a idade ou a escolaridade, não é tão generalizável, parecendo mais dependente da estrutura social da população. Não é por acaso que em Portugal, mais do que em qualquer outro dos países, o impacto da escolaridade é muitíssimo elevado, sobretudo para as mulheres, embora também para os homens. Tão forte efeito dos anos passados na escola constitui o reflexo das desigualdades estruturais que sobrevivem em Portugal: as de classe e as de género.

Anexo

Quadro 1.11 – Índices de atitudes face à vida familiar – médias por país em quinze países europeus

	Índice global				Total homens e mulheres								
	Total	Homens	Mulheres	Diferença H-M	Emprego e maternidade	Papel feminino	Papel masculino	Div. do trabalho no casal	Casamento e divórcio	Parentalidade e casamento	Coabitação	Centralidade da criança	Centralidade do casamento
Total	**3,34**	**3,25**	**3,42**	**–0,17**	**3,16**	**3,19**	**3,77**	**3,72**	**3,98**	**2,91**	**3,77**	**2,41**	**3,11**
Grã-Bretanha	3,32	3,23	3,40	–0,17	3,10	3,19	3,62	3,64	3,95	2,85	3,67	2,73	3,09
Irlanda	3,32	3,25	3,51	–0,26	3,17	3,13	3,65	3,71	3,81	2,91	3,48	2,84	3,13
Irlanda do Norte	3,30	3,24	3,34	–0,10	3,17	3,18	3,67	3,66	3,92	2,86	3,35	2,73	3,11
Holanda	3,44	3,35	3,51	–0,16	3,28	3,29	3,43	3,50	4,14	3,28	3,96	2,81	3,25
Suíça	3,36	3,28	3,46	–0,18	2,97	3,28	3,69	3,61	3,96	2,99	3,92	2,78	3,19
Alemanha Ocidental	3,35	3,27	3,42	–0,15	3,14	3,55	3,62	3,61	4,13	2,86	3,89	2,30	3,00
Noruega	3,51	3,40	3,59	–0,19	3,38	3,33	3,71	3,91	3,93	3,00	3,97	2,63	3,42
Suécia	3,61	3,49	3,71	–0,22	3,52	3,35	3,78	4,16	3,93	3,15	4,23	2,63	3,48
França	3,50	3,33	3,64	–0,31	3,23	3,34	3,96	3,94	4,15	2,82	4,17	2,34	3,43
Portugal	3,30	3,22	3,38	–0,16	2,72	3,08	4,11	3,87	4,18	2,84	3,71	1,87	3,15
Finlândia	3,34	3,20	3,46	–0,26	3,20	2,98	3,85	3,76	3,98	2,78	4,03	2,20	3,20
Espanha	3,50	3,42	3,56	–0,14	3,11	3,36	4,14	3,85	3,98	3,19	3,70	2,47	3,41
Alemanha de Leste	3,50	3,42	3,58	–0,16	**3,81**	**3,85**	3,62	4,11	4,22	3,08	3,85	**1,94**	**2,76**
República Checa	3,16	3,08	3,29	–0,21	3,20	2,98	3,74	3,52	3,82	2,73	3,67	2,03	2,76
Polónia	3,16	3,05	3,26	–0,21	2,98	3,11	3,74	3,32	3,71	2,84	3,42	2,36	2,59
Hungria	3,06	3,04	3,08	–0,04	2,94	2,66	3,58	3,50	3,90	2,83	3,89	1,62	2,47
Eslováquia	3,05	2,96	3,13	–0,17	3,20	2,84	3,67	3,52	3,95	2,28	3,00	2,17	2,72

Quadro 1.12 – Caracterização da população nos quinze países

Condição perante o trabalho dos homens e das mulheres com idades 18-65 anos

(percentagens)

	Homens ($n = 8620$)				Mulheres ($n = 9497$)			
	Empregado a tempo inteiro	Empregado a tempo parcial	Empregado < tempo parcial	Sem trabalho	Empregado a tempo inteiro	Empregado a tempo parcial	Empregado < tempo parcial	Sem trabalho
Total	**69,5**	**3,4**	**0,9**	**26,2**	**40,8**	**16,1**	**2,2**	**40,9**
Alemanha Ocidental	71,6	1,1	–	27,3	34,2	16,3	0,3	49,2
Alemanha de Leste	63,3	1,1	–	35,6	43,5	9,5	–	47,0
Grã-Bretanha	73,4	4,5	0,7	21,4	40,8	23,7	3,4	32,1
Irlanda do Norte	65,8	6,1	–	28,1	29,3	27,2	–	43,6
Hungria	59,1	1,0	1,9	38,0	41,5	4,1	0,2	54,2
Irlanda	73,7	4,2	–	22,1	35,7	17,3	–	47,0
Holanda	65,8	9,1	5,3	19,8	17,3	33,7	12,4	36,6
Noruega	77,2	1,2	0,8	20,8	49,5	13,8	1,1	35,6
Suécia	75,8	4,5	1,7	18,0	46,8	26,4	2,1	24,7
República Checa	73,4	0,6	0,4	25,7	51,7	3,3	0,3	44,6
Polónia	54,5	3,4	–	42,1	41,1	4,6	2,8	51,5
Espanha	69,4	4,3	1,2	25,1	33,3	13,6	1,9	51,2
Eslováquia	63,0	0,6	–	36,4	55,2	4,3	0,9	39,6
França	70,1	2,1	0,1	27,6	44,6	17,2	2,4	35,8
Portugal	72,4	2,6	–	25,1	48,2	6,4	0,9	44,4
Suíça	76,2	8,6	0,5	14,7	29,2	37,1	2,3	31,3
Finlândia	70,8	2,4	1,2	25,7	51,3	11,4	2,8	34,5

Quadro 1.13 – Caracterização da população nos quinze países (continuação)

Condição perante o trabalho dos homens e das mulheres com idades 18-40 anos e com pelo menos uma criança até 5-6 anos a viver em casa

(percentagens)

	Homens ($n = 1084$)				Mulheres ($n = 1487$)			
	Empregado a tempo inteiro	Empregado a tempo parcial	Empregado < tempo parcial	Sem emprego	Empregado a tempo inteiro	Empregado a tempo parcial	Empregado < tempo parcial	Sem emprego
Total	**86,1**	**3,0**	**0,6**	**10,4**	**29,7**	**20,0**	**2,6**	**47,7**
Alemanha Ocidental	86,0	2,0	–	12,0	13,2	23,5	–	63,2
Alemanha de Leste	82,4	5,9	–	11,8	26,7	–	–	73,3
Grã-Bretanha	82,7	–	–	17,3	24,8	32,3	0,6	42,2
Irlanda do Norte	80,0	4,4	–	15,6	23,7	30,3	–	46,1
Hungria	76,5	2,9	4,4	16,2	21,1	8,9	–	70,0
Holanda	77,8	13,9	2,8	5,6	4,0	54,0	12,0	30,0
Noruega	90,7	0,8	0,8	7,6	45,0	13,4	0,7	40,9
Suécia	85,5	5,8	–	8,7	26,5	32,4	4,4	36,8
República Checa	87,3	–	1,6	11,1	23,1	2,6	1,3	73,1
Polónia	81,2	1,2	–	17,6	25,6	4,0	11,2	59,2
Espanha	90,2	4,1	–	5,7	27,3	14,8	2,8	55,1
França	91,5	2,1	–	6,4	42,3	25,3	2,1	30,4
Portugal	85,7	2,9	–	11,4	53,1	11,1	–	35,8
Suíça	86,9	8,2	–	4,9	6,2	44,6	1,5	47,7
Finlândia	91,5	1,2	–	7,3	41,8	9,9	3,3	45,1

Quadro 1.14 – Descrição dos códigos das variáveis utilizadas nas regressões lineares

Variáveis independentes	Códigos
Sexo	1 homem ..... 2 mulher
Idade	Mínimo 18 …….....……..… máximo 96
Situação conjugal	1 casado/coabitação ……... 2 não casado
Número de anos de escolaridade	0 sem escolaridade ……..……..... 30 anos (95 – a frequentar a escola; 96 – a frequentar o ensino superior)
Posição política	1 esquerda …… 10 direita
Frequência da prática religiosa	1 algumas vezes por semana ...… 8 nunca
Número de crianças até 5/6 anos no grupo doméstico	0 ……..…… 4 crianças
Número total de pessoas no grupo doméstico	1 ……..……..…… 14
Situação profissional do homem	1 sem trabalho; 2 < tempo parcial; 3 tempo parcial; 4 tempo inteiro
Situação profissional da mulher	1 sem trabalho; 2 < tempo parcial; 3 tempo parcial; 4 tempo inteiro
Horas de trabalho profissional do homem	0 …… 96
Horas de trabalho profissional da mulher	0 …… 90
Dificuldade em cumprir as responsabilidades familiares	1 algumas vezes por semana ..…. 4 nunca
Dificuldades de concentração no trabalho profissional	1 algumas vezes por semana ..…. 4 nunca

Rosemary Crompton
Clare Lyonette

Capítulo 2

Família, género e articulação entre trabalho e vida privada: comparação dos casos britânico e português

Introdução

Embora Portugal seja o mais antigo aliado da Grã-Bretanha[1], estes países são muito diferentes entre si. O estabelecimento de comparações entre dois casos tão contrastantes suscita várias questões. Há, desde logo, um importante problema metodológico, aliás comum a qualquer estudo transnacional. Trata-se do problema da medida, isto é, da comparação de realidades que sejam correspondentes. De facto, se estivermos perante dois países profundamente díspares, como poderemos ter a certeza de que os fenómenos a comparar são verdadeiramente comparáveis? Outra questão, já de carácter mais geral, é a da evolução futura: será que as especificidades de cada país persistirão e que as transformações sociais e económicas continuarão a revelar-se dependentes das condicionantes nacionais (Esping-Andersen, 1999)? Ou irá o processo da globalização e da uniformização institucional (por via da integração na União Europeia, por exemplo) traduzir-se na convergência dos sistemas sociais e económicos nacionais? Retomaremos esta segunda questão nas nossas observações finais. Quanto à primeira, de

[1] «Entre as alianças através das quais, nos diferentes períodos da nossa história, este país estabeleceu laços com as outras nações da Europa, nenhuma tem origem tão antiga, nem é tão clara nos seus termos – nenhuma perdurou tão longamente e foi tão fielmente respeitada –, de nenhuma há memórias tão intimamente ligadas aos mais brilhantes feitos dos nossos triunfos, do que a aliança firmada entre a Grã-Bretanha e Portugal» (George Canning, «Sobre a concessão de ajuda a Portugal», «Houses of Parliament», 1826).

ordem metodológica, deve dizer-se que as comparações efectuadas nos suscitaram alguns problemas de medida, sobretudo no âmbito das perguntas referentes às relações de emprego. Referi-los-emos pontualmente ao longo da discussão empírica que se segue[2].

Este capítulo começa com uma breve comparação entre a Grã-Bretanha e Portugal – os seus contrastantes percursos históricos e estruturas de emprego das mulheres. Segue-se uma apresentação dos resultados empíricos que obtivemos, com especial incidência nas atitudes relacionadas com a vida familiar e com os papéis de género. Retomamos depois a questão das relações de emprego e do seu impacto na articulação entre o trabalho e a vida quotidiana. São examinados padrões de trabalho doméstico contrastantes e de seguida procede-se a uma análise comparativa do importante tópico que é o *stress* resultante da articulação entre o trabalho e a vida quotidiana. As variáveis principais da nossa análise são o género e a classe social.

Grã-Bretanha e Portugal: comparação

Estes dois países apresentam profundas diferenças entre as respectivas histórias recentes. Portugal assistiu, há relativamente pouco tempo, ao colapso do regime salazarista, que se consolidou nos anos 30 do século passado e durou até 1974, travou guerras em várias das suas colónias e a sua população enfrentou elevados índices de pobreza. A Grã-Bretanha, por seu lado, conheceu um longo período de estabilidade política e é comparativamente bastante mais rica. A população portuguesa com formação profissional é proporcionalmente menor do que a britânica e os níveis educacionais são inferiores. É certo que a taxa de iliteracia caiu, entre 1970 e 1991, de 25,6% para 11%, mas os dados do Eurostat revelam que em 1995 apenas 22% dos portugueses entre os 25 e os 64 anos de idade tinham o ensino secundário completo, ao passo que 52% dos britânicos da mesma faixa etária o tinham atingido (a média dos quinze da União Europeia era de 55%). Os dados do Eurostat mostram ainda grandes diferenças no rendimento médio britânico e português: números referentes a 2001 dizem-nos que,

[2] Estas comparações são possíveis porque no inquérito do ISSP realizado em Portugal foi introduzido um módulo adicional de perguntas sobre trabalho, faltas ao trabalho e promoção no emprego. Essas perguntas surgiram originalmente num projecto financiado pelo ESRC e designado «Employment and the Family (R000239727).

enquanto a Europa dos quinze apresentava uma média de 31 910 euros de rendimento bruto para os empregados a tempo inteiro em empresas com 10 ou mais trabalhadores, Portugal ficava-se por uns bem inferiores 13 338 euros e a Grã-Bretanha ultrapassava claramente a média europeia, com 39 233 euros. Portugal surge ainda, segundo dados recentes da OCDE, com o menor rendimento *per capita* entre os países da zona euro e, antes do mais recente alargamento, como o país de mais baixos rendimentos de toda a União (*OECD Economic Survey*, 2004).

Estas discrepâncias na educação, na formação profissional e nos rendimentos entre a Grã-Bretanha e Portugal podem explicar-se pela diferente evolução histórica do desenvolvimento de cada país. A industrialização portuguesa foi relativamente tardia e lenta e o apego originário de Salazar a um ideal de sociedade essencialmente rural entravou qualquer vislumbre de progresso, ao «manter uma pequena economia fechada, com baixo poder de compra, uma classe média pouco significativa, escassez de capital humano e de tecnologia, e com empresários industriais acomodados a um omnipresente proteccionismo estatal» (Wall, 2007). O estado corporativo salazarista protegeu as elites sociais tradicionais e manteve as massas sob apertado controlo, não através da imposição de qualquer radicalismo, mas sim pela manutenção de um conservadorismo tradicionalista (Lloyd-Jones, 1994). O próprio Salazar terá dito: «Portugal deve ser um país de hábitos… Os homens mudam pouco, e os Portugueses quase nada.» Deste modo, um regime que deteve o poder durante mais de quatro décadas foi um instrumento de «obstrução» à conquista de níveis superiores de educação e rendimento por parte da população. Muita coisa mudou desde o derrube do regime, mas Portugal apresenta ainda elevados níveis de proteccionismo do emprego como reminiscência do seu passado corporativista. Quanto à Grã-Bretanha, bem pelo contrário, cedo viu crescer a sua indústria e possui, mesmo em comparação com o resto da Europa, um mercado de trabalho relativamente pouco regulamentado (Hutton, 2002). Em termos gerais, Portugal é menos «desenvolvido» do que a Grã-Bretanha segundo os critérios da economia capitalista e, apesar de muito ter mudado desde Salazar a nível dos comportamentos e atitudes relativamente às mulheres e ao emprego, «continua a ter que lidar com a herança dos valores autoritários, ainda persistentes na sociedade e nas instituições, e com o problema de uma sociedade civil que estagnou durante quarenta anos» (Wall, 2007).

Emprego das mulheres e cuidados às crianças na Grã-Bretanha e em Portugal

Embora enfatizasse a importância das responsabilidades domésticas das mulheres, o regime de Salazar não as excluía completamente da actividade profissional. O modelo familiar de duplo emprego, baseado no sistema rural tradicional, a emergência da industrialização e a diminuição da força de trabalho masculina decorrente dos conflitos coloniais implicavam a aceitação das mulheres no mundo do trabalho – desde que ganhassem menos do que os homens. Mas as mulheres acabavam muitas vezes por deixar os seus empregos quando casavam e tinham filhos, mesmo em situações de grande pobreza. A mulher vivia subordinada ao marido, que podia controlar qualquer decisão sobre a profissão dela. A lei também lhe atribuía a responsabilidade pelo governo do lar (Almeida e Wall, 2001). Após a queda da ditadura, em 1974, o número de mulheres integrantes da força de trabalho portuguesa aumentou rapidamente e, actualmente (2001), 65% das mulheres têm actividade profissional, contra apenas 18% em 1960. A maioria desenvolve uma actividade profissional a tempo inteiro (84%) e são escassas as interrupções dessa actividade ao longo da vida (Wall, 2005).

A Grã-Bretanha também assistiu recentemente a um acréscimo do emprego feminino. Em 1981 os homens ocupavam mais 3,2 milhões de postos de trabalho do que as mulheres, ao passo que actualmente os números são quase iguais e 72% das mulheres em idade de trabalhar são economicamente activas. No entanto, cerca de metade dos 12,7 milhões de mulheres que hoje trabalham fá-lo em empregos a tempo parcial (*Labour Force Survey*, 2003). Perto de 40% das mulheres que têm filhos com 11 a 15 anos de idade trabalham a tempo parcial, enquanto apenas 23% das que não têm filhos o fazem (*Office of National Statistics*, 2003). Verifica-se, pois, que, enquanto em Portugal predomina o modelo familiar de duplo emprego com os dois cônjuges empregados a tempo inteiro, o modelo de família «emprego e meio» (marido a tempo inteiro, mulher a tempo parcial) está muito mais implantado na Grã-Bretanha (Wall, 2003a). Segundo dados do Eurostat (Franco e Winqvist, 2002, p. 3), ambos os países apresentam uma proporção muito semelhante de famílias com um «ganha-pão masculino» entre os casais que têm um filho com menos de 15 anos (27% em Portugal, 30% na Grã-Bretanha), mas a proporção destes casais com marido e mulher empregados a tempo inteiro já é muito diferente, com 67% em Portugal e apenas 29% na Grã-Bretanha.

A elevada proporção de mulheres que em Portugal trabalharam a tempo inteiro provocou um inevitável aumento da procura de serviços de cuidados infantis. Mas o recurso a estes serviços varia muito consoante a disponibilidade da oferta e o nível de rendimentos dos utentes. Apesar dos esforços desenvolvidos após 1974 para proporcionar às famílias este tipo de apoio, registam-se ainda claras insuficiências no número de vagas abertas para o acolhimento de crianças em idade pré-escolar, especialmente por parte das instituições sem fins lucrativos, economicamente mais acessíveis. Nos anos 1970 e 1980 era frequente encontrar grandes listas de espera e instalações com excesso de crianças nas grandes cidades, ao passo que nas áreas rurais praticamente não havia instituições do género (Wall, 1997). O recurso a alternativas passava pela ajuda de familiares ou pela contratação de amas, na sua maioria não credenciadas[3]. A partir do final da década de 1980 foram tomadas medidas concretas para aumentar o número de infantários para crianças dos 3 aos 6 anos de idade (taxa de cobertura de 76% em 2003) e também de creches (taxa de cobertura de 22% em 2003, mas com nítidas assimetrias regionais).

Também as mães de crianças em idade escolar enfrentaram dificuldades. Apesar da aprovação, nos anos 1980, de nova legislação que permitia utilizar até 30 dias por ano para acompanhar na doença filhos com idade até 10 anos (ou 15 dias quando a criança tivesse completado os 10 anos) e abria a possibilidade de optar pela prestação de trabalho a tempo parcial, a verdade é que estes mecanismos tiveram pouca aplicação prática, decerto porque não havia modo de compensar a inerente diminuição da retribuição. É compreensível que uma mulher (ou um homem) prefira não interromper a sua prestação de trabalho e não passar a trabalhar a tempo parcial quando a sua retribuição periódica habitual, trabalhando continuadamente e a tempo inteiro, apenas lhe permite manter um padrão de vida que considera básico. Nos anos 1990 surgiram novas medidas destinadas a solucionar alguns destes problemas, como a atribuição de compensação financeira para o período de interrupção do trabalho por doença do filho, a introdução de cantinas nas escolas, o fomento de creches, de infantários e de

[3] Pode haver aqui um problema de comparabilidade. Na Grã-Bretanha, a palavra *nanny* designa quem toma conta de crianças no próprio domicílio destas, normalmente numa base individual. É um serviço dispendioso, a que muito pouca gente recorre. A entrega de uma criança aos cuidados de alguém que presta o serviço na sua casa designa-se por *childminding* e constitui uma alternativa mais barata. O aumento do emprego das mulheres tem sido acompanhado por um (relativo) declínio do *childminding* (cf. Mooney *et al.*, 2001, e Paull *et al.,* 2002).

estruturas de acompanhamento de tempos livres (fora do horário escolar), a criação de uma licença de paternidade paga, por cinco dias, e o aumento da duração da licença de maternidade (Wall, 2004).

Também na Grã-Bretanha a procura de serviços de prestação de cuidados às crianças tem registado um aumento: embora o número de lugares em *playgrounds* (*ateliers* de infância que abrem durante algumas horas por dia) fosse em 2001 inferior em um quinto ao de 1992, o número de lugares em infantários mais do que duplicou entretanto. Porém, e também neste período, o número de infantários proporcionados pelas autoridades públicas locais diminuiu, pelo que os pais profissionalmente activos se encontram mais sujeitos a terem de pagar elevadas quantias pela obtenção de serviços de qualidade. Uma alternativa possível às amas e infantários (que em muitos casos encerram às 18 horas) são as amas e empregadas *au pair* estrangeiras, mas trata-se, regra geral, de uma alternativa viável apenas para pais com profissões qualificadas.

Também há mulheres que contam com o apoio de familiares, ou amigos, cuja vizinhança lhes permite tomarem conta das crianças enquanto a mãe trabalha. A prestação de serviços de acolhimento para crianças em idade escolar é uma actividade em expansão, com um aumento de 119 000 vagas para ATLs no ano de 1999 para 165 000 vagas em 2001 (*Office of National Statistics*, 2003). Os programas de férias são também muito procurados por pais trabalhadores: se atentarmos nos programas para crianças entre os 5 e os 7 anos, vemos que de 48 000 vagas abertas em 1992 se passou, no ano de 2000, para 490 000 (números do Department for Education and Skills). Mas, mesmo quando está disponível, esta solução é muitas vezes demasiado cara para os pais e constitui, assim, uma fonte de diferenciação de classes no mecanismo de oferta e procura dos cuidados às crianças.

O *Employment Act* de 2001 (que entrou em vigor em 2003) aumentou a duração da licença de maternidade, o subsídio de nascimento e o direito à licença de paternidade (não remunerada), e os progenitores com crianças de tenra idade passaram a poder «requerer» horários flexíveis. O certo é que muitas das alterações na legislação laboral recentemente introduzidas pelo governo britânico, em matéria de articulação com a vida familiar, apenas serviram para adaptar a lei nacional às exigências da União Europeia. Na Grã-Bretanha, o binómio «vida profissional-vida privada» goza de uma protecção legal bastante limitada, em comparação com outros países europeus (Dex e Smith, 2002).

Resultados empíricos

O estudo que aqui apresentamos baseia-se em dados do ISSP sobre Portugal e a Grã-Bretanha[4]. Como era de esperar, os dois países apresentam grandes diferenças entre si no que respeita aos níveis de educação e às classes (quadro 2.1).

Quadro 2.1 – Níveis de educação e classe por país
(dados do ISSP)

	Maior nível de instrução (% do total)	Profissionais qualificados e quadros dirigentes (% do total)
Portugal	252 (23,1)	168 (20,9)
Grã-Bretanha	1034 (46)	829 (36,8)

Trabalho a tempo inteiro e a tempo parcial em Portugal e na Grã-Bretanha

Segundo dados do Eurostat referentes a 2003, em Portugal 12% dos trabalhadores de ambos os sexos trabalham a tempo parcial, ao passo que na Grã-Bretanha a percentagem é de 25%. A média do total de países da União «a quinze» é de 19%. Com os dados do ISSP obtemos resultados semelhantes (quadro 2.2).

Quadro 2.2 – Regime de trabalho por sexo e por país
(dados do ISSP)

	Homens (% no país)				Mulheres (% no país)			
Regime de trabalho	Tempo inteiro	Tempo parcial	Sem trabalho	Total (*n*)	Tempo inteiro	Tempo parcial	Sem trabalho	Total (*n*)
Portugal	61,5	2,5	36,0	519	38,6	6,7	54,5	565
Grã-Bretanha	62,2	4,1	33,7	1049	35,2	18,5	46,3	1254

Este quadro mostra-nos que, em qualquer dos dois países, apenas uma pequeníssima minoria de homens trabalha a tempo parcial. Já a correspondente percentagem de mulheres é muito mais elevada na Grã-Bretanha do que em Portugal. Em termos globais (considerando

[4] Para uma descrição do programa do ISSP, v. Davis e Jowell (1989) e também Jowell, Brook e Dowds (1993). Em 2002 foram realizadas entrevistas a uma amostra aleatória estratificada com 2312 indivíduos na Grã-Bretanha e 1092 indivíduos em Portugal. Só os inquiridos com emprego responderam às perguntas sobre *stress* trabalho/vida privada (STV) (1015 na Grã-Bretanha e 516 em Portugal).

trabalho a tempo inteiro e a tempo parcial), cerca de 54% das mulheres britânicas estão empregadas, enquanto a percentagem de portuguesas na mesma situação mal ultrapassa os 45%. Se considerarmos apenas a população com emprego na amostra do ISSP, 6% dos homens britânicos e 34% das mulheres britânicas trabalham a tempo parcial, contra 4% dos homens portugueses e apenas 15% das mulheres portuguesas. Dadas as grandes diferenças encontradas entre os regimes de trabalho das mulheres dos dois países, decidimos concentrar-nos apenas nos casos de trabalho a tempo inteiro, embora isso implique uma redução no número de mulheres inglesas abrangidas – sobretudo trabalhadoras não qualificadas, que apresentam maior incidência de trabalho a tempo parcial.

Um dos problemas da nossa opção é que, dada a grande proporção de mulheres britânicas que trabalham a tempo parcial e o facto de este regime de trabalho não estar ao alcance da maioria das mulheres portuguesas, as mulheres que trabalham a tempo inteiro na Grã-Bretanha e em Portugal podem não constituir grupos directamente comparáveis. Isto é, mulheres «semelhantes» (sobretudo com ocupações manuais e rotineiras, onde há uma concentração de trabalho a tempo parcial) teriam maior probabilidade de trabalhar a tempo parcial na Grã-Bretanha do que em Portugal. Mas não podemos esquecer que muitas das questões abordadas neste estudo, incluindo as atitudes face ao impacto do emprego das mães nos filhos, as atitudes face à progressão na carreira e o *stress* trabalho/vida privada, serão decisivamente afectadas pela circunstância de o inquirido trabalhar a tempo inteiro ou a tempo parcial. Importa, pois, controlar esse factor[5].

Atendendo às grandes diferenças existentes entre os dois países, foi decidido proceder a análises estatísticas preliminares separadas em cada país quanto às diferenças de classe e género. Se ficasse demonstrado que os inquiridos tinham, em cada país, interpretado de modo diferente determinada pergunta, não se avançaria para qualquer análise entre países. Com outras perguntas, no entanto, como as referentes a diferenças nas atitudes face aos papéis de género, foi possível realizar análises intrapaís e entre países.

[5] Uma análise das respostas dadas por todos os inquiridos que trabalham mais de vinte horas semanais (homens e mulheres) não revelou diferenças significativas, ao invés da análise que realizámos sobre as respostas dos trabalhadores a tempo inteiro.

Diferenças atitudinais

Ênfase na vida familiar

Encontramos no questionário do ISSP uma série de perguntas destinadas a medir a ênfase conferida à vida familiar, as atitudes face aos papéis de género e o trabalho das mães em Portugal e na Grã-Bretanha. As perguntas eram:

Está certo que a mulher trabalhe, mas o que a maior parte das mulheres realmente quer ter é um lar e filhos.

Ver os filhos crescer é a maior alegria da vida.

As pessoas que nunca tiveram filhos têm umas vidas vazias.

É provável que uma criança pequena (até ir para a escola) sofra se a mãe trabalhar fora de casa.

Bem vistas as coisas, a vida familiar é prejudicada quando a mulher trabalha fora de casa a tempo inteiro.

Quadro 2.3 – Ênfase dada à vida familiar e atitudes face aos papéis de género por sexo (*a*)

Itens	Homens (% de sim)	Mulheres (% de sim)	Diferenças (*b*) de género: χ^2	% total de sim (homens e mulheres)
Mulheres realmente querem: Portugal	**186 (58,7)**	**110 (50,0)**	**7,505***	**55,3%**
Mulheres realmente querem: Grã-Bretanha	99 (18,8)	51 (13,5)	17,523***	16,6%
Diferenças entre países: χ^2	*142,505****	*96,165****		
Maior alegria da vida: Portugal	**293 (97,7)**	**202 (96,7)**	**0,770**	**97,1%**
Maior alegria da vida: Grã-Bretanha	390 (73,6)	281 (75,9)	4,852	74,5%
Diferenças entre países: χ^2	*76,912****	*42,233****		
Pessoas sem filhos: Portugal	**181 (57,8)**	**126 (59,2)**	**2,026**	**58,4%**
Pessoas sem filhos: Grã-Bretanha	67 (12,4)	22 (5,8)	18,370***	9,7%
Diferenças entre países: χ^2	*200,645****	*209,534****		
Criança pequena sofre: Portugal	**244 (76,5)**	**169 (77,5)**	**0,078**	**76,9%**
Criança pequena sofre: Grã-Bretanha	217 (40,0)	95 (24,6)	37,552***	33,6%
Diferenças entre países: χ^2	*108,146****	*163,728****		
Vida familiar é prejudicada: Portugal	**193 (61,1)**	**127 (58,5)**	**0,362**	**60,0%**
Vida familiar é prejudicada: Grã-Bretanha	184 (33,8)	93 (24,3)	18,082***	29,8%
Diferenças entre países: χ^2	*60,972****	*71,390****		

(*a*) * $p < 0{,}05$; ** $p < 0{,}01$; *** $p < 0{,}001$.

(*b*) Embora o quadro só apresente a proporção de respostas «sim», podem ocorrer diferenças entre géneros na proporção de respostas «sim» ou «não».

Em Portugal, ambos os sexos revelam atitudes relativamente tradicionais face aos papéis de género, embora as mulheres tendam a concordar menos com a afirmação de que aquilo que as mulheres realmente querem é ter um lar e filhos. Curiosamente, as mulheres portuguesas tendem a considerar que as crianças em idade pré-escolar sofrem (77,5%) e que a vida familiar é prejudicada (58,5%) quando a mãe se dedica a uma profissão, muito embora todas as mulheres que responderam às perguntas trabalhassem a tempo inteiro: neste caso, o comportamento (emprego a tempo inteiro) não parece afectar as atitudes, assim como estas não parecem afectar o comportamento.

Na Grã-Bretanha há diferenças muito significativas em todas as questões, excepto na resposta a «ver os filhos crescer é a maior alegria da vida». Mais concretamente, os britânicos são significativamente mais tradicionalistas do que as britânicas nas suas atitudes quanto aos papéis de género e mais críticos relativamente ao impacto do trabalho das mães nas crianças.

As comparações entre países mostram que os inquiridos portugueses, significativamente mais do que os britânicos, consideram que «o que a maior parte das mulheres realmente quer ter é um lar e filhos», que «ver os filhos crescer é a maior alegria da vida» e que «as pessoas que nunca tiveram filhos têm umas vidas vazias». Também há uma proporção significativamente maior de portugueses do que de britânicos a afirmar que uma criança em idade pré-escolar sofre caso a mãe trabalhe fora de casa e também que a vida familiar é prejudicada se a mulher trabalhar fora de casa a tempo inteiro.

Embora a comparação entre países nos diga que Portugal dá, globalmente, grande ênfase à vida familiar, esta consideração global oculta grandes variações dentro do país, consoante a classe social considerada (cf. quadros 2.18 e 2.19 do anexo). Por exemplo, entre os homens portugueses, 76% dos trabalhadores manuais, contra apenas 33% dos profissionais qualificados, afirmam que «o que a maior parte das mulheres realmente quer ter é um lar e filhos», 70%, contra 45%, afirmam que «as pessoas que nunca tiveram filhos têm umas vidas vazias» e 69%, contra 47%, afirmam que «a vida familiar é prejudicada quando a mulher trabalha fora de casa a tempo inteiro». Os resultados são semelhantes entre as mulheres portuguesas: 62% das trabalhadoras manuais, contra apenas 42% das profissionais qualificadas, dizem que «o que a maior parte das mulheres realmente quer ter é um lar e filhos; 78%, contra 42%, dizem que «as pessoas que nunca tive-

ram filhos têm umas vidas vazias»; 88%, contra 65%, dizem que «uma criança em idade pré-escolar sofre se a mãe trabalhar fora de casa»; 79%, contra 50%, dizem que «a vida familiar é prejudicada». Por outras palavras, embora a generalidade dos portugueses atribua grande ênfase à vida familiar, a nível das atitudes, quem tem um trabalho manual por conta de outrem e a tempo inteiro dá muito mais relevo à família e ao impacto negativo da ocupação profissional das mulheres do que quem tem uma profissão qualificada a tempo inteiro. Também na Grã-Bretanha surgem diferenças entre classes quanto à ênfase dada à família, mas são muito menos acentuadas do que em Portugal. Assim, por exemplo, 83% dos trabalhadores manuais masculinos consideram que «ver os filhos crescer é a maior alegria da vida», contra 70% dos homens com profissões qualificadas. Mas não encontramos mais diferenças significativas entre classes sociais nas respostas dos homens britânicos. Quanto às mulheres britânicas, 29% das trabalhadoras manuais consideram que «a maior parte das mulheres quer ter é um lar e filhos», contra apenas 10% das profissionais qualificadas, e 39% das trabalhadoras manuais também consideram que «uma criança em idade pré-escolar sofre se a mãe trabalhar fora de casa», contra 21% das profissionais qualificadas.

Entre as mulheres, em ambos os países, verifica-se serem as trabalhadoras manuais quem mais considera que «uma criança em idade pré-escolar sofre», mas na Grã-Bretanha não há diferenças significativas entre classes na proporção de mulheres que acreditam que «a vida familiar é prejudicada».

Atitudes face aos papéis de género

Na generalidade das respostas dos portugueses detecta-se uma maior propensão para considerar que «o que a maior parte das mulheres realmente quer ter é um lar e filhos» do que na generalidade das respostas dos britânicos. Isto pode ser interpretado como um reflexo de atitudes tradicionais face aos papéis de género, embora, quanto a esta questão, existam, dentro de cada país, diferenças significativas entre classes. As respostas à questão, «clássica» em matéria de papéis de género, «compete ao homem ganhar dinheiro e à mulher cuidar da casa e da família» também revelam diferenças significativas entre os dois países, embora em Portugal haja diferenças entre classes muito significativas.

Quadro 2.4 – Atitudes sobre papéis de género por classe e por sexo: «compete ao homem ganhar dinheiro e à mulher cuidar da casa e da família?»

		Portugal	Grã-Bretanha	Diferenças entre países (*a*) em GRA: χ^2
Homens (% de discordantes)	Qualificados	**78,4**	67,0	4,595
	Intermédios	**84,2**	73,4	2,268
	Manuais	**50,9**	60,5	15,469***
	Total	***65,1***	*64,7*	*28,529****
	Diferenças entre classes: χ^2	**30,540*** **	13,152*	
Mulheres (% de discordantes)	Qualificadas	**87,3**	88,1	4,778
	Intermédias	**72,7**	85,4	16,931***
	Manuais	**57,1**	73,0	3,684
	Total	***70,8***	*85,5*	*41,202****
	Diferenças entre classes: χ^2	**14,201** **	10,049*	

*$p < 0{,}05$; **$p < 0{,}01$; ***$p < 0{,}001$.
(*a*) Embora só a proporção dos que discordam da afirmação «compete ao homem ganhar dinheiro…» conste do quadro, podem ocorrer diferenças entre países na proporção dos que discordam ou na dos que concordam (discordância = mais liberal nas atitudes).

Em Portugal, tanto os trabalhadores como as trabalhadoras manuais são significativamente mais tradicionais do que os outros homens e mulheres. Esta tendência também existe na Grã-Bretanha, onde os trabalhadores manuais, homens ou mulheres, se mostram significativamente mais tradicionais do que os profissionais qualificados ou intermédios. As diferenças percentuais não são, contudo, tão acentuadas como em Portugal.

Não existem diferenças significativas nas atitudes face aos papéis de género entre os homens britânicos e portugueses com profissões qualificadas, muito embora seja maior em Portugal do que na Grã-Bretanha a proporção dos homens que manifestam discordância (78% contra 67%), o que sugere um padrão de atitudes mais liberal. Já os trabalhadores manuais portugueses são significativamente mais tradicionais do que os britânicos. Em termos globais, os homens portugueses são menos liberais do que os britânicos: embora a proporção dos discordantes de que «compete ao homem ganhar dinheiro…» tenha sido igual (65% em ambos os países), 26% dos homens portugueses que trabalham mostraram concordância com a afirmação, contra apenas 13% dos trabalhadores britânicos masculinos [6].

Não há diferenças significativas nas atitudes sobre papéis de género entre as mulheres com profissões qualificadas de Portugal e da Grã-Bretanha, com ambos os grupos a apresentarem uma grande maioria de dis-

[6] $\chi^2 = 28{,}53$, $p < 0{,}001$.

cordantes (87% das portuguesas e 88% das britânicas). As mulheres com profissões intermédias são significativamente mais tradicionais em Portugal do que na Grã-Bretanha. Globalmente, as mulheres trabalhadoras britânicas são significativamente menos tradicionais do que as portuguesas: 86% das britânicas discordaram de que «compete ao homem ganhar dinheiro», contra 71% das portuguesas, e 22% das mulheres de Portugal concordaram com que «compete ao homem ganhar dinheiro», contra menos de 5% das mulheres da Grã-Bretanha[7].

Em suma, nos dois países mais de metade dos inquiridos «discorda» dos papéis de género tradicionais, embora a Grã-Bretanha seja, do ponto de vista das atitudes, menos «tradicional» do que Portugal. Neste país existem, porém, diferenças atitudinais entre classes muito maiores do que naquele. As atitudes sobre papéis de género entre os profissionais qualificados e quadros dirigentes são muito semelhantes às dos britânicos, mas, enquanto em Portugal se verifica uma disparidade de 30% entre profissionais qualificados e quadros dirigentes (com propensão mais «liberal»), por um lado, e trabalhadores manuais, por outro, esta disparidade é inferior a 15% na Grã-Bretanha. Além disso, como em Portugal a proporção de profissionais qualificados é inferior à da Grã-Bretanha (cf. quadro 1), este grupo tem menor impacto no conjunto das atitudes sobre papéis de género.

Atitudes sobre a participação do homem nas tarefas domésticas e nos cuidados às crianças

O questionário do ISSP apresenta as seguintes questões destinadas a obter a opinião sobre a participação dos homens nas tarefas do lar e na prestação de cuidados aos filhos:

> Os homens deviam participar mais nas tarefas domésticas do que participam actualmente.
>
> Os homens deviam tomar mais conta dos filhos do que tomam actualmente.

Em relativo contraste com as respostas atitudinais de que nos ocupámos antes, não há, nas respostas dadas a qualquer destas duas últimas questões, diferenças significativas entre as várias classes dentro de cada país. Em termos gerais, os homens e mulheres portugueses tendem mais do que os seus congéneres britânicos a considerar que o homem devia participar mais nas tarefas domésticas e tomar conta dos filhos

[7] $\chi^2 = 41{,}20$, $p < 0{,}001$.

Quadro 2.5 – Atitudes face à participação do homem nas tarefas do lar por sexo e por classe

Trabalho doméstico		**Portugal**	Grã-Bretanha	Diferenças entre países (*a*) em GRA: χ^2
Homens (% de concordantes)	Qualificados	**83,8**	60,9	13,917**
	Intermédios	**86,5**	53,2	13,691**
	Manuais	**76,3**	49,3	45,588***
	Total	***80,3***	*55,3*	
	Diferenças entre classes: χ^2	**5,509**	8,157	
Mulheres (% de concordantes)	Qualificadas	**94,3**	63,5	19,717***
	Intermédias	**90,9**	69,1	13,181**
	Manuais	**90,0**	65,8	15,487***
	Total	***90,4***	*65,7*	
	Diferenças entre classes: χ^2	**2,458**	3,503	

*$p < 0{,}05$; **$p < 0{,}01$; ***$p < 0{,}001$.
(*a*) Embora só a proporção dos que concordam surja no quadro, podem ocorrer diferenças entre países na proporção dos que concordam *ou* discordam.

Quadro 2.6 – Atitudes face à participação do homem nos cuidados às crianças por sexo e por classe

Cuidados crianças		**Portugal**	Grã-Bretanha	Diferenças entre países (*a*) em GRA: χ^2
Homens (% de concordantes)	Qualificados	**71,6**	61,3	7,617*
	Intermédios	**83,8**	62,3	10,928**
	Manuais	**80,2**	56,7	30,859***
	Total	***78,7***	*59,4*	
	Diferenças entre classes: χ^2	**3,404**	6,755	
Mulheres (% de concordantes)	Qualificadas	**94,3**	65,9	16,960***
	Intermédias	**89,5**	60,1	20,543***
	Manuais	**92,6**	76,3	7,607*
	Total	***91,2***	*65,0*	
	Diferenças entre classes: χ^2	**1,532**	6,424	

*$p < 0{,}05$; **$p < 0{,}01$; ***$p < 0{,}001$.
(*a*) Embora só a proporção dos que concordam surja no quadro, podem ocorrer diferenças entre países na proporção dos que concordam *ou* discordam.

(veremos adiante que as mulheres portuguesas desempenham mais as tarefas do lar e observam uma divisão do trabalho doméstico mais tradicional do que as britânicas). Entre os profissionais qualificados portugueses, as mulheres tendem mais do que os seus «pares» masculinos a pensar que o homem devia tomar mais conta das crianças; entre os trabalhadores manuais de ambos os países, as mulheres tendem bastante mais do que os homens a considerar que o homem devia participar mais nas tarefas domésticas e nos cuidados às crianças.

Resumindo a análise até agora efectuada, parece-nos que Portugal é mais tradicional quanto aos papéis de género e coloca mais ênfase na vida familiar do que a Grã-Bretanha. Há outros dados que apoiam esta interpretação: quase três quartos dos portugueses que responderam ao *European Values Study* de 1999 disseram que as crianças sofrem quando a mãe trabalha fora de casa, contra uma percentagem global de 57% nos quinze países então integrados na União Europeia. Apesar deste relativo tradicionalismo, a percentagem de emprego das mulheres portuguesas é elevada. Isto pode traduzir um desfasamento entre atitudes e comportamentos, potencial fonte de *stress* para as mulheres trabalhadoras portuguesas: estão, na sua maioria, empregadas a tempo inteiro, mas também consideram que as crianças sofrem quando a mulher trabalha fora de casa. Se é verdade que as atitudes influenciam as escolhas, então as trabalhadoras portuguesas, sobretudo as manuais, não exercem ou não podem exercer o seu direito de escolha.

Relações de trabalho em Portugal e na Grã-Bretanha

Condições de trabalho

Portugal tem uma das legislações laborais que mais defendem a manutenção do posto de trabalho entre todos os países membros da OCDE (*OECD Employment Outlook*, 1999). Têm havido, recentemente, tentativas para flexibilizar o mercado de trabalho e, assim, aumentar a mobilidade laboral que têm suscitado grande oposição por parte das organizações de trabalhadores. Por exemplo, a previsão no Orçamento do Estado para 2003 da redução da despesa com o funcionalismo público e do aumento da mobilidade compulsória dos postos de trabalho desencadeou uma vaga de greves (relatório da OCDE, 2003). Uma das razões para esta reacção é que em Portugal há diversas vantagens em permanecer no mesmo posto de trabalho, como, por exemplo, o aumento da remuneração e das férias consoante a antiguidade ou as promoções automáticas por tempo de serviço dos funcionários públicos (promoções que, por sua vez, também dão direito a dias de férias adicionais). Por outro lado, a rigidez do mercado imobiliário da habitação significa que uma mudança de local de trabalho acarreta, geralmente, pesadas despesas adicionais para o trabalhador. Certo é, porém, que o elevado proteccionismo do posto de trabalho, a insufi-

ciência de incentivos à produtividade individual e a inerente baixa mobilidade do mercado de trabalho resultaram numa situação em que muitas vezes há excesso de trabalhadores para o trabalho produzido, o que gera pressões sobre a despesa pública (OCDE, 2003).

Já a Grã-Bretanha tem uma longa história de liberdade individual a nível das relações entre empregador e empregado e, segundo relatórios recentemente elaborados, apresenta, juntamente com os Estados Unidos, a Nova Zelândia e o Canadá, um dos mercados de trabalho com menos constrangimentos legais entre os países da OCDE (*OECD Employment Outlook*, 1999). A mobilidade no seio do mercado de trabalho é um fenómeno corrente e muitas vezes as famílias separam-se dos membros mais velhos do agregado (actualmente, quase 15% dos lares britânicos são constituídos por uma única pessoa, reformada). A duração média do horário de trabalho semanal a tempo inteiro na Grã-Bretanha é a mais elevada da Europa: 44,9 para os homens e 40,6 para as mulheres; em Portugal é de 41,1 para os homens e de 39,2 para as mulheres (*Labour Force Survey*, 2002).

O questionário do ISSP inclui as seguintes perguntas sobre trabalho e promoção profissional – cujas respostas reflectem bem quão diferentes são os padrões de organização laboral nos dois países:

> Pense na pessoa com quem tem que ir falar quando precisa de faltar umas horas – pode ser o seu chefe, o seu supervisor, etc. Em que medida essa pessoa seria compreensiva se tivesse que tirar tempo por razões de ordem pessoal ou familiar?

Quadro 2.7 – Chefe compreensivo por classe e por sexo

Chefe compreensivo		**Portugal**	Grã-Bretanha	Diferenças (*a*) entre países: χ^2
Homens (% de muito/bastante)	Qualificados	**73,3**	93,9	19,121***
	Intermédios	**100,0**	93,2	1,709
	Manuais	**86,0**	90,6	1,470
	Total	***86,1***	*92,6*	
	Diferenças entre classes: χ^2	**8,938***	1,787	
Mulheres (% de muito/bastante)	Qualificadas	**78,8**	91,3	4,778*
	Intermédias	**85,7**	91,0	1,028
	Manuais	**85,4**	94,1	1,494
	Total	***82,8***	*91,7*	
	Diferenças entre classes: χ^2	**0,788**	0,350	

*$p < 0{,}05$; **$p < 0{,}01$; ***$p < 0{,}001$.

(*a*) O quadro apresenta apenas dados sobre a proporção dos que consideram ter um chefe bastante/muito compreensivo, mas podem ocorrer diferenças entre países na proporção dos que consideram ter um chefe bastante/muito compreensivo *ou* pouco/nada compreensivo.

Entre os homens portugueses vemos que são os profissionais qualificados quem menos diz ter um chefe compreensivo. Na Grã-Bretanha, mais de 90% dos inquiridos, homens e mulheres de todas as classes profissionais, declaram ter um chefe compreensivo, sem que se detectem diferenças significativas entre as várias classes.

Os homens portugueses com profissões qualificadas são significativamente menos propensos do que os seus congéneres britânicos a considerar o seu chefe compreensivo. Também as mulheres profissionais qualificadas portuguesas tendem menos do que as britânicas a dizer que têm um chefe compreensivo. Estes resultados reflectem a maior hierarquização das relações laborais em Portugal, país onde os profissionais, sobretudo os qualificados, tendem a sentir-se menos apoiados pelos respectivos chefes:

> Concorda ou discorda de que, caso avise com pouca antecedência que vai faltar ao trabalho, vai criar dificuldades às pessoas que trabalham consigo?

Quadro 2.8 – Dificuldades para os outros por sexo e por classe

Dificuldades aos outros		**Portugal**	Grã-Bretanha	Diferenças (*a*) entre países: χ^2
Homens (% de concordantes)	Qualificados	**62,5**	67,7	0,732
	Intermédios	**66,7**	69,7	2,559
	Manuais	**65,5**	65,8	8,429*
	Total	***65,0***	*67,2*	
	Diferenças entre classes: χ^2	**9,100**	5,037	
Mulheres (% de concordantes)	Qualificadas	**73,0**	73,3	4,307
	Intermédias	**63,0**	73,4	4,463
	Manuais	**69,6**	77,8	0,707
	Total	***66,2***	*73,8*	
	Diferenças entre classes: χ^2	**1,633**	3,054	

*$p < 0{,}05$; **$p < 0{,}01$; ***$p < 0{,}001$.
(*a*) O quadro só apresenta dados sobre a proporção dos que disseram concordar, mas podem ocorrer diferenças entre países na proporção dos que disseram concordar *ou* discordar.

Nem em Portugal nem na Grã-Bretanha encontramos diferenças significativas entre classes. Embora haja uma diferença significativa entre os homens com profissões manuais em Portugal e na Grã-Bretanha ($p < 0{,}05$), isso resulta de haver uma maior proporção de britânicos do que de portugueses que responderam não concordar nem discordar.

Outro conjunto de perguntas aborda as consequências de faltar ao trabalho por motivos familiares:

> Imagine que avisa com muito pouca antecedência que vai faltar um dia ao trabalho por razões de ordem pessoal ou familiar. Quais das seguintes opções escolheria para compensar o tempo que faltou?

Quadro 2.9 – Faltar ao trabalho por classe e por sexo

Compensação de falta com	Homens (% de sim)					Mulheres (% de sim)				
	Qualif.	Inter.	Man.	Sim (% total)	Difer. class: χ^2	Qualif.	Inter.	Man.	Sim (% total)	Difer. class: χ^2
Dia de férias:										
Portugal	**51,7**	**37,9**	**48,8**	**48,1**	**1,53**	**41,7**	**54,2**	**47,9**	**48,5**	**1,29**
Dia de férias:										
Grã-Bretanha	67,5	68,6	69,0	68,0	0,14	63,7	67,1	89,7	67,5	10,21**
Difer. entre países: χ^2	*5,26**	*7,99**	*13,98****			*6,28**	*2,61*	*16,94****		
Esforço extra:										
Portugal	**45,8**	**14,3**	**34,4**	**34,9**	**8,31***	**25,0**	**32,7**	**18,8**	**25,6**	**2,47**
Esforço extra:										
Grã-Bretanha	90,1	91,4	89,1	89,9	0,34	85,6	86,3	97,4	87,0	4,05
Difer. entre países: χ^2	*67,10****	*56,03****	*115,21****			*63,69****	*52,17****	*52,69****		
Horas extra:										
Portugal	**28,1**	**32,1**	**44,4**	**38,3**	**4,90**	**40,5**	**28,6**	**31,9**	**33,1**	**1,41**
Horas extra:										
Grã-Bretanha	81,2	81,4	82,1	81,3	0,08	80,9	77,7	82,1	79,9	0,67
Difer. entre países: χ^2	*67,42****	*22,09****	*53,42****			*27,47****	*38,38****	*21,62****		
Licença sem retribuição:										
Portugal	**9,3**	**28,6**	**17,2**	**19,3**	**1,89**	**45,7**	**18,4**	**21,7**	**26,9**	**8,73***
Licença sem retribuição:										
Grã-Bretanha	12,0	11,4	12,2	12,0	0,03	11,2	19,4	5,1	13,5	7,53*
Difer. entre países: χ^2	*2,23*	*4,30**	*1,65*			*26,74****	*0,03*	*4,80**		
Perder dinheiro:										
Portugal	**31,6**	**12,0**	**36,2**	**32,1**	**5,88**	**35,9**	**34,7**	**32,6**	**34,3**	**3,74**
Perder dinheiro:										
Grã-Bretanha	8,2	18,9	28,0	16,9	48,71***	12,5	13,1	52,8	16,44	2,82***
Difer. entre países: χ^2	*28,12****	*1,74*	*3,45*			*18,86****	*11,90***	*4,21*		

$^*p < 0{,}05$; $^{**}p < 0{,}01$; $^{***}p < 0{,}001$.

Em Portugal, os homens com profissões qualificadas mostram maior preferência pela compensação da falta através de um esforço de trabalho extra do que os outros homens. Entre as mulheres portuguesas, só a propósito da resposta à alternativa «tirar um dia de licença sem vencimento» encontramos diferenças significativas entre classes, com as profissionais qualificadas (que normalmente são mais bem pagas e têm companheiros mais bem pagos) a mostrarem maior disponibilidade para recorrerem à licença sem vencimento do que as outras mulheres.

Entre os homens britânicos, só a opção pela perda de retribuição suscita diferenças de resposta entre classes, pois os trabalhadores ma-

nuais mostram-se significativamente mais dispostos a perder dinheiro por faltarem do que os outros. E o mesmo se diga das mulheres britânicas, com a particularidade de as trabalhadoras manuais terem ainda maior tendência para aceitarem perder dinheiro por faltarem do que os seus equivalentes masculinos. As trabalhadoras manuais mostram também maior tendência do que as outras mulheres para compensarem faltas com dias de férias. Já o recurso à licença sem vencimento merece uma significativa maior preferência por parte das trabalhadoras intermédias. Não se verificam outros efeitos significativos da classe profissional nas respostas dos britânicos.

Apesar da existência de algumas células com um reduzido número de casos, os homens e mulheres britânicos têm maior tendência do que os homens e mulheres portugueses da mesma classe para compensarem faltas com dias de férias, com trabalho extra dentro do horário normal e com a prestação de horas extraordinárias. Globalmente considerados, os inquiridos britânicos manifestaram-se menos dispostos quer a tirar licença sem vencimento, quer (apesar da excepção das trabalhadoras manuais) a perder dinheiro para resolverem problemas familiares. É de admitir que estes resultados reflictam as diferenças existentes entre as legislações laborais britânica e portuguesa. O tratamento das relações de trabalho é mais individualizado na Grã-Bretanha, e assim os trabalhadores dão respostas individuais a questões específicas, como a necessidade de faltar ao trabalho para acorrer a necessidades familiares. Já Portugal possui uma densa e, de certo modo, inflexível regulamentação das relações laborais e por isso os indivíduos não têm verdadeira possibilidade de «escolha» do modo como preferem compensar faltas. A opção por prestar trabalho extra dentro do horário normal, ou por outras alternativas pessoais, não parece ser bem acolhida, sobretudo no que se refere aos portugueses com nível profissional inferior, para quem faltar ao trabalho significa sofrer automaticamente uma penalização financeira.

O questionário do ISSP inclui duas perguntas que permitem observar atitudes, a nível pessoal e geral, sobre a importância da promoção. São elas:

> E para si [no seu caso particular]? Progredir na carreira/subir no emprego é... [escala: 1 – muito importante a 4 – nada importante].
>
> É importante subir no emprego/na carreira profissional, mesmo que isso interfira com a vida familiar [1 – concordo totalmente a 5 – discordo totalmente).

Quadro 2.10 – Importância pessoal do percurso profissional por classe e por sexo

Importância pessoal		**Portugal**	Grã-Bretanha
Homens (% de concordantes)	Qualificados	**96,8**	63,6
	Intermédios	**100,0**	56,0
	Manuais	**90,6**	42,5
	Total	***93,3***	*54,9*
	Diferenças entre classes: χ^2	**5,01**	20,02***
Mulheres (% de concordantes)	Qualificadas	**88,1**	48,8
	Intermédias	**94,6**	29,3
	Manuais	**96,3**	13,9
	Total	***93,3***	*38,4*
	Diferenças entre classes: χ^2	**2,80**	24,37***

***$p < 0{,}001$.

Quadro 2.11 – Importância global do percurso profissional por classe e por sexo

Importância geral		**Portugal**	Grã-Bretanha
Homens (% de concordantes)	Qualificados	**23,0**	15,9
	Intermédios	**38,9**	11,3
	Manuais	**34,7**	7,0
	Total	***31,5***	*11,9*
	Diferenças entre classes: χ^2	**5,72**	14,50***
Mulheres (% de concordantes)	Qualificadas	**19,2**	8,1
	Intermédias	**27,4**	5,0
	Manuais	**16,4**	5,3
	Total	***21,6***	*6,5*
	Diferenças entre classes: χ^2	**3,03**	2,17

***$p < 0{,}001$.

Dado que, como já sublinhámos, as relações de emprego têm na Grã-Bretanha contornos mais individualizados, pode parecer estranho que em qualquer das classes ocupacionais os portugueses tenham mostrado maior tendência do que os britânicos para darem importância à promoção profissional. Importa, no entanto, ter em conta que, no universo estreitamente regulamentado das relações de trabalho portuguesas, a progressão na carreira se processa muitas vezes de modo quase automático e traz consigo incentivos a nível da retribuição e do tempo de férias. É de admitir, pois, que a elevada proporção de inquiridos que em Portugal atribuíram grande importância à própria promoção profissional reflicta a expectativa generalizada de que assim seja.

Os principais contrastes verificados entre os dois países a propósito das respostas a estas duas perguntas, especificamente centradas na promoção, levantam um problema fundamental no âmbito da metodolo-

gia da análise comparativa. Trata-se do problema da comparabilidade ou da equivalência – isto é, importa saber até que ponto podemos garantir que certo conceito, certa pergunta, tem o mesmo significado em contextos nacionais diferentes (Jowell, 1998). Interrogámo-nos sobre se em Portugal «progredir na carreira/subir no emprego» não teria um significado bastante diferente do que tem na Grã-Bretanha. Em Portugal pensa-se numa escalada gradual de uma organização hierárquica, ao passo que na Grã-Bretanha se pensa antes em «pôr as próprias capacidades à prova tendo em vista a progressão individual». Existem estudos que demonstram que as diferenças «societais» entre padrões de organização do trabalho (e, consequentemente, entre percursos profissionais) de vários países podem ser bastante profundas, mesmo quando os países em questão são aparentemente muito semelhantes[8].

Admitimos que esta diferença de ordem «societal» possa pesar também sobre o facto de no caso português não se detectarem efeitos de classe significativos nas respostas sobre a importância atribuída à promoção profissional, a nível pessoal e geral: quase todos afirmaram dar grande importância. Em termos gerais, é muito menor a proporção dos britânicos empregados a tempo inteiro que consideraram a promoção algo importante a nível pessoal. Dentro do universo britânico, é entre os profissionais qualificados de ambos os sexos que se observa uma maior propensão para pensar que, no plano pessoal, progredir na profissão é importante. Ainda na Grã-Bretanha, os homens com profissões manuais têm menos tendência do que os restantes homens britânicos para considerarem importante a progressão na carreira com eventual prejuízo para a vida familiar. Sublinhe-se que na Grã-Bretanha as oportunidades de promoção centradas no indivíduo são maiores entre as profissões qualificadas e os quadros dirigentes do que nas outras profissões e dependem cada vez mais do esforço individual. Por exemplo, numa estrutura burocrática clássica, como é a do sector financeiro, a promoção (dos homens) era, antigamente, quase automática e em larga medida dependente de um longo tempo de serviço prestado ao mesmo empregador (Crompton e Jones, 1984). Nas últimas décadas, porém, assistiu-se à «desestratificação» das estruturas de pessoal e à valorização do indivíduo no campo dos critérios de promoção e, assim, a progressão na carreira por tempo de serviço, ainda que de

[8] Cf. Maurice *et al.* (1980). Ao controlar a indústria e a tecnologia, Maurice e os seus colegas encontraram diferenças significativas entre os modos de organização das unidades produtivas das indústrias britânica, francesa e alemã. Os autores atribuíram essas diferenças às variações existentes entre os sistemas educativos dos três países.

longa duração, deixou de ser uma garantia (e. g., Sennett, 1998, e Wacjman e Martin, 2001).

O maior destaque dado à pessoa nos percursos profissionais da Grã-Bretanha reflecte-se também nas respostas às seguintes perguntas atinentes a comportamentos sobre promoção:

> Pense agora na forma como as pessoas que têm um trabalho semelhante ao seu progridem na carreira – por exemplo, sendo promovidas. Concorda ou discorda de que, na maior parte dos casos, as pessoas que querem ser promovidas tenham de trabalhar mais horas [escala 1 – concorda totalmente a 5 – discorda totalmente].
>
> E concorda ou discorda de que as pessoas que têm um trabalho semelhante ao seu e que querem subir no emprego/progredir na carreira tenham de estar dispostas a ir viver para outra zona do país [escala 1 – concorda totalmente a 5 – discorda totalmente].
>
> Concorda ou discorda de que as pessoas com um trabalho semelhante ao seu têm, actualmente, de trabalhar mais horas do que trabalhavam antigamente [escala 1 – concorda totalmente a 5 – discorda totalmente].

Quadro 2.12 – «Condições para ser promovido» por classe e por sexo

Promoção	Homens (% de concordantes)					Mulheres (% de concordantes)				
	Qualif.	Inter.	Man.	Total	Difer. class: χ^2	Qualif.	Inter.	Man.	Total	Difer. class: χ^2
Horas para promoção: Portugal	**14,8**	**20,0**	**36,1**	**30,6**	**16,59*** **	**35,9**	**37,7**	**27,1**	**33,1**	**2,13**
Horas para promoção: Grã-Bretanha	54,7	51,4	41,3	49,4	19,43**	58,7	45,3	42,9	52,0	25,34***
Difer. entre países: χ^2	*39,28*** *	*8,01**	*0,99*			*11,72***	*2,02*	*9,71***		
Disponibilidade para deslocação: Portugal	**39,3**	**28,0**	**36,2**	**37,0**	**6,84**	**39,0**	**45,1**	**20,5**	**36,2**	**10,08***
Disponibilidade para deslocação: Grã-Bretanha	43,7	38,6	38,1	41,2	8,17	38,5	29,3	14,7	33,0	14,41**
Difer. entre países: χ^2	*6,79**	*1,09*	*2,97*			*3,55*	*4,54*	*1,01*		
Horas em geral: Portugal	**29,8**	**21,4**	**23,0**	**25,4**	**4,49**	**42,5**	**18,2**	**25,5**	**28,8**	**7,68**
Horas em geral: Grã-Bretanha	65,4	62,7	50,8	59,5	12,16*	68,6	47,1	57,1	59,1	20,65***
Difer. entre países: χ^2	*38,88*** *	*14,79***	*59,53*** *			*20,91*** *	*17,09*** *	*11,89***		

*$p < 0{,}05$; **$p < 0{,}01$; ***$p < 0{,}001$.

Apesar do reduzido número de respostas em algumas células, de uma forma geral, o aspecto mais marcante das duas primeiras linhas deste quadro é que em todas as classes os homens e mulheres britânicos têm maior tendência do que os portugueses, homens ou mulheres, para considerarem que quem pretende obter uma promoção tem de prestar mais horas de trabalho (prova de maior esforço da pessoa). Um pouco ao invés do que se passa no caso britânico, os homens portugueses com profissões manuais tendem significativamente mais do que os outros homens a pensar que é normal ter de trabalhar mais horas para se ser promovido. As mulheres portuguesas com profissões manuais tendem menos do que as restantes mulheres a considerar natural que quem pretende ser promovido deve dispor-se a ir residir para outra região. Não há, nas respostas dadas a estas perguntas, quer pelos homens, quer pelas mulheres de Portugal, outras diferenças significativas entre classes.

Na Grã-Bretanha, os homens com profissões manuais revelam uma significativa menor tendência do que os outros homens para pensarem que é normal ser preciso trabalhar mais horas para obter uma promoção e que hoje em dia é preciso, em geral, trabalhar mais horas do que antigamente. As profissionais qualificadas tendem mais do que as outras mulheres britânicas a pensar que é de esperar uma prestação de mais horas de trabalho para obter uma promoção, que hoje é, em geral, preciso trabalhar mais horas do que antes e que quem quer ser promovido tem de aceitar ir residir para outra zona do país.

Outra diferença notória entre a Grã-Bretanha e Portugal é que os britânicos consideram muito mais do que os portugueses ser de esperar que as pessoas trabalhem hoje em dia mais horas do que anteriormente. Só as mulheres portuguesas com profissões qualificadas e dirigentes atenuam um pouco esta tendência. É possível que a profunda desigualdade entre géneros no acesso ao poder ajude a explicar a maior tendência que, em comparação com as outras mulheres, as profissionais portuguesas revelaram para considerarem que a regra geral é as pessoas terem de trabalhar mais horas nos dias de hoje – muito embora estes resultados não sejam estatisticamente significativos.

Outra pergunta do ISSP indaga sobre a medida em que o inquirido concorda ou discorda da seguinte afirmação:

> Se uma pessoa não consegue tratar da família e trabalhar ao mesmo tempo, deve desistir do emprego.

Quadro 2.13 – Não consegue conciliar por classe e por sexo

Não consegue conciliar		**Portugal**	Grã-Bretanha
Homens (% de concordantes)	Qualificados	**32,0**	16,0
	Intermédios	**37,8**	12,9
	Manuais	**40,7**	24,4
	Total	***38,3***	*19,0*
	Diferenças entre classes: χ^2	**1,62**	9,69*
Mulheres (% de concordantes)	Qualificadas	**42,6**	25,2
	Intermédias	**47,9**	31,9
	Manuais	**34,8**	34,2
	Total	***42,0***	*28,5*
	Diferenças entre classes: χ^2	**10,37***	10,31*

$^*p < 0{,}05$.

Em termos gerais, as respostas dadas foram mais «centradas na família» por parte dos portugueses e das mulheres. No entanto, as trabalhadoras manuais portuguesas são relativamente menos concordantes com a afirmação de que quem não consegue conciliar família e profissão deve desistir do emprego, o que talvez reflicta a importância que a remuneração do trabalho tem para estas mulheres. Os homens britânicos com profissões manuais revelam concordar mais com a afirmação do que os homens britânicos das outras classes. As diferenças detectadas entre as diversas classes das mulheres britânicas explicam-se sobretudo pela proporção significativamente maior de profissionais qualificadas que declararam não concordar nem discordar.

Em suma, muito embora os inquiridos portugueses tenham valorizado mais a «subida no emprego» do que os britânicos, defendemos que isso reflecte as diferentes características de cada país a nível das relações de emprego, bastante mais individualizadas na Grã-Bretanha. Assim, neste país as diferenças surgidas entre classes nas respostas às perguntas sobre promoção, sobretudo a propósito da afirmação da necessidade de trabalhar mais horas para obter uma promoção, reflectem diferenças «objectivas» nas oportunidades de promoção individual entre agrupamentos sociais. Sugerimos que os elevados níveis para protecção do posto de trabalho existentes em Portugal contribuam para as profundas diferenças detectadas entre os dois países na bateria de respostas em análise. Em Portugal, e apesar de tentativas recentes para flexibilizar o mercado de trabalho, é frequente uma pessoa passar toda a vida profissional ao serviço do mesmo empregador. A promoção por «antiguidade» traz consigo aumentos remuneratórios e na duração das férias e por isso é encarada como vantajosa para o agregado familiar.

Enquadrados por uma contratação padronizada e alheia às especificidades casuísticas, os trabalhadores portugueses «esperam» pela promoção ao fim de certo tempo, independentemente do esforço ou da qualidade do trabalho prestado. Na Grã-Bretanha, pelo contrário, é a actividade profissional concretamente desenvolvida por cada trabalhador que mais conta como critério de promoção.

Como já vimos antes, as trabalhadoras manuais portuguesas são bastante tradicionalistas e dão grande relevo à vida familiar. No entanto, tendem cada vez mais a empregar-se a tempo inteiro. Estudos anteriores mostraram já que as famílias portuguesas das classes mais baixas têm os menores índices de apoio por parte das redes informais ao longo da vida conjugal (Wall *et al.,* 2001), o que indicia a probabilidade de as trabalhadoras manuais recorrerem menos à ajuda de familiares para cuidarem dos filhos do que as mulheres de nível profissional mais elevado. A circunstância de serem significativamente minoritárias as trabalhadoras manuais que concordam com a afirmação «se uma pessoa não consegue tratar da família e trabalhar ao mesmo tempo deve desistir do emprego» sugere que este grupo de mulheres não tem grande liberdade de escolha entre trabalhar a tempo inteiro ou a tempo parcial, mau-grado as suas atitudes face às mulheres que trabalham e a convicção de que as crianças sofrem se as mães trabalharem. Os baixos salários e o aumento das expectativas de vida levaram as famílias a adoptar uma abordagem flexível à questão do emprego das mulheres. É preciso juntar dois salários para conseguir sustentar as crianças e adquirir bens essenciais (Wall, 2007). As mulheres que exercem profissões manuais fazem-no porque precisam de ganhar o seu salário (o que não significa que não valorizem a vida profissional) e a escassez de oferta de postos de trabalho a tempo parcial, aliada ao nível relativamente baixo das retribuições, obriga ao exercício da profissão a tempo inteiro.

Para concluir a análise das condições de trabalho e experiências individuais em cada país vamos examinar os números totais de horas de trabalho por cada classe e por género.

O quadro 2.14 mostra as diferenças internas de cada país e nele se vê que quer em Portugal, quer na Grã-Bretanha, os homens trabalham a tempo inteiro significativamente mais horas do que as mulheres. Como já vimos atrás, se é certo que o horário de trabalho em Portugal é extenso, é igualmente certo que os trabalhadores a tempo inteiro da Grã-Bretanha trabalham mais horas do que os de qualquer outro país da Europa ocidental. Olhando para as diferenças entre classes dentro de cada país, vemos que as mulheres britânicas com profissões qualifi-

Quadro 2.14 – Horas de trabalho por classe e por sexo (*a*)

		Homens (% de concordantes)				Mulheres (% de concordantes)			
		Qualif.	Inter.	Man.	Total	Qualif.	Inter.	Man.	Total
Portugal	**N**	**70**	**34**	**169**	**273**	**53**	**76**	**67**	**196**
	Média	**48,16**	**43,82**	**45,45**	**45,93**	**39,95**	**40,26**	**40,61**	**40,30**
	D. P.	**16,44**	**11,21**	**13,80**	**14,26**	**10,26**	**10,34**	**6,70**	**9,18**
Grã-Bretanha	N	311	75	257	644	234	163	40	437
	Média	47,74	41,59	47,16	46,79	44,11	37,96	39,26	41,37
	D. P.	10,43	7,62	11,58	10,79	10,38	5,09	4,80	8,83

(*a*) Para Portugal: F_{homens} (2, 272) = 1,330, n. s.; F_{mulheres} (2, 194) = 0,076, n. s. (sem diferenças entre classes). Para a Grã-Bretanha: F_{homens} (2, 642) = 10,354, $p < 0{,}001$, os trabalhadores intermédios trabalham significativamente menos horas do que os outros grupos; F_{mulheres} (2, 435) = 27,535, $p < 0{,}001$, as mulheres com profissões qualificadas trabalham significativamente mais horas do que os outros grupos.

cadas trabalham um significativo maior número de horas do que as profissionais intermédias ou manuais, ao passo que as profissionais qualificadas portuguesas têm o horário médio mais curto entre as profissionais de todas as classes que trabalham a tempo inteiro. Estas profissionais qualificadas começam a emergir em Portugal como um grupo relativamente privilegiado. As trabalhadoras manuais portuguesas trabalham ligeiramente mais horas do que as suas compatriotas com profissões qualificadas ou intermédias, e é também de esperar que a qualidade do trabalho para estas trabalhadoras seja inferior. No entanto, já foi demonstrado que, mesmo quando as tarefas a desempenhar são difíceis e pesadas, as trabalhadoras manuais portuguesas preferem conseguir um trabalho diferente a deixar de ter qualquer ocupação profissional (Torres *et al.,* 2002).

Trabalho doméstico

Divisão de tarefas domésticas

Depois de examinarmos a experiência de emprego entre os trabalhadores a tempo inteiro de ambos os países, vamos agora debruçar-nos sobre a divisão do trabalho desenvolvido no lar. A partir de uma bateria de perguntas do questionário do ISSP relacionadas com este tema, construímos um índice DDL (*domestic division of labour*) baseado nas seguintes cinco tarefas:

> Em sua casa quem é que faz cada uma destas coisas: tratar da roupa; cuidar dos doentes; fazer as compras do dia a dia; limpar a casa; preparar as refeições

[escala: sempre eu; habitualmente eu; os dois em partes iguais ou em conjunto; habitualmente o meu cônjuge/companheiro(a); sempre o meu cônjuge/companheiro(a); outra pessoa da família; outra pessoa paga para isso].

Por força das convenções, as tarefas enumeradas são consideradas «femininas». Assim, foi feita uma escala de pontuação de acordo com essa qualificação. A pontuação mais «tradicional» (com todas as tarefas desempenhadas só pela mulher) seria de 25[9]. Os inquiridos portugueses revelaram-se mais «tradicionais» do que os britânicos nas respostas dadas (as pontuações médias foram de 20,49 para Portugal e 18,61 para a Grã-Bretanha). No entanto, este índice não toma em consideração as tarefas domésticas desempenhadas por terceiras pessoas – campo onde surgem algumas diferenças transnacionais interessantes, especialmente a propósito do tratamento da roupa e da limpeza da casa.

Quadro 2.15 – Perguntas DDL por classe

	Roupa (% de intraclasse)			Limpezas (% de intraclasse)		
	Qualif.	Inter.	Man.	Qualif.	Inter.	Man.
Mais feito pelo homem: Portugal	**1,2**	**0**	**1,2**	**2,6**	**6,3**	**2,4**
Mais feito pelo homem: Grã-Bretanha	6,8	3,1	2,3	4,4	3,9	4,5
Igualmente dividido: Portugal	**11,1**	**3,1**	**1,2**	**17,9**	**10,9**	**14,5**
Igualmente dividido: Grã-Bretanha	18,9	19,1	17,0	28,3	34,1	35,8
Mais feito pela mulher: Portugal	**70,4**	**92,3**	**91,5**	**52,6**	**76,6**	**78,8**
Mais feito pela mulher: Grã-Bretanha	72,2	76,3	77,8	58,1	60,5	56,8
Feito por terceiros: Portugal	**17,3**	**4,6**	**6,1**	**26,9**	**6,3**	**4,2**
Feito por terceiros: Grã-Bretanha	2,1	1,5	2,8	9,1	1,6	2,8

Os valores extremamente baixos de algumas células impossibilitaram a realização de testes estatísticos com os dados. Podemos, ainda assim, observar que as mulheres portuguesas com profissões qualificadas mostram muito menos tendência para tratarem da roupa e limparem a casa do que as trabalhadoras manuais. Mas isto não surge como consequência de um maior empenho dos maridos das profissionais qualificadas nas lides domésticas: os homens não revelam diferenças entre classes em qualquer das tarefas (com excepção do tratamento da roupa, em que os profissionais qualificados mostram maior tendência para contribuírem equitativamente do que os homens das outras classes). O que se verifica é que as profissionais qualificadas por-

[9] As pontuações DDL variam entre 5 e 25; valores mais elevados indicam uma DDL mais tradicional. A análise factorial extraiu um factor (*eigenvalue* = 2,699) que explica 54% da variância (alfa de Cronbach para os cinco indicadores = 0,79).

tuguesas se mostram mais dispostas a pagar a alguém o desempenho das tarefas domésticas. Os homens mostram bastante maior tendência para partilharem a prestação de cuidados aos familiares doentes e as idas às compras do dia a dia (a pergunta do ISSP sobre esta tarefa não foi incluída no nosso estudo) do que o tratamento da roupa, a limpeza da casa e a preparação das refeições, que são tradicionalmente consideradas tarefas mais femininas.

Na Grã-Bretanha, as mulheres com profissões qualificadas e altos quadros também mostram mais tendência para contratarem alguém que lhes limpe a casa do que as mulheres das outras classes profissionais, embora numa proporção que não chega aos 10%, distante dos quase 30% verificados em Portugal. Tal como acontece com os portugueses, os homens britânicos são, em geral, mais propensos a ajudar nos cuidados aos doentes e nas compras quotidianas (a pergunta do ISSP sobre esta tarefa não foi incluída no nosso estudo) do que no tratamento da roupa, na limpeza da casa e na confecção das refeições, embora não haja diferenças tão acentuadas entre tarefas.

As mulheres portuguesas desempenham mais tarefas domésticas do que as britânicas. Assim, as mulheres que vivem com um cônjuge ou companheiro e exercem uma profissão a tempo inteiro afirmaram despender, em média, 22,19 horas por semana em tarefas domésticas, contra 10,61 horas no caso das mulheres britânicas (já o número de horas semanais dedicadas ao trabalho doméstico pelos homens com cônjuge ou companheira e actividade profissional a tempo inteiro é muito semelhante nos dois países: 6,4 na Grã-Bretanha e 5,8 em Portugal). Efectuámos uma análise para obter o número médio total de horas gastas semanalmente no exercício da profissão e no desempenho de tarefas domésticas tanto no caso dos homens como no das mulheres. Baseámo-nos em respostas individuais, e não a nível do casal, dadas as grandes discrepâncias registadas entre as respostas dadas pelos homens e pelas mulheres sobre o número de horas que o cônjuge ou parceiro/a dedicava às tarefas do lar. Só foram considerados inquiridos que viviam maritalmente, uma vez que só a eles foi perguntado o número de horas dedicado ao trabalho doméstico.

O total de horas globalmente dedicadas à profissão e às tarefas domésticas é superior em Portugal, sobretudo entre as mulheres. Em média, se juntarmos trabalho profissional e trabalho doméstico, os homens portugueses com cônjuge ou companheira empregados a tempo inteiro trabalham menos onze horas semanais do que as mulheres nas mesmas circunstâncias. Esta diferença é mais acentuada entre os trabalhadores

Quadro 2.16 – Média de horas globalmente gastas por semana na profissão e no trabalho doméstico por classe e por sexo
(só inquiridos que vivem maritalmente)

	Portugal				Grã-Bretanha			
	Qualif.	Inter.	Man.	Difer. entre classes: *F*	Qualif.	Inter.	Man.	Difer. entre classes: *F*
Trabalho profissional masculino	48,02	41,27	45,99	$F(2, 181) = 1{,}29$	47,98	42,84	49,13	$F(2, 437) = 4{,}87^{**}$
Trabalho doméstico masculino	4,99	8,45	5,58	$F(2, 177) = 1{,}81$	6,73	7,28	5,83	$F(2, 350) = 1{,}32$
Total	**53,01**	**49,72**	**51,57**		**54,71**	**50,12**	**54,96**	
Trabalho profissional feminino	41,01	39,20	40,79	$F(2, 135) = 1{,}26$	43,77	37,55	38,23	$F(2, 287) = 17{,}80^{***}$
Trabalho doméstico feminino	17,25	21,68	26,35	$F(2, 129) = 4{,}65^{*}$	9,13	12,68	11,64	$F(2, 242) = 6{,}09^{**}$
Total	**58,26**	**60,88**	**67,14**		**52,90**	**50,23**	**49,87**	
Diferença entre médias	**–5,25**	**–11,16**	**–15,57**		**1,81**	**–0,11**	**5,09**	

$^{*}p < 0{,}05$; $^{**}p < 0{,}01$; $^{***}p < 0{,}001$.

manuais, com as mulheres desta classe a trabalharem, em média, mais quase dezasseis horas por semana do que os homens que também têm profissões manuais. Numa análise sobre a situação portuguesa em 1999, Perista (2004) mostrou que os empregados homens gastavam, em média, uma hora e meia por dia em tarefas não remuneradas, contra uma média de quatro horas gastas diariamente pelas mulheres empregadas. Os dados do ISSP demonstram que as tarefas domésticas representam, em média, 39% do tempo global de trabalho das trabalhadoras manuais, contra apenas 11% do total das horas de trabalho gastas pelos homens com profissões manuais. Para o conjunto das mulheres, o trabalho doméstico representa, em média, cerca de 35% do tempo globalmente despendido a trabalhar, contra 11% no caso do conjunto dos homens.

Na Grã-Bretanha, os homens com ocupação profissional a tempo inteiro despendem, em média, mais uma hora por semana do que as trabalhadoras a tempo inteiro quando em ambos os casos se junta trabalho profissional com trabalho doméstico. Os homens com profissões qualificadas e manuais trabalham, globalmente, mais do que os profissionais intermédios e as profissionais qualificadas britânicas dedicam mais horas ao trabalho remunerado do que as mulheres com profissões intermédias e manuais. As trabalhadoras intermédias gastam, porém, mais tempo nas tarefas domésticas do que as mulheres com profissões qualificadas. As trabalhadoras manuais britânicas consagram 23% do total das suas horas de trabalho ao lar, contra 11% gastos pelos trabalhadores manuais homens. Para o conjunto das mulheres, as tarefas domésticas representam 21% do tempo de trabalho global, contra 12% para o conjunto dos homens.

Stress trabalho/vida privada (STV)

Para avaliar o impacto combinado do exercício da profissão e da execução das tarefas domésticas no âmbito de cada país usámos uma medida de «*stress* trabalho/vida privada» que foi desenvolvida a partir dos quatro itens seguintes (os inquiridos deviam indicar em relação a cada um deles se, nos três meses anteriores, a situação descrita ocorrera várias vezes por semana, várias vezes por mês, uma ou duas vezes ou nunca; quanto mais elevada a pontuação, maior o STV):

Cheguei tão cansado(a) do trabalho que não consegui fazer as tarefas domésticas que havia para fazer.

Estive tanto tempo no trabalho que me foi difícil cumprir todas as responsabilidades familiares.

Cheguei ao trabalho tão cansado(a) por causa das tarefas domésticas que não consegui trabalhar como deve ser.

Tive dificuldade em estar concentrado(a) no trabalho por causa das responsabilidades familiares.

Quadro 2.17 – *Stress* trabalho/vida privada por classe e por sexo
(só inquiridos com cônjuge ou companheiro/a)

		Homens				Mulheres			
		Qualif.	Inter.	Man.	Total	Qualif.	Inter.	Man.	Total
Portugal	**N**	**43**	**20**	**97**	***159***	**35**	**47**	**51**	***133***
	Média	**7,30**	**7,11**	**7,15**	***7,19***	**7,61**	**8,18**	**9,32**	***8,47***
	(D. P.)	**(2,27)**	**(2,73)**	**(2,85)**	***(2,67)***	**(2,85)**	**(2,84)**	**(3,19)**	***(2,99)***
Grã-Bretanha	N	180	30	133	*343*	129	79	18	*226*
	Média	7,82	7,40	7,13	*7,52*	8,29	7,65	7,36	*7,99*
	(D. P.)	(2,16)	(2,19)	(2,44)	*(2,29)*	(2,48)	(2,24)	(1,79)	*(2,36)*

A análise efectuada mostrou que em Portugal há diferenças significativas entre sexos[10], assim como há interacções significativas entre sexo e classe[11]. As mulheres portuguesas revelam um STV significativamente mais elevado do que os homens. Entre elas, o nível de STV mostra-se significativamente mais elevado nas trabalhadoras manuais do que nas profissionais qualificadas. Os padrões detectados entre os homens e as mulheres de Portugal são diferentes: enquanto nos homens o WS é tanto maior quanto mais elevada for a classe (tal como acon-

[10] $F(1, 312) = 11{,}969$, $p < 0{,}001$.
[11] $F(2, 312) = 3{,}112$, $p < 0{,}05$.

tece na Grã-Bretanha), nas mulheres o STV é tanto maior quanto mais baixa for a classe. Parece-nos que este resultado surge como reflexo do maior número de horas que as mulheres portuguesas dedicam ao trabalho doméstico.

Na Grã-Bretanha não se verificam diferenças significativas de STV entre os sexos, mas há significativas diferenças entre classes[12], com o conjunto dos profissionais qualificados a revelar maior *stress* do que os trabalhadores manuais.

Só quanto às mulheres com profissão a tempo inteiro surge uma diferença significativa entre países[13], assim como surge uma significativa interacção entre classe e país[14]. No seu conjunto, as mulheres portugueses revelam mais STV do que as mulheres britânicas. Mas as britânicas que exercem profissões qualificadas a tempo inteiro mostram ter um nível de STV significativamente mais elevado do que as profissionais qualificadas a tempo inteiro portuguesas, ao passo que entre as trabalhadoras manuais a tempo inteiro são as portuguesas a revelarem um STV significativamente mais elevado do que as britânicas.

Discussão e conclusões

A análise que fizemos demonstra que Portugal e a Grã-Bretanha são bastante diferentes em termos de atitudes face aos papéis de género e à importância da vida familiar, de experiências de emprego e de divisão do trabalho doméstico. Será possível que estes países sejam tão diferentes que assim venham a permanecer ou será que em algum momento futuro poderão convergir? Virão as atitudes relativamente aos papéis de género e à vida familiar a tornar-se menos tradicionais em Portugal e aproximar-se-á a regulação dos vínculos laborais do modelo vigente na Grã-Bretanha? As respostas a estas perguntas deparam-se com várias dificuldades. No que se refere à última questão, é certo que sucessivos governos portugueses tentaram, nos últimos anos, introduzir reformas de cariz neoliberal, nomeadamente na legislação laboral, mas têm enfrentado uma resistência tenaz. Por outro lado, Portugal encontra-se bastante atrás da Grã-Bretanha em termos de prosperidade relativa e

---

[12] $F(2, 547) = 4{,}727$, $p < 0{,}01$.
[13] $F(1, 368) = 4{,}065$, $p < 0{,}05$.
[14] $F(2, 368) = 6.006$, $p < 0{,}01$.

qualquer «convergência» de fundo exigirá sempre uma recuperação considerável.

São diferentes, na Grã-Bretanha e em Portugal, os contextos em que os indivíduos e as famílias tomam decisões sobre a profissão e a vida familiar. Sugerimos acima que as diferenças verificadas entre os dois países a nível das estratégias de gestão das relações profissionais resultam no modo muito diferente como um conceito aparentemente neutro («subir no emprego») é entendido em cada um dos contextos nacionais – de modo tão diferente que as respostas dadas à mesma pergunta em cada país não são verdadeiramente comparáveis entre si. Estas diferenças a nível das relações de emprego têm, aliás, consequências práticas em certos aspectos das estratégias adoptadas pelos indivíduos na gestão da articulação concreta entre a vida profissional e a familiar. O quadro 2.9 sugere que os trabalhadores britânicos preferem tendencialmente soluções pessoais, como a compensação com horas extra de trabalho ou com mais trabalho dentro do horário normal, para o problema das faltas dadas por motivos familiares. Os portugueses, porém, tendem mais a arcar com consequências remuneratórias pelo mesmo tipo de faltas, dando clara preferência a alternativas, como a licença sem retribuição ou a perda de remuneração. Globalmente, os níveis de STV são muito semelhantes nos dois países. Parece, no entanto, que as pressões de origem profissional entre as mulheres britânicas com profissões qualificadas e altos quadros, bem como as pressões de origem familiar entre as mulheres portuguesas com profissões rotineiras e manuais, provocam níveis de *stress* particularmente elevados nestes dois grupos.

A nossa análise comparativa mostra, pois, que há dois grupos distintos de mulheres com níveis muito elevados de STV: o das profissionais qualificadas na Grã-Bretanha e o das trabalhadoras manuais em Portugal. Admitimos que estes altos níveis de STV possam encontrar explicação em conjuntos de factores que diferem de país para país. Apesar de as portuguesas com profissões qualificadas despenderem mais horas nas tarefas do lar do que as profissionais qualificadas britânicas, mostram também maior propensão do que estas para pagarem a execução dessas tarefas. Contudo, as profissionais qualificadas britânicas trabalham na profissão durante mais horas do que as profissionais qualificadas portuguesas e trabalham mais horas em termos globais (profissão e lides domésticas) do que as mulheres britânicas das outras classes. A análise prévia de algumas perguntas adicionais (do ISSP) sobre o trabalho mostrou que, entre os inquiridos britânicos

com actividade profissional a tempo inteiro, 60% partilham a opinião de que as pessoas trabalham actualmente mais horas do que antes e também que estes últimos revelam níveis de STV significativamente mais elevados (M = 8,14) do que os inquiridos que não partilham essa opinião (M = 6,71). É possível que as pressões decorrentes das longas horas de trabalho e da percepção de elevados graus de exigência profissional, acrescidas do cumprimento das tarefas domésticas, concorram para o surgimento de altos níveis de STV entre as profissionais qualificadas da Grã-Bretanha.

Em Portugal são as trabalhadoras manuais quem mais horas tende a gastar na prestação de trabalho profissional e são também elas quem desempenha uma muito maior parte das tarefas domésticas. Daqui resulta que o número de horas por elas despendido em termos globais é o mais elevado entre todos os grupos e em ambos os países. No início da nossa análise verificámos que 88% das mulheres com profissões manuais consideravam que um filho em idade pré-escolar sofria e que 79% consideravam que a família sofria se a mulher fosse trabalhar fora de casa. Vimos também que estes números eram inferiores entre as mulheres com maior qualificação profissional. As trabalhadoras manuais são menos propensas do que as profissionais qualificadas a conseguirem o apoio de estruturas informais, são menos capazes de pagar ajuda diária e os seus maridos/companheiros prestam-se menos a ajudar nas lides da casa (Wall, 2005). Assim, é bem possível que as longas horas passadas no posto de trabalho, as longuíssimas horas passadas nas tarefas domésticas e ainda a permanente preocupação com os cuidados aos filhos, tantas vezes prestados em condições precárias – é bem possível que tudo isto acumulado contribua para os níveis de STV extremamente elevados a que se encontram sujeitas as trabalhadoras manuais portuguesas.

É para nós completamente impossível prever se será ou não realizável no futuro uma verdadeira «convergência» entre a Grã-Bretanha e Portugal. O certo é que a crescente influência do neoliberalismo político e económico levou a que a generalidade dos Estados nacionais se visse pressionada para «reformar» a legislação e o mercado de trabalho no sentido da eliminação das restrições e da flexibilização dos mecanismos contratuais, como, por exemplo, em relação ao horário de trabalho. A Grã-Bretanha é muitas vezes vista como «pioneira» desta tendência (Burchell *et al.,* 2002), embora os trabalhadores deste país gozem de maior protecção do que quem trabalha naquela que é a mais liberal de todas as economias de mercado: os Estados Unidos. A inexis-

tência de grandes restrições legais à livre estipulação dos horários de trabalho na Grã-Bretanha (além de outras vantagens para os empregadores, como a isenção transitória do pagamento das contribuições da segurança social respeitantes a trabalhadores com horário parcial) levou à rápida expansão do emprego a tempo parcial entre as mulheres britânicas. O nível de STV entre as britânicas que têm horário de trabalho parcial é consideravelmente mais baixo do que entre aquelas que trabalham a tempo inteiro (M = 6,9 para as primeiras; M = 8,0 para as últimas)[15]. Poderão as mulheres portuguesas algum dia beneficiar com idêntica expansão da contratação a tempo parcial[16]?

Na Grã-Bretanha, a prestação de trabalho a tempo parcial é geralmente menos bem remunerada e protegida do que a prestação a tempo inteiro (embora tenha havido uma recente aproximação, imposta pelas normas da União Europeia). Também é associada a uma certa falta de perspectivas de progressão profissional e as mulheres com profissões qualificadas ou altos quadros que ambicionam alguma promoção tendem a não se empregarem a tempo parcial, mesmo quando dispõem de oportunidades para isso (Crompton *et al.,* 2003). Por outro lado, o emprego feminino a tempo parcial tende a reforçar, através da difusão do modelo «ganha-pão masculino modificado», uma divisão do trabalho consoante o género de pendor tradicional, constituindo assim um obstáculo no processo de aproximação das mulheres aos homens. Em Portugal, mesmo havendo oferta, o emprego com horário parcial significaria sempre, para as trabalhadoras, receber ainda menos para suportar os encargos familiares. Como vimos, o «fardo» doméstico pesa bastante mais sobre as mulheres portuguesas do que sobre as britânicas. Por isso, embora uma redução do número de horas de trabalho profissional fosse certamente benéfica para as mulheres portuguesas (e para os homens, assim como para as mulheres e os homens britânicos), parece que a alteração mais «realista» em ordem a aliviar as pressões a que elas estão sujeitas seria reduzir o tempo que dedicam ao trabalho doméstico.

Finalmente, deve reconhecer-se que o horário parcial é apenas um dos elementos que integram o «pacote» de soluções flexíveis, de inspiração neoliberal, destinadas a regular as relações laborais. O tratamen-

---

[15] O STV detectado entre as mulheres portuguesas que trabalham a tempo parcial é ligeiramente superior ao revelado pelas trabalhadoras a tempo inteiro. Contudo, a amostra conta apenas com 38 dessas inquiridas e todas cumprem tarefas manuais e rotineiras.

[16] À semelhança, por exemplo, do que argumentou Hakim (2003) em relação ao caso da Espanha.

to casuístico das relações de emprego, aliado à falta de regulamentação dos horários, propicia a intensificação de pressões sobre o prestador de trabalho. Estas pressões reflectem-se na elevada proporção de britânicos que, na amostra do ISSP, consideraram ter-se verificado, entre «as pessoas com um trabalho semelhante» ao dos próprios inquiridos, um aumento do número de horas de trabalho prestadas (quadro 12). Vários outros estudos empíricos chegaram a conclusões semelhantes, e igualmente negativas, quanto ao impacto das estratégias empresariais neoliberais nas possibilidades individuais de articulação entre actividade profissional e vida privada (Burchell *et al.,* 2002; Gallie, 2002; White *et al.,* 2003). Parece, assim, ser necessário ponderar cuidadosamente as consequências sociais e económicas da desregulamentação das relações de emprego (na qual se inclui a adopção de horários flexíveis e a tempo parcial) antes de introduzir alterações nessas relações.

Anexo

Quadro 2.18 – Ênfase dada à família entre os homens e as mulheres por classe, Portugal (*a*)

(só trabalhadores a tempo inteiro)

Ênfase na família	Homens (% de sim)				Mulheres (% de sim)			
	Qualif.	Inter.	Man.	Total (%)	Qualif.	Inter.	Man.	Total (%)
Mulheres realmente querem	33,3	48,6	76,2*	173 (61,6)	41,5	41,6	62,3*	97 (48,7)
Maior alegria da vida	95,7	100,0	97,5	259 (97,4)	90,4	97,2	100,0	184 (96,3)
Pessoas sem filhos	45,2	37,1	69,8*	166 (59,3)	42,3	55,4	77,9*	116 (59,8)
Criança pequena sofre	68,5	73,7	83,7	222 (78,4)	64,8	79,2	88,4*	157 (78,5)
Vida familiar é prejudicada	47,3	59,5	69,4*	177 (62,3)	50,0	51,3	79,4*	120 (60,6)

(*a*) * significa que há diferenças significativas entre classes dentro do mesmo sexo.

Quadro 2.19 – Ênfase dada à família entre os homens e as mulheres por classe, Grã-Bretanha (*a*)

(só trabalhadores a tempo inteiro)

Ênfase na família	Homens (% de sim)				Mulheres (% de sim)			
	Qualif.	Inter.	Man.	Total (%)	Qualif.	Inter.	Man.	Total (%)
Mulheres realmente querem	16,3	10,0	24,9	100 (19,0)	10,0	15,0	28,6*	51 (13,5)
Maior alegria da vida	70,1	57,8	82,9*	390 (73,7)	69,7*	84,3	78,9	281 (75,9)
Pessoas sem filhos	11,9	9,7	13,9	67 (12,5)	5,7	6,0	5,3	22 (5,8)
Criança pequena sofre	42,8	29,7	39,6	216 (40,0)	21,0	26,8	39,5*	96 (24,9)
Vida familiar é prejudicada	35,7	21,9	35,0	184 (33,8)	22,0	29,1	21,1	93 (24,4)

(*a*) * significa que há diferenças significativas entre classes dentro do mesmo sexo.

Maria das Dores Guerreiro
Helena Carvalho

Capítulo 3

O *stress* na relação trabalho-família: uma análise comparativa

A relação entre família e trabalho profissional tem constituído recentemente tema de análise com significativo destaque no domínio das ciências sociais. Datam, contudo, de meados da década de 60 do século XX os primeiros trabalhos que começaram a analisar integradamente as problemáticas da família e do trabalho (Rapoport e Rapoport, 1965). Estes autores identificaram o padrão de famílias de dupla carreira e exploraram os vários tipos de dilemas com que tais famílias se defrontavam na estruturação dos seus quotidianos. Também Kanter (1977) se pode considerar uma autora pioneira na abordagem do tema do trabalho e família e nas preocupações com a satisfação e a qualidade de vida no trabalho na sociedade norte-americana. Desde então para cá, adoptando enfoques variados ao longo dos anos e segundo as diversas áreas disciplinares que da temática se ocupam, pode dizer-se que, com maior ou menor intensidade, o estudo das relações entre família e trabalho tem acompanhado a crescente participação profissional das mulheres e ganhou no início deste novo milénio um ainda maior relevo, em articulação com outras problemáticas, como as da igualdade de género, do bem-estar *(well-being)* e da qualidade de vida, dos usos do tempo e das novas formas de organização do trabalho.

Fala-se da necessidade de conciliar trabalho e família enquanto requisito para o bem-estar e a realização individuais, bem como para a qualidade de vida familiar, especialmente no que respeita à relação entre os cônjuges e entre pais e filhos e à igualdade entre mulheres e homens (OCDE, 2004). Para vários autores, viver uma vida equilibrada implica satisfação e bom relacionamento no trabalho e na família, com um mínimo de conflito. Kofodimos (1993) defende que «uma vida agradável, saudável e produtiva inclui trabalho, lazer e amor»

(Greenhaus *et al.*, 2003), o que tem alguma correspondência com a célebre e recorrentemente referida perspectiva de Eric Allardt (1976) sobre o significado do bem-estar, para ele associado à verificação de três condições: «ter, ser e amar».

O início deste novo milénio regista grandes alterações na esfera da família. Factores de ordem demográfica, como sejam o decréscimo da natalidade e o aumento da esperança de vida, mas também outros quadros de valores introduziram variadas configurações familiares. Reduz-se o tamanho das famílias, crescem as unidades residenciais de pessoas sós e verticalizam-se as redes de parentesco. Emergem também novos modos de viver os afectos e novos ideais relacionais com base na igualdade nos casais e no modelo da «relação pura» (Giddens, 1992). As uniões conjugais informais vão proliferando, perde importância a instituição matrimonial e cresce o peso do divórcio e das crianças nascidas fora do casamento, ainda que não necessariamente fora de uma relação conjugal (Aboim, 2002). Os indivíduos vivem numa sucessão de formas familiares com tendência a serem mais temporárias e imprevisíveis, nas quais se cruzam diversas orientações e interesses. Mas continuam a prevalecer no conjunto das unidades residenciais as famílias de casais com filhos (Wall, 2003) e em que homem e mulher exercem actividade profissional (Guerreiro, 2000).

As profundas transformações sociais a que se vem assistindo têm também enorme impacto na esfera do trabalho. Designadamente a partir da década de 1980, a par do aumento da competitividade nos mercados internacionais, vem-se assistindo ao fenómeno massivo da privatização e fusão de empresas. Aumentam as preocupações com os custos dos recursos humanos e generalizam-se as operações de redução de efectivos nos diferentes contextos profissionais. A intensificação dos processos e tempos de trabalho e a progressiva desregulação das relações laborais estarão associadas à proliferação de situações de *stress* a nível dos trabalhadores (Lewis e Cooper, 2005). Para Sennet (1998) e Supiot (2001), estas grandes mudanças no mercado de trabalho, com um cada vez maior número de indivíduos em empregos inseguros, acarretam incerteza e ansiedade e têm impacto nos indicadores de saúde e bem-estar e nos modos como se articulam responsabilidades profissionais e familiares (Haworth e Lewis, 2005). Rapoport *et al.* (2002) referem os custos para os sistemas de saúde decorrentes das situações de *stress* relacionadas com a sobrecarga do trabalho profissional, que impede os trabalhadores de participarem na vida familiar e cívica.

Vários estudos apontam associações entre a existência de desequilíbrio na articulação trabalho-família, baixos níveis de satisfação, reduzida produtividade e eficiência profissionais e ainda problemas sociais, como conflitos familiares e consumos de risco (Noor, 2003; Gornick e Meyers, 2003). As sobreposições espácio-temporais e o seu efeito em termos de *stress* na relação família-trabalho têm igualmente sido objecto de diversas pesquisas (Brannen, 2005; Lewis *et al.,* 2006). A propósito da sociedade norte-americana, Arlie Hochschild (1997) afirma que «o trabalho tornou-se a casa e a casa tornou-se o trabalho». Scharlach (2001), por sua vez, chama a atenção para o conflito de papéis decorrente da pluralidade de expectativas sociais a que os indivíduos têm de dar resposta, sendo por vezes incompatíveis entre si e geradoras de *stress*. Responsabilidades profissionais e responsabilidades parentais, ambas centrais na vida dos indivíduos, poderão protagonizar tais incompatibilidades.

O desempenho de uma profissão é fundamental para assegurar a autonomia pessoal, definir uma posição social e garantir meios materiais de sobrevivência. A parentalidade e a família assumem, por outro lado, um lugar decisivo na vida dos indivíduos e na constituição das suas identidades. Tratando-se de duas esferas sociais de primordial importância, acabam por impor obrigações por vezes difíceis de assegurar em simultâneo e, quanto mais solicitações há numa delas, mais dificuldades haverá em dar resposta à outra. Greenhaus e Beutell (1985) identificam conflitos na relação família-trabalho a três níveis: a nível da insuficiência de tempo para atender às exigências de ambas as esferas, a nível das responsabilidades que uma e outra implicam e a nível dos diferentes comportamentos esperados em ambos os contextos.

As diferenças existentes quanto à forma como homens e mulheres vivem tais situações são também assinaláveis. Sendo ainda prevalecente a assunção pelas mulheres da organização da vida doméstica e da prestação de cuidados aos membros da família (Wall e Guerreiro, 2005; Amâncio, 2006), as influências recíprocas das esferas familiar e do trabalho parecem manifestar-se de modo diferente em ambos os sexos, dado prevalecerem distintas expectativas a nível dos papéis de género (Crompton, 2001; Frone *et al.,* 1992; Barnett e Hyde, 2001).

Por outro lado, tais variações podem também depender da ocupação profissional que uns e outros desempenham, tal como de outras variáveis sócio-económicas, sócio-culturais e sócio-familiares. O tipo de profissão, o número de horas de trabalho, a existência de crianças na família e o modo de divisão das tarefas domésticas, por exemplo, apare-

cem associados a diferentes níveis de *stress*. Actividades profissionais de maior exigência poderão gerar tensões na relação família-trabalho e aquelas com maior grau de autonomia tenderão a estar associadas a uma maior satisfação e bem-estar. Longos horários de trabalho, por sua vez, serão geradores de maior conflito entre trabalho e família, do mesmo modo que a existência de crianças pequenas na família e a ausência de apoios doméstico-familiares poderão interferir na vida profissional (Nordenmark, 2002; Noor, 2003).

Greenhaus *et al.* (2003) assinalam ainda a importância do grau de satisfação, de envolvimento e de tempo despendido na família ou no trabalho para medir o equilíbrio entre estas duas esferas da vida e o *stress* ou conflito entre elas. Existirão menores níveis de *stress* quando os indivíduos experimentam maior gratificação e se envolvem naquilo que fazem. Mas há também quem refira que experiências gratificantes e um grande envolvimento no trabalho podem ter consequências negativas na esfera familiar e aumentar aí os níveis de *stress* (Scharlach, 2001).

Objectivos e procedimentos metodológicos

Neste texto pretende-se saber de que modo na população de sete países europeus (Portugal, Espanha, França, Grã-Bretanha, Alemanha, República Checa e Suécia) a vida familiar e a vida profissional são geradoras de tensões e interferem reciprocamente. A análise tem por base o inquérito ISSP realizado em 2002 sobre «família e género» e procura captar a intensidade de tais tensões e interferências. O objectivo é, assim, o de estudar o *stress* na família, no trabalho e na interacção trabalho-família em indivíduos com actividade profissional e saber de que modo estes vários tipos de *stress* reflectem o efeito de um conjunto de variáveis sócio-demográficas, sócio-familiares, sócio-educacionais e sócio-profissionais.

Os índices de *stress* familiar (ISF) e de *stress* profissional (ISP) foram medidos a partir de quatro itens, aos quais os indivíduos responderam segundo uma escala de 5 pontos (1 = concorda fortemente a 5 = discorda fortemente). Os itens «há tantas coisas para fazer em casa que às vezes não tenho tempo para fazer tudo» e «quando estou em casa raramente me sinto tenso [1]» medem o ISF e «há tantas coisas para fazer no local de trabalho que às vezes o tempo não chega» e «quando estou no

[1] Item invertido.

trabalho raramente me sinto tenso[2]» medem o ISP, com $\alpha = 0{,}49$ e $\alpha = 0{,}50$[3]). *Scores* mais elevados reflectem níveis de *stress* mais elevados.

O índice de *stress* trabalho-família (ISTRAFA), que mede os impactos da relação entre trabalho e família, foi construído a partir de quatro itens – «chego tão cansado do trabalho que não consigo fazer as tarefas domésticas», «estou tanto tempo no trabalho que me é difícil cumprir todas as responsabilidades familiares», «chego ao trabalho tão cansado por causa das tarefas domésticas que não consigo trabalhar como deve ser» e «tenho dificuldade em estar concentrado no trabalho por causa das responsabilidades familiares» – medidos numa escala de 4 pontos (1 = várias vezes por semana a 4 = nunca[4]) e com $\alpha = 0{,}69$. A par deste índice, que agrega o *stress* gerado pelo contexto profissional e pelo contexto familiar, foram definidos subíndices: o índice de *stress* profissional na família (ISPNAF) e o índice de *stress* familiar no trabalho (ISFNOT), que incluem, respectivamente, o *stress* com origem em factores de ordem profissional e em factores de ordem familiar, obtendo-se, respectivamente, $\alpha = 0{,}65$ e $\alpha = 0{,}64$.

A fim de identificar preditores que contribuam para explicar o *stress* na família, no trabalho e na interacção trabalho-família foram realizadas regressões múltiplas, tendo como regressores variáveis sócio-demográficas (sexo e idade), sócio-familiares (situação conjugal, número de pessoas, número de crianças até 5/6 anos e número de crianças/jovens 6/7-17 anos no agregado, número de horas despendidas em tarefas de casa), sócio-educacionais (anos de escolaridade), sócio-profissionais (número de horas de trabalho por semana, sector de actividade) e variáveis atitudinais (felicidade com a vida, satisfação com a profissão, satisfação com a vida familiar, prática religiosa e posição política)[5]. Dada a importância das variáveis «país» e «sexo», foi realizada uma análise multigrupos que enquadrou a exploração das relações entre os múltiplos factores acima identificados e os índices de *stress*.

---

[2] *Ibid.*

[3] Os valores alfa para estes dois índices são relativamente baixos; não obstante decidiu-se prosseguir e considerá-los para a análise, pois, como foi referido, este trabalho propõe-se também explorar indicadores de medida dos diferentes tipos de *stress*. Os valores por ora encontrados sugerem a necessidade de vir a considerar mais itens que incrementem a consistência destes índices de *stress*.

[4] Para que aos *scores* mais elevados correspondessem níveis de *stress* mais elevados – à semelhança dos outros índices de *stress* –, a escala foi invertida para todos os itens.

[5] No anexo encontra-se informação disponível relativa à caracterização deste conjunto de variáveis.

Numa primeira fase da análise foram estabelecidas comparações entre Portugal e o conjunto dos seis outros países europeus (Alemanha, Espanha, França, República Checa, Grã-Bretanha e Suécia) cujos contextos sócio-económico-culturais apresentam algumas diferenças entre si e também face à sociedade portuguesa. Compararam-se de seguida os índices de *stress* entre os vários países e identificaram-se os factores responsáveis pelos diferentes tipos de *stress* em cada um deles, fazendo intervir também a partição segundo a variável «sexo». Por fim, foi feita uma análise mais específica à situação da população portuguesa. No seu conjunto, os tratamentos aqui apresentados revestem-se de carácter experimental não só a nível da construção dos vários indicadores de *stress* que o texto explora, como também dos testes de diversa índole que foram sendo efectuados com os diferentes perfis de variáveis independentes, no intuito de identificar significâncias. Os resultados a que se chegou devem, por isso, ser lidos tendo em conta o percurso de experimentações múltiplas efectuadas, à procura de inteligibilidade e sentido sociológico para uma problemática até agora praticamente inexplorada pela sociologia portuguesa.

Alguns indicadores sociais sobre os países em análise

Para uma melhor compreensão dos resultados a que se chegou procedeu-se a uma caracterização sumária dos diversos países envolvidos na análise com base em alguns dos principais indicadores sociais usualmente mobilizados para identificação das suas posições relativas.

Os países seleccionados para a análise inscrevem-se em diferentes regimes de mercado de trabalho e de *welfare*, o que significa diferentes sistemas de emprego, diferentes modelos de protecção social e de políticas familiares. Portugal e a Espanha são associados ao regime da Europa do Sul, ou familista, a República Checa é identificada com o modelo dos antigos Estados socialistas da Europa de Leste, a Alemanha e a França representam aqui o sistema continental ou corporativo, a Grã-Bretanha o modelo liberal e a Suécia o modelo social-democrata (Esping-Andersen, 1997; Lewis *et al.,* 2006). Em termos de níveis de riqueza, a República Checa e os países da Europa do Sul, sobretudo Portugal, apresentam os mais baixos produtos nacionais brutos *per capita*. Os demais situam-se a uma significativa distância, ostentando valores bastante mais elevados, com particular destaque para a Grã-Bretanha e a Suécia. A Alemanha e a França detêm posições intermédias. Estes valores acompanham o posi-

cionamento dos países quanto ao índice de desenvolvimento humano. Portugal ocupa o segundo lugar, a seguir à República Checa, nos valores inferiores, cabendo os índices mais altos à Suécia e à Grã-Bretanha. No que respeita aos níveis de educação, à esperança de vida saudável e à satisfação com a vida, os indicadores portugueses são sempre dos mais deprimidos, à excepção da esperança média de vida na República Checa, que fica aquém da de Portugal. A Suécia apresenta os maiores níveis de esperança de vida tanto para mulheres como para homens, no que é secundada pela Espanha.

Quadro 3.1 – Posição relativa dos países em análise face a alguns indicadores sociais

Indicadores	Portugal	Alemanha	Espanha	França	República Checa	Grã-Bretanha	Suécia
PNB pc (US$*100) ppp (*a*)	**18,3**	26,4	23,3	28,0	16,1	29,1	28,2
Índice desenvolvimento humano (*b*)	**0,904**	0,930	0,928	0,938	0,874	0,939	0,949
Níveis de ensino (*c*)							
Básico	**79,0**	–	58,0	36,0	12,0	–	19,0
Secundário	**11,0**	–	17,0	41,0	76,0	–	55,0
Superior	**9,0**	–	24,0	24,0	12,0	29,0	26,0
Esperança de vida saudável M (*d*)	**71,7**	74,0	75,3	74,7	70,9	72,1	74,8
Esperança de vida saudável H (*d*)	**66,7**	69,6	69,9	69,3	65,9	69,1	71,9
Satisfação com a vida (%) (*d*)	**62,4**	78,6	65,3	65,8	66,7	73,2	79,6
Índice satisfação c/trabalho (*d*)	**2,9**	3,1	2,9	2,9	–	3,3	3,1
Horas anuais trabalho (*b*)	**n. d.**	1467	1816	1532	2000	1711	1603
Horas trabalho semanal (*e*)							
Mulheres	**37,4**	31,4	36,7	33,4	n. d.	34,1	31,2
Homens	**41,3**	40,6	41,9	38,9	n. d.	39,0	42,9
Taxas de actividade feminina (15-64 anos) (*f*)	**67,0**	65,8	56,8	63,9	62,2	68,6	75,2
% mulheres activas a tempo inteiro (*f*)	**84,0**	58,4	82,1	69,9	91,7	56,1	63,7
Casais com filhos a trabalharem a tempo inteiro (*g*)	**67,0**	26,0	36,0	45,0	64,0	29,0	–
Mães empregadas c/crianças < 6 anos (*a*)	**79,0**	57,0	51,0	65,0	61,0	57,0	78,0
Impacto filhos na inactividade mulheres até ensino secundário (*d*)	**–3,4**	17,2	4,1	13,6	19,4	18,2	5,5
Impacto filhos na inactividade mulheres ensino superior (*d*)	**–2,0**	10,8	9,2	4,4	21,3	10,5	-2,2
Contratos a prazo (*f*)							
Mulheres	**21,1**	12,2	35,2	14,0	10,7	6,5	17,5
Homens	**18,7**	12,7	30,6	11,8	7,8	5,5	13,5
Índice segregação mulheres c/filhos (*a*)	**107**	110	102	110	110	123	102
Regime *welfare*	**Familista**	Corporativo	Familista	Corporativo	Ex-socialista	Liberal	Soc.-demo.
Perfil de flexibilização do mercado de trabalho (*j*)	**Anti-flexibilidade regulada/ desregulação**	Flexibilidade regulada	Anti-flexibilidade regulada/ desregulação	Flexibilidade regulada	Anti-flexibilidade regulada	Flexibilidade parcialmente desregulada	Flexibilidade regulada
Modelo de divisão trabalho na família (*h*)							
-% modelo tradicional forte + tradicional forte modificado	**34,0**	30,7 (*i*)	35,2	28,2	45,3	23,0 (*i*)	20,4
-% modelo moderno forte	**14,8**	12,4	12,1	29,8 (*k*)	16,2	17,3	32,9 (*k*)

Fontes: (*a*) OCDE, 2005; (*b*) PNUD, 2005; (*c*) *Statistics in Focus, Education in Europe,* 2003; (*d*) OCDE, 2002; (e) *Labour Force Survey,* 2002; (*f*) *Employment in Europe,* 2005; (*g*) *Statistiques en bref,* 2005; (*h*) Wall (2007); (*i*) a este valor acrescem à Alemanha 15,0 e à Grã-Bretanha 13,2 no modelo «tradicional», não identificado nos outros países; (*j*) Tang e Cousins (2005); (k) este valor integra também para a França 19,8 e para a Suécia 22,7 do modelo «moderno», não identificado nos outros países.

É nos indicadores respeitantes à inserção das mulheres no mercado de trabalho que Portugal ganha uma posição de maior destaque face aos outros países em análise. Desde logo, há que ter presente a elevada taxa de actividade profissional a tempo inteiro das mulheres portuguesas, uma das maiores a nível da União Europeia. No conjunto dos países, apenas a República Checa regista uma ainda maior participação profissional feminina a tempo integral, traço característico dos antigos países socialistas. Outro indicador de notoriedade da situação das mulheres portuguesas é o que compara a proporção de mães trabalhadoras com crianças de idade inferior a 6 anos. Neste campo, Portugal não acompanha o seu vizinho ibérico e – certamente por uma conjugação de factores díspares e específicos da sociedade portuguesa – suplanta mesmo a Suécia, líder nos indicadores modernistas e de participação feminina no mercado de trabalho e na esfera pública, em geral, e onde as estruturas de acolhimento de crianças e idosos fazem uma cobertura generalizada da população.

A relevar estas particularidades da sociedade portuguesa estão os dados que mostram o impacto dos filhos na inactividade profissional das mulheres com idades entre 25 e 54 anos. É apenas em Portugal que a presença de filhos reforça a participação profissional das mulheres com níveis educacionais inferiores ao ensino secundário, o que poderá reflectir, para além de um quadro nacional de valores favoráveis à profissionalização das mulheres, os baixos rendimentos de muitas famílias portuguesas. A República Checa, a Grã-Bretanha e a Alemanha sobressaem no maior afastamento do emprego por parte das mães deste nível educacional. Quanto às mulheres com educação superior, o impacto é menos significativo na Suécia e em Portugal, com valores negativos, e em França. Compreender estes dados implica entrar em linha de conta com a tradição instalada em cada país no que respeita aos cuidados a crianças pequenas e à existência de licenças parentais. Na Alemanha, por exemplo, as mães tendem a ficar em casa enquanto as crianças são pequenas (Moss, 2006).

O número de horas de trabalho – semanal[6] ou anual[7] – constitui igualmente um indicador que poderá permitir compreender a existência de relações mais ou menos equilibradas entre a família e a vida profissional. Portugal evidencia o tempo de trabalho semanal feminino mais prolongado, juntamente com a Espanha e a Grã-Bretanha. Mas as mulheres portuguesas acumulam uma elevada taxa de actividade profissional com um tempo semanal de trabalho mais intenso e em que o regime de tempo parcial tem expressão minoritária, enquanto na Grã-

[6] Não disponível para a República Checa.
[7] Não disponível para Portugal.

-Bretanha se registam elevadas taxas de emprego feminino a tempo parcial, pois têm aí sido reduzidas as estruturas de guarda de crianças.

Quanto à República Checa, sabe-se que é dos países com um maior número de horas anuais de trabalho, sendo muito semelhante e elevada a proporção de mulheres e homens a trabalharem em regime de tempo inteiro, embora as prolongadas licenças parentais arredem as mães de crianças pequenas do emprego. Nos países da Europa de Leste, por exemplo, aparentemente em ruptura com a anterior tradição socialista, passou a preconizar-se que as crianças sejam cuidadas na família.

Dois outros indicadores que distinguem os países são as taxas de contratos a prazo, superiores em Espanha e Portugal – apesar do discurso da excessiva protecção do sistema de emprego português – e inferiores na Grã-Bretanha e na República Checa e exibindo uma sobrerrepresentação no sexo feminino, à excepção da Alemanha, e o índice de segregação das mulheres com filhos. Aqui é a Grã-Bretanha, onde as mães trabalham principalmente em regime de tempo parcial, que exibe o maior índice de segregação, e a Suécia o menor, ainda que também com muitas mulheres a trabalharem em *part time*, embora não tão acentuadamente quanto na Grã-Bretanha ou na Alemanha.

Stress familiar e *stress* profissional

A intensidade dos afazeres na família e no trabalho pode ser geradora de tensões a nível do desempenho de papéis numa ou noutra destas esferas, tanto mais quanto se assiste a uma redefinição dos papéis de género que preconiza a participação conjunta de mulheres e homens na vida profissional e na vida familiar, em ruptura com quadros tradicionais há muito instalados.

Os quadros seguintes apresentam os resultados obtidos nos testes realizados para procurar medir os índices de *stress* familiar (ISF) e de *stress* profissional (ISP) em ambos os sexos e nos vários países.

Quadro 3.2 – Índices de *stress* familiar e profissional, segundo o sexo, no total dos sete países
(PT, CZ, E, F, G, S, UK)

Sexo	Índice de *stress* familiar (média)	Índice de *stress* profissional (média)
Masculino	2,41	2,78
Feminino	2,70	2,82
Total	2,55	2,80

Uma primeira leitura do quadro 3.2 mostra a média dos índices de *stress* na família e dos índices de *stress* no trabalho (para o conjunto dos países), verificando-se ser maior o *stress* em contexto de trabalho do que na esfera privada e, em geral, mais elevado no sexo feminino do que no masculino. Estas diferenças de género na manifestação do *stress* poderão significar uma maior dualidade de papéis por parte das mulheres, que, em geral, ainda continuam a assegurar as principais responsabilidades no plano da família, as quais combinam ao mesmo tempo com o desempenho de uma actividade profissional. Os homens, por seu lado, parecem ainda encontrar no contexto da vida privada o espaço de acolhimento e distensão, de restabelecimento de energias e emoções desgastadas no exercício do seu papel profissional. Apresentam, assim, não só menores índices de *stress*, em geral, como diferenças mais relevantes entre os níveis de *stress* na família e no trabalho[8].

A predominância do *stress* feminino é, contudo, estatisticamente significativa apenas no que respeita ao índice de *stress* na família. Com efeito, as mulheres apresentam, em média, maior nível de *stress* familiar comparativamente aos homens, sendo a diferença significativa[9], mas já no trabalho os níveis médios são semelhantes.

Quadro 3.3 – Índices de *stress* familiar e profissional segundo o país

País	Índice de *stress* familiar (média)	Índice de *stress* profissional (média)
Alemanha	2,57	3,00
Grã-Bretanha	2,71	2,92
Suécia	2,48	2,88
República Checa	2,69	2,82
Espanha	2,27	2,53
França	2,52	2,77
Portugal	2,74	2,89
Total	2,55	2,80

Na análise interpaíses (quadro 3.3) verifica-se que todos têm níveis médios de *stress* mais elevados no trabalho e que existem diferenças sig-

[8] Apesar de a diferença entre os níveis médios de *stress* familiar e *stress* profissional ser mais acentuada nos homens (v. o valor do *t*-test), a diferença é significativa em cada um dos sexos: para os homens: $t(2524) = -0{,}39150$, $p < 0{,}001$; para as mulheres: $t(2360) = -0{,}12764$, $p < 0{,}001$.

[9] Índice de *stress* familiar: $t(5111{,}4) = -15{,}180$, $p < 0{,}001$; índice de *stress* profissional: $t(5172) = -1{,}744$, $p > 0{,}05$.

nificativas em cada um dos índices[10]. A Alemanha e a Grã-Bretanha lideram no *stress* profissional, enquanto Portugal e a Grã-Bretanha suplantam os demais no *stress* familiar. A Espanha apresenta os índices de *stress* mais baixos tanto no trabalho como na família, mas, ainda assim, rondam o valor central da escala de *stress*.

Comparando os dois índices no que respeita ao sexo masculino (quadro 3.4), verifica-se que em todos os países os homens têm, em média, mais *stress* provocado pela actividade profissional do que pela vida familiar. Sobressai a Alemanha como o país onde os homens registam níveis mais elevados de *stress* profissional, seguido da Grã-Bretanha, da República Checa e de Portugal, cujos valores são ainda relevantes mas não tão elevados. Se os horários de trabalho prolongados podem explicar o eventual maior *stress* nestes três últimos países, o mesmo não acontece quanto à Alemanha, onde os tempos são mais reduzidos, ainda que porventura associados a uma maior intensidade de trabalho. O *stress* familiar sobressai particularmente nos britânicos, nos checos e nos portugueses. Os homens espanhóis lideram nos níveis mais reduzidos de *stress* tanto no trabalho como na família. Em ambos os índices existem diferenças significativas quando comparados os homens dos diversos países[11].

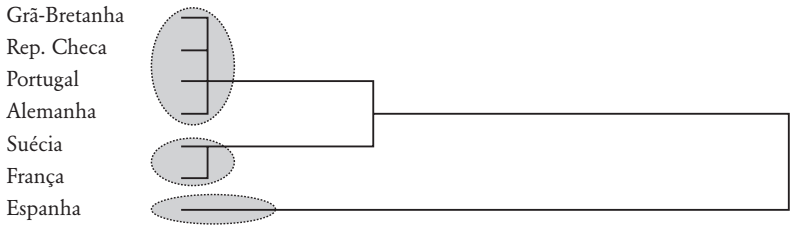
Quadro 3.4 – Índices de *stress* familiar e profissional, segundo o país, nos homens

País	Índice de *stress* familiar (média)	Índice de *stress* profissional (média)
Alemanha	2,52	3,02
Grã-Bretanha	2,62	2,93
Suécia	2,38	2,79
República Checa	2,60	2,89
Espanha	2,02	2,52
França	2,35	2,76
Portugal	2,58	2,87
Total	2,41	2,78

[10] Índice de *stress* familiar: $F(6, 5152) = 47{,}102$, $p < 0{,}001$; índice de *stress* profissional: $F(6, 5166) = 41{,}558$, $p < 0{,}001$.

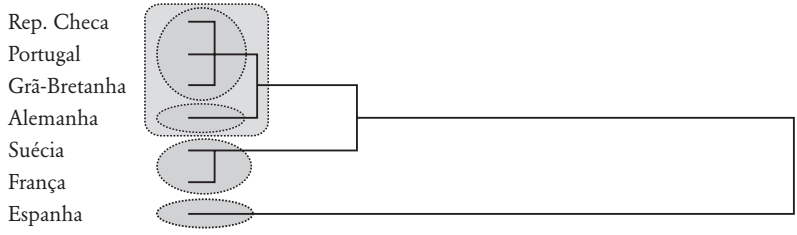
[11] Índice de *stress* familiar: $F(6, 2643) = 48{,}016$, $p < 0{,}001$; índice de *stress* profissional: $F(6, 2746) = 25{,}963$, $p < 0{,}001$.

Figura 3.1 – Semelhança interpaíses no índice de *stress* familiar para os homens



Procurando estabelecer algumas comparações quanto às semelhanças e diferenças interpaíses, e tendo em conta o nível médio de *stress* familiar para os homens (figura 3.1), é possível classificar os países analisados em três grupos [12]. Ter-se-á num extremo a Espanha, com o nível médio de *stress* familiar mais baixo, e no outro extremo um grupo com a Grã-Bretanha, a República Checa, Portugal e a Alemanha, com os níveis médios mais elevados. Os franceses e os suecos preenchem uma posição intermédia.

Figura 3.2 – Semelhança interpaíses no índice de *stress* profissional para os homens



A análise do *stress* masculino no trabalho, à semelhança do índice de *stress* na família, mostra que também neste caso a Espanha permanece isolada com o mais baixo nível (figura 3.2) A Alemanha, que apresenta nos homens o nível médio de *stress* mais elevado, pode, no entanto, ser

[12] Tendo sido identificadas diferenças significativas (conforme nota 11) na comparação interpaíses para o grupo dos homens, procedeu-se à realização de testes de comparações *a posteriori* (teste de Tuckey e teste de Scheffe) a fim de identificar subgrupos homogéneos. Os subgrupos assinalados nos diversos dendrogramas incluem países cujos níveis médios de *stress* (para cada um dos dois índices agora em análise) são estatisticamente homogéneos ($p > 0{,}05$). A representação dos subgrupos homogéneos – por via dos dendrogramas – foi obtida a partir de uma análise de *clusters* hierárquica.

agregada ao grupo formado pela República Checa, por Portugal e pela Grã-Bretanha, os quais, e logo a seguir à Alemanha, detêm os valores mais elevados de *stress* no trabalho. A Suécia e a França constituem outro grupo, onde os níveis de *stress* são medianamente reduzidos.

Centrando agora a análise nas mulheres, o quadro 3.5 permite ver como os diferentes países se comportam, face aos seus índices de *stress*, na família e na profissão. Sendo mais elevado o índice médio de *stress* no trabalho do que na família, em alguns países o índice de *stress* familiar feminino (o caso das checas) suplanta o *stress* profissional, ou equipara-se-lhe, como nos casos de Portugal e da Espanha, os chamados países de tradição familista. Não será por acaso que nestes países se encontra maior peso do modelo tradicional «forte» e «forte modificado» (Wall, nesta publicação) nas atitudes quanto à divisão familiar do trabalho, conforme se observa no quadro 3.1.

Quadro 3.5 – Índices de *stress* familiar e profissional, segundo o país, nas mulheres

País	Índice de *stress* familiar (média)	Índice de *stress* profissional (média)
Alemanha	2,65	2,96
Grã-Bretanha	2,79	2,90
Suécia	2,57	2,96
República Checa	2,84	2,72
Espanha	2,56	2,55
França	2,68	2,79
Portugal	2,92	2,91
Total	2,70	2,82

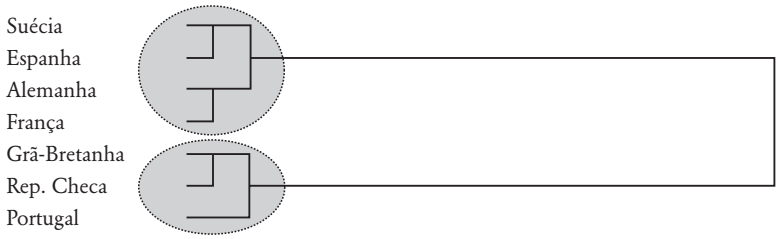
O *stress* familiar é particularmente elevado entre as portuguesas, mas também entre as checas e as britânicas. As espanholas (a exemplo dos seus compatriotas masculinos) e as suecas – nacionalidades com diferentes tradições quanto aos modelos de papéis de género e à organização da vida privada – acusam nestes testes os índices mais baixos de *stress* familiar, estando ligeiramente acima as mulheres alemãs e francesas, colocadas assim em posição intermédia.

O *stress* feminino no trabalho acusa os valores mais altos na Alemanha, na Suécia, em Portugal e na Grã-Bretanha, estes três últimos países no conjunto em análise com as taxas mais elevadas de actividade feminina em geral e nas mães de crianças de idade inferior a 6 anos e com um elevado número de horas de trabalho semanal, pesem embora as diferentes modalidades que neles o emprego pode

assumir ao longo do percurso de vida das mulheres (v. quadro 3.1). As espanholas, em primeiro lugar, juntamente com as checas e as francesas, são quem tem menos *stress* no trabalho, e também aqui se está perante diferentes configurações nacionais no que ao perfil do trabalho feminino diz respeito.

A exemplo do que se constatou nos homens, as mulheres dos diversos países apresentam níveis médios significativamente diferentes, quer no *stress* familiar, quer no *stress* profissional[13]. Pode acrescentar-se que nos homens, com um padrão de inserção profissional tendencialmente mais homogéneo, as diferenças mais acentuadas entre os países ocorrem a nível do *stress* na família e que nas mulheres, em virtude das distintas modalidades femininas de participação profissional, se verifica o inverso, ou seja, há maior variabilidade a nível do *stress* no trabalho, apesar de entre elas – por comparação com os homens – a diferença ser menor[14].

Figura 3.3 – Semelhança interpaíses no índice de *stress* familiar para as mulheres



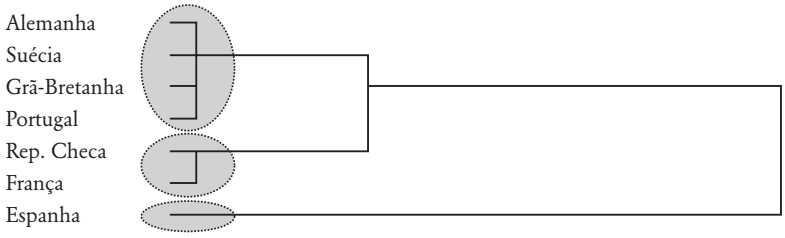
Ainda em relação ao índice de *stress* familiar das mulheres, é possível classificar os países em dois grupos (figura 3.3), cujas médias são estatisticamente homogéneas em cada um deles. Assim, destaca-se um grupo que integra a Suécia, a Espanha, a Alemanha e a França, com níveis de *stress* familiar mais baixos face ao outro, que inclui a Grã-Bretanha, a República Checa e Portugal.

---

[13] Índice de *stress* na família: $F(6, 2502) = 13{,}139$, $p < 0{,}001$; índice de *stress* no trabalho: $F(6, 2412) = 18{,}119$, $p < 0{,}001$.

[14] Na medição do efeito do país obteve-se, para os homens, um eta$^2 = 0{,}098$ no nível de *stress* familiar e um eta$^2 = 0{,}054$ no nível de *stress* profissional e, para as mulheres, um eta$^2 = 0{,}031$ no nível de *stress* familiar e um eta$^2 = 0{,}043$ no nível de *stress* profissional.

Figura 3.4 – Semelhança interpaíses no índice de *stress* profissional para as mulheres



Em relação ao índice de *stress* feminino no trabalho, a Espanha, tal como acontece no grupo dos homens, fica isolada, com o nível médio mais baixo (figura 3.4). Noutro grupo associam-se a França e a República Checa, com índices médios, e com os níveis de *stress* mais elevados estão Portugal, a Grã-Bretanha, a Alemanha e a Suécia. Note-se que os níveis mais elevados e os mais baixos de *stress* feminino no trabalho e na família reúnem países com diferentes perfis, inscritos em diferentes regimes de *welfare*, e diferentes modos de organização da vida familiar e profissional, o que suscita interrogações quanto aos factores que poderão, afinal, contribuir para a sua explicação e que se irão procurar explorar adiante.

Factores determinantes do *stress* familiar e profissional

Como se pode ver no quadro 3.6, e na perspectiva de uma análise global dos sete países, ser mulher, ter mais crianças com menos de 6 anos e também crianças/jovens entre os 6/7-17 anos no agregado, trabalhar mais horas por semana, sentir-se menos satisfeito com a vida familiar e sentir-se mais infeliz com a vida, em geral, contribuem significativamente para aumentar o *stress* familiar (todos os *betas* com $p < 0{,}05$).

Nos homens tem efeito significativo no aumento do seu *stress* familiar um período semanal de trabalho mais extenso e a presença de crianças ou jovens nos agregados domésticos. Somente a satisfação com a profissão lhes reduz significativamente o *stress* na família. Nas mulheres, o *stress* familiar aumenta significativamente com a idade, com a maior dimensão do agrupamento familiar, com o número de horas de trabalho em casa e no emprego e, tal como nos homens, com a presença de crianças pequenas e de crianças/jovens dos 6/7-17 anos. Em contrapartida, o peso da escolaridade, a satisfação com a vida familiar e a felicidade, em geral, têm efeito regressivo no *stress* familiar das mulheres.

Quadro 3.6 – Factores determinantes dos índices de *stress* familiar e profissional
(regressões lineares múltiplas) (*a*)

Variáveis independentes	Índice de *stress* familiar			Índice de *stress* profissional		
	Global	Homens	Mulheres	Global	Homens	Mulheres
Sexo (*b*)	0,232***	–	–	0,094***	–	–
Idade	–	–	0,059*	–0,028	–0,073**	–
Situação conjugal (*c*)	–	–	–	0,049**	0,105***	–
Anos de escolaridade	–	–	–0,074**	0,066***	0,066**	0,071**
Número de pessoas no agregado	–	–	0,071*	–0,070**	–	–0,096**
Número de crianças até 5/6 anos no agregado	0,142***	0,126***	0,178***	0,066***	–	0,083**
Número de crianças/jovens 6/7-17 anos no agregado	0,123***	0,120***	0,140***	0,061**	–	0,087**
Número de horas despendidas em tarefas de casa	–	–	0,051*	–	–	–
Número de horas de trabalho por semana	0,089***	0,115***	0,075**	0,280***	0,266***	0,241***
Sector de actividade (*d*)						
Trabalha no Estado ou empresa pública	–	–	–	0,076***	–	0,103***
Trabalhador por conta própria	–	–	–	–	–	–
Felicidade com a vida	–0,081***	–	–0,104**	–0,060**	–	–0,074*
Satisfação com a profissão	–0,035*	–0,050*	–	–0,095***	–0,094***	–0,097***
Satisfação com a vida familiar	–0,075**	–	–0,096**	–	–	–
Prática religiosa	–	–	–	0,056**	0,056*	0,060*
Posição política	–	–	–	–	–	–
R^2 ajustado	0,113	0,051	0,112	0,095	0,126	0,103

* $p < 0{,}05$; ** $p < 0{,}01$; *** $p < 0{,}001$.
(*a*) Neste quadro, assim como em todos os outros com resultados de regressões são apresentados os coeficientes estandardizados (*betas*).
(*b*) Variável *dummy:* 0 – masculino; 1 – feminino.
(*c*) Variável *dummy:* 0 – não casado; 1 – casado/a coabitar.
(*d*) Variável *dummy:* categoria de referência: trabalha em empresa privada.

Analisando agora o *stress* global no trabalho, verifica-se que coexistem alguns dos factores também com efeito no *stress* familiar e que outros assumem efeito significativo na explicação da variação do *stress* profissional. Como se pode ver no quadro 3.6, contribui significativamente para aumentar este índice de *stress* ser mulher, viver em casal, ter mais escolaridade, ter crianças pequenas e crianças/jovens dos 6/7-17 anos, trabalhar mais horas, ter emprego em organismos públicos e ter uma prática religiosa mais intensa. Por seu turno, diminui significativamente o *stress* profissional viver em agregados familiares de maior dimensão, sentir mais felicidade com a vida e maior satisfação com a profissão.

Na comparação entre os sexos, face à situação global, o *stress* profissional das mulheres apresenta idênticos preditores, à excepção da idade e da situação conjugal, que não têm efeito no aumento desse tipo de *stress,* e o dos homens não apresenta associações nem com a dimensão do agregado doméstico nem com a presença de crianças/jovens na

família, assim como também não tem efeito significativo no sexo masculino o tipo de entidade empregadora e o sentimento de felicidade.

Comparação entre países

A identificação dos factores que em cada país e em cada categoria sexual determinam o *stress* na família e no trabalho dissocia em moldes um tanto díspares as variáveis independentes identificadas na regressão linear representada no quadro 3.6, com base no total dos países, sinal de que as especificidades nacionais interferem nas manifestações do *stress* em torno da relação trabalho-família. Assim, como mostra o quadro 3.7, na Alemanha o trabalho por conta própria e uma menor satisfação com a vida aumentam significativamente o *stress* familiar masculino, enquanto nas mulheres o *stress* familiar sofre o efeito da presença de crianças e jovens na família. Na Grã-Bretanha, a presença de crianças e jovens também aumenta significativamente o *stress* familiar, quer o masculino, quer o feminino. Para diminuir o *stress* dos britânicos contribui, nos homens, a satisfação com a vida profissional e, nas mulheres, a felicidade com a vida. O *stress* vivido pelos suecos na família está sobretudo associado ao número de crianças e jovens, ao número de horas de trabalho profissional e à prática religiosa. As mulheres suecas são sensíveis à dimensão do grupo familiar e ao número de horas despendidas nas tarefas da casa e a trabalhar profissionalmente.

Na República Checa apenas a maior participação em actividades religiosas contribui significativamente para atenuar o *stress* familiar dos homens, não se destacando outros preditores em qualquer dos sexos. Para os espanhóis, o *stress* masculino parece ser maior em quem tem mais escolaridade e despende mais tempo com trabalho doméstico e menor em quem é casado e experimenta maior satisfação com a vida familiar. Ao contrário dos homens, as mulheres espanholas com mais anos de escolaridade têm menos *stress* na família. Mas o seu *stress* aumenta significativamente sob o efeito do tempo ocupado no trabalho doméstico e com a presença de crianças até aos 6 anos. Em França o *stress* masculino na família aumenta em função do número de horas ocupadas em trabalho pago e, por sua vez, o feminino é maior nos agregados domésticos de maior dimensão. No caso das mulheres francesas verifica-se que a felicidade com a vida ajuda a diminuir o *stress* familiar. Por fim, os homens portugueses experimentam mais *stress* quando estão mais satisfeitos com a sua profissão (e eventualmente se envolvem nela a ponto de conflituar com as suas responsabilidades na

família) e vêem-no mais atenuado sob o efeito do sentimento de felicidade pela vida. Quanto às mulheres portuguesas, o *stress* familiar aumenta nas que têm menor número de anos de escolaridade, maior número de crianças e jovens em casa, e exercem actividade profissional em organismo público, um perfil de mulheres que mais adiante se procurará melhor identificar.

Verifica-se a partir desta análise comparativa[15]: (1) a relativa variedade de factores que nuns e noutros países e numa e noutra categoria sexual são determinantes do *stress* familiar; (2) alguma preponderância de factores de ordem familiar, sobretudo no *stress* feminino; (3) no conjunto, apesar de pesarem mais as variáveis directamente relacionados com a vida familiar, também exercem influência sobre o *stress* na família factores de índole sócio-profissional (principalmente nos homens), satisfacionais e de religiosidade. Terão, portanto, razão os autores que afirmam que os factores de *stress* se interligam e interalimentam entre si (Cooper *et al.,* 2001) e que o *stress* ou a satisfação profissionais podem ter consequências mais ou menos negativas sobre outros aspectos da vida (Scharlach, 2001).

De seguida identificam-se os factores determinantes do *stress* no trabalho (quadro 3.8). Verifica-se que na Alemanha esse tipo de *stress* aumenta nos homens com o número de horas que por semana os ocupa profissionalmente. O mesmo se passa nas mulheres, mas a essa variável juntam-se (para elas) outras, designadamente de ordem familiar. Não viver em casal, ter mais anos de escolaridade e ter maior número de crianças até 6 anos no agregado familiar – o que eventualmente pode reportar à situação de monoparentalidade – são factores que contribuem ainda para aumentar o *stress* profissional das mulheres alemãs. Na Grã-Bretanha, o *stress* no trabalho experimentado pelos homens é mais elevado nos que têm mais tempo de trabalho pago, têm mais anos de escolaridade, têm uma entidade empregadora com estatuto público e sentem menor satisfação profissional. O das suas compatriotas, para além de reflectir o efeito do maior número de horas de trabalho profissional, de trabalharem no Estado ou empresa pública e de mais anos de escolaridade, acusa também dependência de uma outra série de variáveis sócio-familiares. As mulheres inglesas vêem crescer os seus níveis de *stress* quando estão inseridas em agregados domésticos

[15] Não obstante estar-se em presença de resultados cujas percentagens de variação explicada são relativamente modestas, como se pode aferir pelos valores relativamente baixos dos $R^2_{\text{ajustados}}$.

nos quais exista, por um lado, um menor número de pessoas e, por outro lado, um número mais elevado de crianças e jovens.

O índice de *stress* no trabalho na Suécia aumenta com a extensão do tempo de trabalho profissional e com níveis mais elevados de escolaridade tanto para os homens como para as mulheres. Para eles ter um posicionamento político que cresce na escala esquerda/direita e ter um menor grau de felicidade também incrementa o *stress* na profissão. Já para elas a menor satisfação com a profissão também se reflecte num aumento desse tipo de *stress*. Curiosamente, a Suécia parece ser o país que evidencia um maior paralelismo entre as variáveis determinantes do *stress* profissional em ambos os sexos, porventura explicado pela cultura de igualdade de géneros que prevalece neste país escandinavo e faz com que a relação estabelecida com o mercado de trabalho não seja muito díspar entre homens e mulheres.

A análise efectuada apresenta dados significativamente diferentes para a República Checa. Aí os homens apresentam maior índice de *stress* na situação de trabalho por conta própria – eventualmente sinónimo de insegurança numa sociedade onde até há bem pouco tempo prevaleceu o regime da propriedade estatal – e, curiosamente, quando sentem maior satisfação com a vida familiar. Nas mulheres é também somente o sentimento de maior satisfação com a vida familiar que aparece associado a um nível mais elevado de *stress* profissional.

Em Espanha, onde os índices de *stress* apresentam valores inferiores (e onde os $R^2_{\text{ajustados}}$ são também dos mais baixos), apenas influi no aumento do *stress* profissional masculino e feminino um maior número de horas de trabalho. Para eles ainda contribui (também significativamente) a menor satisfação com a profissão. À semelhança dos espanhóis, também para os franceses se detecta a mesma relação entre o número de horas de trabalho por semana e o *stress* profissional. No que respeita à especificidade dos franceses, verifica-se que os homens mais velhos e os mais satisfeitos com a vida apresentam menores níveis de *stress* profissional. Para as mulheres é a maior satisfação com a profissão que contribui significativamente para diminuir o seu *stress*.

Em Portugal, os níveis de *stress* masculino no trabalho estão directamente relacionados com o tempo de trabalho profissional e o estatuto público da entidade empregadora. Numa relação inversa, observa-se que os mais jovens, os que despendem menos tempo em tarefas da casa – porventura pelo excesso de horas de trabalho – e os que estão menos satisfeitos com a profissão experimentam mais *stress* profissional.

Quadro 3.7 – Factores determinantes do índice de *stress* familiar por sexo e por país
(regressões lineares múltiplas)

Variáveis independentes	Alemanha		Grã-Bretanha		Suécia		República Checa		Espanha		França		Portugal	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Idade	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Situação conjugal (*a*)	–	–	–	–	–	–	–	–	–0.18*	–	–	–	–	–
Anos de escolaridade	–	–	–	–	–	–	–	–	0,23***	–0,15*	–	–	–	0,37*
Número de pessoas no agregado	–	–	–	–	–	0,42**	–	–	–	–	–	0,33*	–	–
Número de crianças até 5/6 anos no agregado	–	0,32***	0,26***	0,17**	0,37***	–	–	–	–	0,14*	–	–	–	0,40**
Número de crianças/jovens 6/7-17 anos no agregado	–	0,19*	0,20**	0,19**	0,27*	–	–	–	–	–	–	–	–	0,4**
Número de horas despendidas em tarefas de casa	–	–	–	–	–	0,31**	–	–	0,18**	0,15*	–	–	–	–
Número de horas de trabalho por semana	–	–	–	–	0,12*	0,12*	–	–	–	–	0,18*	–	–	–
Trabalha no Estado ou empresa pública	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	0,28*
Trabalhador por conta própria (*b*)	0,15*	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Felicidade com a vida	–	–	–	–0,20**	–	–	–	–	–	–	–	–0,18*	–0,27*	–
Satisfação com a profissão	–	–	–0,14*	–	–	–	–	–	–	–	–	–	0,24*	–
Satisfação com a vida familiar	–0,19*	–	–	–	–	–	–	–	–0,24***	–	–	–	–	–
Prática religiosa	–	–	–	0,10*	0,13*	–	–0,22*	–	–	–	–	–	–	–
Posição política	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
R^2 ajustado	0,09	0,13	0,07	0,15	0,12	0,15	0,01	0,02	0,10	0,067	0,10	0,12	0,03	0,16

* $p < 0{,}05$; ** $p < 0{,}01$; *** $p < 0{,}001$.
(*a*) Variável *dummy:* 0 – não casado; 1 – casado/a coabitar.
(*b*) Variável *dummy:* categoria de referência: trabalha em empresa privada.

Quadro 3.8 – Factores determinantes do índice de *stress* profissional por sexo e por país
(regressões lineares múltiplas)

Variáveis independentes	Alemanha		Grã-Bretanha		Suécia		República Checa		Espanha		França		Portugal	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Idade	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–0,19**	–	–0,38**	–
Situação conjugal (*a*)	–	–0,18*	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Anos de escolaridade	–	0,24**	0,16**	0,13**	0,12*	0,18**	–	–	–	–	–	–	–	–
Número de pessoas no agregado	–	–	–	–0,15*	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Número de crianças até 5/6 anos no agregado	–	0,22**	–	0,11*	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Número de crianças/jovens 6/7-17 anos no agregado	–	–	–	–0,21**										
Número de horas despendidas em tarefas de casa	–	0,15*	–	0,05***	–	–	–	–	–	–	–	–	–0,24*	–0,23*
Número de horas de trabalho por semana	0,40***	0,27**	0,29***	0,32**	0,28***	0,25***	–	–	0,17**	0,21**	0,40***	0,26***	0,31**	–
Sector de actividade (*b*)														
Trabalha no Estado ou empresa pública	–	–	0,11*	0,15***	–	–	–	–	–	–	–	–	0,22*	–
Trabalhador por conta própria	–	–	–	–	–	–	0,25**	–	–	–	–	–	–	–
Felicidade com a vida	–	–	–	–	–0,19*	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Satisfação com a profissão	–	–	–0,12*	–	–	–0,19**	–	–	–0,19***	–	–	–0,21**	–0,21*	–
Satisfação com a vida familiar	–	–	–	–	–	–	0,26*	0,38*	–	–	–0,22*	–	–	–
Prática religiosa	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	0,13*	–	–	–
Posição política	–	–	–	–	0,14*	–	–	–	–	–	–	–	–	0,23*
R^2 ajustado	0,10	0,18	0,11	0,21	0,14	0,14	0,17	0,051	0,064	0,03	0,18	0,10	0,15	0,06

* $p < 0{,}05$; ** $p < 0{,}01$; *** $p < 0{,}001$.
(*a*) Variável *dummy:* 0 – não casado; 1 – casado/a coabitar.
(*b*) Variável *dummy:* categoria de referência: trabalha em empresa privada.

Existem somente dois factores que têm impacto significativo[16] no maior *stress* profissional das mulheres portuguesas: a diminuição do número de horas consumidas em tarefas da casa – eventualmente pelas mesmas razões apontadas aos homens – e a posição política mais à direita fazem aumentar-lhes o *stress*.

Concluindo esta parte da análise, e apesar do modesto significado estatístico das associações identificadas, verifica-se: (1) a constante importância da variável «número de horas de trabalho» na determinação do índice de *stress* profissional em praticamente todos os países e em ambos os sexos; (2) nota-se também em países como a Alemanha e a Grã-Bretanha, e no que respeita em especial às mulheres, a influência de factores de ordem familiar no *stress* profissional. Aparentemente, esta presença de factores sócio-familiares ocorre mais nos países onde existe a tradição do tempo parcial para as mulheres ou a das prolongadas licenças para prestarem cuidados a crianças pequenas, princípios que poderão ser postos em causa e geradores de *stress* em quem está no exercício de uma actividade profissional. Mas também se verifica em Portugal, onde coexistem valores de domesticidade e profissionalidade femininos, ambivalência que pode traduzir-se em conflito de papéis entre vida privada e profissão.

O *stress* no *interface* trabalho-família

A análise no ponto anterior mostrou que ao *stress* familiar estão associados factores de ordem profissional e às tensões no trabalho não são alheias as experiências vividas no contexto da família, confirmando por isso o que tem vindo a afirmar-se acerca da inter-relação verificada entre as esferas da vida privada e profissional. Existe conflito entre família e trabalho quando as solicitações de um destes domínios interferem no desempenho do outro (Greenhaus *et al.,* 2003). É essa interferência que se experimenta agora medir a partir de novos índices, construídos desta vez para captar os impactos do *stress* profissional na família e do *stress* familiar no trabalho.

O quadro 3.9 apresenta os valores médios do índice de *stress* trabalho-família (ISTRAFA), do índice de *stress* profissional na família (ISPNAF) e do índice de *stress* familiar no trabalho (ISFNOT). Nele pode ver-se que esses valores não são muito elevados[17], sendo-o mais para o índice que

---

[16] Neste grupo os resultados da análise regressional reflectem um modelo com baixa capacidade explicativa com um $R^2_{\text{ajustado}} = 5{,}7\%$.

[17] Recorde-se que estes índices de *stress* variam numa escala de 1 a 4 e que *scores* mais elevados correspondem a mais *stress*.

Quadro 3.9 – Índices de *stress* no *interface* trabalho-família, segundo o sexo, no total dos sete países
(PT, CZ, E, F, G, S, UK)

Sexo	Índice de *stress* trabalho-família (média)	Índice de *stress* profissional na família (média)	Índice de *stress* familiar no trabalho (média)
Masculino	1,80	2,28	1,40
Feminino	1,93	2,33	1,53
Total	1,88	2,30	1,46

representa o impacto do *stress* profissional na família. Pode ver-se igualmente que os índices de *stress* registados pelas mulheres continuam a ser também aqui superiores aos experimentados pelos homens (Noor, 2003). Essas diferenças entre homens e mulheres são significativas[18] nos três índices, sendo a diferença mais acentuada no índice que procura medir o impacto do *stress* familiar no trabalho e no índice de *stress* no *interface* trabalho-família, possivelmente por efeito do primeiro.

Quadro 3.10 – Índices de *stress* no *interface* trabalho-família por país

País	Índice de *stress* trabalho-família (média)	Índice de *stress* profissional na família (média)	Índice de *stress* familiar no trabalho (média)
Alemanha	1,80	2,26	1,34
Grã-Bretanha	1,90	2,33	1,46
Suécia	1,81	2,26	1,37
República Checa	1,88	2,27	1,49
Espanha	1,91	2,30	1,45
França	1,88	2,30	1,52
Portugal	1,96	2,36	1,56
Total	1,88	2,30	1,46

Na análise interpaíses (quadro 3.10) observa-se que Portugal mantém a liderança nos níveis de *stress,* ao apresentar os valores mais elevados nos três índices, no que é acompanhado, nestes testes, pela Espanha no índice de *stress* trabalho-família e no índice de *stress* familiar no trabalho e pela Grã-Bretanha no índice que mede o impacto do *stress* profissional na família. Note-se, por um lado, que Portugal e a Espanha são países com poucos serviços de apoio à vida doméstica (tratamentos de roupa, alimentação, entre outros) e que Portugal e o Reino Unido possuem regimes

[18] Índice de *stress* trabalho-família: $t(4792{,}6) = -5{,}436$, $p < 0{,}001$; índice de *stress* profissional na família: $t(5011) = -2{,}353$, $p < 0{,}05$; índice de *stress* familiar no trabalho: $t(4681{,}9) = -7{,}412$, $p < 0{,}001$.

extensos de tempo de trabalho profissional. O país que acusa mais baixos níveis de *stress* nos três índices é a Alemanha, juntamente com a Suécia. Existem diferenças estatisticamente significativas no índice de *stress* trabalho-família e no índice de *stress* familiar no trabalho[19]. Curiosamente, para este conjunto de testes nota-se o reposicionamento de alguns países face ao verificado na análise dos índices anteriores, nomeadamente da Espanha, a figurar agora com mais *stress*, ao lado de Portugal, como se verá, sobretudo devido ao *stress* feminino.

O comportamento dos homens nos diferentes países face aos três índices (quadro 3.11) mostra que, apesar de, estatisticamente, não se verificarem diferenças significativas entre eles[20], a França lidera no *stress* trabalho-família, a Grã-Bretanha no *stress* profissional na família e a República Checa no *stress* familiar no trabalho. A Suécia ostenta os mais atenuados índices de *stress* masculino a nível deste interface trabalho-família, o que poderá ser sinónimo de maior equilíbrio entre estas duas esferas da vida social.

Quadro 3.11 – Índices de *stress* no *interface* trabalho-família dos homens por país

País	Índice de *stress* trabalho-família (média)	Índice de *stress* profissional na família (média)	Índice de *stress* familiar no trabalho (média)
Alemanha	1,83	2,31	1,35
Grã-Bretanha	1,88	2,34	1,41
Suécia	1,78	2,20	1,36
República Checa	1,85	2,29	1,42
Espanha	1,80	2,22	1,39
França	1,87	2,33	1,42
Portugal	1,83	2,23	1,44
Total	1,84	2,28	1,40

Na análise dos resultados respeitantes ao sexo feminino (quadro 3.12) verifica-se que, ao contrário do que acontece nos homens, existem diferenças significativas entre países nos três índices de *stress*[21], possivelmente porque há maior heterogeneidade nos modos como as mulheres das

[19] Índice de *stress* trabalho-família: $F(6, 4934) = 4{,}321$, $p < 0{,}001$; índice de *stress* profissional na família: $F(6, 5006) = 1{,}002$, $p < 0{,}05$; índice de *stress* familiar no trabalho: $F(6, 5056) = 9{,}027$, $p < 0{,}001$.

[20] Índice de *stress* trabalho-família: $F(6, 2584) = 1{,}469$, $p < 0{,}05$; índice de *stress* profissional na família: $F(6, 2629) = 1{,}815$, $p < 0{,}05$; índice de *stress* familiar no trabalho: $F(6, 2662) = 1{,}018$, $p < 0{,}05$.

[21] Índice de *stress* trabalho-família: $F(6, 2342) = 9{,}789$, $p < 0{,}001$; índice de *stress* profissional na família: $F(6, 2370) = 3{,}893$, $p < 0{,}01$; índice de *stress* familiar no trabalho: $F(6, 2387) = 14{,}641$, $p < 0{,}001$.

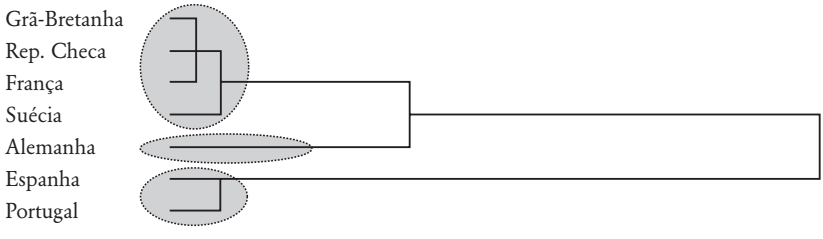
diferentes nacionalidades articulam a vida familiar e a profissional. Portugal tem novamente lugar de destaque, até porque são, na verdade, os níveis de *stress* registados pelas mulheres que colocam o país na dianteira quanto aos índices de *stress* no interface trabalho-família. As espanholas secundam as portuguesas, fazendo assim jus à expressão ibérica celebrizada por Almodôvar no seu filme «Mulheres à beira de um ataque de nervos». As alemãs são as que evidenciam índices mais baixos de *stress*.

Quadro 3.12 – Índices de *stress* no *interface* trabalho-família das mulheres por país

País	Índice de *stress* trabalho-família (média)	Índice de *stress* profissional na família (média)	Índice de *stress* familiar no trabalho (média)
Alemanha	1,76	2,19	1,32
Grã-Bretanha	1,91	2,31	1,50
Suécia	1,85	2,31	1,39
República Checa	1,92	2,25	1,59
Espanha	2,06	2,42	1,70
França	1,88	2,28	1,48
Portugal	2,11	2,50	1,71
Total	1,93	2,33	1,53

A figura 3.5 apresenta uma projecção gráfica das semelhanças entre os diversos países no que respeita ao índice feminino de *stress* trabalho-família[22].

Figura 3.5 – Semelhança interpaíses no índice de *stress* trabalho-família (ISTRAFA) para as mulheres



[22] Tendo sido identificadas diferenças significativas (conforme nota 20) na comparação interpaíses para o grupo das mulheres, procedeu-se à realização de testes de comparações *a posteriori* (teste de Tuckey e teste de Scheffe) a fim de identificar subgrupos homogéneos. Os subgrupos assinalados incluem países cujos níveis médios de *stress* (para cada um dos três índices agora em análise) são estatisticamente homogéneos ($p > 0{,}05$). A representação dos subgrupos homogéneos – por via dos dendrogramas – foi obtida a partir de uma análise de *clusters* hierárquica.

A respeito do *stress* trabalho-família, os países podem ser classificados em três grupos, ficando a Alemanha isolada, com o nível médio de *stress* feminino mais baixo. Portugal e a Espanha constituem o agrupamento com os níveis mais elevados de *stress* feminino e à República Checa, à Grã-Bretanha e à França corresponde a posição intermédia.

No ISPNAF poder-se-ão configurar dois cenários: uma partição em três grupos (como se assinala na figura 3.6) estatisticamente homogéneos, ou considerar que o *cluster* Grã-Bretanha, Suécia e França pode agregar-se ao *cluster* Alemanha e República Checa, mantendo ainda este (novo) grupo homogeneidade no que se refere ao nível médio de *stress* profissional na família.

Figura 3.6 – Semelhança interpaíses no índice de *stress* profissional na família (ISPNAF) para as mulheres

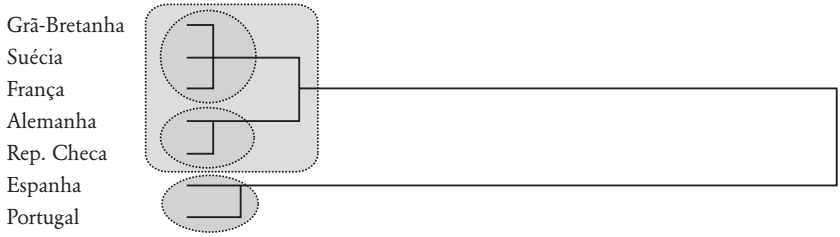
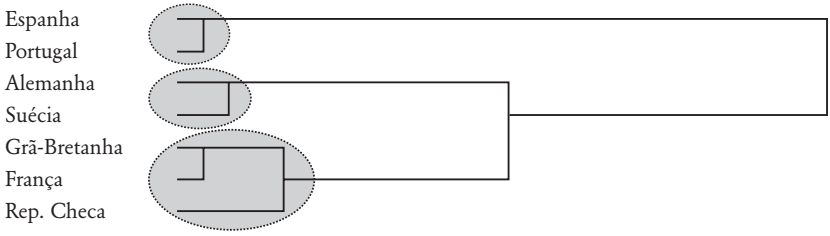


Figura 3.7 – Semelhança interpaíses no índice de *stress* familiar no trabalho (ISFNOT) para as mulheres



Relativamente ao ISFNOT, obtêm-se três segmentos, como indica a figura 3.7, ainda que neles se agreguem países com características muito díspares, nomeadamente a nível dos sistemas de *welfare* em que se inscrevem, das políticas de emprego e das políticas familiares. Apenas Portugal e a Espanha, inscritos nos modelos de *welfare* da Europa do Sul, aparecem agregados, mas ainda assim com tradições diferentes no que respeita à inserção das mulheres no mercado de trabalho.

Factores determinantes dos índices de *stress* no *interface* trabalho-família

Para o índice de *stress* trabalho-família (ISTRAFA) a nível global (quadro 3.13) e para os desdobramentos deste que procuram isolar os impactos do trabalho na família (índice de *stress* profissional na família – ISPNAF) e da família no trabalho (índice de *stress* familiar no trabalho – ISFNOT) (quadro 3.13), a análise de regressões lineares apresenta como factores explicativos, para além do sexo, três conjuntos constantes de variáveis: a duração semanal do tempo de trabalho profissional, o número de crianças até 5/6 anos a viverem no agregado doméstico e a satisfação com os diferentes aspectos da vida. A par destas, nas análises do comportamento dos três índices, globalmente e segundo o sexo, vão-se identificando outras com alguma especificidade.

Como se pode concluir do quadro 3.13, ter um maior número de horas de trabalho semanal, ter mais crianças até 6 anos no agregado doméstico, sentir menos felicidade com a vida e também menos satisfação quer com a profissão, quer com a vida familiar, contribui de forma significativa para aumentar os três índices de *stress* (*betas* com $p < 0{,}05$).

Assim, no índice de *stress* trabalho-família a nível global constata-se ainda que ser mulher e ter uma prática religiosa mais intensa também faz aumentar esse índice de *stress*. Aliás, esta relação com a prática religiosa mantém-se nos homens e nas mulheres. Além disso, enquanto nos homens este índice se associa à idade (tendo mais *stress* os mais jovens), nas mulheres não tem associação com variáveis sócio-demográficas e ganha saliência o número de pessoas residentes no agregado doméstico.

Quando se considera o impacto do *stress* profissional na família, globalmente, às variáveis identificadas como constantes acrescentam-se as variáveis sócio-demográficas «sexo» e «idade», a situação conjugal, o estatuto público do posto de trabalho e a religiosidade. Ser mulher, ser mais jovem, viver em casal, trabalhar no Estado ou numa empresa pública e ter uma actividade religiosa mais intensa faz aumentar de forma significativa o índice de *stress* profissional na família. Mantendo-se a natureza das associações, verifica-se que na categoria dos homens relevam apenas a idade e a situação conjugal, perdendo importância o perfil do organismo onde trabalham e a religiosidade.

O índice de *stress* familiar no trabalho, na sua leitura agregada, para além das variáveis transversalmente significativas, está associado ao

sexo, à escolaridade e à prática religiosa. De novo, ser mulher e intensificar as práticas religiosas e agora também ter menores habilitações faz aumentar significativamente o *stress* familiar no trabalho. Nos homens perdem significado as variáveis demográficas e qualificacionais, bem como a prática religiosa, ganhando importância a posição política. As mulheres menos escolarizadas, com agregados domésticos de maior dimensão, que não trabalhem no Estado nem por conta própria e com actividade religiosa mais intensa vêem incrementado (significativamente) o impacto do seu *stress* familiar no trabalho.

Comparação entre países

No quadro 3.14 são identificados os factores determinantes do índice de *stress* trabalho-família numa análise multigrupos que contempla país e sexo. Uma primeira constatação é a de que há uma acentuada diferenciação, pelo menos em termos de um conjunto de variáveis periféricas, no modo como se manifesta a influência das variáveis independentes a nível dos diversos países e das categorias sexuais em análise. A par da constância de certo modo estruturadora verificada em torno das variáveis que reportam à presença de crianças e jovens na família, ao número de horas de trabalho doméstico e à satisfação com os vários aspectos da vida, entre países e entre sexos evidenciam-se outras associações pouco padronizadas com o conjunto das variáveis independentes. Reiteram-se, assim, as observações atrás mencionadas acerca da não verificação de associações claras entre o perfil dos países e os níveis de *stress* identificados a partir das declarações dos inquiridos, o que, por um lado, pode relevar de maiores diferenças entre eles do que as habitualmente identificadas e, por outro, parece sugerir a necessidade de identificar outras variáveis-teste para relacionar com os índices de *stress*.

A Alemanha apresenta, assim, como factores determinantes para explicar o aumento do índice de *stress* trabalho-família, nos homens, a existência de maior número de crianças no agregado doméstico e menor satisfação profissional e familiar. Nas mulheres evidencia-se também que a presença de mais crianças na família e a menor satisfação familiar conduzem a mais *stress,* acrescendo-lhes o terem maior número de horas de trabalho e serem mais escolarizadas.

Nos britânicos, maiores índices de *stress* trabalho-família aparecem directamente associados ao número de crianças na família e ao tempo de trabalho, a sentimentos de mais reduzida felicidade pessoal e satis-

fação profissional e ainda a um posicionamento político que tende para a esquerda. Nas mulheres inglesas encontram-se estes mesmos vectores, à excepção da política, mas o seu *stress* é ainda acrescido pela presença de maior número de crianças mais velhas e jovens e por terem emprego num organismo público.

O *stress* trabalho-família nos homens suecos é maior nas idades mais jovens, em quem trabalha maior número de horas por semana e junto de quem experimenta sentimentos reduzidos de felicidade e satisfação profissional e ainda devido a uma prática religiosa mais intensa. Nas suecas emerge muito claramente a presença de crianças e jovens como factor determinante do aumento deste índice de *stress,* juntamente com um menor sentimento de felicidade e satisfação profissional.

O *stress* trabalho-família masculino cresce na República Checa com a maior extensão do trabalho semanal, com menor satisfação profissional e uma menor prática religiosa, e nas mulheres tão-somente o número mais elevado de pessoas na família parece ser relevante para explicar o aumento deste *stress*.

Nos espanhóis, o ISTRAFA mais elevado decorre, uma vez mais, da presença de maior número de crianças no agregado familiar e de maior número de horas semanais de trabalho profissional, enquanto nas mulheres, e para além deste último factor, apenas o facto de viverem em casal contribui para terem mais *stress*.

Em França, no sexo masculino, o *stress* trabalho-família tende a subir com o reduzido número de pessoas na família e ao mesmo tempo com um maior número de crianças em casa. O crescimento desse *stress* depende também da extensão do tempo de trabalho, da menor satisfação profissional e familiar e da maior intensidade da prática religiosa. Para as mulheres sobressai no aumento do ISTRAFA o facto de terem mais tempo de trabalho, viverem em agregados domésticos de maior dimensão e experimentarem menor satisfação profissional e felicidade pessoal.

Por fim, os homens portugueses têm um maior *stress* trabalho-família associado à idade mais jovem, à vida em casal, à existência de maior número de crianças mais velhas e de jovens na família, a maior volume de horas de trabalho e ao estatuto público do emprego. Nas mulheres, que, em geral, acusam os valores de *stress* mais elevados, apenas sobressai[23] a escolaridade mais reduzida e o não trabalhar em emprego público.

---

[23] Importa referir que é o grupo no qual os resultados da regressão são menos expressivos, com R^2_{ajustado} de apenas 4,6%, situação logo seguida pela das mulheres espanholas com $R^2_{\text{ajustado}} = 7{,}3\%$.

Quadro 3.13 – Factores determinantes dos índices de *stress* de *interface* no total dos sete países (PT, CZ, E, F, G, S, UK) (regressões lineares múltiplas)

Variáveis independentes	Índice de *stress* trabalho-família			Índice de *stress* profissional na família			Índice de *stress* familiar no trabalho		
	Global	Homens	Mulheres	Global	Homens	Mulheres	Global	Homens	Mulheres
Sexo (*a*)	0,14***	–	–	0,10***	–	–	0,14***	–	–
Idade	–	–0,057*	–	–0,043*	–0,070**	–	–	–	–
Situação conjugal (*b*)	–	–	–	0,06**	0,08**	–	–	–	–
Anos de escolaridade	–	–	–	–	–	–	–0,03*	–	–0,08**
Número de pessoas no agregado	–	–	0,073*	–	–	–	–	–	0,08*
Número de crianças até 5/6 anos no agregado	0,11***	0,12***	0,10***	0,08***	0,09***	0,06*	0,11***	0,11***	0,13***
Número de crianças/jovens 6/7-17 anos no agregado	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Número de horas de trabalho por semana	0,23***	0,21***	0,24***	0,26***	0,24***	0,26***	0,10***	0,09***	0,12***
Sector actividade (*c*)									
Trabalha no Estado ou empresa pública	–	–	–	0,036*	–	0,049*	–	–	–0,051*
Trabalhador por conta própria	0,02	0,03	0,01	0,02	0,04	–0,00	0,02	0,02	0,03
Felicidade com a vida	–0,13***	–0,09**	–0,16***	–0,11***	–0,06*	–0,16***	–0,09***	–0,09**	–0,10**
Satisfação com a profissão	–0,16***	–0,17***	–0,14***	–0,15***	–0,15***	–0,14***	–0,12***	–0,13***	–0,11***
Satisfação com a vida familiar	–0,10***	–0,12***	–0,07*	–0,08***	–0,10**	–	–0,10***	–0,11***	–0,08*
Prática religiosa	0,06***	0,05*	0,07**	0,05**	–	0,06**	0,05**	–	0,06*
Posição política	–	–	–	–	–	–	–	0,045*	–
R^2 ajustado	0,14	0,14	0,15	0,13	0,12	0,15	0,09	0,08	0,10

* $p < 0{,}05$; ** $p < 0{,}01$; *** $p < 0{,}001$.
(*a*) Variável *dummy:* 0 – masculino; 1 – feminino.
(*b*) Variável *dummy:* 0 – não casado; 1 – casado/a coabitar.
(*c*) Variável *dummy:* categoria de referência: trabalha em empresa privada.

Quadro 3.14 – Factores determinantes do índice de *stress* trabalho-família por sexo e por país
(regressões lineares múltiplas)

Variáveis independentes	Alemanha		Grã-Bretanha		Suécia		República Checa		Espanha		França		Portugal	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Idade	–	–	–	–	–0,18**	–	–	–	–	–	–	–	–0,40***	–
Situação conjugal (*a*)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	0,16*	–	–	0,44***	–
Anos de escolaridade	–	0,19*	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–0,20*
Número de pessoas no agregado	–	–	–	–	–	–	–	0,3*	–	–	–0,20*	0,32*	–	–
Número de crianças até 5/6 anos no agregado	0,18*	0,15*	0,17**	0,26***	–	0,23**	–	–	0,18**	–	0,18**	–	–	–
Número de crianças/jovens 6/7–17 anos no agregado	–	–	–	0,15*	–	0,27*	–	–	–	–	–	–	0,27**	–
Número de horas de trabalho por semana	–	0,35***	0,25***	0,32***	0,12*	–	0,19*	–	0,20***	0,22***	0,39***	0,27***	0,25**	–
Sector de astividade (*b*)														
Trabalha no Estado ou empresa pública	–	–	–	0,12**	–	–	–	–	–	–	–	–	0,20*	–0,20*
Trabalhador por conta própria	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Felicidade com a vida	–	–	–0,19**	–0,25***	–0,26**	–0,16*	–	–	–	–	–	–0,20*	–	–
Satisfação com a profissão	–0,230**	–	–0,17**	–0,15**	–0,23***	–0,22***	–0,20*	–	–	–	–0,24***	–0,17*	–	–
Satisfação com a vida familiar	–0,32***	–0,22*	–	–	–	–	–	–	–	–	–0,27**	–	–	–
Prática religiosa	–	–	–	–	0,142*	–	–0,295**	–	–	–	0,144**	–	–	–
Posição política	–	–	–0,12*	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
R^2 ajustado	0,156	0,20	0,19	0,32	0,21	0,20	0,12	0,11	0,07	0,08	0,30	0,18	0,21	0,05

* $p < 0{,}05$; ** $p < 0{,}01$; *** $p < 0{,}001$.
(*a*) Variável *dummy:* 0 – não casado; 1 – casado/a coabitar.
(*b*) Variável *dummy:* categoria de referência: trabalha em empresa privada.

Quadro 3.15 – Factores determinantes do índice de *stress* profissional na família por sexo e por país
(regressões lineares múltiplas)

Variáveis independentes	Alemanha		Grã-Bretanha		Suécia		República Checa		Espanha		França		Portugal	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Idade	–	–	–	–	–0,21**	–	–	–	–	–	–	–	–0,37**	–
Situação conjugal (*a*)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	0,13*	0,15*	–	0,45***	–
Anos de escolaridade	–	0,24**	–	–	–	0,12*	–	–	–	–	–	–	–	–
Número de pessoas no agregado	–	–	–	–	–	–	–	0,29*	–	–	–	–	–	–
Número de crianças até 5,6 anos no agregado	0,18*	–	0,17**	0,19***	–	–	–	–	0,13*	–	0,15*	–	–	–
Número de crianças/jovens 6,7–17 anos no agregado	–	–	–	0,14*	–	–	–	–	–	–	–	–	0,22*	–
Número de horas de trabalho por semana	–	0,34***	0,27***	0,38***	0,18**	0,12*	0,18*	–	0,20***	0,22***	0,41***	0,30***	0,32***	–
Situação conjugal (*b*)														
Trabalha no Estado ou empresa pública	–	–	–	0,16***	–	–	–	–	–	–	–	–	0,23**	–0,21*
Trabalhador por conta própria	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Felicidade com a vida	–	–	–	–0,23***	–0,26**	–0,16*	–	–	–	–	–	–	–	–
Satisfação com a profissão	–0,15*	–	–0,16**	–0,12**	–0,22***	–0,20**	–0,21*	–0,24*	–	–	–0,18**	–	–	–
Satisfação com a vida familiar	–	–0,23**	–	–	–	–	–	–	–	–	–0,28**	–	–	–
Prática religiosa	–	–	–	–	–	–	–0,25**	–	–	–	–	–	–	–
Posição política	–	–	–0,13**	–	–	–	–	0,28**	–	–	0,14*	–	–	–
$R2$ ajustado	0,07	0,21	0,16	0,33	0,17	0,14	0,15	0,20	0,06	0,07	0,26	0,12	0,20	0,03

* $p < 0{,}05$; ** $p < 0{,}01$; *** $p < 0{,}001$.
(*a*) Variável *dummy:* 0 – não casado; 1 – casado/a coabitar.
(*b*) Variável *dummy:* categoria de referência: trabalha em empresa privada.

Quadro 3.16 – Factores determinantes do índice de *stress* profissional no trabalho por sexo e por país
(regressões lineares múltiplas)

Variáveis independentes	Alemanha		Grã-Bretanha		Suécia		República Checa		Espanha		França		Portugal	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Idade	0,16*	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–0,35**	–
Situação conjugal (*a*)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	0,13*	–	–	0,23*	–
Anos de escolaridade	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–0,12*	–0,13*	–	–0,23*
Número de pessoas no agregado	–	–	–	–	–	–	–0,30*	–	–	–	–	0,38*	–	–
Número de crianças até 5/6 anos no agregado	–	–	0,17**	0,28***	–	0,30***	–	–	0,19**	–	0,14*	–	–	–
Número de crianças/jovens 6/7-17 anos no agregado	–	–	–	0,11*	–	0,29*	0,32*	–	–	0,14*	–	–0,25*	–	–
Número de horas de trabalho por semana	–	0,21*	0,15**	0,12*	–	–	–	–	0,13*	0,16**	0,19**	0,15*	–	–
Sector de actividade (*b*)														
Trabalha no Estado ou empresa pública	–	–	0,10*	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Trabalhador por conta própria	0,15*	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Felicidade com a vida	–	–	–0,24***	–0,18**	–	–	–	–	–	–	–	–0,19*	–	–
Satisfação com a profissão	–0,22**	–	–0,14**	–0,15**	–0,16*	–0,20**	–	–	–	–	–0,21**	–0,17*	–	–
Satisfação com a vida familiar	–0,42***	–	–	–	–0,20*	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Prática religiosa	–	–	–	–	0,15**	–	–0,20*	–	–	–	0,17**	–	–	–
Posição política	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
R^2 ajustado	0,22	0,07	0,12	0,17	0,16	0,18	0,06	0,05	0,04	0,04	0,15	0,16	0,11	0,04

* $p < 0{,}05$; ** $p < 0{,}01$; *** $p < 0{,}001$.
(*a*) Variável *dummy:* 0 – não casado; 1 – casado/a coabitar.
(*b*) Variável *dummy:* categoria de referência: trabalha em empresa privada.

Note-se que é a única situação onde o emprego público parece contribuir para a redução dos níveis de *stress,* ao inverso do que ocorre com os homens portugueses e também com as mulheres britânicas, estas e aqueles mais stressados se têm empregos públicos. Parece estar-se perante um perfil particular de mulheres e empregos em Portugal, o que se espera poder vir a aprofundar.

O impacto do *stress* profissional na família

Analisando agora os dados do quadro 3.15, que mostra como nos vários países tem impacto na família o *stress* profissional, pode dizer-se que há variáveis independentes que mais recorrentemente emergem com significado no aumento deste índice de *stress,* como acontece com a maior duração semanal do trabalho e com um menor grau de satisfação profissional, mas não em todos os países nem em ambas as categorias sexuais internamente a um determinado país. O mesmo se passa com a existência de mais crianças até aos 6 anos no agregado familiar, que, embora seja uma variável ainda menos transversalmente presente, parece representar um factor indirecto de *stress* profissional na família.

Os países onde um maior número de horas de trabalho influencia tanto homens como mulheres, aumentando o índice de *stress* na família devido à profissão, são a Grã-Bretanha, a Suécia, a Espanha e a França. Na Alemanha isso acontece apenas com as mulheres, enquanto na República Checa e em Portugal – países onde, em geral, as mulheres trabalham mais horas – se salienta somente nos homens.

A satisfação com o trabalho actua também paritariamente na Grã-Bretanha, na Suécia e na República Checa, mas apenas nos homens alemães e franceses.

Em Portugal, um maior nível do ISPNAF relaciona-se ainda nos homens com ser-se mais jovem, viver em conjugalidade, ter maior número de crianças e jovens na família e com o estatuto público do posto de trabalho, quando nas mulheres portuguesas – e importa não esquecer que são as mais stressadas nesta amostra – sobressai somente[24] o facto de não se trabalhar em organismos públicos para aumentar ainda mais o impacto do *stress* profissional na família.

---

[24] Uma vez mais, o modelo definido para as mulheres portuguesas é o que explica menor variabilidade deste índice de *stress* ($R^2_{\text{ajustado}} = 2{,}8\%$). Sendo elas as mais stressadas, torna-se pertinente a identificação de outros potenciais factores explicativos dos seus elevados níveis de *stress*.

O impacto do *stress* familiar no trabalho

Como já se viu, o *stress* familiar parece ter menos impacto no trabalho do que o *stress* profissional na vida privada. Esta influência, quando ocorre, aparece ainda com um carácter muito pouco regular de país para país e entre homens e mulheres quando ventiladas as diferentes variáveis independentes em que se está a apoiar a análise. Ainda assim, nota-se que certos países estabelecem associações com as características do agregado doméstico, as características do trabalho ou as variáveis de satisfação e noutros sobressaem variáveis sócio-demográficas e sócio-educacionais, como no caso de Portugal.

Na Alemanha, o aumento do índice de *stress* familiar no trabalho está, para os homens, relacionado com o aumento da idade e com a diminuição da satisfação com a profissão e a família e, para as mulheres, apenas releva o tempo que estas trabalham por semana, sendo que, quanto mais trabalham, mais *stress* têm. A Grã-Bretanha, onde se encontram de novo maiores homologias entre factores de *stress* masculinos e femininos, este índice associa-se, em ambos os sexos, às características do grupo doméstico e a variáveis de satisfação. Detecta-se que tendem a ter mais *stress* os que têm crianças até 6 anos nos agregados domésticos, os que partilham sentimentos de menor felicidade com a vida e menor satisfação com a profissão e um maior número de horas de trabalho. Os homens relevam ainda o facto de trabalharem em organismos públicos.

Os homens suecos sobrelevam factores relacionados com a satisfação – quanto menos satisfeitos com a profissão e com a vida, mais o *stress* familiar afecta o seu trabalho – e a prática religiosa mais intensa, mas as mulheres suecas sentem mais o impacto do *stress* familiar no trabalho quando há mais crianças e jovens em casa e, à semelhança dos homens, quando menos satisfeitas com a profissão. Na República Checa, as características do agregado doméstico – em concreto, agregados de maior dimensão e com maior número de crianças mais velhas e jovens e maior participação em actividades religiosas – estão associadas ao aumento do ISFNOT nos homens[25].

Em Espanha, para além das características do agregado doméstico a nível da presença de maior número de crianças pequenas e de um maior número de horas de trabalho, com impacto no *stress* dos homens, nas

[25] Para as mulheres da República Checa não se registam efeitos significativos de nenhum factor no índice de *stress* familiar no trabalho.

mulheres sobressai o estatuto conjugal, sendo as casadas que exibem maior nível de *stress* familiar no trabalho. Em França, onde os factores aparecem relativamente equilibrados segundo o sexo, emergem as características da família, o tempo de trabalho, as variáveis satisfacionais, registando-se associações similares às dos outros países. Mas também os menos escolarizados detêm níveis mais elevados de *stress*. Nos homens evidencia-se ainda uma relação directa entre *stress* e prática religiosa.

Quanto a Portugal, os homens mais novos e a viverem em casal acusam mais o impacto do *stress* familiar na vida profissional, o mesmo acontecendo com as mulheres portuguesas menos escolarizadas. Estes resultados sobre Portugal sugerem que se explorem outras variáveis – que não foi possível testar na análise para o conjunto dos sete países – no sentido de melhor procurar compreender as especificidades nacionais.

O *stress* trabalho-família em Portugal: que outras variáveis o explicam?

Vimos nos capítulos anteriores que Portugal suplanta os demais países nos índices médios de *stress* relacionado com a família e o trabalho e que esses valores são sobretudo relevantes para as mulheres (como evidenciam as figuras 3.8 e 3.9).

O perfil das mulheres portuguesas, no que respeita ao índice de *stress* profissional na família, apresenta valores superiores aos demais países, a tal não sendo alheia a intensidade de horas de trabalho que caracteriza a actividade feminina. Para o índice de *stress* familiar no trabalho, Portugal (seguido pela Espanha), onde os modelos de divisão de tarefas domésticas são mais tradicionalistas e há menor participação masculina (Amâncio, neste volume), regista diferenças muito maiores do que qualquer dos outros países.

Na identificação dos factores associados ao *stress* no *interface* família-trabalho, o perfil das variáveis que em Portugal sobressaem como significativas não acompanha o dos outros países, poucas se destacando no conjunto das que foram utilizadas como regressores dos índices de *stress*. Esta situação é particularmente evidente nas mulheres portuguesas, para as quais se obtiveram as piores percentagens de explicação dos seus níveis de *stress* (ISPNAF com $R^2_{\text{ajustado}} = 2{,}8\%$ e ISFNOT com $R^2_{\text{ajustado}} = 4{,}0\%$, quadros 3.15 e 3.16). É certo que, tendo as mulheres portuguesas níveis de *stress* generalizadamente mais elevados, pode tornar-se indistinta a

Figura 3.8 – Índice de *stress* profissional na família nos sete países por sexo
(média e dispersão face à média)

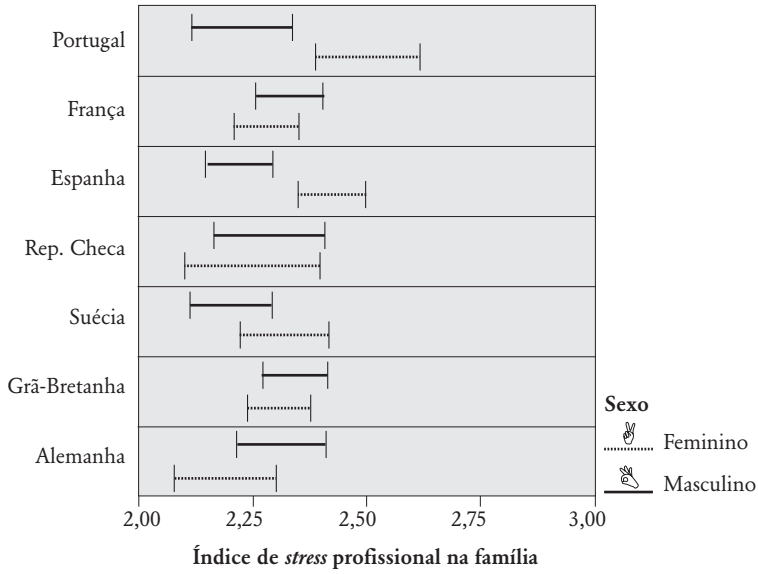
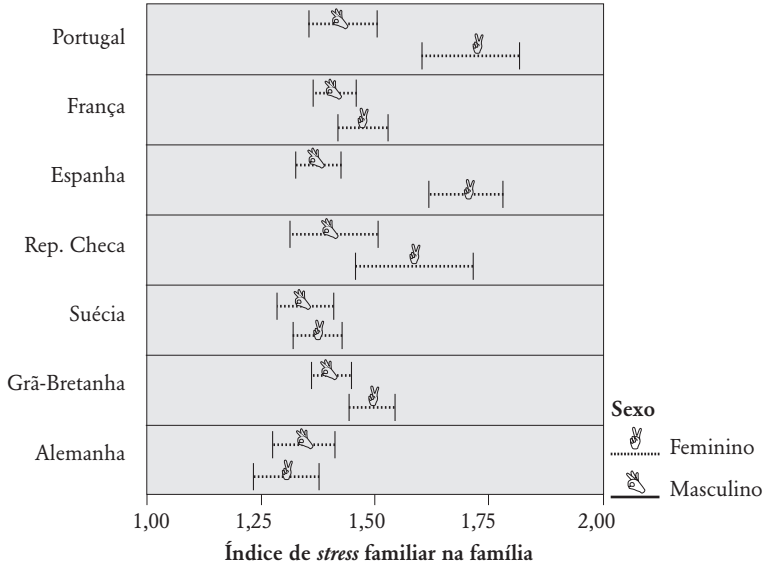


Figura 3.9 – Índice de *stress* profissional no trabalho nos sete países por sexo
(média e dispersão face à média)



influência de algumas variáveis que noutros países determinam as diferenças. Mas, por outro lado, torna-se plausível a hipótese de haver relações com variáveis não mobilizadas nos tratamentos interpaíses.

Pareceu, assim, justificar-se o teste de outras variáveis – não uniformizáveis para a base de dados do conjunto dos países, ou mesmo não disponíveis –, o que impossibilitou serem consideradas nos tratamentos anteriores – para ventilar relações e verificar hipóteses que vieram a configurar-se através das análises precedentes. Assim, foram agrupados três blocos de variáveis: variáveis estruturais (sexo, escolaridade, rendimento, categoria sócio-profissional e idade), variáveis contextuais no plano da vida familiar (ter ou não crianças e jovens no agregado familiar, situação conjugal, partilha de tarefas nos vários trabalhos domésticos – refeições, roupa, casa, cuidados a doentes –, horas despendidas em trabalho doméstico, avaliação da existência de equilíbrio e justiça na divisão de tarefas domésticas) e variáveis contextuais no plano da vida profissional (sector onde exerce a profissão, tempo semanal de trabalho, importância da progressão na carreira, grau de compreensão da chefia, sexo da chefia, ter deixado de trabalhar para tomar conta de crianças).

Constatada a existência de diferenças significativas para os dois índices de *stress* entre homens e mulheres[26], optou-se por manter uma análise multigrupos (analisando homens e mulheres em separado). Apesar de os resultados obtidos com as anteriores análises regressionais serem mais satisfatórios para os homens portugueses (ISPNAF com $R^2_{\text{ajustado}} = 20{,}0\%$ e ISFNOT com $R^2_{\text{ajustado}} = 10{,}5\%$, quadros 3.15 e 3.16), decidiu-se, ainda assim, contemplá-los também na exploração das novas variáveis, na expectativa de identificar outros factores com impacto no *stress* masculino.

O impacto do *stress* profissional na família em Portugal

A partir dos tratamentos efectuados sobre o impacto do *stress* profissional na família, verificou-se que nas mulheres este é maior quando têm escolaridades baixas e profissões manuais, mas também, ainda que sem significado estatístico, naquelas que auferem rendimentos mais baixos e com idade abaixo dos 45 anos[27].

---

[26] Índice de *stress* profissional na família: $t(500) = 3{,}315$, $p < 0{,}01$; índice de *stress* familiar no trabalho: $t(426) = 3{,}625$, $p < 0{,}001$.

[27] Com habilitações: $F(3, 229) = 2{,}584$, $p = 0{,}05$; com categoria sócio-profissional: $F(3, 205) = 3{,}072$, $p < 0{,}05$; com rendimento: $F(4, 210) = 0{,}749$, $p < 0{,}05$; com idade: $F(4, 228) = 0{,}751$, $p < 0{,}05$.

No que se refere às variáveis contextuais de ordem familiar, o ISPNAF feminino sobe com a vivência em casal, o ter crianças mais velhas e/ou jovens em casa, mas também, embora menos, com a existência de crianças mais novas na família. Este índice cresce também, mas sem diferenças estatisticamente significativas[28], nas mulheres que trabalham entre dez e dezanove horas na vida doméstica e que discordam de haver uma partilha equilibrada nas tarefas da casa. O *stress* profissional na família não apresenta variações decorrentes da avaliação que as mulheres façam sobre a existência ou não de justiça no modo como o trabalho doméstico é repartido[29].

Numa breve referência à relação deste índice feminino de *stress* com a realização de tarefas da esfera doméstica, pode ainda acrescentar-se que tende a subir quando a preparação das refeições e a limpeza da casa são feitas de forma partilhada – podendo isso significar eventualmente que a intervenção do companheiro ocorre quando se verifica grande intensidade de trabalho profissional da mulher – e diminui nos casos em que essas tarefas são feitas por uma empregada[30].

Quanto às variáveis contextuais de índole profissional, apenas é significativo o sector onde se trabalha – o *stress* é mais alto nas mulheres que trabalham no sector privado e nas que trabalham por conta própria –, bem como o número de horas de trabalho – quanto mais tempo trabalham, mais *stress* dizem ter[31]. Regista-se ainda maior impacto do *stress* profissional na família quando as chefias são pouco compreensivas, mas também naquelas que dizem ter chefias compreensivas e do sexo masculino, bem como nas que deixaram de trabalhar para tomar conta de crianças[32].

---

[28] Com situação conjugal: $t(232) = -1{,}400$, $p < 0{,}05$; com ter crianças 6/7-17 anos: $t(232) = 1{,}515$, $p < 0{,}05$; com ter crianças até 5,6 anos: $t(232) = 0{,}062$, $p < 0{,}05$; com o tempo despendido em tarefas domésticas: $F(3, 126) = 2{,}431$, $p < 0{,}05$; com nível de concordância com a partilha equilibrada: $F(4, 145) = 0{,}736$, $p < 0{,}05$.

[29] Com nível de concordância com justeza na divisão das tarefas domésticas: $F(4, 146) = 0{,}542$, $p < 0{,}05$; com nível de concordância com o equilíbrio da partilha: $F(4, 145) = 0{,}736$, $p < 0{,}05$.

[30] Só foi realizada análise descritiva porque existe pouca variabilidade nas respostas, já que são as mulheres que tendencialmente (70% a 90%) asseguram essas tarefas, exceptuando-se o cuidar dos doentes.

[31] Com o sector de actividade: $F(2, 229) = 4{,}550$, $p < 0{,}05$ e a correlação entre o número de horas de trabalho e o ISPNAF, ainda que baixa – $R = 0{,}163$ –, é significativa, com $p < 0{,}05$.

[32] Mas sem diferenças significativas: com a compreensão da chefia: $F(4, 147) = 1{,}276$, $p < 0{,}05$; com ter deixado de trabalhar para cuidar das crianças: $t(190) = 0{,}790$, $p < 0{,}05$; com sexo da chefia: $t(197) = -0{,}469$, $p < 0{,}05$.

Após esta análise relacional entre os três conjuntos de variáveis foi realizada uma regressão múltipla com hierarquia dos três blocos de variáveis[33]. Verifica-se, assim, a influência dos anos de escolaridade (experimentam mais *stress* as mulheres que detêm menores habilitações), da intensidade das exigências familiares (existência em casa de crianças até 5/6 anos) e das exigências profissionais (maior número de horas de trabalho), factores que parecem gerar condições difíceis de articulação trabalho-família.

Nos homens, as variáveis estruturais não apresentam diferença de valores com significado estatístico[34]. Em todo o caso, o *stress* profissional na esfera privada sobressai nas idades masculinas mais jovens, nos detentores de ensino superior e do 2.º ou 3.º ciclos do ensino básico, nos agricultores, artesãos e independentes dos serviços, bem como nos dirigentes, quadros e técnicos, e vai diminuindo à medida que se atingem os escalões superiores de rendimento. Nas variáveis contextuais de ordem familiar podem assinalar-se como factores associados a mais elevados valores deste índice masculino de *stress,* embora sem diferenças estatisticamente significativas[35], a situação de conjugalidade, não ter crianças pequenas e ter crianças mais velhas ou jovens. O mesmo se passa quando a casa é limpa pela cônjuge e pela empregada e quando é a cônjuge a preparar as refeições. Inversamente, este *stress* é diminuto quando o tratamento da roupa, a limpeza da casa e a preparação das refeições estão a cargo de uma empregada[36].

Não existe associação entre o nível de concordância com a justeza pelos homens encontrada na divisão das tarefas domésticas e o índice de *stress* profissional na família nem entre a opinião emitida acerca do grau de equilíbrio verificado na divisão dessas tarefas e o mesmo índice de

---

[33] Mas, como já seria de esperar, o resultado não se altera muito face ao primeiro modelo regressional da comparação interpaíses: obtém-se um $R^2_{\text{ajustado}} = 10{,}6\%$.

[34] Com idade: $F(4, 262) = 0{,}359$, $p < 0{,}05$; com habilitações: $F(3; 263) = 0{,}288$, $p < 0{,}05$; com categoria sócio-profissional: $F(3, 236) = 1{,}079$, $p < 0{,}05$; com rendimento: $F(4, 227) = 0{,}764$, $p < 0{,}05$.

[35] Com situação conjugal: $t(265) = -1{,}301$, $p < 0{,}05$; com ter crianças até 5,6 anos: $t(266) = -0{,}243$, $p < 0{,}05$; com ter crianças 6/7-17 anos: $t(266) = 1{,}040$, $p < 0{,}05$.

[36] À semelhança do que aconteceu com as mulheres, só foi realizada análise descritiva porque também existe pouca variabilidade nas respostas. Os homens reconhecem que são as mulheres que fundamentalmente as realizam. Dos que efectivamente respondem, entre 80% a 90% afirmam ser a cônjuge a realizar essas tarefas. Uma vez mais se exceptua o cuidar dos doentes, como a tarefa que, na opinião de ambos, é a mais partilhada.

stress[37]. Apenas se distinguem significativamente[38], com mais *stress,* os homens que declaram ocupar até nove horas e os que despendem mais de vinte horas com as tarefas domésticas. Por curiosidade, pode acrescentar-se que o fazem maioritariamente em conjunto com a companheira.

Das variáveis contextuais de âmbito profissional, a única que tem relação significativa com o ISPNAF masculino é o número de horas de trabalho por semana[39]. De notar ainda que manifestam maior nível médio de *stress* os homens que dizem ter chefes pouco compreensivos. Realizada a análise regressional com os três conjuntos de variáveis, e apesar de a percentagem de variação explicada pelo modelo testado ser similar à que se havia obtido na comparação entre os países ($R^2_{\text{ajustado}} = 10{,}5\%$), tornam-se evidentes algumas das associações anteriormente descritas: mais *stress* profissional nos homens com mais anos de escolaridade, nos agricultores, artesãos e independentes dos serviços e nos que trabalham mais horas.

O impacto do *stress* familiar no trabalho em Portugal

Perante as variáveis estruturais, o comportamento do índice feminino de *stress* familiar no trabalho é de aumento significativo na razão inversa da escolaridade e do rendimento[40]. É, além disso, maior nas operárias industriais e agrícolas[41], porventura as categorias sócio-profissionais onde a dupla jornada de trabalho tem maior incidência.

Este índice de *stress* é significativamente maior nas mulheres com crianças mais velhas e jovens e nas que mais discordam quer da existência de equilíbrio na partilha das tarefas domésticas, quer da justeza dessa divisão[42]. Regista igualmente um aumento em quem ocupa dez

---

[37] Com nível de concordância com justeza na divisão das tarefas domésticas: ró = = –0,029, $p < 0{,}05$; com nível de concordância com o equilíbrio da partilha: ró = = –0,059, $p < 0{,}05$.

[38] Com o tempo despendido em tarefas domésticas: $F(3, 153) = 3{,}660$, $p < 0{,}05$.

[39] A correlação entre o número de horas de trabalho e o ISPNAF é $R = 0{,}188$, com $p < 0{,}01$. Com a compreensão da chefia: $F(4, 148) = 1{,}996$, $p < 0{,}05$; com ter deixado de trabalhar para cuidar das crianças não foi realizada análise inferencial, dado que 90% dos homens afirmaram que nunca deixaram de trabalhar por esse motivo.

[40] Com habilitações: $F(3, 229) = 7{,}085$, $p < 0{,}001$; com rendimento: $F(4, 211) = 2{,}731$, $p < 0{,}05$.

[41] Com categoria sócio-profissional: $F(3, 207) = 2{,}947$, $p < 0{,}05$.

[42] Com ter crianças 6/7-17 anos: $t(232) = 1{,}914$, $p = 0{,}05$; com nível de concordância com o equilíbrio da partilha: ró = –0,214, $p < 0{,}01$; com nível de concordância com justeza na divisão das tarefas domésticas: ró = –0,206, $p < 0{,}05$.

Com situação conjugal: $t(232) = -0{,}851$, $p < 0{,}05$; com ter crianças até 5/6 anos: $t(232) = 0{,}062$, $p < 0{,}05$; não existe efeito significativo no ISFNOT.

a dezanove horas em tarefas domésticas, mas as diferenças não apresentam significado estatístico[43]. No que se refere à realização das tarefas domésticas, as mulheres apresentam mais *stress* quando são elas sozinhas a realizá-las, o que, em geral, acontece, exceptuando-se as compras e o cuidar de doentes, domínios onde parece registar-se alguma partilha com o cônjuge.

A nível das variáveis ligadas ao contexto profissional, este índice feminino de *stress* sobressai muito nitidamente para aquelas com chefias pouco compreensivas[44]. Aumenta ainda para as que trabalham no sector privado e as que já deixaram de trabalhar para tomar conta de crianças, embora tais oscilações não possuam significado estatístico[45].

Equacionando um modelo que contemplasse os três conjuntos de factores na explicação do índice de *stress* familiar no trabalho (quadro 3.17), foi possível obter um conjunto de variáveis cujo efeito explicativo para Portugal ($R^2_{\text{ajustado}} = 18{,}3\%$) se aproxima agora de valores anteriormente obtidos para os demais países, embora centrado em alguns outros factores. Assim, acusam mais impacto as variáveis estruturais – das quais se destaca a categoria sócio-profissional – e as variáveis contextuais relacionadas com a vida familiar (respectivamente, $R^2_{\text{ajustado parcial}} = 7{,}2\%$ e $R^2_{\text{ajustado parcial}} = 8{,}1\%$). No que se refere à organização da vida familiar, a presença de crianças mais velhas/jovens e a falta de justeza na divisão das tarefas domésticas são, sem dúvida, factores responsáveis pelo elevado *stress* das mulheres portuguesas.

Quanto ao índice de *stress* familiar no trabalho, nos homens a análise das variáveis estruturais permitiu detectar a influência significativa da categoria sócio-profissional e do rendimento, sendo os agricultores, artesãos e independentes e os que têm rendimentos mais baixos que apresentam o índice mais elevado[46]. Por sua vez, não existe impacto nem das habilitações nem da idade[47].

Entre o conjunto de factores relacionados com a esfera familiar não se encontram quaisquer diferenças significativas. Apenas sobressaem

---

[43] Com o tempo despendido em tarefas domésticas: $F(3, 128) = 1{,}614$, $p < 0{,}05$.

[44] Com a compreensão da chefia: $F(4, 145) = 4{,}076$, $p < 0{,}01$.

[45] Com o sector de actividade: $F(2, 230) = 1{,}901$, $p < 0{,}05$; com ter deixado de trabalhar para cuidar das crianças: $t(190) = 1{,}552$, $p < 0{,}05$; com sexo da chefia: $t(198) = 0{,}038$, $p < 0{,}05$. E não existe correlação entre o número de horas de trabalho e o ISFNOT ($R = 0{,}096$, $p < 0{,}05$).

[46] Com categoria sócio-profissional: $F(3, 248) = 3{,}404$, $p < 0{,}05$; com rendimento: $F(4, 238) = 4{,}513$, $p < 0{,}01$.

[47] Com habilitações: $F(3, 276) = 0{,}120$, $p < 0{,}05$; com idade: $F(3, 275) = 0{,}825$, $p < 0{,}05$.

Quadro 3.17 – Factores determinantes do índice de *stress* familiar no trabalho nas mulheres (*a*)
(regressão linear múltipla)

Variáveis independentes	Índice de *stress* familiar no trabalho
Variáveis estruturais:	
Rendimento individual	–0,180**
Categoria sócio–profissional (*b*)	
Empregado executante	–
Agricultor, artesãos, independentes	–0,257**
Dirigentes, quadros, técnicos	–
R^2 ajustado (parcial)	0,072***
Variáveis contextuais – vida familiar:	
Número de crianças até 5/6 anos no agregado	–
Número de crianças/jovens 6/7-17 anos no agregado	0,168**
Número de horas que gostaria de despender em tarefas de casa	0,149*
A divisão das tarefas domésticas é inteiramente justa	–0,277***
R^2 ajustado (parcial)	0,081***
Variáveis contextuais – vida profissional:	
Sector de actividade (*c*)	
Trabalha no Estado ou empresa pública	–
Trabalhador por conta própria	–
Número de horas de trabalho por semana	0,155*
R^2 ajustado (parcial)	0,030**
R^2 ajustado 0,183	

* $p < 0{,}10$; ** $p < 0{,}05$; *** $p < 0{,}01$.
(*a*) Apesar do nível de significância habitualmente usado em ciências sociais ser de 5%, é possível, dada justamente a área de investigação em que nos situamos, admitir-se um erro até 10%, nos casos em que se está numa fase ainda exploratória de validação de modelos e de afinação de medidas de *stress*.
(*b*) Variável *dummy*: categoria omitida: operários industriais e agrícolas.
(*c*) Variável *dummy*: categoria omitida: trabalha em empresa privada.

algumas tendências: os homens não casados, os que não têm crianças pequenas e aqueles com crianças mais velhas ou jovens apresentam um nível de *stress* familiar no trabalho ligeiramente mais elevado[48]. Uma vez mais, verifica-se que a opinião sobre a justeza na divisão das tarefas domésticas e sobre o equilíbrio verificado na divisão dessas tarefas não interfere no *stress* dos homens[49]. No que se refere à realização de

[48] Com situação conjugal: $t(278) = 1{,}057$, $p > 0{,}05$; com ter crianças até 5/6 anos: $t(279) = -0{,}394$, $p > 0{,}05$; com ter crianças 6/7-17 anos: $t(279) = 0{,}804$, $p > 0{,}05$.

[49] Com nível de concordância com justeza na divisão das tarefas domésticas: ró = = 0,029, $p > 0{,}05$; com nível de concordância com o equilíbrio da partilha: ró = = 0,032, $p > 0{,}05$.

tarefas domésticas, tanto têm mais *stress* os que gastam pouco tempo como os que dizem ocupar mais de vinte horas com tais actividades[50].

Quanto às variáveis contextuais no domínio profissional, interferem neste índice masculino o trabalho independente e as chefias do mesmo sexo, mas, ainda assim, não são diferenças significativas do ponto de vista estatístico; a compreensão das chefias não interfere no ISFNOT, assim como também não existe correlação com o número de horas de trabalho[51].

Da regressão com os três blocos de variáveis veio a obter-se um resultado muito similar ao registado na análise interpaíses ($R^2_{ajustado} = 10{,}1\%$). Tem efeito no aumento do *stress* familiar no trabalho o rendimento (numa relação inversa), o número de horas despendidas com o trabalho doméstico, mas, e em simultâneo, os homens gostariam de despender mais horas nessas tarefas, o que diminuiria o seu *stress* (provavelmente, sobressai desta relação a noção de uma partilha desequilibrada). Tem ainda impacto neste *stress* masculino o trabalho no sector público e o número de horas ocupadas profissionalmente em cada semana.

As figuras a seguir apresentadas pretendem traduzir o modelo da análise efectuada e os resultados com ela obtidos.

Conclusão

Este capítulo teve o objectivo de proceder à análise do *stress* relacionado com o trabalho e a família, comparando sete países europeus, a partir da construção exploratória de índices de *stress* e da identificação de factores que expliquem as suas variações. O percurso analítico seguido apoiou-se em perspectivas que apontam a existência de influências recíprocas entre papéis familiares e profissionais e a possibilidade de conflito entre eles se as exigências de uns se sobrepõem às solicitações de outros sem os necessários recursos para lhes dar resposta (Scharlach, 2001; Noor, 2003). Seleccionando na base de dados do ISSP 2001 as questões que mais pareceram susceptíveis de proporcionarem a identificação de factores de *stress* na interacção entre profissão e vida privada, as mesmas foram sujeitas a tratamentos estatísticos para se captar:

---

[50] Com o tempo despendido em tarefas domésticas: $F(3, 162) = 1{,}985$, $p > 0{,}05$.

[51] Com o sector de actividade: $F(2, 277) = 2{,}338$, $p > 0{,}05$; com sexo da chefia: $t(228) = -0{,}191$, $p > 0{,}05$; com a compreensão da chefia: $F(4, 154) = 0{,}324$, $p > 0{,}05$. Como a maioria nunca deixou de trabalhar para ficar a cuidar das crianças, não faz sentido fazer qualquer análise. O coeficiente de correlação entre o número de horas semanais e o ISFNOT é praticamente nulo ($r = -0{,}024$, $p > 0{,}05$).

Figura 3.10 – Modelo relacional para o índice de *stress* profissional na família (ISPNAF)

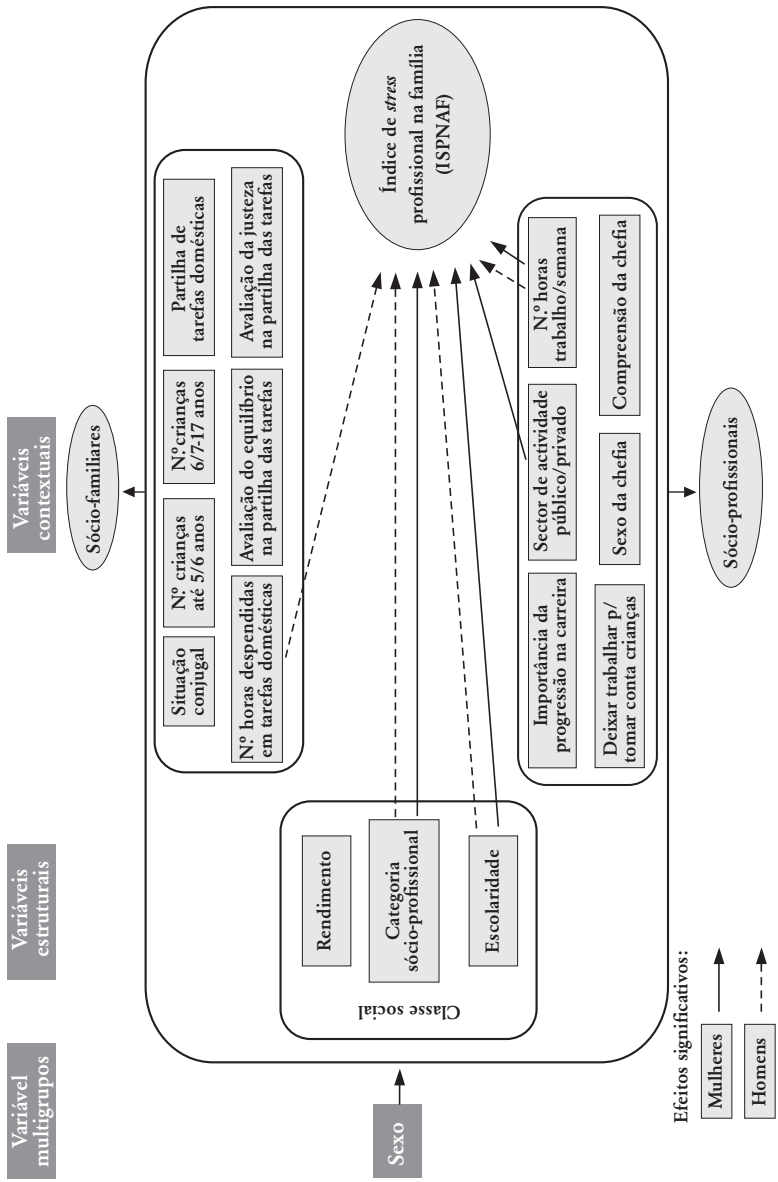
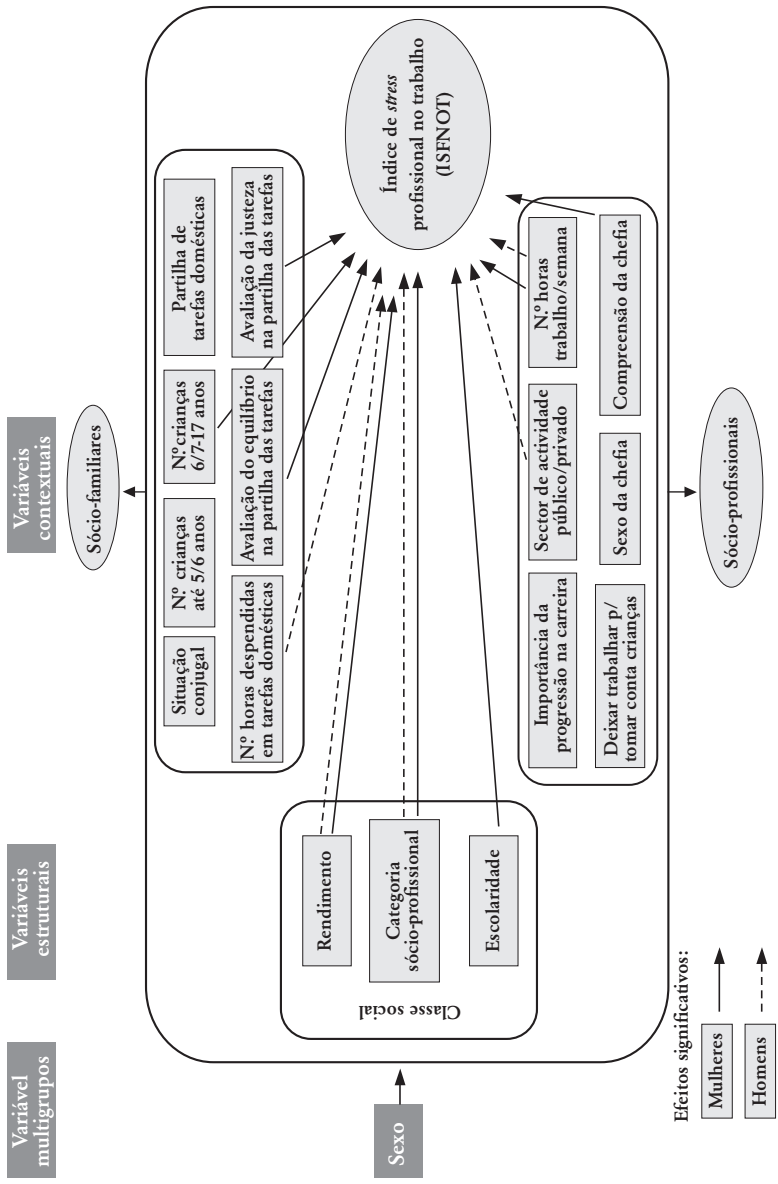


Figura 3.11 – Modelo relacional para o índice de *stress* profissional no trabalho (ISFNOT)



(1) o índice de *stress* familiar; (2) o índice de *stress* profissional; (3) o índice de *stress* no interface trabalho-família, por sua vez desdobrado em dois subíndices que medem o impacto do *stress* profissional na família e o impacto do *stress* familiar no trabalho. Com estes vários índices foi feita a comparação entre os sete países, a nível global e segundo o sexo dos inquiridos, ao que se seguiu a pesquisa de variáveis explicativas. Por fim, foram ainda realizados testes adicionais apenas com os dados portugueses, no intuito de melhor identificar as especificidades dos índices de *stress* nacionais e das suas variações.

Uma primeira conclusão a relevar é a das limitações impostas à análise pelas características da amostra e dos dados recolhidos. Como é sabido, os processos de inquirição estão sempre sujeitos a distorções e as respostas obtidas dependem daquilo que são as expectativas dos respondentes e do que lhes parece importante enfatizar. Por outro lado, poderão estar omissas no questionário perguntas sobre a organização da vida familiar e o contexto de trabalho que melhor ajudariam à compreensão dos factores intervenientes nos diversos índices de *stress*.

Em termos substantivos, contudo, do primeiro conjunto de análises sobre os índices de *stress* familiar e profissional evidenciam-se, na análise global dos sete países, maiores valores para o *stress* feminino, principalmente a nível familiar, enquanto no plano do trabalho acabam por experimentar tensões e dificuldades mais próximas das vividas pelos homens. A comparação entre países mostra que o perfil de cada país se reconfigura consoante a observação é centrada no sexo feminino ou no sexo masculino e que, se Portugal está no primeiro lugar quanto ao índice de *stress* familiar global, por exemplo, só aí permanece devido ao *stress* feminino, muito além da média do *stress* familiar das mulheres europeias.

No índice geral de *stress* profissional, mais elevado na Alemanha, ocorre o inverso, devendo-se o mesmo sobretudo ao *stress* masculino. Foi ainda possível agregar os países em *clusters* consoante os graus de semelhança evidenciados nestes índices de *stress,* tanto para homens como para mulheres, daí resultando diferentes configurações. O *stress* familiar e o *stress* profissional masculinos reúnem, com valores mais altos, o mesmo conjunto de países – a Grã-Bretanha, a República Checa, Portugal e a Alemanha –, ao passo que a agregação dos índices femininos mais elevados reúne países diferentes para o *stress* familiar (Portugal, a República Checa e a Grã-Bretanha) e para o *stress* profissional (Portugal, Grã-Bretanha, Alemanha e Suécia), o que poderá significar

serem mais diversificadas as modalidades femininas de participação na vida privada e na vida profissional a nível europeu.

Na identificação de determinantes dos índices de *stress* familiar e profissional para ambos os sexos e nos vários países sobressai uma relativa diversidade de factores tanto a nível das variáveis de ordem familiar como das variáveis relacionadas com o trabalho, bem como variáveis sócio-demográficas, de satisfação e atitudinais. Mas, sumariamente, pode apontar-se como tendo um carácter mais sistemático a associação com a existência de crianças e jovens na família e com o tempo semanal de trabalho.

Ao partir-se para a análise do *stress* decorrente das interferências do trabalho na família e desta na vida profissional encontra-se de novo um índice superior nas mulheres e, por outro lado, constata-se ser maior o impacto do *stress* profissional na família – com valores próximos para ambos os sexos – do que o impacto da vida privada na profissão, havendo aqui uma maior distância entre os índices masculino e feminino. A Grã-Bretanha situa-se em primeiro lugar no ISTRAFA e no ISPNAF masculinos e Portugal detém o valor mais alto do índice de *stress* familiar no trabalho, mas os valores masculinos são muito próximos nos vários países, não sobressaindo distinções estatisticamente significativas.

Nas mulheres, os três índices são mais altos para Portugal, no que é seguido de muito perto pela Espanha, e as análises de *clusters* tendem a agregar Portugal e a Espanha, com perfis semelhantes e níveis mais elevados de *stress*. Entre os países com mais baixos índices de *stress* feminino reúnem-se dois perfis: o da Alemanha e da Grã-Bretanha, onde as mulheres têm uma participação no mercado de trabalho mais reduzida a tempo inteiro, e o da Suécia e da França, onde essa participação a tempo inteiro é maior, dispondo as famílias de serviços de apoio.

As regressões lineares efectuadas para identificar factores explicativos do índice de *stress* trabalho-família evidenciam o sexo, a par de três conjuntos constantes e híbridos de variáveis: o tempo de trabalho semanal, a existência de crianças no agregado doméstico e a satisfação com os diferentes aspectos da vida. No índice de *stress* profissional na família interferem também variáveis sócio-demográficas e outras variáveis de ordem profissional e familiar, bem como a prática religiosa e a posição política, aparentemente determinantes no modo como se equacionam estratégias e se estabelecem interacções entre os domínios do trabalho e da vida privada. Na comparação entre países não se identificam, contudo, configurações padronizadas, e para Portugal poucas foram as associações relevantes, sobretudo para o sexo feminino.

Esta constatação justificou, aliás, o teste de variáveis não uniformizadas ou não existentes na base internacional para ventilar possíveis relações pouco evidentes nas anteriores análises, tendo conduzido à estruturação de um modelo analítico onde interagem variáveis estruturais e variáveis contextuais nos planos familiar e profissional (figuras 3.10 e 3.11). Ressalta desta última análise que concorrem para o *stress* profissional na família de mulheres e homens portugueses a categoria sócio-profissional, a escolaridade e o tempo semanal de trabalho, sobressaindo ainda para os homens as horas ocupadas em tarefas domésticas e para as mulheres o sector onde exercem a actividade.

O impacto do *stress* familiar no trabalho está relacionado, nos homens, com a categoria sócio-profissional, o rendimento, o sector de actividade e o tempo ocupado em trabalho profissional e doméstico. Nas mulheres, até porque têm uma presença permanente na realização das tarefas domésticas, destacam-se as variáveis que medem a sua avaliação da justeza e equilíbrio na divisão familiar do trabalho doméstico, com valores superiores de *stress* para as que aí identificam desequilíbrios e injustiças. Além disso, parece ser determinante a compreensão das chefias que têm nos locais de trabalho e o tempo que aí ocupam. Este índice está ainda relacionado com a categoria sócio-profissional, a escolaridade e o rendimento.

As variáveis que se não destacam, por omissão transversal ou presença generalizada, nas oscilações dos índices de *stress* poderão ser interpretadas como constantes estruturais do cenário em que ocorrem as relações família-trabalho em Portugal, não devendo ser por isso menosprezadas nos seus efeitos de *stress*. Contudo, as várias análises demonstram não existirem padrões lineares geradores de situações de *stress,* para estas concorrendo, em combinatórias múltiplas, uma pluralidade de factores estruturais e contextuais.

Anexo

Quadro 3.18 – Descrição das variáveis independentes usadas nas regressões múltiplas

Variáveis independentes	Valores ou categorias (e respectivos códigos)	
Sexo	0 – masculino; 1 – feminino	Variável *dummy*
Idade	18 a 64 anos	
Situação conjugal	0 – não casado; 1 – casado/a coabitar	Variável *dummy*
Anos de escolaridade	0 – sem escolaridade até 30 anos	
Número de pessoas no agregado	1 a 10 pessoas	
Número de crianças até 5/6 anos no agregado	0 a 6 crianças	
Número de crianças/jovens 6/7–17 anos no agregado	0 a 6 crianças/jovens	
Número de horas despendidas em tarefas de casa	0 a 99 horas	
Número de horas de trabalho por semana	2 a 96 horas	
Sector de actividade		Variável *dummy*
Não trabalha no Estado nem por conta própria	Categoria de referência	
Trabalha no Estado ou empresa pública	1 e 0 para os outros dois sectores	
Trabalhador por conta própria	1 e 0 para os outros dois sectores	
Felicidade com a vida	1 – completa/infeliz a 7 – completa/feliz	
Satisfação com a profissão	1 – completa/insatisfeito a 7 – completa/satisfeito	
Satisfação com a vida familiar	1 – completa/insatisfeito a 7 – completa/satisfeito	
Prática religiosa	1 – nunca a 8 – várias vezes por semana	
Posição política	1 – esquerda a 10 – direita	

Quadro 3.19 – Descrição das variáveis independentes usadas na análise específica para Portugal

(análises bivariadas e nas regressões múltiplas)

Variáveis independentes	Valores ou categorias (e respectivos códigos)	
Variáveis estruturais		
Sexo	0 – masculino; 1 – feminino	Variável *multigrupos*
Idade	1 – 18-24; 2 – 25-34; 3 – 35-44; 4 – 45-54; 5 – 55-64 anos (*a*)	
Rendimento	1 – até 300 €; 2 – 301-500 €; 3 – 501-800 €; 4 – 801-1500 €; 5 – +1500 €	
Níveis de escolaridade	1 – até 1.º ciclo; 2 – 2.º e 3.º ciclos; 3 – ensino secundário; 4 – ensino superior (*a*)	
Categoria sócio–profissional	1 – dirigentes, quadros e técnicos; 2 – agricultores, artesãos e independentes; 3 – empregados executantes; 4 – operários industriais e agrícolas	
Variáveis contextuais – vida familiar		
Situação conjugal	0 – não casado; 1 – casado/a coabitar	
Número de crianças até 5/6 anos no agregado	0 – não ter crianças até 5/6 anos; 1 – ter crianças até 5/6 anos (*a*)	
Número de crianças/jovens de 6/7–17 anos no agregado	0 – não ter crianças/jovens até 6,7–17 anos; 1 – ter crianças/jovens até 6/7-17 anos (*a*)	
Número de horas despendidas em tarefas de casa	1 – nenhuma; 2 – 1–9 horas; 3 – 10–19 horas; 4 – 20 horas ou +	
Número de horas que gostaria despender em tarefas de casa	0 a 80 horas	
Partilha equilibrada das tarefas domésticas pelo casal	1 – discorda totalmente a 5 – concorda totalmente	
A divisão das tarefas domésticas é inteiramente justa	1 – discorda totalmente a 5 – concorda totalmente	
Partilha de tarefas nos vários trabalhos domésticos: tratar da roupa, cuidar dos doentes, tratar das refeições e limpar a casa	1 – próprio; 2 – os dois; 3 – cônjuge; 4 – outra pessoa da família; 5 – empregada	
Variáveis contextuais – vida profissional		
Número de horas de trabalho por semana	2 a 96 horas	
Sector de actividade	1 – Estado ou empresa pública; 2 – não trabalha no Estado nem por conta própria; 3 – trabalha por conta própria	Variável *dummy* (*b*)
Grau de compreensão da chefia	1 – muito compreensivo; 2 – bastante compreensivo; 3 – pouco compreensivo; 4 – nada compreensivo; 5 – depende muito da situação	
Sexo da chefia	0 – chefia homem; 1 – chefia mulher	
Deixar de trabalhar para cuidar das crianças	0 – não; 1 – sim	
Grau de importância de progredir na carreira	1 – nada importante a 4 – muito importante	

(*a*) Nos modelos de regressão foram usadas as variáveis desagregadas (idade, anos de escolaridade, número de crianças até 5/6 anos e número de crianças/jovens 6/7-17 anos).

(*b*) Na regressão múltipla o sector de actividade entrou como variável *dummy*, cuja codificação está disponível no quadro 3.18.

Lígia Amâncio

Capítulo 4

Género e divisão do trabalho doméstico – o caso português em perspectiva

Introdução

«A divisão sexual do trabalho foi a primeira estrutura de género reconhecida pelas ciências sociais» (Connell, 2002, p. 60). À centralidade que a divisão sexual do trabalho assumiu na análise das relações sociais, em consequência do seu carácter universal, juntou-se mais recentemente o reconhecimento da diversidade nas formas que ela assume em função dos momentos históricos e dos contextos culturais (Connell, 1987 e 2002; Delphy, 1998; Marshall, 1994). A abordagem da divisão sexual do trabalho à luz das teorias do género enquanto estrutura social conduziu, no entanto, a um questionamento da definição do objecto de estudo e de algumas das explicações previamente avançadas.

A nível da definição do objecto de estudo, porque a divisão sexual do trabalho não é redutível à clássica dicotomia entre trabalho pago na esfera pública e trabalho não pago na esfera privada, nem corresponde exclusivamente a uma divisão *entre* sexos. Com efeito, na esfera pública, do trabalho pago, verificam-se arranjos de género que definem certas actividades, especialidades profissionais ou posições hierárquicas como femininas ou masculinas (Connell, 1987), assim como se observam diferenças salariais em função do sexo para níveis de qualificação idênticos. Por outro lado, existe trabalho pago na esfera privada, geralmente desempenhado por mulheres estranhas à família (Marshall, 1994). Além disso, as configurações de espaços, funções e competências associados a cada sexo variam consoante os contextos históricos e culturais, como refere Connell (2002), recordando o exemplo do tra-

balho de escritório, actividade que nasceu masculina e se tornou feminina com a introdução da máquina de escrever. Também o trabalho doméstico desempenhado por pessoas estranhas à família nem sempre foi pago, tendo sido marcado, em muitos contextos históricos, por relações de escravatura ou de total dependência em relação aos «donos da casa». Até há algumas décadas existia em Portugal a figura das criadas de «servir» para designar as mulheres que se ocupavam do trabalho doméstico nas famílias das classes médias e altas. Frequentemente trazidas das aldeias da província ou dos subúrbios rurais das cidades, as famílias de origem delegavam nas famílias que usavam o seu trabalho a autoridade sobre estas jovens, por vezes adolescentes, em troca de condições de subsistência e de um salário, definido numa relação privada, em geral até ao casamento. Às que não casavam «de casa dos patrões», como se dizia na altura, restava o regresso às condições de vida na aldeia ou a «perdição» na cidade por má conduta.

A nível das explicações, as teorias de género questionam a ideia de que a ruptura introduzida pelo capitalismo entre as esferas da produção e da reprodução seja fundadora da divisão sexual do trabalho, como pressupunham algumas abordagens marxistas que subordinavam por isso as relações de género às relações de classe. Os primeiros contributos para esta discussão, vindos da sociologia francesa, inserem-se também na tradição marxista, mas questionam alguns dos seus pressupostos. Partindo de uma investigação sobre o património iniciada nos anos 70, Christine Delphy (1998) elabora uma teoria sobre o patriarcado, enquanto sistema de subordinação das mulheres aos homens cuja base económica é, na perspectiva desta autora, o modo de produção doméstico (v. introdução à recolha de textos reeditados em 1998), que se distingue do modo de produção capitalista precisamente porque, quando as mulheres acedem ao trabalho pago, a sua condição de classe permanece condicionada pela sua condição de mulheres. O contributo de Colette Guillaumin (1992) para esta reflexão acrescenta uma dimensão ideológica que se vem juntar à relação de poder, salientada por Delphy (1991), conferindo-lhe sentido. O discurso da natureza, que Guillaumin estende a todas as categorias sociais sujeitas a uma relação de dominação, não se restringe à atribuição de um conjunto de traços e aptidões às mulheres, neste caso marcando a-historicamente a sua especificidade colectiva. Mais do que isso, a mistura dos significados sobre o corpo e a sexualidade com os da condição social faz com que a relação de dominação seja transformada numa criação da própria natureza.

A autonomia analítica da divisão sexual do trabalho relativamente à divisão entre o público e o privado permitiu, assim, mostrar a instrumentalidade da primeira para o desenvolvimento do capitalismo (Fernandes, 1981). Por outro lado, a prevalência de divisões baseadas no sexo tanto na esfera pública como na privada e da ideologia de género que as sustenta está na origem de conceitos como o de ordem de género, a nível da cultura, e o de regime de género, a nível das instituições (Connell, 1987), e permitiu mostrar a importância desta ideologia na formação das sociedades contemporâneas (Marshall, 1994). A perspectiva de género na compreensão das persistentes divisões entre homens e mulheres, entre mulheres, no mercado de trabalho, na condição perante o trabalho, a nível salarial, e na família, exige, portanto, que se considere a hierarquia de poder entre os sexos (Delphy, 1991), bem como os significados simbólicos que enformam as práticas (Connell, 2002) e conferem sentido à natureza e organização do trabalho (Connell, 1987).

No que diz respeito à família, a ideologia sobre as esferas masculina e feminina que se desenvolveu na Europa e na América do Norte a partir do século XVIII contribuiu, como refere Crompton (2001), para um modelo que se caracterizava pela divisão de trabalho entre o homem, como principal provedor do sustento da família, e a mulher, como cuidadora dos membros da família e do espaço doméstico. Este modelo, que se generalizou a seguir à segunda guerra mundial e marcou as teorias desse período sobre a família e os papéis sexuais (Barnett e Hyde, 2001), assentava, no entanto, em alguns pressupostos – o do pleno emprego para os homens, o da estabilidade familiar e da dependência das mulheres – que sofreram profundas alterações na segunda metade do século XX (Lewis, 2001). É neste contexto que a divisão do trabalho na família assume particular relevância como objecto de estudo, na medida em que constitui um exemplo paradigmático da persistência da ideologia de género e da sua prevalência sobre outras mudanças estruturais, como a do acesso das mulheres ao trabalho pago, uma das mudanças mais significativas e extensivas das últimas décadas, como salienta Barrère-Maurisson (1984), no caso da França.

Um dos primeiros estudos comparativos sobre os papéis sexuais, feito nos anos 50, partia do reconhecimento da relativa universalidade da diferenciação dos papéis feminino e masculino na família, procurando ao mesmo tempo identificar os factores de variabilidade cultural a nível das atitudes e das práticas. Como conta a autora, o interesse pelo tema tinha-lhe sido suscitado pelo comentário de uma jovem

estudante alemã em Paris que achava que seria impossível ver um pai alemão a empurrar um carrinho de bebé na rua, como faziam os pais franceses, por isso ser considerado ridículo e vexante para um homem (Rocheblave-Spenlé, 1964, p. 100). As entrevistas efectuadas a casais alemães, franceses e ingleses sobre a partilha da autoridade e de tarefas no casal, a igualdade entre os sexos e o acesso das mulheres ao trabalho pago mostraram, com efeito, que os homens alemães eram os que menos partilhavam a sua autoridade com as suas parceiras, os que menos colaboravam nas tarefas domésticas e nos cuidados com as crianças e os menos favoráveis à autonomia económica das mulheres. Nestes mesmos indicadores, os ingleses tinham as posições mais progressistas e os franceses ocupavam a posição intermédia. O estudo mostrava ainda as mudanças em curso, através das comparações com a geração dos pais dos inquiridos e, no caso da Alemanha, a tensão gerada pelo confronto com os diferentes modelos trazidos pelas tropas de ocupação. Apesar de alguns alemães se referirem aos americanos como «escravos da família», a autora não deixou de salientar o potencial efeito deste confronto: «Les Allemands ont pu voir des pères, surtout des pères anglais et américains, promener leurs enfants dans leur 'poussette', considérer leur femme comme une partenaire, participer à des travaux ménagers sans pour cela perdre de leur virilité, et, sous l'influence du 'vainqueur', certaines conduites 'modernes' ont ainsi pu être assimilées rapidement» (Rocheblave-Spenlé, 1964, p. 187).

De como o privado se tornou público

Um estudo longitudinal sobre o tempo dedicado ao trabalho doméstico e à divisão das tarefas nos casais americanos mostrou que, de 1965 a 1995, o tempo dedicado ao trabalho doméstico baixou de 17,5 horas semanais para 13,5 (Bianchi *et al.,* 2000). Para esta redução média de quatro horas semanais contribuiu sobretudo a redução acentuada do tempo das mulheres, sem que esta tivesse sido acompanhada pelo aumento do tempo dos homens, que subiu entre 1965 e 1985, para estabilizar a partir dessa altura. Os autores salientam a reduzida mudança nas relações de género na família que decorre do facto de as mulheres continuarem a desempenhar predominantemente certas tarefas domésticas, como a limpeza da casa e o tratamento das roupas, e ainda do facto de as mulheres casadas trabalharem mais horas, no total de trabalho pago e não pago, do que as solteiras, contrariamente ao

que acontece no caso dos homens. A separação das medidas relativas ao tempo dedicado às tarefas domésticas e à sua distribuição entre os membros do casal na investigação da divisão do trabalho doméstico torna, de facto, saliente a persistência da segregação das tarefas entre os casais americanos no final da década de 80 (Blair e Lichter, 1991). A participação dos homens faz-se preferencialmente através de tarefas funcionais ou ligadas ao lazer, como as reparações em casa e a jardinagem, cabendo ainda às mulheres as que contribuem para o bem-estar dos outros – preparação de alimentos, limpeza e tratamento das roupas – e que estão associadas às «concepções de feminilidade» (Marshall, 1994, p. 37). São também estas tarefas que, segundo alguns estudos, surgem associadas a um maior *stress* psicológico, devido ao menor controlo sobre o seu planeamento e organização do tempo, ao contrário de tarefas mais tipicamente masculinas, como tratar do jardim, do automóvel, fazer reparações ou despejar o lixo (Barnett e Shen, 1997).

Se a crescente participação das mulheres no trabalho nas últimas décadas e a sua consequente autonomização não parecem dar origem a mudanças significativas na divisão do trabalho doméstico, a condição das mulheres perante o trabalho também não parece ser um factor determinante desta mudança. Os inquéritos sobre o uso do tempo tanto em países europeus como nos Estados Unidos mostram que a maior parte do trabalho doméstico continua a ser feito pelas mulheres, sejam elas «domésticas» ou trabalhadoras, trabalhem a tempo inteiro ou a tempo parcial (Singly, 1987; Roux, 1999; Press e Townsley, 1998; Perista, 2002). A este propósito, Lewis (2001) considera que, se a passagem do modelo familiar assente no salário do homem *(male breadwinner)* para o modelo familiar assente no trabalhador adulto *(adult-worker model family)* não se traduziu, até agora, em mudanças significativas na divisão do trabalho doméstico, é porque as mudanças a nível ideológico são mais lentas e geram contradições que se reflectem nas políticas nacionais. Estas mesmas contradições são visíveis a nível supranacional, como mostra uma análise da jurisprudência do Tribunal Europeu (McGlynn, 2001), onde a ideologia tradicional sobre a família e a maternidade prevalece, por vezes, em relação aos avanços da legislação europeia.

Um dos factores explicativos para a eventual mudança nesta área que tem merecido a atenção dos investigadores diz respeito aos contextos políticos e económicos. Gershuny e Sullivan (2003) analisaram a influência dos regimes liberais, que se caracterizam por baixos níveis de apoio do Estado às famílias e elevados níveis de estratificação social

de classe e de género no mercado de trabalho, ao contrário dos regimes sociais-democratas, esperando que, no caso destes últimos, se verificasse não só uma redução do tempo de trabalho pago, como uma maior convergência no tempo que homens e mulheres dedicam ao trabalho doméstico. Os seus resultados confirmam que o tempo de trabalho pago é mais longo nos regimes liberais do que nos sociais-democratas, mas não evidenciam qualquer relação com o tempo dedicado ao trabalho doméstico, que permanece mais elevado para as mulheres em ambos os contextos.

Partindo da crescente contradição entre as exigências do mercado de trabalho em termos de tempo e disponibilidade e as exigências a nível dos cuidados, o estudo de Crompton (2001), baseado em entrevistas sobre a organização da vida familiar junto de chefias do sector bancário e médicos noruegueses, franceses e ingleses, mostra que, apesar das diferenças nos contextos nacionais, o mercado impõe constrangimentos comuns, particularmente visíveis no sector bancário, onde a autonomia dos entrevistados em relação à organização do trabalho é menor do que a dos médicos. É também o grau de autonomia em relação à organização do trabalho que surge associado às «boas» e «más» formas de flexibilidade no trabalho nas comparações internacionais (Wallace, 2003). Face à perda de soberania sobre o tempo que o mercado de trabalho actualmente impõe a homens e mulheres, Crompton (2001, p. 287) retoma a palavra de ordem do feminismo dos anos 60 de que «o privado é público» para afirmar que, no início do século XXI, o significado desta palavra de ordem se estende a toda a vida familiar, incluindo a reprodução.

Da justiça na desigualdade

Em vez de alterar significativamente a divisão do trabalho na família, a entrada das mulheres no mundo do trabalho deu antes lugar ao que é designado por «dupla jornada» de trabalho, visto que o tempo dedicado às tarefas domésticas e aos cuidados com os membros da família se adiciona ao tempo de trabalho pago. A consciência das relações de género emerge como um dos raros factores que introduzem mudanças neste padrão, na medida em que promove a negociação no casal (Benjamin e Sullivan, 1999).

Com efeito, o facto, paradoxal, de esta desigualdade objectiva não suscitar claros sentimentos de insatisfação conjugal e injustiça por parte

das mulheres deu origem à investigação sobre a percepção da justiça na divisão do trabalho na família (Major, 1993 e 1994; Mikula, 1998). Alguns estudos salientam a especificidade dos padrões de comparação, das justificações e dos valores utilizados pelas mulheres, uma vez que elas se comparam sobretudo com outras mulheres, justificam o seu trabalho como necessário para a família e sentem-se gratificadas por corresponderem ao que é esperado delas enquanto mulheres/esposas/mães (Major, 1993 e 1994). Mas para compreender estes processos psicológicos é preciso ter em conta outros factores, ideológicos e de localização social, visto que as formas de gratificação do trabalho assumem significados diferentes nas esferas pública (salário) e privada (dádiva) (Connell, 1987) e que, por outro lado, as pessoas aprendem normas de justiça diferentes consoante a posição do seu grupo de pertença nas relações sociais (Kellerhals, Modak e Perrenoud, 1997). Também aqui existe evidência de que a percepção da (in)justiça e da qualidade da relação conjugal se torna mais saliente quando as mulheres tomam consciência da desigualdade nas relações de género (Greenstein, 1996).

Os estudos sobre a percepção da justiça na divisão do trabalho doméstico mostram ainda que, quando há consciência da injustiça, o conflito no casal em torno da divisão do trabalho se caracteriza pela assimetria, uma vez que dá origem a uma reivindicação das mulheres que não é vista como vantajosa pelos homens (Kluwer e Mikula, 2002). Nestas interacções entre os membros do casal, as representações sobre os papéis sexuais e os valores que lhes estão associados assumem particular importância, na medida em que o grau de identificação com as normas que deles decorrem é determinante da capacidade de resistir, ou não, ao conflito gerado. A adesão ao valor da igualdade entre os sexos pode explicar, por exemplo, que alguns inquéritos revelem uma maior abertura dos homens a reconhecerem a desigualdade na divisão do trabalho na família, comparativamente com as mulheres, que tendem a minimizá-la para reduzirem a potencialidade de conflito no casal (Roux, 1999). Mas também pode ter como consequência a sobrestima, por parte dos homens mais progressistas, da sua participação no trabalho doméstico, quando as medidas se baseiam em respostas individuais, o que leva alguns autores a mitigarem o optimismo quanto à tendência para uma maior participação dos homens no trabalho doméstico (Press e Townsley, 1998).

Das especificidades do caso português

A investigação sociológica sobre as mudanças na esfera familiar tem salientado as repercussões, neste domínio, das transformações ocorridas na sociedade portuguesa nos últimos quarenta anos. A subida da taxa de divórcio (Torres, 1996), dos valores da coabitação e do nascimento dos filhos fora do casamento (Ferreira e Aboim, 2002), assim como a descida das taxas de nupcialidade e de natalidade, reflectem um acompanhamento da evolução verificada nos países ocidentais entre os anos 60 e os anos 90 (Almeida *et al.,* 1998), que se acentuou em Portugal na década de 90 (Wall, 2003a; Aboim, 2003). Dois aspectos caracterizam, no entanto, a especificidade da sociedade portuguesa nas comparações internacionais: a presença das mulheres no mercado de trabalho, sobretudo em relação aos países do Sul da Europa, e a persistente diferenciação dos papéis de homens e mulheres no seio da família (Almeida *et al.*, 1998). Tal persistência é tanto mais surpreendente quanto a investigação sociológica mostra que «a adesão à norma da igualdade conjugal, por oposição a uma concepção diferenciada dos papéis sexuais, é explicada pelas alternativas profissionais, económicas e culturais ao dispor dos cônjuges» (Aboim e Wall, 2002, p. 478).

No entanto, em Portugal continua a verificar-se uma acentuada assimetria das práticas na divisão das tarefas domésticas (Torres e Silva, 1998; Torres *et al.,* 2004), das quais os homens estão praticamente ausentes, visível em todas as formas de conjugalidade (Torres, 2002) e que contradiz a «tendência de natureza modernizante, a nível dos discursos e do próprio quadro legal, no sentido de um reforço do papel dos homens na esfera privada» (Perista, 2002, p. 471). Esta dimensão de continuidade em relação ao passado é corroborada por outras que lhe estão ligadas, como o facto de as famílias monoparentais serem sobretudo constituídas por mulheres sós com filhos (Wall, 2003b). Como mostra o estudo de Wall (2000), este padrão de diferenciação baseado no género apresenta uma grande estabilidade ao longo das várias etapas da vida do casal e a redução do trabalho das mulheres ao longo do tempo, que se verifica nalguns casos, resulta da participação das filhas e das empregadas domésticas, reproduzindo uma divisão feminina do trabalho doméstico. Dir-se-ia, portanto, que, no que diz respeito às posições de homens e mulheres na esfera privada, estamos perante uma permanência na mudança, como refere Bourdieu (1998) na sua análise sobre as relações de género.

O legado de conservadorismo ideológico em relação à família e à feminilidade da sua história recente constitui, sem dúvida, outra especificidade do caso português que ajuda a compreender esta permanência na mudança. O modelo de família e a visão dos sexos que sustentavam o projecto político e social do século XIX foram instituídos em Portugal pelo Código Civil de 1867 (ou Código Seabra), directamente inspirado pelo Código Napoleónico de 1804, e que, como diz Teresa Beleza, corresponde à «construção jurídica do patriarcado» (Beleza, 1990, p. 141). Mas a influência daquele modelo ideológico no direito civil perdurou ao longo do século XX português. Com efeito, as modificações introduzidas nas normas sobre o casamento contidas no Código durante a República continuaram a diferenciar os deveres dos cônjuges e não alteraram o preceito relativo à obrigação de a mulher «prestar obediência ao marido» (Oliveira, 2004, p. 42), do mesmo modo que a primeira revisão, em 1966, do Código Civil, que entrou em vigor no ano seguinte, mantinha a figura do «chefe de família» e «uma regulamentação bastante conservadora das relações familiares» (Oliveira, 2004, p. 43). A ancoragem do papel das mulheres na família num imperativo de natureza, traduzida na célebre cláusula do artigo 5.º da Constituição de 1933 que consagrava a igualdade de todos os cidadãos, «salvo, quanto às mulheres, as diferenças» que decorriam da sua «natureza» e do «bem-estar da família», era uma característica central do «projecto ideológico» do regime salazarista (Pimentel, 2000, p. 29) e que o diferenciava mesmo de outras ditaduras da mesma época (Cova e Costa Pinto, 2002).

A grande viragem que ocorre no domínio legislativo com o 25 de Abril responde sobretudo à necessidade de modernização e democratização do Estado, tal como virá a ocorrer de novo, mais tarde, com a entrada de Portugal na actual União Europeia e com a revisão da CRP de 1997, na sequência da aprovação do novo Tratado da União. Estas mudanças, significativas na legislação sobre a família e a igualdade entre homens e mulheres, não foram, no entanto, acompanhadas nem pelo debate público em torno da ideologia de género nem pela continuidade de políticas activas para a igualdade e para a família, ao contrário do que aconteceu em Espanha nas décadas de 80 e 90, onde estas questões se integraram no discurso político e assumiram visibilidade pública. Talvez por isso a Espanha constitua actualmente uma referência de modernidade no que diz respeito aos modelos de família e de igualdade de género reflectidos na sua legislação.

No caso de Portugal, a investigação recente mostra que a desigualdade entre os sexos na divisão do trabalho pago e não pago encontra

ainda fortes pontos de ancoragem no domínio simbólico. Se, a nível dos valores, se verifica uma clara adesão à norma da igualdade entre os sexos e à ideia de que o trabalho constitui uma fonte de autonomia para as mulheres, a fusão da feminilidade com a maternidade e a família, assim como a ideia de que as crianças sofrem quando as mães trabalham, continuam a suscitar a concordância de uma parte significativa da população portuguesa (Almeida, 2003) (v., no capítulo de Karin Wall, a evidência destas contradições). A dupla pressão identitária sobre as mulheres do modelo masculino-universal e feminino--específico, orientado para a família (Amâncio, 1995), traduz-se também nos discursos contraditórios das mulheres, sobretudo das que exercem profissões qualificadas (Nogueira, 1996), no esforço que desenvolvem de investimento paralelo na profissão e na família e nas dificuldades com que se confrontam para negociarem a sua autonomia, dependente, em larga medida, da delegação do trabalho doméstico (Torres, 2002).

No entanto, a desigualdade objectiva não é percebida como tal no plano subjectivo. Ambos os sexos rejeitam a injustiça que resulta do peso das tarefas domésticas e dos cuidados com os filhos sobre as mulheres, embora as próprias mulheres o façam menos, e também não consideram que esta situação seja geradora de particular conflitualidade no casal (Torres e Silva 1998). Por outro lado, quando solicitados a produzirem explicações para as assimetrias na divisão das tarefas, recorrem a razões estereotípicas baseadas nas «competências femininas» – naturais (Poeschl, 2000; Poeschl e Silva, 2001) –, ao mesmo tempo que aderem ao ideal da norma da igualdade entre os sexos e da divisão igualitária das tarefas (Torres, 2004). Ora, como mostram alguns estudos (Roux, 1999), as estratégias cognitivas que consistem em acomodar o discurso modernista da igualdade à ordem das representações de género, fazendo coexistir a simetria, como ideal, com a assimetria, a nível das práticas, são inibidoras do desenvolvimento de sentimentos de injustiça e, consequentemente, da predisposição para a mudança, uma vez que não geram contradição.

Objectivos

Este capítulo é dedicado à análise comparativa dos resultados do inquérito do ISSP sobre «Família e género» de 2002, relativos à divisão das tarefas domésticas entre homens e mulheres e à percepção da

justiça na divisão do trabalho doméstico em sete países europeus[1]. Os objectivos que presidiram a esta análise foram os seguintes:

- Verificar se existe um padrão comum a todos os países na divisão das tarefas domésticas entre homens e mulheres ou se esta divisão assume configurações diferentes em função dos contextos nacionais e da condição dos membros do casal perante o trabalho;
- Verificar se o tempo dedicado ao trabalho doméstico reflecte a diferença entre os sexos evidenciada pela literatura ou se este padrão diverge em função dos contextos nacionais e da condição dos membros do casal perante o trabalho;
- Analisar o poder preditivo de um conjunto de variáveis sócio-demográficas e subjectivas na participação de homens e mulheres no trabalho doméstico em cada país;
- Verificar se existe, ou não, coincidência entre as práticas reportadas e a percepção de justiça em função do sexo e dos países;
- Analisar o poder preditivo da percepção da justiça, para cada país, do mesmo conjunto de variáveis sócio-demográficas e subjectivas que foi utilizado para a análise da participação no trabalho doméstico.

Indicadores

A divisão do trabalho doméstico foi analisada através de dois tipos de indicadores: a divisão de tarefas no casal – quem faz o quê – e o número de horas semanais gastas por cada membro do casal nas tarefas domésticas.

Divisão das tarefas

Esta foi operacionalizada através da pergunta «em sua casa quem é que faz cada uma destas coisas», seguida das seguintes tarefas: tratar da roupa (V30), fazer pequenas reparações em casa (V31), cuidar dos doentes (V32), fazer as compras do dia a dia (V34) e preparar as refeições (V35). As respostas eram medidas em escalas de 6 pontos (1 = sempre eu; 2 = habitualmente eu; 3 = os dois em partes iguais ou em conjunto; 4 = habitualmente o meu cônjuge/companheiro; 5 = sempre o meu cônjuge/companheiro; 6 = outra pessoa). No caso do inquérito português, a categoria de resposta «outra pessoa» foi desdobrada em

[1] Para uma justificação da escolha destes países v. introdução.

«outra pessoa da família» e «outra pessoa paga para isso», do que resultou uma escala de 7 pontos. Para efeitos de comparação internacional agregaram-se as respostas das posições 6 e 7 do inquérito português.

Horas de trabalho doméstico

A operacionalização deste indicador baseou-se nas horas gastas pelo/a próprio/a (V36). «Sem contar com os cuidados às crianças e as actividades de tempos livres, em média, quantas horas por semana gasta a fazer tarefas domésticas» (V37)? «E o seu cônjuge/companheiro(a)? Sem contar com os cuidados às crianças e as actividades de tempos livres, em média, quantas horas por semana gasta a fazer tarefas domésticas?»

Percepção da justiça/igualdade

Para efeitos desta apresentação considerámos apenas um indicador de partilha igualitária na divisão do trabalho doméstico, operacionalizado através da seguinte pergunta: «Qual das seguintes afirmações se aplica melhor à forma como são divididas as tarefas domésticas entre si e o seu cônjuge/companheiro(a)» (V38)? As respostas eram medidas através de uma escala de 5 pontos: 1= faço mais trabalho doméstico do que seria justo; 2 = faço um bocado mais trabalho doméstico do que seria justo; 3 = faço mais ou menos o que é justo; 4= faço um bocado menos do que seria justo; 5=faço muito menos do que seria justo. Neste caso, a partilha em partes iguais é expressa na categoria 3 e as categorias 1 e 2 exprimem insatisfação com a divisão do trabalho doméstico.

Variáveis independentes

Nas regressões utilizámos nove variáveis sócio-demográficas e seis variáveis relacionadas com o trabalho e a família.

As variáveis sócio-demográficas utilizadas foram as seguintes: sexo (1=homem; 2=mulher); idade (18 a 96 anos); situação conjugal (1 = casado/coabitante; 2=não casado); número de anos de escolaridade (0-30 anos); filiação partidária (de 1=esquerda a 10=direita); prática religiosa (de 1=várias vezes por semana a 8=nunca); número de filhos até aos 5/6 anos no agregado familiar (0-4); número de filhos de 6-17 anos no agregado familiar (0-6); total de pessoas no agregado familiar (1-14).

As restantes variáveis seleccionadas foram as seguintes:

- Condição dos homens perante o trabalho: 1=não trabalha; 2=trabalha menos do que tempo parcial; 3=trabalha a tempo parcial; 4=trabalha a tempo inteiro;
- Condição das mulheres perante o trabalho: 1=não trabalha; 2=trabalha menos do que tempo parcial; 3=trabalha a tempo parcial; 4=trabalha a tempo inteiro;
- Horas de trabalho dos homens: 0-96;
- Horas de trabalho das mulheres: 0-90;
- Dificuldade em cumprir as responsabilidades familiares – «chegar tão cansado(a) do trabalho que não consegue fazer as tarefas domésticas que havia para fazer» (V48);
- Dificuldade de concentração no trabalho – «ter dificuldade em estar concentrado(a) no trabalho por causa das responsabilidades familiares» (V51).

Estas perguntas eram acompanhadas de escalas de frequência de ocorrência, desde 1 = várias vezes por semana até 4 = nunca.

Resultados

Divisão do trabalho doméstico

Divisão das tarefas

Estas variáveis foram recodificadas a partir da agregação das posições 1+2 e 4+5 da escala cruzadas com o sexo. Desta recodificação resultaram quatro categorias: 1 corresponde às respostas das mulheres em «sempre eu» e «habitualmente eu» + as respostas dos homens em «sempre a minha cônjuge» e «habitualmente a minha cônjuge»; 2 corresponde às mesmas respostas, mas para o caso dos homens; 3 corresponde às respostas de ambos os sexos, «os dois em partes iguais ou em conjunto»; 4 corresponde às respostas de ambos os sexos, «outra pessoa». A análise das frequências permite distinguir, para cada país, quais as tarefas mais frequentemente desempenhadas só pelas mulheres, só pelos homens ou partilhadas entre os dois e as que são desempenhadas por uma pessoa externa ao casal.

Embora as ANOVAS revelassem efeitos significativos do país em todas as tarefas, de acordo com a recodificação efectuada, os resultados mostram

Figura 4.1a – Tarefas desempenhadas pelas mulheres a viver em casal por país

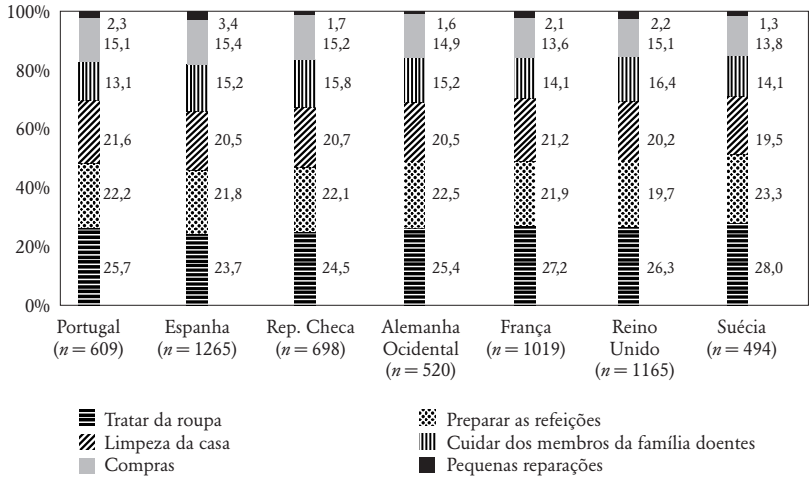


Figura 4.1b – Tarefas desempenhadas pelas mulheres a viver em casal em que ambos trabalham por país

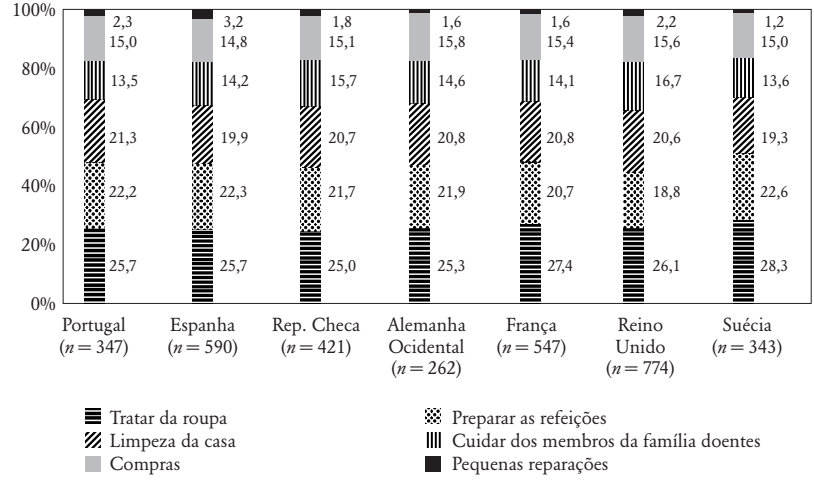


Figura 4.2a – Tarefas desempenhadas pelos homens a viver em casal por país

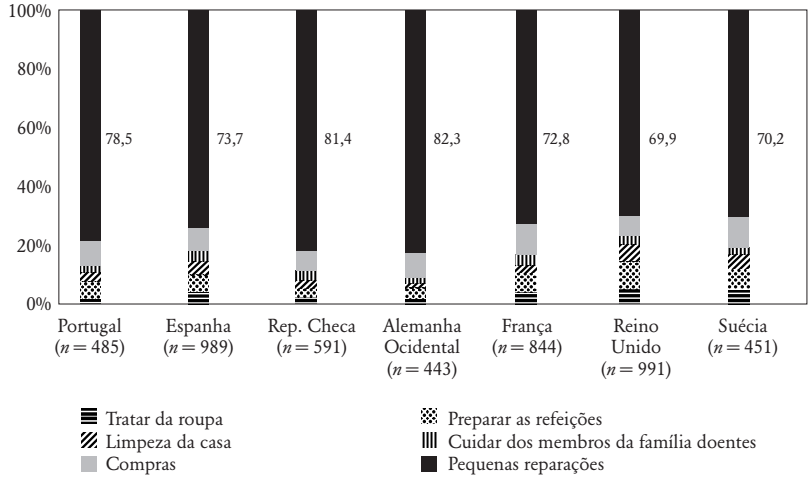


Figura 4.2b – Tarefas desempenhadas pelos homens a viver em casal em que ambos trabalham por país

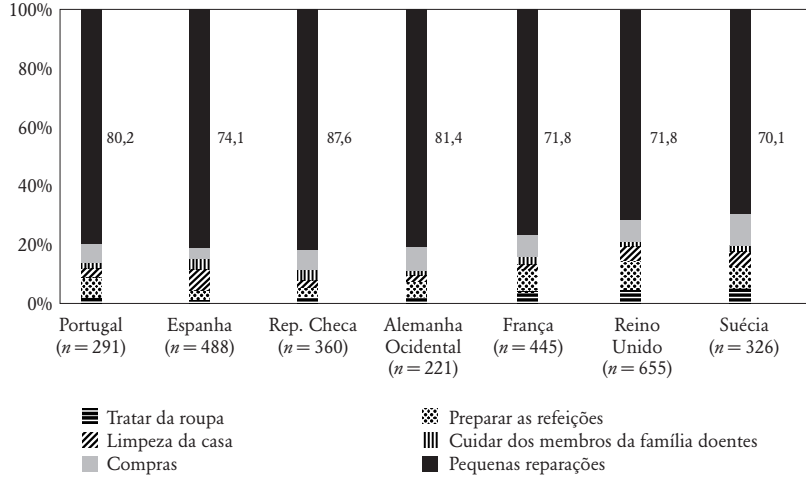


Figura 4.3a – Tarefas partilhadas entre os membros do casal, todos os casais, por país

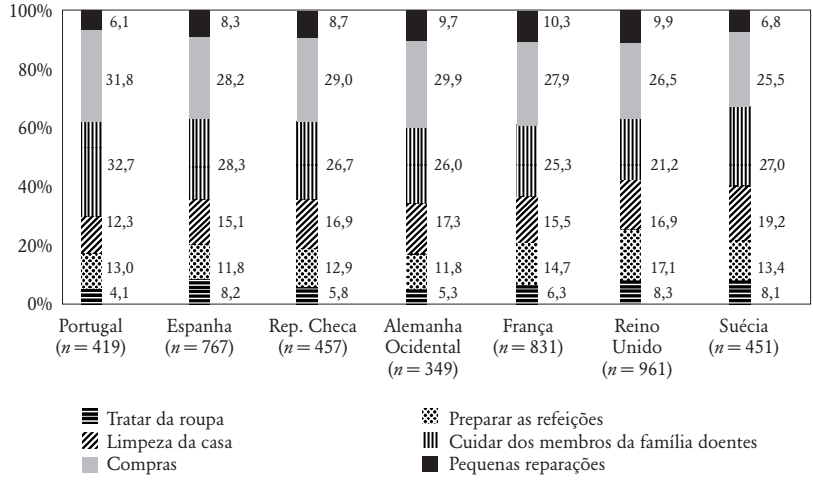
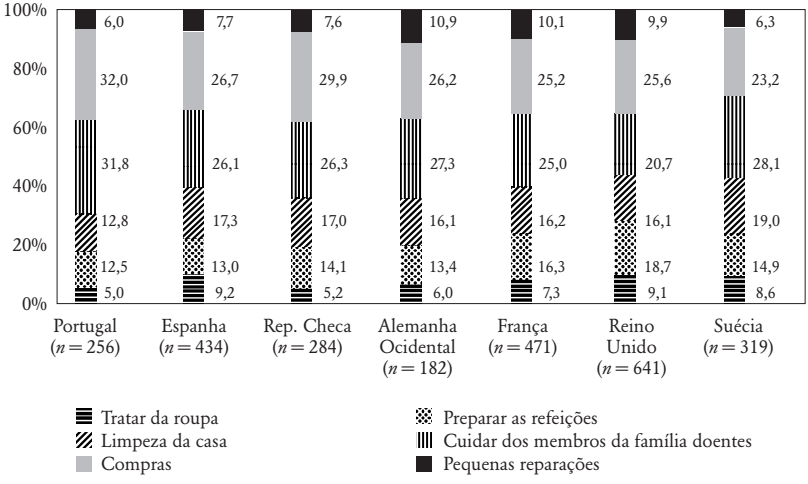


Figura 4.3b – Tarefas partilhadas entre os membros do casal, casais em que ambos trabalham, por país



também um padrão muito semelhante entre países no que diz respeito às tarefas tipicamente femininas: lavar a roupa, preparar as refeições e limpar a casa (figura 4.1a), para além de que este padrão não se altera quando consideramos apenas os casais em que ambos trabalham (figura 4.1b).

A única tarefa que é quase exclusivamente desempenhada pelos homens tem a ver com as reparações em casa e, mais uma vez, o padrão é muito semelhante entre países (figura 4.2a) e não sofre alteração quando consideramos apenas os casais que trabalham (figura 4.2b).

As tarefas mais partilhadas pelos casais, em todos os países, são as compras e os cuidados com os doentes tanto quando se consideram todos os casais (figura 4.3a) como quando se consideram apenas os casais que trabalham (figura 4.3b).

No que diz respeito à externalização das tarefas, já se verificam algumas configurações específicas: considerando todos os casais, em França, na Alemanha Ocidental e no Reino Unido recorre-se mais a outra pessoa para a limpeza da casa, enquanto em Portugal, em Espanha e na República Checa este recurso é sobretudo utilizado para as pequenas reparações, sendo a Suécia o único país em que não há qualquer contributo de pessoas externas ao casal na preparação das refeições e no tratamento da roupa (figura 4.4a). Quando se consideram apenas os casais em que ambos trabalham, as diferenças entre a França, a Alemanha Ocidental

Figura 4.4a – Tarefas desempenhadas por outra pessoa, todos os casais, por país

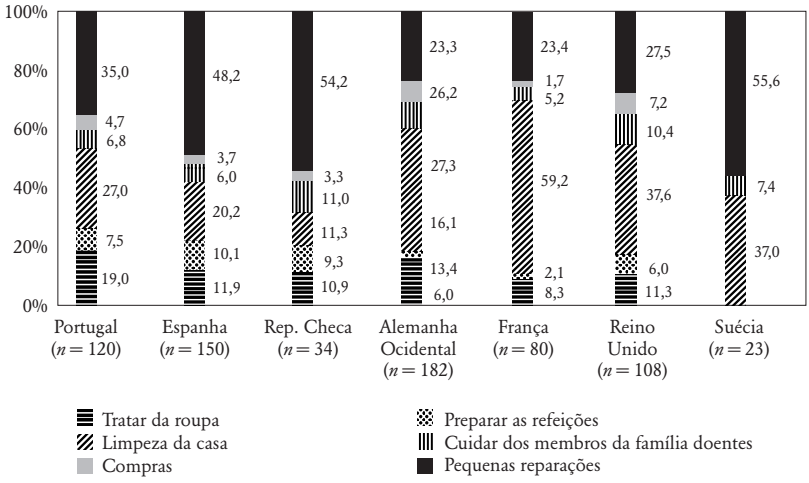


Figura 4.4b – Tarefas desempenhadas por outra pessoa, casais em que ambos trabalham, por país

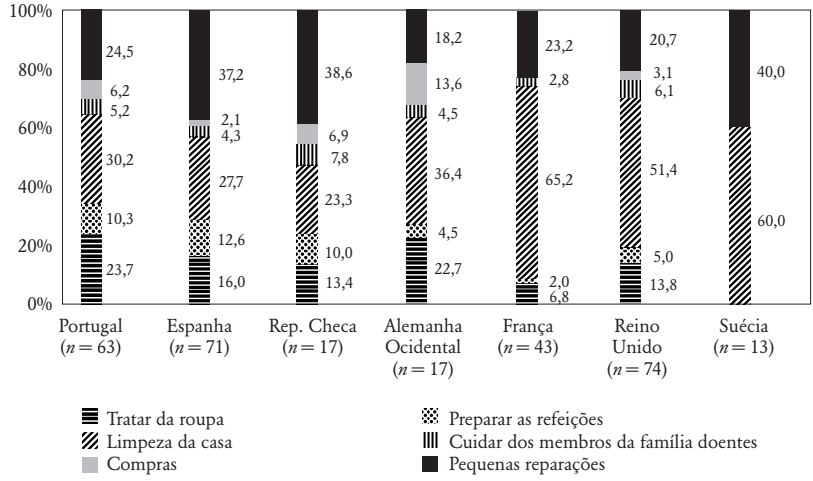


Figura 4.5a – Quem faz mais trabalho doméstico, todos os casais, por país

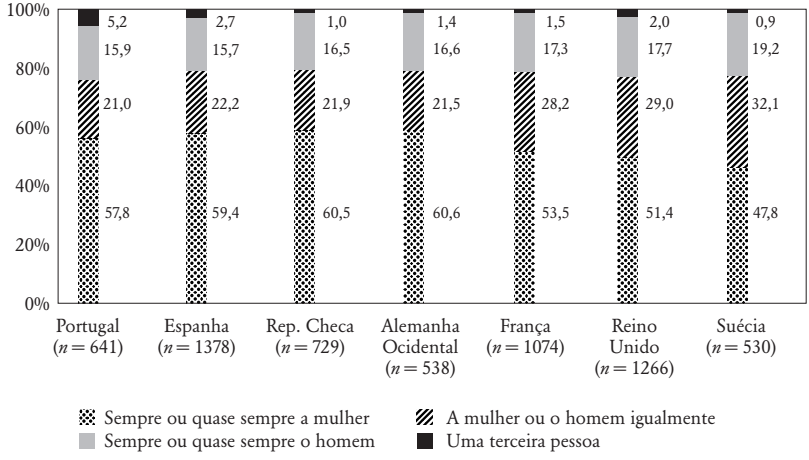
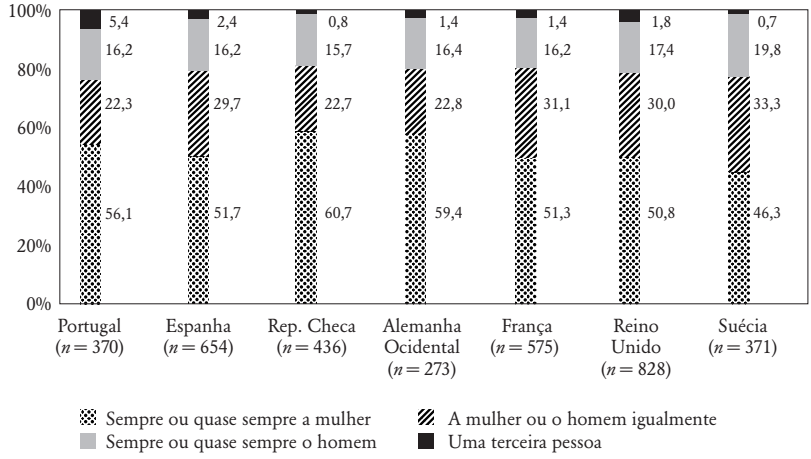


Figura 4.5b – Quem faz mais trabalho doméstico, casais em que ambos trabalham, por país



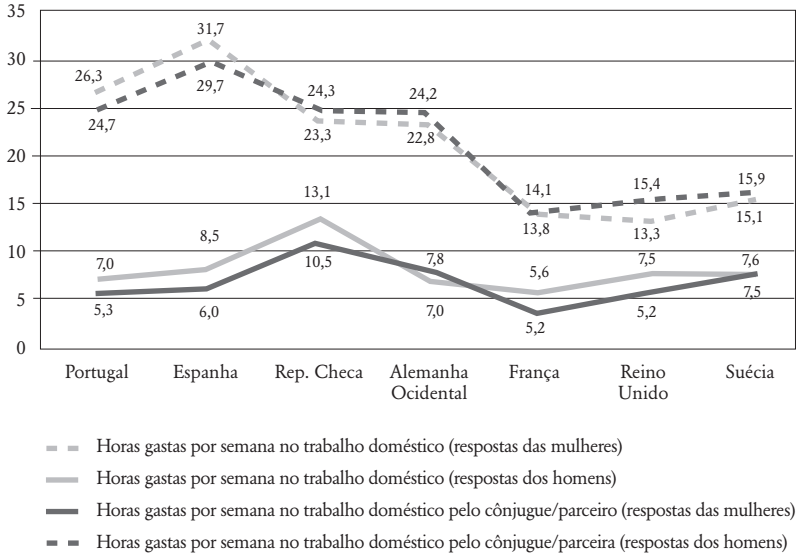
e o Reino Unido, por um lado, e Portugal e a Espanha, por outro, reduzem-se, para além de que aumenta o contributo de outra pessoa para o tratamento da roupa e a preparação das refeições em todos os países, excepto em França e no Reino Unido (neste caso, só na preparação das refeições). A Suécia mantém a particularidade de recorrer a outras pessoas apenas para a limpeza e as pequenas reparações (figura 4.4b).

Em resumo, se considerarmos apenas as distribuições pelas categorias «sempre ou habitualmente a mulher», «sempre ou habitualmente o homem», «em partes iguais» e «outra pessoa», independentemente do tipo de tarefa, verificamos que as mulheres fazem a maior parte do trabalho doméstico em todos os países, excepto na Suécia, onde se verifica maior partilha e maior participação dos homens (figuras 4.5a e 4.5b).

Horas de trabalho doméstico por semana

Quando consideramos todos os casais (figura 4.6a), verificamos um padrão geral, marcado pela grande diferença nas horas que homens e mulheres declaram gastar no trabalho doméstico (diferença média = 12,9). Enquanto os homens gastam, em média, 8 horas as mulheres gastam, em média, 21, ou seja, quase três vezes mais. As maiores diferenças entre os sexos verificam-se em Espanha (23,2 horas),

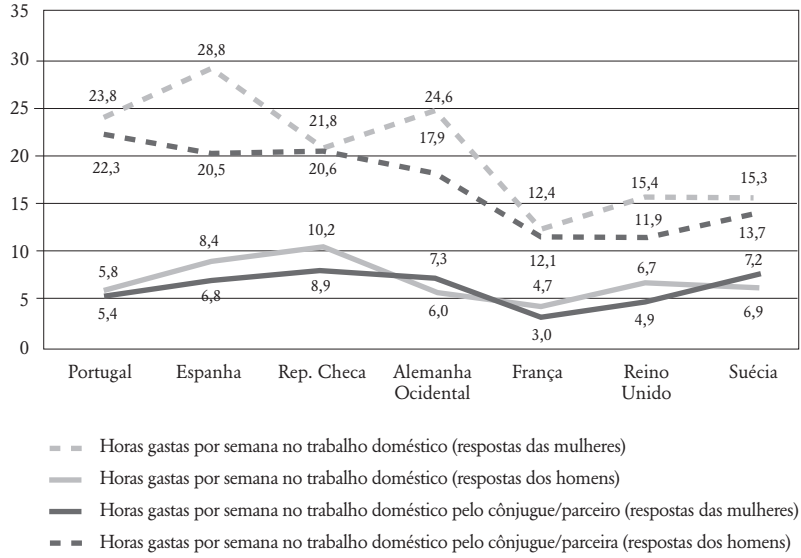
Figura 4.6a – Número de horas semanais gastas com o trabalho doméstico, todos os casais, por sexo e por país
(médias)



Portugal (19,3) e Alemanha Ocidental (15,8) e as menores no Reino Unido (5,8), Suécia (7,5) e França (8,5), ocupando a República Checa uma posição intermédia (10,2). Curiosamente, os homens tendem a atribuir mais horas às parceiras do que elas atribuem a si próprias nos países do Norte (Suécia, Reino Unido, Alemanha Ocidental e República Checa), ao contrário do que acontece nos países do Sul, incluindo a França. As mulheres, por outro lado, tendem a atribuir menos horas aos homens do que eles se atribuem a si próprios, excepto na Alemanha Ocidental.

Quando consideramos apenas os casais que trabalham (figura 4.6b), o padrão mantém-se, mas a diferença média entre homens e mulheres desce para 10,3 no conjunto dos países, sobretudo devido à descida da média das horas das mulheres para 17 e menos pela subida da média dos homens, que se situa em 7. Neste caso, as mulheres já «só» gastam o dobro do tempo dos homens. Portugal destaca-se, nesta análise, pela maior diferença entre os sexos (16,5), seguido da Espanha (12,1), da República Checa (10,4) e da Alemanha Ocidental (11,9), que se situam um pouco acima da média, enquanto a França (7,4), o Reino Unido (5,2) e a Suécia (8,4) se situam um pouco abaixo. No que diz respeito

Figura 4.6b – Número de horas semanais gastas com o trabalho doméstico, casais em que ambos trabalham, por sexo e por país
(médias)



às atribuições aos cônjuges, e contrariamente ao que se verificava para a totalidade dos casais, nos casais em que ambos trabalham os homens atribuem mais horas às mulheres do que elas atribuem a si próprias em todos os países (a França é uma quase excepção), mas as mulheres continuam a atribuir menos horas aos homens em todos os países, excepto na Alemanha Ocidental.

Poder preditivo das variáveis independentes

Nas análises de regressão múltipla feitas para as horas declaradas pelo/a próprio/a (quadro 4.1), o sexo é o melhor preditor para todos os países e a proporção de variância explicada (R^2_{ajustado}) é mais elevada para a Espanha e Portugal (0,46 e 0,45, respectivamente), seguidos da Alemanha Ocidental (0,39), Suécia (0,32), República Checa (0,23) e França (0,21), sendo o modelo mais fraco o do Reino Unido (0,14). Das restantes variáveis, a que entra em quase todos os modelos é a condição perante o trabalho das mulheres. De acordo com os coeficientes beta, a maior participação das mulheres no trabalho está associada a menos horas de trabalho doméstico, como já mostravam as figuras

Quadro 4.1 – Regressões lineares: variável dependente «horas gastas por semana no trabalho doméstico»

Variáveis independentes	Portugal	Espanha	República Checa	Alemanha Ocidental	França	Reino Unido	Suécia
R^2 ajustado	**0,45**	**0,46**	**0,23**	**0,39**	**0,22**	**0,14**	**0,32**
Sexo (beta)	0,90***	0,90***	0,33***	0,80***	0,62***	0,44***	0,72***
Idade (beta)	–	–0,05*	–	–	0,21***	0,11***	–
Número de anos de escolaridade (beta)	–	–0,08**	–0,07**	–0,08**	–0,17***	–	–
Prática religiosa (beta)	–	–	–0,09**	–	–	–	–
Filiação partidária (beta)	–	–	–	–	–	–	–
Condição das mulheres perante o trabalho (beta)	–0,35***	–0,43***	–0,22***	–0,31***	–	–	–0,30***
Horas de trabalho pago das mulheres (beta)	–	–	–	–	–	–0,19***	–0,28***
Condição dos homens perante o trabalho (beta)	–	–	–0,26***	–	0,18**	–	–0,26**
Horas de trabalho pago dos homens (beta)	–	–	–	–	–	–	–

*$p < 0,05$; **$p < 0,01$; ***$p < 0,001$.

4.6a e 4.6b, em todos os países, excepto em França e no Reino Unido. No Reino Unido são as mulheres que trabalham mais horas por semana que trabalham menos em casa e em França são as mais escolarizadas.

Nas horas atribuídas ao/à cônjuge, o sexo continua a ter maior valor preditivo, entrando em todos os modelos de todos os países. A proporção de variância explicada (R^2 ajustado) é, neste caso, de 0,46 para a Espanha, 0,41 para Portugal, 0,31 para a Alemanha Ocidental e a França, 0,27 para a República Checa, 0,21 para o Reino Unido e 0,20

Quadro 4.2 – Regressões lineares: variável dependente «horas gastas por semana no trabalho doméstico pelo conjugue/parceiro»

Variáveis independentes	Portugal	Espanha	República Checa	Alemanha Ocidental	França	Reino Unido	Suécia
R^2 ajustado	**0,41**	**0,46**	**0,27**	**0,31**	**0,31**	**0,21**	**0,20**
Sexo (beta)	–0,65***	–0,68***	–0,62***	–0,56***	–0,66***	–0,32***	–0,43***
Idade (beta)	0,19***	–	,095*	–	0,17***	0,15***	–
Número de anos de escolaridade (beta)	–	–0,05*	–0,13***	–0,12**	–0,09**	–	–0,10*
Prática religiosa (beta)	–	–	–0,09**	–	–0,11**	–	–
Filiação partidária (beta)	–	–	–	–	–	–	–
Condição das mulheres perante o trabalho (beta)	–	–	–	–	0,15*	–	–
Horas de trabalho pago das mulheres (beta)	0,11*	–	–	–	–	–	–
Condição dos homens perante o trabalho (beta)	–	–	–0,16*	–	–0,50***	–	–
Horas de trabalho pago dos homens (beta)	–	–	–	–	0,47***	0,14**	–

*$p < 0,05$; **$p < 0,01$; ***$p < 0,001$.

para a Suécia. O coeficiente *beta* comum a quase todos os países são os anos de escolaridade, indicando que, quanto mais escolaridade, menos horas atribuídas aos/às cônjuges.

Percepção da justiça/igualdade

Considerando todos os casais (figura 4.7a), o padrão de respostas dos homens e das mulheres é relativamente semelhante nos diversos países: enquanto as médias dos homens revelam o reconhecimento de que fazem menos do que seria justo, as médias das mulheres vão no sentido oposto, mas a média das mulheres portuguesas é a que mais se aproxima do centro da escala, ou seja, da afirmação de que existe uma justa partilha. Entre os casais que trabalham mantém-se o mesmo padrão de respostas entre países e entre homens e mulheres com ligeiras alterações (figura 4.7b).

Figura 4.7a – Percepção de justiça na divisão do trabalho doméstico, todos os casais, por sexo e por país
(médias)

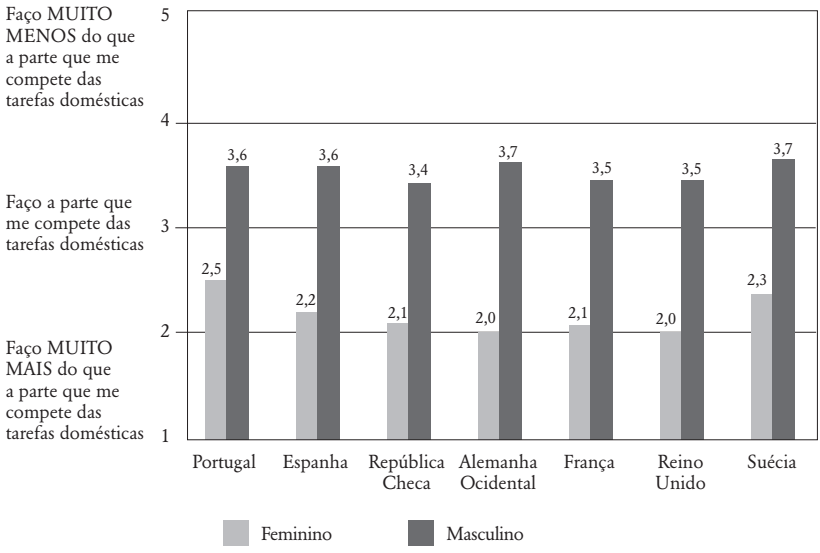
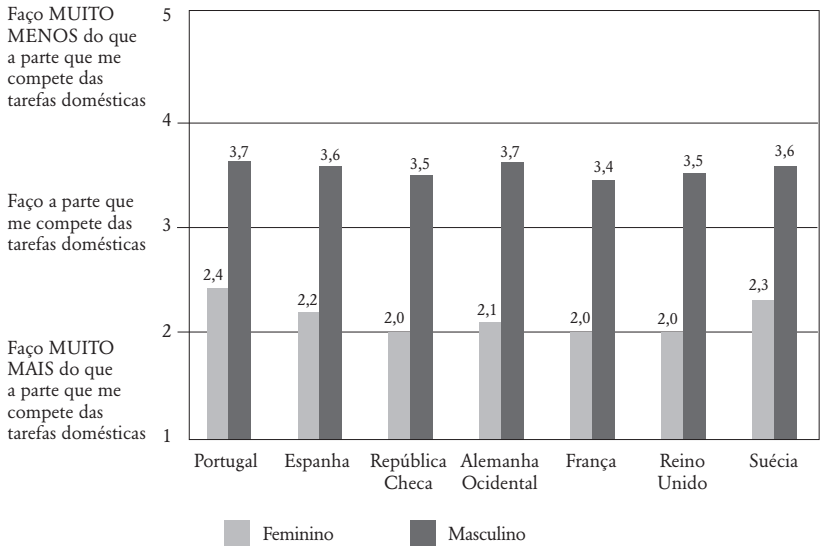


Figura 4.7b – Percepção de justiça na divisão do trabalho doméstico, casais em que ambos trabalham, por sexo e por país
(médias)



As análises de regressão mostram que a variável «sexo» continua a ser o melhor preditor da percepção da igualdade na divisão do trabalho doméstico em todos os país, sendo mesmo a única variável que entra nos modelos da Alemanha Ocidental ($R^2_{\text{ajustado}} = 0{,}44$), Suécia ($R^2_{\text{ajustado}} = 0{,}39$), França ($R^2_{\text{ajustado}} = 0{,}32$) e Portugal ($R^2_{\text{ajustado}} = 0{,}30$). No Reino Unido a idade e as horas de trabalho semanal dos homens elevam ligeiramente o poder preditivo do modelo (de 0,37 para 0,38), na República Checa são os anos de escolaridade e as horas de trabalho semanal das mulheres que introduzem ligeiros incrementos (de 0,33 para 0,34) e em Espanha é a filiação política (de 0,39 para 0,40).

A fim de verificar se existe uma relação entre a divisão do trabalho doméstico e a percepção da justiça e uma maior ou menor igualdade no desenvolvimento, recorremos ao índice de desenvolvimento humano das Nações Unidas[2] ponderado pelo sexo (GDI – *Gender-related develop-*

[2] O GDI (*Gender-related development index*) é um índice compósito que mede a realização média em três dimensões do índice de desenvolvimento humano (HDI): uma vida longa e saudável, conhecimento e um nível de vida decente, ajustado por país para as desigualdades entre homens e mulheres.

Quadro 4.3 – Regressões lineares: variável dependente «percepção de justiça na divisão do trabalho doméstico»

Variáveis independentes	Portugal	Espanha	República Checa	Alemanha Ocidental	França	Reino Unido	Suécia
R^2 ajustado	**0,30**	**0,40**	**0,34**	**0,44**	**0,32**	**0,38**	**0,39**
Sexo (beta)	–0,55***	–0,63***	–0,51***	–0,66***	–0,56***	–0,52***	–0,63***
Idade (beta)	–	–	–	–	–	0,10***	–
Número de anos de escolaridade (beta)	–	–	–0,07*	–	–	–	–
Prática religiosa (beta)	–	–	–	–	–	–	–
Afiliação partidária (beta)	–	0,05*	–	–	–	–	–
Condição das mulheres perante o trabalho (beta)	–	–	–0,11*	–	–	–	–
Horas de trabalho pago das mulheres (beta)	–	–	–	–	–	–	–
Condição dos homens perante o trabalho (beta)	–	–	–	–	–	–	–
Horas de trabalho pago dos homens (beta)	–	–	–	–	–	0,11***	–

*$p < 0,05$; **$p < 0,01$; ***$p < 0,001$.

ment index). Segundo o *Relatório do Desenvolvimento Humano* de 2004, os países considerados neste estudo ocupam posições muito diferentes no *ranking* do GDI: a Suécia e o Reino Unido encontram-se entre os dez primeiros, a França, a Alemanha (aqui no seu conjunto) e a Espanha entre os dez segundos e Portugal e a República Checa no terceiro grupo (v. anexo, quadro 4.4). Das correlações entre este índice e as médias das horas declaradas pelas mulheres, declaradas pelos homens, as médias da percepção da justiça dos homens e das mulheres, apenas as horas declaradas pelas mulheres apresentam uma correlação negativa significativa com o GDI (–.76). Isto significa que, quanto menos desenvolvimento, mais horas as mulheres trabalham, embora o mesmo se aplique aos homens de forma não significativa. A figura do anexo, quadro 4.5, mostra que a República Checa forma um *cluster* com a Espanha e Portugal, sendo o outro *cluster* formado pela Suécia, França e Reino Unido. A Alemanha aparece associada ao primeiro *cluster*, o que não é muito diferente da posição intermédia que ocupava na figura 4.6a, mas é preciso ter em conta que nesta análise se trata da Alemanha unificada, enquanto na análise das horas considerámos apenas a Alemanha Ocidental.

Discussão

O primeiro aspecto que ressalta destes resultados é o padrão regular da divisão sexual das tarefas domésticas e o consequente peso deste trabalho no tempo das mulheres. Segundo este padrão, continuam a existir tarefas marcadamente femininas e tarefas marcadamente masculinas e esta diferenciação de género atravessa as diferentes culturas. A partilha revela-se nas compras, uma tarefa que se realiza fora do espaço doméstico, mas também nos cuidados aos doentes. Neste caso inclui-se a divisão dos cuidados com os filhos entre os membros do casal, mas também com os ascendentes, se tivermos em conta o aumento da esperança de vida em todos os países analisados.

Um segundo aspecto a salientar é a rigidez deste padrão e a sua resistência à mudança em consequência da entrada das mulheres no mundo do trabalho. A lógica da equidade, segundo a qual quem trabalha mais fora trabalha menos em casa, como forma de justificar a desigualdade entre os sexos, e que surge aqui nos resultados do Reino Unido, apesar de ter perdido todo o sentido nos países onde as mulheres trabalham sobretudo a tempo inteiro, ainda não foi substituída por outra. A redução do trabalho doméstico para as mulheres que trabalham não resulta do aumento da participação dos homens, mas sim do recurso a outras pessoas, pagas e não pagas, como se verifica em Portugal nos grupos mais favorecidos (Amâncio e Wall, 2004), da compra de serviços ou do que Singly (1987, p. 218) designa por «compressão» das tarefas domésticas. Isto pode significar que uma parte dos rendimentos do trabalho das mulheres será utilizada para reduzir a sobrecarga de trabalho doméstico, o que parece ser confirmado pelo aumento do contributo de «outra pessoa» em tarefas regulares nos casais em que ambos trabalham e, por outro lado, pela forte correlação entre as horas de trabalho doméstico das mulheres e o índice de desenvolvimento humano ponderado pelo sexo.

As especificidades culturais e sociais tornam-se, no entanto, mais evidentes nos indicadores de negociação entre práticas e representações. Em geral, os homens dos países do Norte atribuem mais horas de trabalho às suas parceiras do que elas próprias, traduzindo nas suas respostas, ou a desejabilidade social associada ao modelo tradicional de feminilidade, ou a consciência da sobrecarga de trabalho que recai sobre as mulheres. Esta última explicação parece ser confirmada pelos resultados obtidos nos casais em que ambos trabalham, onde aquela diferença Sul-Norte desaparece e os homens reconhecem, de facto, que

fazem menos do que é justo. As mulheres, por outro lado, reivindicam uma maior participação dos homens, seja porque lhes atribuem, em geral, menos horas de trabalho do que eles atribuem a si próprios, seja porque consideram que fazem mais do que é justo. A Alemanha Ocidental é o único caso que escapa a este padrão de resposta, revelando, da parte das mulheres, um reconhecimento pelo contributo dos homens para o trabalho doméstico. Se tivermos em conta os resultados obtidos por Rocheblave-Spenlé (1964) nos anos 50, os resultados do presente inquérito são reveladores da grande mudança operada na sociedade alemã desde então, tanto mais que esta participação dos homens se verifica numa sociedade onde a participação das mulheres no trabalho pago, sobretudo quando os filhos são pequenos, continua a ser muito menor do que noutros países.

Se as mulheres de todos os países, excepto Portugal, consideram que fazem mais do que é justo, reivindicando, ao mesmo tempo, maior participação dos homens, e os homens consideram que fazem menos do que é justo, estamos perante uma simetria de respostas no que diz respeito à percepção da justiça na divisão do trabalho doméstico que parece indicar a existência de condições para que a igualdade se instale na vida dos casais. Mas então por que é que ela não existe?

Por um lado, porque a família e as relações íntimas constituem o núcleo central das concepções de feminilidade e masculinidade, como indica o grande peso explicativo da variável «sexo» nestes resultados. Connell define o género como «a estrutura de relações sociais que se centra na esfera reprodutiva e no conjunto de práticas que trazem as diferenças reprodutivas, inscritas no corpo, para os processos sociais» (Connell, 2002, p. 9). Mas os resultados também mostram que o efeito estruturante do género nas formas de fazer e de olhar a realidade se articula com outros factores, mais no caso das mulheres do que no caso dos homens. Esta é uma explicação possível para a rigidez do modelo de divisão do trabalho na família e para o relativo conformismo das mulheres em relação a ele que se encontra em países como Portugal: o facto de a maior diversidade que se verifica nas formas de ser mulher não ter sido acompanhada de uma abertura semelhante do lado dos parceiros dificulta, sem dúvida, a negociação no casal e remete para as mulheres um ónus da conflitualidade que elas não parecem dispostas a enfrentar.

Por outro lado, porque a organização e a dinâmica familiares são processos complexos e submetidos a constrangimentos políticos e sociais. A polarização que se encontra nestes resultados entre a Suécia e

Portugal tem certamente a ver com a distância que separa estes dois países em termos de desenvolvimento humano, de valorização da igualdade de género e de formas de Estado-providência. E o facto de, nos resultados da Espanha, a posição política mais à esquerda estar associada à percepção de maior injustiça na divisão do trabalho doméstico entre os sexos pode ser também visto como um efeito das políticas para a igualdade naquele país. Remeter o ónus da mudança para as mulheres, para os homens, ou para os casais, só parece servir a permanência da desigualdade. Neste domínio, como em qualquer outra questão de sociedade, são as políticas sérias e consistentes que fazem toda a diferença.

Anexo

Quadro 4.4 – Posição dos sete países no índice de desenvolvimento humano ponderado pelo sexo (GDI)

	GDI
Suécia	2.º
Grá–Bretanha	9.º
França	15.º
Alemanha	19.º
Espanha	20.º
Portugal	24.º
República Checa	32.º

Fonte: *Relatório de Desenvolvimento Humano*, 2004.

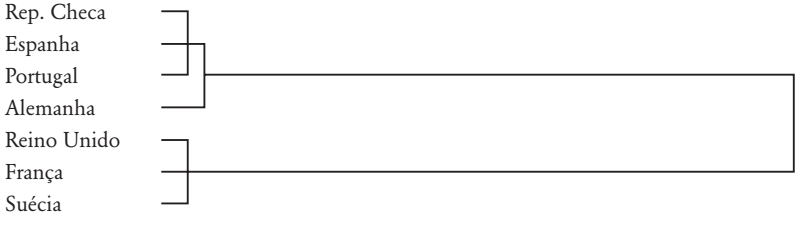
Quadro 4.5 – Correlações com o GDI

Horas gastas por semana no trabalho doméstico (mulheres)	0,76*
Horas gasta por semana no trabalho doméstico (homens)	n. s.
Percepção de justiça na divisão do trabalho doméstico (mulheres)	n. s.
Percepção de justiça na divisão do trabalho doméstico (homens)	n. s.

*$p < 0{,}05$.

Figura 4.8 – Dendograma: horas gastas no trabalho doméstico pelas mulheres por país (*a*)

(método Ward)



(*a*) Variável usada: índice de desenvolvimento humano ponderado pelo sexo (GDI) para os sete países da União Europeia.

Karin Wall

Capítulo 5

Atitudes face à divisão familiar do trabalho em Portugal e na Europa

Introdução

A divisão familiar do trabalho pago e não pago constituiu-se nas últimas décadas como um tema de crescente atenção e investigação tanto no domínio da política social como na área da sociologia.

No campo da política social, o tema insere-se na problemática mais ampla relacionada com a evolução dos Estados-providência na Europa. Tem sido abordado a partir de três questões-chave: o crescimento do emprego feminino, considerado não só do ponto de vista da promoção da igualdade de género na família e na sociedade, mas também enquanto elemento que contribui para o aumento da população activa dos países europeus; o problema da conciliação entre vida profissional e vida familiar, remetendo esta questão para a responsabilidade do Estado, das ONGs, do mercado e das famílias em garantir os cuidados às crianças num contexto de aumento dos casais «duplo emprego»; recentemente, a questão da baixa fecundidade e do envelhecimento nas sociedades europeias, discutindo-se, neste campo, se um dado modelo de divisão familiar do trabalho – por exemplo, um modelo em que a mulher reduz a sua participação no mercado de trabalho – é mais ou menos favorável à subida da natalidade e aos cuidados de idosos e crianças dependentes.

Independentemente das medidas e soluções encontradas nas sociedades e nos diversos Estados-providência, são questões que se encontram hoje no centro do debate sobre políticas sociais e económicas, políticas de igualdade e políticas de família. Saber se é melhor para a criança, para a demografia ou para a economia serem sobretudo as mu-

lheres, os homens e as mulheres ou as instituições a cuidar de crianças pequenas, decidir se é preferível promover uma política activa centrada numa lógica de *emprego e meio* (homem a tempo inteiro, mulher a tempo parcial) em que a mulher é a principal responsável pelos filhos e pela casa ou, pelo contrário, numa lógica de *duplo emprego* a tempo inteiro associada à partilha conjugal das tarefas e ao direito social a serviços de apoio, são temas que estão no centro de intensos debates políticos e sociais.

No contexto de um trabalho comparativo, é por isso importante ter em conta uma possível articulação entre os diversos Estados-providência e a divisão familiar do trabalho. Uma primeira hipótese que se colocou desde cedo na investigação foi a de encontrar alguma relação entre as políticas nacionais de família e as atitudes face à divisão familiar do trabalho pago e não pago. Pensou-se que os valores e as atitudes poderiam reflectir as diferenças entre, por exemplo, os Estados-providência de tendência liberal, tradicionalmente associados ao modelo do ganha-pão masculino (Grã-Bretanha, Irlanda), os de tendência social-democrata, mais favoráveis à lógica igualitária e à dupla profissão (países escandinavos), os de tendência corporativista, menos (França) ou mais (Alemanha Ocidental) conservadores do ponto de vista das atitudes face ao emprego das mulheres, os que têm um modelo de Estado-providência dito «residual» (os países da Europa do Sul), considerado ainda por quase todos os autores mais tradicional do ponto de vista da vida familiar e das atitudes face ao trabalho das mulheres. Apesar de vários estudos já terem demonstrado que não existe uma relação linear e simples entre os tipos de Estado-providência e a divisão familiar do trabalho, trata-se, contudo, de uma problemática que se torna indispensável manter em pano de fundo quando se procede a uma análise comparativa entre países sobre os papéis de género na família.

No campo da sociologia das relações de género e da sociologia da família, o tema também ocupa um lugar de destaque. Não pelo impacto que possa ter no futuro da população activa ou no modelo de protecção social emergente, mas pela mudança que representa, ou não, nas relações de género na sociedade. Fortemente marcadas, até há poucas décadas, por desigualdades que diferenciavam o papel expressivo e doméstico da mulher e o papel instrumental e público do homem, as relações familiares assentam hoje num modelo da família «relacional» e democrática, centrada na descoberta do indivíduo e da sua identidade no seio de um universo «privado» escolhido por ele. Os sociólogos consideram que este modelo assenta em três grandes princípios: o princípio

da autonomia de cada um; o princípio da igualdade nas relações; o princípio da liberdade de escolha. Baseado numa concepção mais «individualista» e «igualitária» da família, o modelo pressupõe a generalização de atitudes e práticas igualitaristas em relação tanto ao trabalho pago como ao trabalho não pago dentro da família (tarefas domésticas, cuidados a pessoas doentes, etc.).

De facto, todas as análises efectuadas sublinham uma mudança no sentido de novas atitudes e práticas face à divisão familiar dos papéis de género nos países europeus. O modelo tradicional do homem provedor/mulher doméstica é recusado por grande parte dos indivíduos e a participação das mulheres no mercado de trabalho, seja a tempo inteiro, seja a tempo parcial, cresceu em todos os países. As mulheres continuam, no entanto, a ter trajectórias de emprego menos contínuas e mais diferenciadas do que as dos homens, combinando, de formas diversas, o trabalho a tempo inteiro, o ficar em casa, o trabalho a tempo parcial (Wall e Guerreiro, 2005). Observam-se também muito menos mudanças a nível das práticas no universo doméstico. Por isso, a tónica de muitos estudos tem sido colocada na discrepância entre atitudes igualitárias e práticas assimétricas, sobretudo no que diz respeito ao trabalho doméstico e de cuidados às pessoas dependentes.

Os objectivos deste capítulo são diferentes. Tirando partido de um inquérito que inclui uma grande diversidade de perguntas relativamente ao tema das atitudes face à divisão dos papéis de género na família, preferimos aprofundar a análise das atitudes, elas mesmas. *O principal objectivo é procurar verificar se existem no interior de cada país padrões distintos de atitudes face à divisão familiar do trabalho para num segundo momento, e no caso de ser possível identificar vários padrões, analisar os factores determinantes dos mesmos.* Partindo da hipótese, já observada noutros estudos, de que existem regimes de género, políticas públicas e factores sociais e económicos que podem fazer variar as atitudes face aos papéis de género de país para país, esperamos poder ultrapassar uma classificação que situa as atitudes sociais num eixo único – tradicional-moderno – e observar em maior detalhe, no interior de cada país, os padrões atitudinais que emergem, qual o significado que podemos atribuir-lhes e em que combinação de valores se baseiam. Dito de uma forma algo simplista, a principal interrogação que se coloca é a seguinte: quando se olha para um país considerado «moderno» em termos das atitudes face aos papéis de género (a Suécia, por exemplo), o que é que subjaz a essa modernidade? Será que predomina de forma esmagadora um padrão moderno único, centrado nos valores do *duplo emprego a tempo inteiro* e

do *duplo cuidar?* Ou será que a «modernidade» deixa espaço para alguma variedade de configurações atitudinais?

O capítulo divide-se em cinco partes. Na primeira apresentamos resumidamente os indicadores utilizados e os três índices que foram construídos. Na segunda olhamos para Portugal, analisando os valores que apresenta nas três medidas utilizadas, os padrões de atitudes identificados e os principais factores de variação. Na terceira parte introduzimos uma primeira análise comparativa, tendo por referência os valores, nos três índices, de Portugal e de outros catorze países europeus. Segue-se na quarta parte uma análise aprofundada dos padrões atitudinais encontrados em sete países (Grã-Bretanha, Suécia, Alemanha Ocidental, República Checa, França, Espanha, Portugal). A escolha dos sete países baseou-se no critério da diversidade: com base na amostra de países europeus que tínhamos à nossa disposição, procurámos incluir países de várias regiões da Europa, pertencentes a perfis distintos de Estado-providência, com alguma variedade em termos de estruturas familiares e com políticas diferentes face ao emprego da mulher e à conciliação entre vida profissional e vida familiar; quisemos também incluir pelo menos um país do alargamento e, para podermos olhar com alguma atenção para a Europa do Sul, mais um país desta região (Espanha). Na última parte procurámos encontrar, para alguns padrões atitudinais mais comuns, e apenas para esta amostra de sete países europeus, algumas variáveis explicativas.

Medidas utilizadas

Para identificar modelos culturais de género, família e trabalho, algumas propostas teóricas recentes mostram que é fundamental ter em conta diferentes dimensões de análise (Leira, 1992; Lewis, 1993; Sainsbury, 1996; Pfau-Effinger, 1999; Crompton, 1999). No nosso estudo foi possível operacionalizar três dimensões: a construção social do trabalho pago; a construção social do trabalho não pago; a construção social da relação entre emprego e maternidade[1]. Não se conseguiu

[1] Os índices construídos baseiam-se na relevância teórica destas dimensões para o estudo dos padrões atitudinais. Inicialmente foi feita uma análise factorial, mas os resultados foram decepcionantes, permitindo apenas identificar dois eixos (o tradicional e o moderno). A utilização dos três índices, construídos a partir das várias interrogações incluídas no inquérito, permitiu, pelo contrário, enveredar por um caminho sociologicamente mais interessante, revelando padrões atitudinais que combinam de forma complexa as dimensões identificadas.

operacionalizar uma quarta dimensão, a da relação das famílias com o Estado. Neste campo, tanto pode existir uma atitude que sublinha a importância e a maior competência do papel do Estado na tarefa de educar as crianças (consideradas futuros cidadãos, que devem ser enquadrados desde cedo pelo Estado) como se pode enfatizar o papel primordial da família, considerando-se, pelo contrário, que a criança pequena necessita sobretudo de cuidados especiais e apoios dados pela família e pela mãe. Na ausência desta última dimensão, as três medidas utilizadas são as seguintes:

- O índice relativo à *divisão do trabalho pago* foi construído a partir das respostas individuais a seis enunciados. Os primeiros três procuram perceber as atitudes face ao papel da mulher empregada (por contraste com o seu papel de mãe e dona de casa). Os dois seguintes dizem respeito à divisão do trabalho pago no casal (mais centrada no duplo emprego ou mais centrada no modelo tradicional do ganha-pão masculino). O último enunciado remete para atitudes face ao tipo de trabalho pago (tempo inteiro, tempo parcial, nenhum trabalho) da mulher a viver em casal que tem uma criança que ainda não frequenta a escola. Como se pode ver, é também uma pergunta sobre a divisão familiar do trabalho pago, contextualizada agora em função da idade da criança:

  V7 Está certo que a mulher trabalhe, mas o que a maior parte das mulheres realmente quer ter é um lar e filhos;
  V8 Ser dona de casa/doméstica é tão gratificante como ter um emprego;
  V9 A melhor maneira de a mulher ser independente é ter um emprego;
  V10 Marido e mulher devem ambos contribuir para o rendimento do agregado familiar;
  V11 Compete ao homem ganhar dinheiro e à mulher cuidar da casa e da família;
  V15 Na sua opinião, a mulher devia ter um trabalho a tempo inteiro, a tempo parcial ou ficar em casa quando há uma criança que ainda não entrou para a escola (menos de 6 anos);

- O índice relativo à *divisão do trabalho não pago* foi construído a partir das respostas individuais a dois enunciados que dizem respeito às atitudes face ao aumento da participação do homem em dois

tipos de trabalho não pago: as tarefas domésticas e os cuidados prestados às crianças:

V12 Os homens deviam participar mais nas tarefas domésticas do que participam actualmente;
V13 Os homens deviam tomar mais conta dos filhos do que tomam actualmente;

- O índice relativo à relação entre *emprego e maternidade* foi construído a partir de três enunciados. Já não se trata de analisar a atitude, mais ou menos positiva, face à mulher que trabalha fora de casa. Procura-se agora perceber a atitude face ao impacto que o emprego feminino pode ter na maternidade, nos cuidados femininos prestados a crianças pequenas e na vida familiar em geral. De uma certa forma, estamos a olhar, de uma forma indirecta, para o papel primordial atribuído à mulher na educação e nos cuidados prestados a crianças muito pequenas:

  V4 Uma mãe que trabalha fora de casa pode ter uma relação tão carinhosa e sólida com os filhos como uma mãe que não trabalha fora de casa;
  V5 É provável que uma criança pequena (até ir para a escola) sofra se a mãe trabalhar fora de casa;
  V6 Bem vistas as coisas, a vida familiar é prejudicada quando a mulher trabalha fora de casa a tempo inteiro.

Principais padrões atitudinais em Portugal

No caso de Portugal, se olharmos em conjunto para todas as respostas individuais, constata-se que os valores médios nos três índices são bastante diferentes (a escala vai de 1 a 5: o 1 representa atitudes mais conservadoras e o 5 atitudes menos conservadoras). Observa-se no quadro 5.1 que os valores são médios no índice do trabalho pago (3,18), elevados no índice do trabalho não pago (4,12) e muito baixos no caso do índice do emprego e maternidade (2,61). Em suma, os valores mostram que os portugueses concordam bastante com o emprego feminino e o modelo de *duplo emprego* no casal, concordam muito com o enunciado de que os homens deviam participar mais nas tarefas e nos cuidados aos filhos e, por último, concordam mesmo muito com o enunciado segundo o qual o emprego da mulher tem um impacto ne-

gativo na maternidade, nos cuidados prestados a crianças pequenas com menos de 6 anos e na vida familiar em geral. Os resultados relativos a este último índice parecem mostrar, por um lado, que em Portugal se atribui um papel primordial à família e à mãe nos cuidados prestados às crianças e, por outro, embora indirectamente, que os inquiridos sentem que é difícil conciliar o trabalho pago e os papéis parentais.

Quadro 5.1 – Principais padrões de atitudes face à divisão familiar do trabalho, Portugal
($n = 1004$)

		3 índices – médias*		
	%	Índice de divisão do trabalho pago	Índice de divisão do trabalho não pago	Índice de emprego e maternidade
		(Portugal: $\alpha = 0{,}55$; 7 países: $\alpha = 0{,}68$)	(Portugal: 0,51, $p < 0{,}001$; 7 países: 0,70, $p < 0{,}001$)	(Portugal: $\alpha = 0{,}60$; 7 países: $\alpha = 0{,}72$)
Tradicional forte	8,4	2,91	2,59	2,70
Tradicional forte modificado	25,6	2,54	4,16	1,82
Moderno maternidade forte	28,1	3,56	4,37	2,25
Moderno moderado	23,1	3,01	4,12	3,10
Moderno forte	14,8	4,01	4,46	3,88
Total	100,0	**3,18**	**4,12**	**2,61**
		$F(4, 999) = 354{,}83$, $p < 0{,}001$, $\eta^2 = 0{,}59$	$F(4, 999) = 205{,}43$, $p < 0{,}001$, $\eta^2 = 0{,}45$	$F(4, 999) = 613{,}11$, $p < 0{,}001$, $\eta^2 = 0{,}71$

* Escala:
1 – atitudes mais conservadoras («ganha-pão» masculino, mulher doméstica e principal cuidadora, impacto negativo) <——> **5 – atitudes mais liberais** (casal duplo emprego, ambos domésticos e cuidadores, sem impacto)

Relativamente aos padrões atitudinais, encontramos cinco padrões distintos[2]. O padrão *tradicional forte* é conservador nos três índices (quadro 5.1) e aponta para o modelo clássico do homem provedor da família/mulher doméstica. Do ponto de vista dos enunciados que compõem os índices (quadros 5.2 e 5.3) constata-se neste padrão que uma proporção elevada dos inquiridos concorda, por um lado, que o que a maioria das mulheres quer é ter um lar e filhos e que o trabalho de um homem é ganhar dinheiro e o da mulher é tratar da casa e dos filhos e discorda, por outro lado, da ideia de uma maior participação dos homens no trabalho doméstico.

[2] Os padrões foram obtidos através de uma análise de *clusters*. A análise de *clusters* foi feita em dois passos: efectuámos primeiro uma análise de *clusters* hierárquica, utilizando o método Ward, e em seguida utilizámos o procedimento de classificação *quick cluster,* que permite optimizar a classificação dos sujeitos obtida através do *cluster* hierárquico. Este tipo de análise estatística dá alguma margem de liberdade à leitura da realidade empírica, não limitando à partida o número de padrões que iríamos descobrir.

O padrão *tradicional forte modificado,* que poderia ter o título alternativo de *tradicional forte com algum companheirismo doméstico,* também é muito conservador do ponto de vista da divisão do trabalho pago e do impacto do emprego feminino, mas é mais liberal no que diz respeito à participação do homem no trabalho não pago. Este padrão parece indicar uma preferência por um modelo baseado em papéis de género diferenciados, em que a mulher fica em casa e toma conta dos filhos, mas também deseja, a par desta diferenciação, alguma partilha conjugal no quotidiano doméstico. É um padrão interessante, já encontrado noutros inquéritos[3], em que as pessoas advogam um modelo do provedor masculino/mulher doméstica, mas aceitam com alguma dificuldade a ideia de uma total segregação nas rotinas dentro de casa. Dito de outra forma, é como se os valores da família moderna, centrados no companheirismo, na partilha e na comunicação, tornassem difícil aceitar papéis de género totalmente segregados no dia a dia doméstico, mesmo quando o homem é o principal provedor.

O padrão *moderno maternidade forte* tem características bastante diferentes. As atitudes face ao emprego feminino e ao aumento da participação dos homens na vida doméstica são de concordância, enquanto as atitudes face ao impacto do emprego na maternidade e na vida familiar são muito negativas. É um padrão baseado num contraste marcado entre um apoio forte em relação a papéis de género igualitários no trabalho pago e não pago e uma atitude muito negativa face às mães que trabalham a tempo inteiro quando os filhos são muito pequenos. Valoriza-se, neste padrão, a maternidade e o trabalho feminino a tempo parcial para apoiar as crianças. Aliás, como se pode observar no quadro 5.3, são os inquiridos que se enquadram neste padrão de atitudes os que mais concordam (71%) com o trabalho feminino a tempo parcial quando as crianças são muito pequenas.

Por último, temos dois padrões – o *moderno forte* e o *moderno moderado* – menos conservadores. O *moderno forte,* para além de ter valores elevados nos índices do trabalho pago e não pago, também é praticamente o único que tem um valor claramente elevado no índice do emprego e maternidade, mostrando que os inquiridos recusam o impacto negativo do trabalho feminino na relação mãe-filho e nos cuidados prestados a crianças pequenas.

[3] Wall e Guerreiro (2005).

Quadro 5.2 – Principais padrões de atitudes segundo alguns enunciados utilizados, Portugal
(% de concordância; $n = 1005$)

	Todos	Tradicional forte	Tradicional forte modificado	Moderno maternidade forte	Moderno moderado	Moderno forte
Índice de divisão do trabalho pago (média)	3,18	2,91	2,54	**3,56**	3,01	**4,01**
Um emprego é bom, mas o que a maioria das mulheres quer é uma casa e filhos	60,1	**65,8**	**88,3**	53,6	58,0	32,2
O trabalho de um homem é ganhar dinheiro, o trabalho de uma mulher é cuidar da casa e da família	32,9	55,9	**64,6**	19,9	25,6	1,3
Índice de divisão do trabalho não pago (média)	4,12	2,59	4,16	**4,37**	4,12	**4,46**
Os homens devem fazer mais trabalho doméstico do que fazem actualmente	85,7	16,5	83,3	**95,7**	**94,8**	**96,7**
Os homens devem cuidar mais vezes dos filhos do que actualmente cuidam	87,1	28,6	**93,8**	**92,6**	**90,9**	**92,7**
Índice de emprego e maternidade (média)	2,61	2,70	1,82	2,25	**3,10**	**3,88**
Uma mãe que trabalha pode estabelecer um relacionamento tão próximo e afável como uma mãe que não trabalha	56,9	65,5	17,5	46,6	**84,5**	**96,7**
Uma criança em idade pré-escolar poderá eventualmente sofrer se a sua mãe tiver um emprego a tempo inteiro	78,5	**88,1**	**96,2**	**93,3**	64,7	36,3

Quadro 5.3 – Principais padrões de atitudes por percentagem de quem pensa que uma mulher deve trabalhar a tempo inteiro, a tempo parcial ou não deve trabalhar quando tem filhos em idade pré-escolar (*a*)
($n = 1005$)

	Todos	Tradicional forte	Tradicional forte modificado	Moderno maternidade forte	Moderno moderado	Moderno forte
Emprego tempo inteiro	12,3	13,1	0,4	16,0	1,7	42,3
Emprego tempo parcial	44,5	21,4	13,6	71,5	48,5	53,7
Ficar em casa	43,2	65,5	86,0	12,5	49,8	4,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

(*a*) $\chi^2_8 = 514{,}08$, $p < 0{,}001$ (coeficiente de contingência = 0,58).

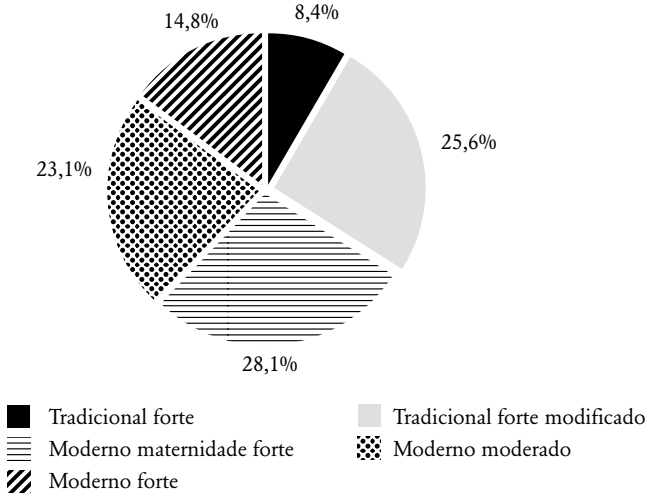
Para se ver em pormenor como é que os inquiridos, considerados pertencentes aos cinco padrões atitudinais, discordaram ou concordaram com os enunciados utilizados podemos também fazer uma leitura breve de dois quadros que cruzam os cinco padrões com as percentagens dos

que concordam com algumas das perguntas (quadros 5.2 e 5.3). Note-se, por exemplo, que os padrões atitudinais tradicionais se associam a percentagens elevadas de concordância no enunciado relativo ao homem provedor e no que se refere ao facto de uma criança pequena sofrer quando a mãe trabalha a tempo inteiro. No pólo oposto, o padrão *moderno forte* associa-se a uma recusa quase total (apenas 1,3% concorda) do modelo do homem provedor, apoia de forma esmagadora (97%) a participação dos homens nas tarefas domésticas e é o único padrão em que os inquiridos acham que uma percentagem elevada (42%) das mães devia trabalhar a tempo inteiro quando existe uma criança pequena (quadro 5.3).

Na figura 5.1 podemos observar que os padrões atitudinais mais tradicionais representam cerca de um terço (34%) do total. Verifica-se, porém, que o padrão *tradicional forte,* aquele que traduz de uma forma mais consistente as atitudes face à divisão familiar do trabalho centradas no modelo do «homem provedor», corresponde hoje a uma franja claramente minoritária da população. Pelo contrário, tanto o padrão *tradicional forte modificado* (ou com *companheirismo doméstico*) como o padrão *moderno maternidade forte* representam fatias importantes (27% e 28%) do total, enquanto os dois padrões mais modernos, em conjunto, chegam a 38% do total. De notar, no entanto, que no padrão *moderno forte* apenas se encontra um oitavo dos inquiridos (15%).

O cruzamento dos padrões de atitudes face à divisão familiar do trabalho com alguns factores demográficos, profissionais e sociais indica

Figura 5.1 – Principais padrões de atitudes, Portugal
($n = 1004$)



que os mais significativos em Portugal são a idade, a posição social (medida através do nível de instrução e da classe social) e a condição perante o trabalho (para as mulheres) (quadro 5.4). O sexo tem algum impacto, mas não é uma das variáveis que mais explicam a diversidade das atitudes face à divisão familiar do trabalho. Os homens são ligeiramente mais conservadores do que as mulheres: 39% dos homens, mas apenas 30% das mulheres, preferem os padrões mais tradicionais, enquanto 16,9% das mulheres e só 12,5% dos homens se encontram no padrão mais moderno. É interessante sublinhar também que o padrão *moderno maternidade forte* está mais associado às mulheres (quase um terço: 32%) do que aos homens (24%), enquanto o padrão *tradicional forte* se encontra sobrerrepresentado nos homens.

Quadro 5.4 – Padrões atitudinais em Portugal segundo o sexo, a idade, o estado civil, o nível de educação, a classe social, a condição perante o trabalho, a religião

	Tradicional forte	Tradicional forte modificado	Moderno maternidade forte	Moderno moderado	Moderno forte
Sexo ($n = 1004$)					
Masculino	12,3	27,0	23,8	24,4	12,5
Feminino	4,9	24,6	31,7	22,0	16,9
Total	8,4	25,7	28,0	23,1	14,8
$\chi^2_4 = 26{,}55$, $p < 0{,}001$; $cc = 0{,}16$					
Idade ($n = 1005$)					
18 - 29 anos	6,6	7,0	32,8	27,1	26,6
30 - 44 anos	14,6	19,8	25,0	24,3	16,3
45 - 64 anos	5,4	32,3	28,6	22,8	10,9
65 anos ou mais	6,3	46,4	26,6	16,7	4,2
Total	8,5	25,6	28,1	23,0	14,8
$\chi^2_{12} = 138{,}30$, $p < 0{,}001$; $cc = 0{,}35$					
Idade e sexo					
Homens ($n = 388$)					
18 - 29 anos	8,1	12,6	29,7	28,8	20,7
30 - 44 anos	23,9	15,5	18,3	28,9	13,4
45 - 64 anos	7,2	35,3	24,5	21,6	11,5
65 anos ou mais	6,5	53,2	23,4	15,6	1,3
Total	12,4	26,9	23,7	24,5	12,6
$\chi^2_{12} = 83{,}24$, $p < 0{,}001$; $cc = 0{,}39$					
Mulheres ($n = 534$)					
18 - 29 anos	5,1	2,5	34,7	26,3	31,4
30 - 44 anos	5,5	24,0	30,8	19,9	19,9
45 - 64 anos	3,9	29,0	32,3	23,9	11,0
65 anos ou mais	6,1	41,7	28,7	17,4	6,1
Total	5,1	24,5	31,6	21,9	16,9
$\chi^2_{12} = 69{,}14$, $p < 0{,}001$; $cc = 0{,}34$					
Estado civil					
Homens ($n = 472$)					
Casado	12,1	33,1	25,5	21,4	7,9
Coabitante	15,4		23,1	38,5	23,1
Viúvo	0,0	75,0	16,7		8,3
Divorciado/separado	25,0	16,7	12,5	16,7	29,2
Solteiro	12,2	13,7	22,9	32,8	18,3
Total	12,6	27,0	23,8	24,3	12,3
$\chi^2_{16} = 58{,}53$, $p < 0{,}001$; $cc = 0{,}33$					

	Tradicional forte	Tradicional forte modificado	Moderno maternidade forte	Moderno moderado	Moderno forte
Mulheres (*n* = 533)					
Casada	4,7	26,0	34,8	21,6	12,8
Coabitante	4,3	43,5	8,7	26,1	17,4
Viúva	5,8	32,6	29,1	23,3	9,3
Divorciada/separada	8,0	12,0	28,0	32,0	20,0
Solteira	4,9	11,8	32,4	17,6	33,3
Total	5,1	24,4	32,0	21,8	16,7
$\chi^2_{16} = 44{,}70$, $p < 0{,}001$; $cc = 0{,}28$					
Escolatidade (*n* = 1004)					
Nenhum	5,2	45,4	23,0	21,3	5,2
1.º ciclo do ensino básico	10,6	40,1	24,6	20,8	3,9
2.º e 3.º ciclo do ensino básico	9,8	16,0	35,6	27,8	10,8
Ensino secundário	5,1	6,4	26,1	24,2	38,2
Ensino superior	8,4	7,2	26,5	15,7	42,2
Total	8,4	25,7	28,1	23,1	14,7
$\chi^2_{16} = 253{,}91$, $p < 0{,}001$; $cc = 0{,}45$					
Classe social (*n* = 851)					
(inclui os estudantes e as domésticas)					
Empresários e dirigentes	3,0	18,2	12,1	33,3	33,3
Profissões intelectuais e científicas	6,9	9,7	20,8	18,1	44,4
Profissões técnicas e de enquadramento intermédio	2,1	19,1	44,7	19,1	14,9
Independentes e pequenos patrões do secundário e terciário	13,9	16,7	31,9	22,2	15,3
Camponeses	47,6	14,3	23,8	14,3	,0
Empregados executantes	6,4	16,2	30,6	28,3	18,5
Empregados não qualificados do terciário	8,2	31,6	27,6	20,4	12,2
Operariado industrial	9,6	33,8	24,8	24,5	7,3
Assalariados agrícolas	3,0	42,4	27,3	24,2	3,0
Total	8,9	24,9	27,3	23,9	15,0
$\chi^2_{32} = 161{,}20$, $p < 0{,}001$; $cc = 0{,}40$					
Condição perante o trabalho					
Pop. < 65 anos					
(sem estudantes e outra situação)					
Homens (*n* = 364)					
Empregado(a) a tempo inteiro	15,1	17,9	24,9	26,7	15,4
Empregado(a) a tempo parcial	9,1	18,2	63,6	9,1	100,0
Desempregado(a)	13,2	26,3	18,4	21,1	21,1
Reformado(a), pré-reformado(a) ou com invalidez permanente	13,8	51,7	20,7	13,8	
Doméstico(a)	100,0				100,0
Total	14,3	21,4	23,6	26,1	14,6
$\chi^2_{16} = 35{,}30$, $p < 0{,}01$; $cc = 0{,}30$					
Mulheres (*n* = 374)					
Empregado(a) a tempo inteiro	6,7	14,3	36,7	20,5	21,9
Empregado(a) a tempo parcial	3,1	15,6	25,0	31,3	25,0
Desempregado(a)	6,4	17,0	46,8	19,1	10,6
Reformado(a), pré-reformado(a) ou com invalidez permanente	4,8	28,6	28,6	9,5	28,6
Doméstico(a)	46,9	21,9	28,1	3,1	100,0
Total	5,1	21,1	34,0	21,9	17,9
$\chi^2_{16} = 54{,}77$, $p < 0{,}001$; $cc = 0{,}36$					
Religião					
Católicos praticantes	6,3	35,2	25,8	24,6	8,0
Católicos não praticantes	8,1	22,0	29,1	23,4	17,3
Outra religião	14,3	21,4	21,4	28,6	14,3
Nenhuma religião	13,1	15,9	33,6	13,1	24,3
Total	8,2	26,0	28,2	22,9	14,7
$\chi^2_{12} = 52{,}42$, $p < 0{,}001$; $cc = 0{,}22$					

A idade introduz variações mais significativas. No grupo de idade dos 65 anos e mais verifica-se que mais de metade dos inquiridos (52,7%) adere aos modelos tradicionais, sendo de notar, contudo, que, neste grupo de idade, a preferência se centra nitidamente no padrão *tradicional modificado,* caracterizado, como já se viu, por uma atitude um pouco mais positiva face à maior participação dos homens nas tarefas domésticas e nos cuidados a dependentes. Um segundo aspecto, mais inesperado, diz respeito a 15%, uma percentagem bastante elevada e bem acima do valor médio, dos inquiridos entre os 30 e os 44 anos que se situam no padrão *tradicional forte*. Se controlarmos este dado por idade e sexo, descobrimos que são sobretudo os homens – 24%, comparados com 6% das mulheres entre os 30 e os 44 anos – que se associam ao modelo do homem provedor/mulher em casa.

Em suma, os dados apontam para uma interpretação segundo a qual a variação das atitudes «tradicionais» não é apenas o resultado da idade (maior conservadorismo nos grupos de idade mais velhos), mas também está relacionada com a fase da vida familiar: nos homens entre os 30 e os 44 anos, isto é, os que estão na idade de entrada e de vivência da conjugalidade e da parentalidade, um em cada quatro concorda com uma divisão familiar do trabalho pago e não pago totalmente segregada, que os coloca a eles no papel de provedor e a elas no papel de cuidadora da casa e das crianças. Neste grupo de idade, em contrapartida, as mulheres afastam-se do padrão *tradicional forte* e tendem a inserir-se, em proporções elevadas, no padrão *tradicional forte com companheirismo doméstico* (24%) e no padrão *moderno maternidade forte* (30,8%). No primeiro modelo concordam com uma divisão tradicional do trabalho pago onde o homem participa sozinho no mercado de trabalho; no segundo discordam desse enunciado, mas preferem, quando as crianças são pequenas, o modelo do *emprego e meio:* o homem a tempo inteiro e a mulher a tempo parcial.

Importa não esquecer, portanto, que no momento actual o modelo do homem provedor que sustenta a família não está, por variadas razões, que podem ir desde a pressão social e profissional até às interacções familiares, a ser completamente afastado ou posto de lado pelas gerações mais novas. Aliás, podemos observar por outra via esta relação que se estabelece por vezes entre uma fase da vida familiar e as atitudes de concordância face ao modelo do homem provedor: cruzando os padrões atitudinais com o estado civil dos inquiridos (quadro 5.4), verifica-se que são os homens casados, depois dos viúvos, que evidenciam uma percentagem elevada nos dois padrões mais tradicionais (45,2%).

Apenas 26% dos homens solteiros e 7,6% das mulheres solteiras se inserem nos mesmos padrões.

No entanto, a variável que mais impacto tem na variação das atitudes é a posição social. O nível de instrução é um indicador revelador. A medida que subimos na escala dos níveis de educação, verifica-se um aumento do padrão *moderno forte*, que passa de 3,9% nos inquiridos com o ensino primário para 42,2% nos que têm um curso superior, acompanhado de uma descida regular dos dois padrões *tradicionais*: a nível do ensino primário, metade (50,7%) dos inquiridos associa-se a estes padrões; a nível do ensino obrigatório, apenas um quarto dos inquiridos (25,8%); a nível do ensino secundário, apenas um décimo (11,5%).

Dois pormenores destoam da aparente linearidade dos dados. Por um lado, os padrões *moderno maternidade forte* e *moderno moderado* variam menos segundo os níveis de escolaridade do que os outros padrões, notando-se apenas alguma sobrerrepresentação a nível dos inquiridos com o ensino obrigatório. Por outro lado, o valor conjunto dos padrões tradicionais a nível dos inquiridos com o ensino superior é ligeiramente mais elevado, em percentagem total (15,6%), do que o mesmo valor para os inquiridos com o ensino secundário (11,5). São discrepâncias ligeiras que apontam, apesar de tudo, para alguma diversidade de atitudes nos meios sócio-profissionais mais favorecidos e escolarizados. Como se pode constatar nos dados relativos à classe social, tanto os empresários e dirigentes como os profissionais técnicos e de enquadramento aderem mais a atitudes «tradicionais com companheirismo doméstico» do que os profissionais intelectuais e científicos. Aliás, é apenas neste último grupo sócio-profissional que quase metade dos inquiridos adopta um padrão *moderno forte* de atitudes.

A relação entre os padrões atitudinais e a condição perante o trabalho também revela alguma correlação entre as duas variáveis, menos significativa, no entanto, do que a posição social. Na população feminina em idade activa (com menos de 65 anos) sobressai o facto de a condição de doméstica estar claramente associada ao padrão *tradicional forte modificado* (46,9% das inquiridas). Em contrapartida, existe pouca diferença nos padrões atitudinais das mulheres que trabalham a tempo parcial e das que trabalham a tempo inteiro. Aliás, as primeiras estão mais associadas aos padrões modernos do que as que trabalham a tempo inteiro, indiciando uma certa preferência pelo trabalho a tempo inteiro, e não a tempo parcial. Não se encontra, assim, em Portugal uma colagem importante entre atitudes e práticas, um resultado que contraria em parte a proposta de Hakim, segundo a qual existe actual-

mente uma colagem significativa entre «preferências» e práticas de divisão familiar de trabalho e um efeito cada vez menor dos constrangimentos associados ao mercado de emprego e a factores sociais (Hakim, 2003).

Se seleccionarmos apenas a população com menos de 50 anos e a viver em casal para focarmos melhor a relação entre as atitudes e a divisão conjugal do trabalho pago (quadro 5.5), verifica-se mais uma vez o efeito modesto dos padrões atitudinais. Predomina sempre a situação em que ambos os cônjuges trabalham. Nota-se, no entanto, uma diferença significativa a nível do padrão *tradicional forte com companheirismo doméstico,* o padrão tradicional mais «popular» actualmente: a proporção de casais em que ambos trabalham continua a ser predominante (53,2%), mas está muito abaixo do valor médio (71,1%); por outro lado, existe um terço dos casais em que é «só o homem a trabalhar». Os dois padrões seguintes – o *moderno maternidade forte* e o *moderno moderado* – estão próximos dos valores médios, mas o padrão *moderno forte* associa-se claramente a uma percentagem acima da média em que ambos os casais trabalham (81,5%). Em resumo, apesar de práticas de divisão do trabalho pago em que predomina sempre o trabalho de ambos os membros do casal, as atitudes podem fazer aumentar ou diminuir ligeiramente o trabalho de ambos ou a situação do homem provedor, especialmente nos padrões atitudinais mais «radicais», isto é, nos que se associam de forma consistente a um conjunto de atitudes quer muito conservadoras, quer muito liberais.

Quadro 5.5 – Padrões de atitudes na população até 50 anos a viver em conjugalidade por divisão conjugal do trabalho profissional, Portugal (*a*)
($n = 340$)

	Todos os casais	Tradicional forte	Tradicional forte modificado	Moderno maternidade forte	Moderno moderado	Moderno forte
Ambos a trabalhar	71,1	75,0	53,2	71,7	76,0	81,5
Só o homem a trabalhar	23,7	25,0	33,9	23,6	22,7	13,0
Só a mulher a trabalhar	5,2	–	12,9	4,7	1,3	5,6

(*a*) $\chi^2_8 = 20{,}34$, $p < 0{,}01$; $cc = 0{,}24$.

Quadro 5.6 – Padrões de atitudes na população até 50 anos a viver em conjugalidade segundo quem faz a limpeza da casa (*a*) ($n = 329$)

	Todos os casais	Tradicional forte	Tradicional forte modificado	Moderno maternidade forte	Moderno moderado	Moderno forte
Sempre/habitualmente a mulher	72,8	86,7	78,1	67,3	86,1	50,0
Igual	16,9	6,7	18,8	19,2	8,3	28,0
Sempre/habitualmente o marido	2,8	3,3	1,6	3,8	1,4	4,0
Delegado numa terceira pessoa	7,5	3,3	1,6	9,6	4,2	18,0

(*a*) $\chi^2_{12} = 30{,}19$, $p < 0{,}01$; $cc = 0{,}29$.

Quanto às atitudes e às práticas de divisão familiar do trabalho doméstico, é sabido que o desfasamento é grande. O nosso inquérito também o confirma. Se olharmos para uma das tarefas domésticas mais rotineiras – a limpeza da casa (quadro 5.6) –, constata-se que os padrões que mais defendem a participação do homem nas tarefas domésticas estão associados a valores elevados da solução em que «é sempre ou habitualmente a mulher» a limpar a casa. É verdade que o padrão *moderno forte* tem um valor menos elevado (50%) nesta categoria e mais casais a partilharem a limpeza, mas é preciso ter em conta que esse valor mais baixo é compensado por uma percentagem elevada de casais (18%) que delegam a limpeza numa terceira pessoa.

Uma primeira análise comparativa

Se colocarmos agora Portugal num conjunto de 15 países europeus (quadro 5.7) para conseguirmos perceber a sua posição relativa nas três medidas utilizadas, constatamos que no índice da divisão familiar do trabalho pago o país se encontra muito próximo de alguns países (a Finlândia, a Irlanda, a Alemanha Ocidental) com valores próximos do valor médio para todos os países. Distancia-se assim dos países escandinavos e também da Espanha e da França, que exibem valores acima do valor médio, mas afasta-se dos países mais conservadores relativamente a esta dimensão (não só dos países do alargamento europeu, mas também da Grã-Bretanha e da Suíça).

Nos dois outros índices, a posição de Portugal é completamente diferente. Juntamente com a Espanha, a França, a Finlândia e a Suécia, Portugal tem um dos valores mais elevados no índice do trabalho familiar

não pago, sendo estes os países que mais concordam que o homem devia aumentar a sua participação nas tarefas domésticas e nos cuidados às crianças. As interpretações da posição de Portugal nesta dimensão são diversas. Para uns é sinal de que em Portugal a divisão do trabalho doméstico é tão tradicional que as atitudes mais «modernas» no campo do trabalho não pago indiciam sobretudo uma grande vontade de mudança.

No entanto, se olharmos para os valores, também elevados, da França, da Finlândia e da Suécia, países considerados como tendo divisões domésticas menos tradicionais, esta primeira interpretação pode parecer incompleta, já que existem outros factores comuns a estes países e a Portugal que podem conduzir a interpretações complementares. Verifica-se, por exemplo, que Portugal, a França, a Finlândia e a Suécia são alguns dos países da antiga UE onde as proporções de mulheres em idade activa a trabalhar a tempo inteiro são mais elevadas (v. caracterização dos países, anexo, quadro 5.21) e onde, à excepção da Espanha (que constitui uma *latecomer* neste domínio), as políticas nacionais têm reconhecido a importância do trabalho feminino fora de casa ao longo das últimas décadas. No pólo oposto temos não só países que, nas últimas décadas e em termos de política de família, mantiveram um forte apoio ao modelo do provedor masculino e à saída (total ou parcial) do mercado de trabalho para as mulheres com crianças pequenas (Grã-Bretanha, Irlanda, Holanda, Suíça, Alemanha Ocidental), mas também os países do alargamento europeu que adoptaram mais recentemente uma política de saída parcial ou total das mulheres com crianças do mercado de trabalho (abandonando também, na época pós-soviética, a política de equipamentos para as famílias com crianças). Por outras palavras, podemos pensar que é sobretudo em países onde existe um reconhecimento forte e legitimado do trabalho feminino a tempo inteiro (e práticas que caminharam nesse sentido durante várias décadas, sem serem postas em causa nos anos 90, como nos países do alargamento) que também emergem atitudes mais concordantes relativamente a um aumento da participação masculina no trabalho não pago. No fundo, os dados sugerem que uma lógica de «duplo emprego a tempo inteiro» também facilita a emergência de atitudes de forte apoio ao «duplo cuidar» em casa.

Por último, no índice do emprego e maternidade, Portugal situa-se na posição mais conservadora de todos os países e ao lado de vários países do alargamento europeu, da Espanha e da Suíça. Mais uma vez, a tentação de tentar interpretar esta situação em função das práticas é grande, pensando, nomeadamente, nas longas horas de trabalho das mulheres

Quadro 5.7 – Atitudes face aos papéis de género e divisão familiar do trabalho
(médias dos índices)

Índice de divisão do trabalho pago		Índice de divisão do trabalho não pago		Índice de emprego e maternidade	
Todos os países	**3,19**	**Todos os países**	**3,77**	**Todos os países**	**3,18**
Alemanha de Leste	3,72	Espanha	4,14	Alemanha de Leste	3,80
Suécia	3,51	Portugal	4,11	Suécia	3,61
Noruega	3,39	França	3,96	Noruega	3,45
Espanha	3,36	Finlândia	3,85	Finlândia	3,41
Holanda	3,30	Suécia	3,78	Irlanda do Norte	3,28
França	3,27	República Checa	3,74	Grã-Bretanha	3,26
Portugal	3,18	Polónia	3,74	Irlanda	3,26
Alemanha Ocidental	3,17	Noruega	3,71	França	3,23
Irlanda	3,17	Suíça	3,69	Alemanha Ocidental	3,19
Finlândia	3,15	Irlanda do Norte	3,67	Holanda	3,18
Irlanda do Norte	3,11	Eslováquia	3,67	República Checa	3,12
Suíça	3,11	Irlanda	3,65	Eslováquia	3,11
República Checa	3,08	Alemanha Ocidental	3,62	Polónia	3,04
Grã-Bretanha	3,03	Alemanha de Leste	3,62	Espanha	3,01
Polónia	3,03	Grã-Bretanha	3,62	Suíça	2,96
Eslováquia	2,94	Hungria	3,58	Hungria	2,87
Hungria	2,88	Holanda	3,43	Portugal	2,61
$F(16, 17841) = 72{,}58$, $p < 0{,}001$, $\eta^2 = 0{,}06$		$F(6, 20911) = 79{,}03$, $p < 0{,}001$, $\eta^2 = 0{,}06$		$F(6{,}0\ 20586) = 77{,}34$, $p < 0{,}001$, $\eta^2 = 0{,}06$	

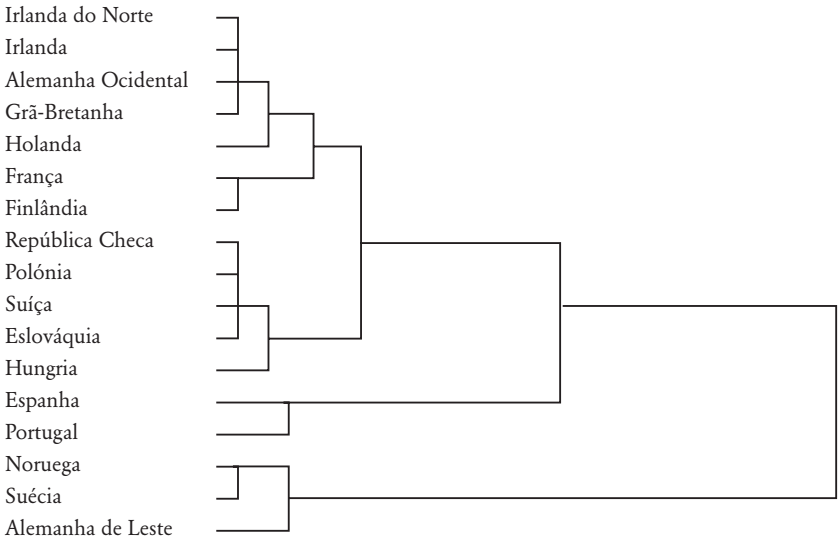
Escala: 1 – papel mais conservador a 5 – papel mais liberal.

portuguesas, tanto no trabalho pago como não pago, e no impacto que essas condições podem ter nas atitudes, levando as pessoas a salientar o impacto negativo do emprego feminino sobre a maternidade, os cuidados à criança e a vida familiar em geral. É uma maneira de olhar para este resultado. No entanto, tendo em conta a forte centralidade da criança e dos filhos nos valores das famílias portuguesas (uma fatia importante dos portugueses concorda com a frase «as pessoas que nunca tiveram filhos têm vidas vazias»; v. Aboim, capítulo 1), seríamos tentados a dizer que esta atitude também pode traduzir o lugar fundamental dos filhos e das tarefas domésticas na identidade e nos domínios de gratificação da população portuguesa. Neste contexto, as atitudes revelam alguma ambiguidade. Por um lado, concorda-se com o duplo emprego e a independência da mulher através do emprego; por outro, dada a centralidade dos filhos e da vida doméstica, considera-se que o emprego feminino não permite fazer as tarefas domésticas e cuidar dos filhos como se gostaria. Reflecte também, muito provavelmente, o facto de a maioria dos portugueses valorizar mais o papel da mãe do que o do

pai para tratar das crianças, o que significa que, tal como nos países mais conservadores, que preferem que seja a mãe a tratar das crianças pequenas, também os portugueses sublinham o papel importante e quase insubstituível da mãe nos cuidados à criança pequena. Aliás, no EVS de 1999, os resultados mostraram que os portugueses acreditam menos do que os inquiridos de outros países que os homens pais sejam tão capazes como as mães de cuidar de uma criança (Almeida, 2003).

Os resultados obtidos através de um dendrograma construído com os mesmos índices e para os mesmos quinze países mudam pouco este panorama (figura 5.2 e quadro 5.8). Ressaltam, basicamente, cinco grupos. O grupo dos países do alargamento europeu e a Suíça têm valores sistematicamente abaixo da média em todos os índices, apresentando-se, assim, como o grupo de países globalmente mais conservadores (quadro 5.8). O grupo da Europa central, se assim podemos dizer, é também bastante conservador; no entanto, por comparação com o grupo anterior, apoia menos o modelo do provedor masculino e apresenta valores próximos da média no que diz respeito ao impacto do emprego feminino nas crianças e na vida familiar. O grupo da Europa do Sul, composto aqui pela Espanha e por Portugal, é o que apresenta mais claramente um misto de atitudes conservadoras e modernas: valores médios ou ligeiramente acima da média no índice do trabalho pago, valores elevados no índice do trabalho não pago e valores muito conservadores no índice do emprego e maternidade. O grupo seguinte contém a França e a Finlândia. Distingue-se por valores médios ou ligeiramente acima da média no índice do trabalho pago, por valores também muito elevados no índice do trabalho não pago e um pouco acima da média no índice maternalista. Os outros países escandinavos (Suécia, Noruega) e a Alemanha de Leste são, pelo contrário, muito pouco conservadores no índice maternalista (ou seja, não acham de todo que o trabalho da mulher tem um impacto negativo na criança e na família) e são também os que mostram valores mais elevados no índice do trabalho pago. Face aos diferentes enunciados sobre o trabalho pago, valorizam claramente o papel da mulher que trabalha (e não a dona de casa) e são também os que concordam *menos* que a mulher *deve ficar em casa* quando tem uma criança muito pequena (19% na Suécia, comparados com 36% em Espanha, 39% na República Checa, 43% em França e em Portugal, 52% na Alemanha Ocidental e 56% na Grã-Bretanha; v. anexo, quadro 5.19). No entanto, no índice do trabalho não pago têm valores elevados, mas mais baixos do que a França, Portugal e a Finlândia.

Figura 5.2 – Atitudes face à divisão familiar do trabalho (dendrograma)
(variáveis consideradas: três índices)



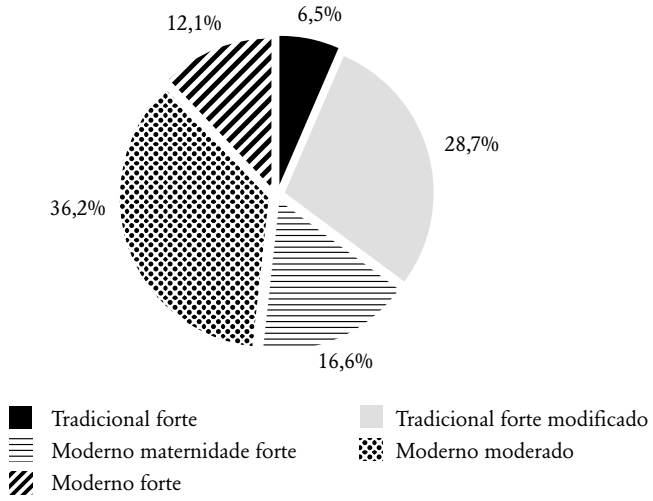
Quadro 5.8 – Atitudes face à divisão familiar do trabalho
(médias dos índices)

	Índice de divisão do trabalho pago	Índice de divisão do trabalho não pago	Índice de emprego e maternidade
Hungria	2,88	3,58	2,87
República Checa	3,08	3,74	3,12
Polónia	3,03	3,74	3,04
Eslováquia	2,94	3,67	3,11
Suíça	3,11	3,69	2,96
Alemanha Ocidental	3,17	3,62	3,19
Grã-Bretanha	3,03	3,62	3,26
Irlanda do Norte	3,11	3,67	3,28
Irlanda	3,17	3,65	3,26
Holanda	3,30	3,43	3,18
Espanha	3,36	4,14	3,01
Portugal	**3,18**	**4,11**	**2,61**
França	3,27	3,96	3,23
Finlândia	3,15	3,85	3,41
Noruega	3,39	3,71	3,45
Suécia	3,51	3,78	3,61
Alemanha de Leste	3,72	3,62	3,80
Total	3,19	3,77	3,18

Uma perspectiva comparada: padrões atitudinais face à divisão familiar do trabalho em sete países europeus

Os cinco padrões atitudinais descritos para Portugal foram também os que encontrámos em Espanha. No entanto, como se pode observar na figura 5.3, as percentagens relativas a cada tipo de padrão são ligeiramente diferentes. Os padrões tradicionais representam, tal como em Portugal, cerca de um terço do total (35%; 34% em Portugal). O padrão *moderno maternidade forte* apenas representa 17% (28% em Portugal) e os dois padrões mais modernos representam, juntos, 48%, embora o padrão predominante seja o *moderno moderado* (36%) e o *moderno forte* atinja apenas 12% do total (15% em Portugal). As grandes tendências são assim bastante semelhantes: o *tradicional forte* e o *moderno forte* como padrões minoritários, o *tradicional modificado*, o *moderno maternidade forte* e o *moderno moderado* como padrões predominantes. No caso português sobressai mais o padrão *moderno maternidade forte* e em Espanha o *moderno moderado*.

Figura 5.3 – Principais padrões de atitudes face aos papéis de género, Espanha
($n = 1993$)



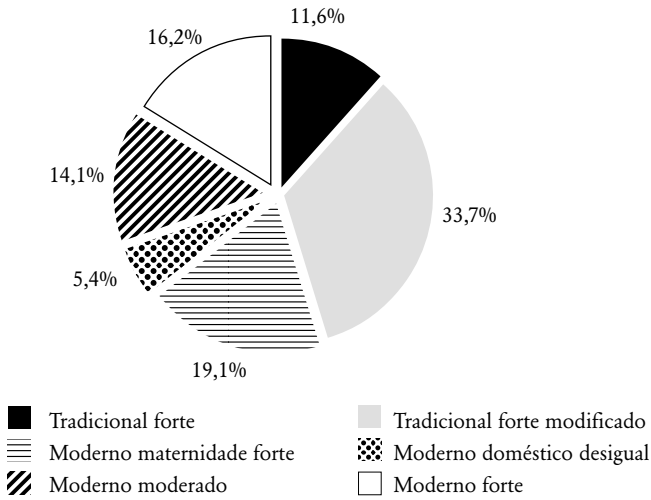
Comparando estes padrões com os da República Checa (figura 5.4), notam-se algumas diferenças importantes. Ressalta, desde logo, uma

proporção elevadíssima dos padrões *tradicional forte,* que representam, no seu conjunto, quase metade do total (45%). Aliás, o padrão dominante é o *tradicional forte modificado* (34%), aquele em que os entrevistados concordam com o modelo do homem como principal provedor da família (adicionando um pouco de companheirismo doméstico). No lado oposto, os padrões *moderno moderado* e *moderno forte* atingem, em conjunto, os valores mais baixos encontrados nos sete países (30%), enquanto o *moderno maternidade forte* se revela bastante importante (19%) e o *moderno doméstico desigual,* um padrão atitudinal que não encontrámos na Europa do Sul, claramente minoritário (5,4%). Do ponto de vista dos índices, este último padrão de atitudes tem valores relativamente elevados, ou seja, «modernos», nas atitudes face ao trabalho pago e nas atitudes face ao emprego e à maternidade. Pelo contrário, as atitudes face ao trabalho não pago são muito conservadoras, semelhantes aos valores encontrados no padrão *tradicional forte,* o que significa que estes inquiridos não concordam de todo que o homem devia fazer mais em casa.

Em resumo, apesar de ser considerado o país mais «social-democrata» dos países do alargamento, a República Checa apresenta actualmente um conjunto de padrões que retomam, em grande medida, os papéis de género associados ao homem que sustenta a família e à mulher que cuida dos filhos e das tarefas domésticas. Um dos elementos que podem explicar este perfil é a promoção e a prática do regresso da mulher a casa quando existem crianças pequenas (observando-se, aliás, uma proporção muito elevada – 73% – de respondentes com filhos abaixo dos 6 anos que não trabalham; cf. anexo, quadro 5.21). Nos anos a seguir à queda da União Soviética, a política de família não só valorizou explicitamente o modelo dos cuidados maternos em casa, como promoveu, através de medidas governamentais, o regresso a casa de mulheres com filhos, instituindo, por exemplo, uma licença parental de quatro anos, a mais extensa de todos os países europeus. O que se observa como resultado destes desenvolvimentos, por contraste com os países membros mais antigos, é uma população cujas atitudes se dividem ao meio de uma forma mais marcada, metade nitidamente associada a padrões *tradicionais fortes*, metade repartindo-se entre um padrão *maternidade forte* e padrões mais *modernos*.

A par da República Checa, que se revelou até agora o país com a percentagem mais elevada dos padrões tradicionais, a Alemanha Ocidental também apresenta uma fatia importante de padrões atitudinais mais tradicionais. No entanto, se se compararem os padrões checos

Figura 5.4 – Principais padrões de atitudes face aos papéis de género, República Checa
($n = 1121$)



com os da Grã-Bretanha e os da Alemanha Ocidental (figuras 5.5 e 5.6 e quadro 5.9), notamos mais diversidade e uma maior graduação nos padrões. Tanto num país como no outro aparece um padrão *tradicional* com valores intermédios apenas ligeiramente acima do *tradicional forte* (quadro 5.9). Contudo, se olharmos para os três padrões tradicionais juntos, é a Alemanha Ocidental que atinge um valor francamente elevado, emergindo também claramente como um país caracterizado por padrões atitudinais mais próximos do modelo do homem provedor: 46%, quase metade do total, na Alemanha Ocidental, comparados com apenas 36% na Grã-Bretanha.

No caso da Alemanha Ocidental é importante referir, mais uma vez, as políticas governamentais que implementaram, ao longo da última década, medidas que encorajam as mulheres com filhos pequenos a ficar em casa e, dada a ausência de uma política de serviços e de ocupação dos alunos da escola primária da parte da tarde, que desincentivam as mulheres com filhos pequenos ou em idade escolar primária de trabalhar, pelo menos a tempo inteiro (com filhos abaixo dos 6 anos, 60% das mulheres não trabalham, 24% trabalham a tempo parcial, 13% a tempo inteiro; na Grã-Bretanha estes valores são diferentes, sobressaindo mais o trabalho a tempo parcial e a tempo inteiro: 43% em casa, 32% a tempo parcial, 25% a tempo inteiro; v. anexo, quadro 5.21).

O padrão *moderno maternidade forte* assume percentagens bastante semelhantes (15% na Grã-Bretanha e 18% na Alemanha Ocidental), observando-se depois uma presença pouco elevada em ambos os países do padrão *moderno doméstico desigual* (11% do total na Grã-Bretanha e 8% na Alemanha Ocidental). Por último, os perfis de atitudes globalmente mais modernas representam uma franja significativa na Grã-Bretanha (38%), mas apenas 29% do total na Alemanha Ocidental.

A Grã-Bretanha apresenta-se, assim, com um perfil globalmente diferente da Alemanha Ocidental. Considerado pelos analistas do *welfare state* um país liberal que entrega à família e ao mercado a função de regular os cuidados às crianças pequenas, é um país cujo perfil se destaca pela ausência de um ou dois padrões claramente predominantes e proporções bastante equivalentes dos diferentes padrões atitudinais existentes. Neste contexto seria, provavelmente, importante lembrar a influência de dois factores estruturais ao longo dos últimos anos: por um lado, uma mudança no sentido de criar mais serviços de apoio para as famílias e licenças de maternidade um pouco mais longas e remuneradas para as mães trabalhadoras; por outro, o baixo nível de desemprego e o crescimento económico. Em todo o caso, em comparação com os países que têm explícita e quase unicamente uma política do ficar em casa quando as crianças são muito pequenas, o resultado em termos das atitudes parece ser bastante diferente: observam-se as opções

Figura 5.5 – Principais padrões de atitudes face aos papéis de género, Alemanha Ocidental
($n = 646$)

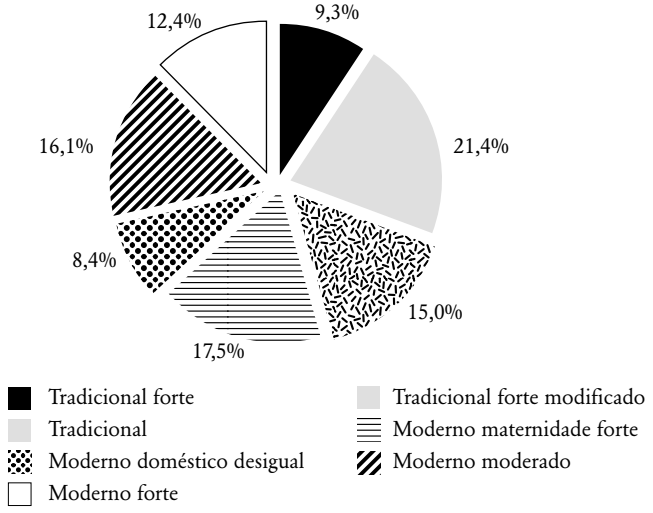
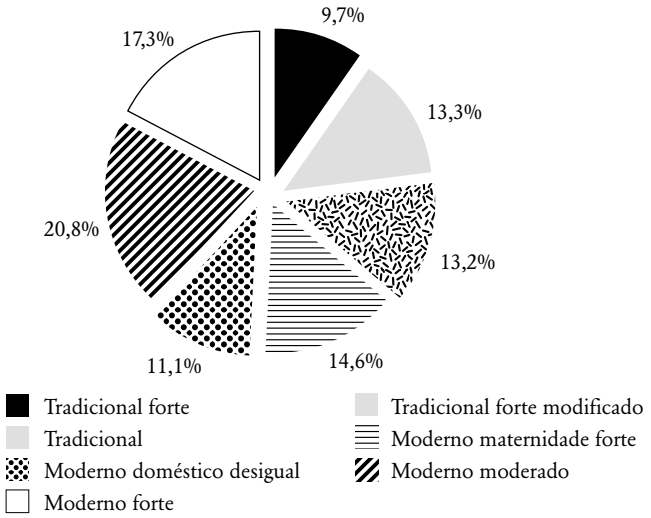


Figura 5.6 – Principais padrões de atitudes face aos papéis de género, Grã-Bretanha
($n = 1494$)



Quadro 5.9 – Principais padrões de atitudes face à divisão familiar do trabalho, Grã-Bretanha
(médias para os três índices*; $n = 1494$)

Principais padrões	Três índices – médias		
	Índice de divisão do trabalho pago	Índice de divisão de trabalho não pago	Índice de emprego e maternidade
	$\alpha = 0{,}25$	$r = 0{,}70$, $p < 0{,}001$	$\alpha = 0{,}45$
Todas as respostas individuais	**3,03**	**3,63**	**3,22**
1. Tradicional forte	2,45	2,70	1,98
2. Tradicional forte modificado	2,37	3,98	2,01
3. Tradicional	2,79	2,99	3,08
4. Moderno maternidade forte	3,11	4,11	2,61
5. Moderno doméstico desigual	3,40	2,62	4,08
6. Moderno moderado	2,98	3,99	3,73
7. Moderno forte	3,83	4,19	4,29
	$F(6, 1486) = 320{,}42$, $p < 0{,}001$, $\eta^2 = 0{,}56$	$F(6, 1486) = 534{,}75$, $p < 0{,}001$, $\eta^2 = 0{,}68$	$F(6, 1486) = 1166{,}29$, $p < 0{,}001$, $\eta^2 = 0{,}83$

atitudinais mais variadas, a par de uma aderência bastante mais forte aos padrões modernos.

No quadro dos sete países, a França é um país com algumas características que se destacam. Em primeiro lugar, os dois tipos de padrões tradicionais existem, mas representam, juntos, um valor mais baixo do que nos países anteriores (28%). Em segundo lugar, os padrões modernos,

embora não representem, no seu conjunto, uma percentagem mais elevada do que nos outros países (30%), são ligeiramente mais modernos, assumindo, por exemplo, no perfil *moderno forte,* valores nos três índices que estão mais próximos do valor máximo da escala (5). O peso relativo e considerável (33%) de um padrão que intitulámos *moderno maternidade moderada* também é interessante. Neste padrão, a França tem valores médios nos índices do trabalho pago e não pago e um valor abaixo da média no índice maternalista. Dado que é menos marcadamente conservador (do que nos países já analisados), chamámos a este padrão atitudinal *moderno maternidade moderada,* em vez de *maternidade forte*. Globalmente, no entanto, parece-nos responder a componentes semelhantes do perfil do *moderno maternidade forte*. A explicação encontra-se, talvez, na mistura particular de atitudes bastante familialistas e de atitudes muito positivas face ao trabalho feminino. Em França, embora o apoio e a aceitação da mulher que trabalha sejam fundamentais, também existem valores familiares que realçam a importância da parentalidade, dos filhos e dos cuidados maternos quando a criança é muito pequena. As atitudes face ao impacto do emprego feminino não são tão conservadoras como em Portugal, mas a importância dos cuidados familiares quando a criança é muito pequena é bastante enfatizada. Por exemplo, na pergunta sobre a opinião do inquirido em relação ao facto de a mulher trabalhar quando existe uma criança pequena, 44% dos franceses (44% dos portugueses) achavam que a mulher devia ficar em casa, 47% (44% dos portugueses) que a mãe devia trabalhar a tempo parcial e apenas 10% (12% em Portugal) que devia trabalhar a tempo inteiro. Por último, o padrão *moderno doméstico desigual,* em que, como já vimos anteriormente, existe uma atitude muito conservadora face ao papel masculino nas tarefas domésticas e nos cuidados às crianças, atinge em França uma percentagem bastante elevada de 9%.

Por último, na Suécia, os traços que acabámos de salientar para a França surgem de forma mais acentuada. Os padrões tradicionais encolhem para 20% do total, o valor mais baixo dos sete países, e os padrões muito modernos representam um terço do total. No entanto, tal como em França, os padrões *moderno maternidade moderada* e *moderno doméstico desigual* estão presentes, com valores significativos (respectivamente 37% e 10%). Em suma, os suecos dividem-se, *grosso modo*, entre dois grandes padrões atitudinais: um muito moderno, claramente a favor do trabalho feminino, da participação masculina em casa e do emprego da mãe mesmo quando as crianças são pequenas; um segundo *(maternidade moderada),* moderno mas com atitudes um pouco mais conservadoras

Figura 5.7 – Principais padrões de atitudes face aos papéis de género, França
($n = 1546$)

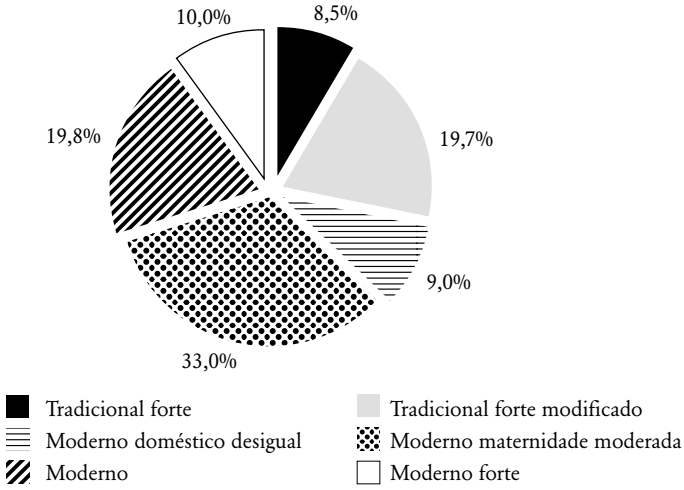
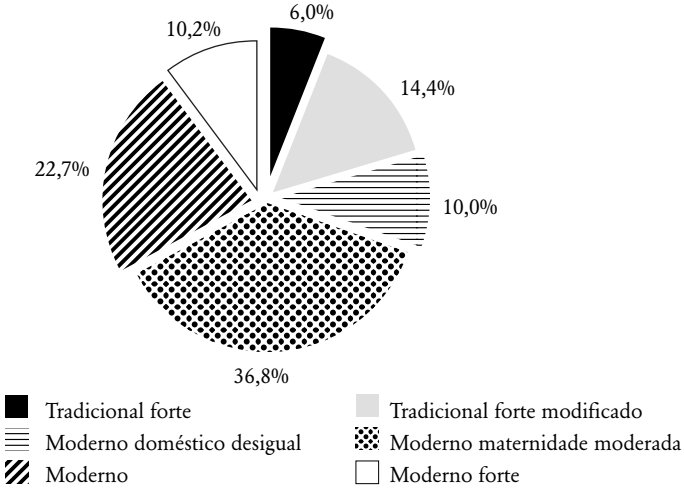


Figura 5.8 – Principais padrões de atitudes face aos papéis de género, Suécia
($n = 772$)



em relação ao trabalho feminino e ao papel doméstico masculino e também uma certa concordância em relação ao impacto negativo do emprego sobre as crianças pequenas que ainda não entraram para a escola.

Análise do impacto de alguns factores determinantes nos padrões atitudinais

Para medir o impacto de diferentes factores nos padrões atitudinais encontrados reunimos um conjunto de variáveis demográficas, sociais e de vida profissional possíveis de utilizar para os sete países em análise (v. descrição e codificação das variáveis usadas no anexo, quadro 5.20). A análise de regressão foi efectuada para quatro padrões: o *moderno forte*, o *tradicional forte modificado*, o *moderno maternidade forte* e o *moderno doméstico desigual*.

a) *Moderno forte*. A regressão logística realizada para o perfil de atitudes mais modernas mostra para os sete países (quadro 5.10) o impacto mais significativo de dois factores: a condição perante o trabalho da mulher (quanto mais trabalho a tempo inteiro, mais atitudes modernas fortes) e o nível de educação (mais anos de escolaridade, mais atitudes modernas). A prática religiosa (menos prática religiosa, atitudes mais modernas) também tem algum impacto, mas a situação conjugal já muito menos (os que não são casados são mais modernos).

Quadro 5.10 – Regressão logística – padrão «moderno forte»
(sete países; $n = 4037$)

Variáveis independentes	B	Wald	Sig.
Estado civil	0,19	4,09	0,04
Condição da mulher perante o trabalho	0,25	102,66	0,00
Educação: número de anos na escola	0,09	50,90	0,00
Prática religiosa	0,13	25,26	0,00
Nagelkerke $R^2 = 0{,}08$			

País a país (quadro 5.11), os modelos explicativos variam ligeiramente. Em Portugal, para além do impacto habitual e muito significativo do nível de escolaridade (mais escolaridade, mais adesão ao padrão *moderno forte*) e de alguma importância da prática religiosa (menos prática religiosa, mais atitudes modernas)[4], nota-se apenas uma ligeira influência do posicionamento político (mais à direita, mais atitudes

[4] Este resultado tem de ser lido à luz do contexto português, onde, para além de inquiridos que se situam muito à esquerda, o que, como sabemos, não significa serem necessariamente mais modernos face aos papéis de género, e poucos na extrema-direita, a maioria concentra-se no centro, no centro-direita e à direita. Assim, este resultado significa sobretudo que são os inquiridos que se colocam na escala esquerda-direita mais para o centro ou centro-direita.

Quadro 5.11 – Regressão logística – padrão «moderno forte» por país

		B	Wald	Sig.
Alemanha Ocidental	Educação: número de anos na escola	0,18	19,08	0,00
Nagelkerke $R^2 = 0{,}17$	Condição da mulher perante o trabalho	0,42	23,97	0,00
Grã-Bretanha	Número de pessoas do agregado familiar:			
Nagelkerke $R^2 = 0{,}06$	crianças com menos de 5/6 anos de idade	0,48	9,85	0,00
	Número de horas de trabalho da mulher por semana	0,02	28,40	0,00
Suécia	Idade	0,02	28,40	0,00
Nagelkerke $R^2 = 0{,}09$	Sexo	-0,03	6,17	0,01
	Educação: número de anos na escola	0,70	5,46	0,02
República Checa	Sexo	0,15	11,80	0,00
Nagelkerke $R^2 = 0{,}06$	Dificuldade em cumprir as responsabilidades familiares	1,01	16,74	0,00
Espanha	Educação: número de anos na escola	0,51	5,90	0,02
Nagelkerke $R^2 = 0{,}11$	Prática religiosa	0,06	6,05	0,01
	Número de pessoas do agregado familiar: crianças com menos de 5/6 anos de idade	0,17	7,50	0,01
	Condição da mulher perante o trabalho	0,01	3,89	0,05
França	Educação: número de anos na escola	0,33	26,60	0,00
Nagelkerke $R^2 = 0{,}12$	Prática religiosa	0,22	13,98	0,00
	Condição da mulher perante o trabalho	0,30	5,25	0,02
Portugal	Educação: número de anos na escola	0,23	10,64	0,00
Nagelkerke $R^2 = 0{,}14$	Prática religiosa	0,16	24,37	0,00
	Posicionamento político: esquerda-direita	0,25	10,80	0,00
	Dificuldade em cumprir as responsabilidades familiares	0,16	3,84	0,05
	Número de horas de trabalho do homem por semana	0,36	5,01	0,03

modernas) e algum efeito da conciliação entre vida profissional e vida familiar (menos dificuldade em conciliar, mais atitudes modernas) e do número de horas de trabalho masculino (menos horas, mais atitudes modernas).

Em Espanha, onde metade das mulheres em idade activa é doméstica e apenas um terço trabalha a tempo inteiro (anexo, quadro 5.21), é sobretudo a condição perante o trabalho da mulher que sobressai (quanto mais trabalho a tempo inteiro, mais atitudes modernas), mas também se nota a influência, como em Portugal, da prática religiosa e do nível de educação. Importa lembrar que os níveis de educação em Espanha são mais elevados do que em Portugal, o que pode em parte explicar alguma adesão (12% dos inquiridos) a padrões modernos fortes de divisão familiar do trabalho, apesar de as condições concretas de par-

ticipação feminina no mercado de trabalho terem sido difíceis ao longo dos anos 80 e 90 (com taxas elevadas de desemprego e poucos serviços de apoio às famílias). Por último, evidencia-se a influência, já menos significativa, da existência de crianças com menos de 5/6 anos no agregado[5]. Neste caso apenas podemos colocar uma hipótese: a de que os casais mais jovens com crianças aderem mais facilmente a um padrão *moderno forte* porque no contexto actual a empregabilidade das mulheres e os equipamentos para crianças estão em mudança (por exemplo, a taxa de actividade feminina em Espanha, embora continue baixa comparativamente, tem aumentado regularmente; por outro lado, a taxa de cobertura das crianças dos 3 aos 6 anos em jardins-de-infância também já é elevada, atingindo a quase totalidade das crianças deste grupo de idade) (Escobar, 2004).

De realçar, por outro lado, que nos países em que os padrões *moderno forte* e *moderno* são mais salientes (França e Suécia) o nível de educação é também a variável que tem mais impacto. Em França a condição perante o trabalho da mulher também tem influência (mais próximo do trabalho a tempo inteiro, mais atitudes modernas) e na Suécia, curiosamente, aparecem, em interacção com a escolaridade, e apesar de serem factores menos significativos, o sexo (quanto mais mulher, mais atitudes modernas fortes) e a idade (quanto mais novo, mais moderno).

Nos outros países em que a adesão ao padrão *moderno forte* era menos relevante (Grã-Bretanha, Alemanha Ocidental, República Checa, para além da Espanha e de Portugal) podemos verificar que nos dois primeiros é sobretudo a variável do trabalho feminino que tem mais impacto. No entanto, enquanto o modelo para a Alemanha Ocidental, baseado nos factores da escolaridade e do emprego feminino, é muito explicativo, no caso da Grã-Bretanha, que associa atitudes favoráveis ao padrão moderno forte a mais horas de trabalho feminino e à existência de crianças pequenas no agregado, o modelo é muito pouco preditivo. A Grã-Bretanha surge, assim, como um país em que os factores sociais são pouco explicativos, dando a entender que o padrão *moderno forte* é mais transversal aos níveis de educação, à prática religiosa, à idade ou ao sexo. Aliás, na República Checa temos uma situação parecida. Neste país o modelo explicativo salienta sobretudo

[5] A grande maioria dos agregados, em todos os países, concentra-se entre 0 e 1 filho com menos de 5/6 anos. Por isso, ao falar deste factor será mais correcto falar no factor «existência» de agregados com crianças desta idade, e não no factor de «quanto mais crianças, mais atitudes modernas».

o factor sexo (mais mulher, mais atitudes modernas) e poucas dificuldades de conciliação.

b) *Tradicional forte modificado (ou com companheirismo doméstico)*. A regressão logística efectuada para o padrão *tradicional forte modificado* indica, a nível dos sete países (quadro 5.12), uma interacção entre vários factores, todos bastante significativos: a existência de trabalho feminino mas com menos horas de trabalho, homens a trabalhar a tempo inteiro, mais idade, menos anos de escolaridade, a influência do posicionamento político (mais à direita, mais tradicional), a existência de crianças pequenas no agregado doméstico e algumas dificuldades em conciliar a vida profissional e a vida familiar.

País a país (quadro 5.13), mais uma vez, as configurações explicativas variam. Em Portugal é o número menor de anos de escolaridade que emerge como grande factor explicativo, enquanto em Espanha é a escolaridade, mas também a idade, embora ambos estes factores sejam pouco preditivos.

Na Grã-Bretanha e na Alemanha Ocidental encontramos nos dois modelos o factor menos horas de trabalho feminino. No entanto, enquanto na Alemanha Ocidental um nível mais baixo de escolaridade e também o facto de ser casado se associam ao factor menos horas de trabalho feminino, na Grã-Bretanha o factor escolaridade continua a não aparecer, emergindo, pelo contrário, a prática religiosa (mais prática religiosa, mais adesão ao padrão *tradicional forte modificado*).

Nos países onde este modelo tem um peso menor, os modelos explicativos não assentam em factores muito diferentes. Tanto em França como na Suécia sobressaem a idade (mais idade) e menos anos de escolaridade. Em França a prática religiosa regular também emerge, enquanto na Suécia sobressai, como um factor muito significativo, a dificuldade de concentração no trabalho e também a condição perante o trabalho do homem (mais tempo inteiro), levando talvez estes factores a uma atitude de maior exigência de partilha conjugal das tarefas.

Por último, na República Checa aparece um único e repetido factor explicativo, o sexo (mais mulher, mais padrão *tradicional modificado*). Como o mesmo factor apareceu como factor explicativo das atitudes mais modernas, poder-se-á colocar a hipótese de haver uma clivagem forte, neste momento, não só entre as atitudes dos homens (globalmente mais conservadores) e das mulheres, mas também no interior do grupo das mulheres, onde uma grande parte assume hoje atitudes muito conservadoras do ponto de vista da família e da divisão familiar do

Quadro 5.12 – Regressão logística – padrão «tradicional forte modificado» (sete países; $n = 4663$)

Variáveis independentes	B	Wald	Sig.
Condição do homem perante o trabalho	0,13	7,14	0,01
Condição da mulher perante o trabalho	0,25	14,13	0,00
Número de horas de trabalho da mulher por semana	–0,02	17,68	0,00
Idade	0,02	27,46	0,00
Educação: número de anos na escola	–0,06	26,92	0,00
Posicionamento político: esquerda-direita	0,07	17,29	0,00
Dificuldade de concentração no trabalho	–0,21	15,38	0,00
Número de pessoas do agregado familiar: crianças com menos de 5/6 anos de idade	0,01	24,28	0,00
Nagelkerke $R^2 = 0,05$			

Quadro 5.13 – Regressão logística – padrão «tradicional forte modificado» por país

		B	Wald	Sig.
Alemanha Ocidental	Educação: número de anos na escola	–0,09	4,33	0,04
Nagelkerke $R^2 = 0,08$	Estado civil	–0,91	8,01	0,01
Grã–Bretanha	Número de horas de trabalho da mulher por semana	–0,01	4,22	0,04
Nagelkerke $R^2 = 0,02$	Prática religiosa	–0,16	7,16	0,01
Suécia	Idade	0,03	7,63	0,01
Nagelkerke $R^2 = 0,11$	Educação: número de anos na escola	–0,11	8,78	0,01
	Dificuldade de concentração no trabalho	–0,69	14,70	0,00
	Condição do homem perante o trabalho	0,13	3,79	0,05
República Checa				
Nagelkerke $R^2 = 0,04$	Sexo	0,71	14,89	0,00
Espanha	Educação: número de anos na escola	–0,05	4,49	0,03
Nagelkerke $R^2 = 0,03$	Idade	0,02	4,97	0,03
França	Idade	0,04	12,75	0,00
Nagelkerke $R^2 = 0,11$	Educação: número de anos na escola	–0,10	6,56	0,01
	Prática religiosa	–0,17	4,75	0,03
	Número de horas de trabalho da mulher por semana	0,01	6,15	0,01
Portugal				
Nagelkerke $R^2 = 0,12$	Educação: número de anos na escola	–0,18	19,35	0,00

trabalho. De qualquer forma, como já verificámos, são neste momento as atitudes mais conservadoras que predominam na República Checa: o padrão atitudinal *tradicional forte modificado* representa, só por si, um terço do total e o padrão *tradicional forte* 12%, sendo o único país onde estes perfis têm valores tão elevados.

c) *Moderno maternidade forte*. A regressão logística efectuada para este padrão de atitudes (quadros 5.14 e 5.15), que combina um contraste entre atitudes modernas em relação ao trabalho pago e não pago e atitudes conservadoras em relação ao impacto do emprego feminino sobre os cuidados maternos, revela, para os sete países no seu conjunto, uma configuração explicativa centrada na dificuldade em cumprir as responsabilidades familiares (factor mais significativo), no factor menos anos de escolaridade e no de maior prática religiosa. No entanto, temos de sublinhar que o valor do R^2 é muito baixo, indicando que este padrão atitudinal se liga a um modelo explicativo muito pouco preditivo. De facto, os dados sublinham um perfil de atitudes mais transversal aos meios sociais, aos grupos etários ou a posicionamentos políticos. Em Portugal, por exemplo, é um dos padrões atitudinais mais transversais aos meios sociais, ao contrário de outros, muito tradicionais ou muito modernos, que se ligam claramente a determinados factores sociais ou demográficos (v. quadro 5.4).

País a país, sobressai sobretudo o factor da dificuldade em cumprir as responsabilidades familiares (Portugal, Grã-Bretanha), o facto de não viver em conjugalidade (Alemanha Ocidental) e, no caso da República Checa, a prática religiosa regular.

Por outro lado, quando observamos os factores determinantes do padrão *moderno maternidade moderada* (quadro 5.16), verificamos que na Suécia o padrão se associa a duas outras variáveis – a idade (indivíduos mais velhos) e um número elevado de pessoas a viver no agregado doméstico –, enquanto em França sobressaem os factores acima mencionados: mais dificuldades em cumprir as responsabilidades familiares, menos horas de trabalho feminino e masculino, níveis de educação mais baixos, não ser casado/coabitante.

Quadro 5.14 – Regressão logística – padrão «moderno maternidade forte» (cinco países; $n = 2608$)

Variáveis independentes	B	Wald	Sig.
Educação: número de anos na escola	–0,03	5,16	0,02
Prática religiosa	–0,05	4,72	0,03
Dificuldade em cumprir as responsabilidades familiares	–0,21	19,26	0,00
Nagelkerke $R^2 = 0,02$			

Quadro 5.15 – Regressão logística – padrão «moderno maternidade forte» por país

		B	Wald	Sig.
Alemanha Ocidental				
Nagelkerke R^2 =0,02	Estado civil	0,67	6,05	0,01
Grã-Bretanha				
Nagelkerke R^2 = 0,01	Dificuldade em cumprir as responsabilidades familiares	–0,25	5,82	0,02
República Checa				
Nagelkerke R^2 =0,01	Prática religiosa	–0,13	4,46	0,04
Portugal				
Nagelkerke R^2 = 0,02	Dificuldade em cumprir as responsabilidades familiares	–0,25	5,83	0,02
Espanha	–	–	–	–

Quadro 5.16 – Regressão logística – padrão «moderno maternidade moderada» por país

		B	Wald	Sig.
Suécia	Idade	0,03	17,16	0,00
Nagelkerke R^2 = 0,05	Número de pessoas do agregado familiar	0,25	13,15	0,00
França	Anos de escolaridade	–0,08	5,97	0,02
Nagelkerke R^2 = 0,06	Horas de trabalho prof. masculino	–0,02	11,35	0,00
	Horas de trabalho prof. feminino	–0,02	6,87	0,01
	Estado civil	0,45	5,19	0,02
	Dificuldade em cumprir as responsabilidades familiares	–0,28	8,25	0,00

d) *Moderno doméstico desigual* (atitudes modernas em relação ao trabalho feminino e ao impacto do trabalho feminino nos cuidados maternos e na vida familiar, atitudes conservadoras em relação à divisão do trabalho doméstico, no sentido de não aumentar a participação masculina). A regressão logística realizada para o conjunto dos sete países (quadro 5.17) sublinha um perfil explicativo centrado em pessoas mais novas, casadas e a viver em agregados com mais pessoas, em que as mulheres estão mais em casa ou a trabalhar a tempo parcial, estando estes factores ligados a uma menor dificuldade em responder e cumprir as responsabilidades familiares.

A regressão logística realizada para este padrão em cada país mostra um padrão atitudinal baseado em factores explicativos bastante diferentes do anterior e um pouco mais preditivos (quadro 5.18). Com efeito, se olharmos para o modelo explicativo em França (um dos países

que apresentam um valor mais elevado neste padrão atitudinal), verifica-se que o modelo explicativo faz apelo a quatro factores: pessoas mais novas, casadas e do sexo masculino e o facto de terem poucas dificuldades em cumprir com as responsabilidades familiares. Na Grã-Bretanha, o modelo explicativo também se baseia em dois destes factores: as pessoas serem mais novas e terem pouca dificuldade em cumprir as responsabilidades familiares. No entanto, na Suécia e também na Alemanha o modelo explicativo é ligeiramente diferente. Na Alemanha Ocidental, por exemplo, mais do que a idade e o estado civil, sobressai não só a facilidade de cumprir as responsabilidades familiares, mas

Quadro 5.17 – Regressão logística – padrão «moderno doméstico desigual» (cinco países; $n = 3546$)

Variáveis independentes	B	Wald	Sig.
Condição da mulher perante o trabalho	–0,19	5,07	0,02
Horas de trabalho prof. da mulher por semana	0,02	11,27	0,00
Estado civil	–0,37	7,05	0,01
Idade	–0,02	12,57	0,00
Número total de pessoas no agregado doméstico	0,30	8,41	0,00
Dificuldade em cumprir as responsabilidades familiares	0,33	22,79	0,00
Nagelkerke $R^2 = 0{,}04$			

Quadro 5.18 – Regressão logística – padrão «moderno doméstico desigual» por país

		B	Wald	Sig.
França	Estado civil	-0,94	9,77	0,00
Nagelkerke $R^2 = 0{,}10$	Sexo	–0,67	5,94	0,02
	Idade	–0,59	21,09	0,00
	Dificuldade em cumprir as responsabilidades familiares	0,26	4,02	0,05
Grã–Bretanha	Idade	–0,03	10,16	0,00
Nagelkerke $R^2 = 0{,}04$	Dificuldade em cumprir as responsabilidades familiares	0,34	7,56	0,01
Suécia	Prática religiosa	0,18	3,92	0,05
Nagelkerke $R^2 = 0{,}03$	Número de pessoas do agregado familiar: crianças com menos de 5/6 anos de idade	0,47	7,16	0,01
República Checa	Condição do homem perante o trabalho	0,60	11,96	0,00
Nagelkerke $R^2 = 0{,}12$	Prática religiosa	–0,29	6,88	0,01
Alemanha Ocidental	Número de pessoas do agregado familiar: crianças com menos de 5/6 anos de idade	0,80	9,23	0,00
Nagelkerke $R^2 = 0{,}05$	Dificuldade em cumprir as responsabilidades familiares	0,39	3,84	0,05

sobretudo a existência de crianças pequenas com idade inferior aos 5/6 anos, podendo colocar-se a hipótese de uma situação, altamente provável neste país, de a mãe com crianças pequenas não estar a trabalhar ou trabalhar a tempo parcial.

A República Checa diferencia-se, mais uma vez, de todos os outros países. O modelo explicativo, que é bastante preditivo, baseia-se em duas variáveis: a prática religiosa regular e a condição perante o trabalho do homem (quanto mais trabalho a tempo inteiro, mais doméstico desigual).

Conclusões

Ao longo das últimas décadas, a análise da divisão familiar do trabalho nas sociedades europeias tem revelado uma mudança clara em direcção a atitudes mais igualitárias tanto no âmbito do trabalho pago como no domínio dos cuidados e das tarefas domésticas. Apesar desta tendência geral, existe ainda uma grande diversidade de atitudes na sociedade ocidental, quase sempre retratada ao longo de um eixo tradicional-moderno. De um lado, países com atitudes mais modernas, enquadradas por um maior individualismo, pela valorização da mulher enquanto cidadã inserida em todos os domínios da sociedade e por um Estado-providência que promove a igualdade de género, a integração da mulher no mercado de trabalho e os serviços de apoio às famílias com crianças pequenas (tipicamente, a Suécia). No pólo oposto, países com atitudes tradicionais e familialistas, onde a realização da mulher se centra mais no universo doméstico e na maternidade, onde o Estado-providência tem apoiado pouco a integração da mulher no mundo do trabalho e desenvolvido de forma menos sistemática os serviços (tipicamente, os países da Europa do Sul e, mais recentemente, a maior parte dos países do alargamento). Entre os dois, países mais ou menos conservadores, com modelos de Estado-providência que delegam os cuidados às crianças no mercado e nas famílias, promovendo sobretudo o trabalho feminino a tempo parcial ou a saída do mercado de trabalho quando existem crianças pequenas ou em idade escolar (tipicamente, a Grã-Bretanha).

Face às várias limitações deste tipo de análise, que nos oferece uma imagem esquemática, e por vezes enviesada, da diversidade das atitudes face à divisão familiar do trabalho na Europa, procurámos neste capítulo seguir uma metodologia comparativa dupla.

1. Num primeiro momento fez-se uma análise comparativa clássica, situando quinze países europeus uns face outros, mas com base em três índices considerados relevantes do ponto de vista teórico: um primeiro relativo às atitudes face à divisão do trabalho pago; um segundo sobre as atitudes face à participação do homem no trabalho não pago; um último relativo às atitudes face ao impacto do emprego feminino na vida familiar.

Os resultados mostram que Portugal ocupa uma posição específica. Um lugar intermédio, nem muito conservador nem muito moderno, situado entre os países escandinavos e alguns países da Europa central (Grã-Bretanha, Irlanda, Alemanha Ocidental, Holanda), no que diz respeito às atitudes face à divisão do trabalho pago: podemos dizer que a população portuguesa, no seu conjunto, recusa de forma moderada o modelo do homem provedor/mulher que cuida da casa e dos filhos. Ocupa depois uma posição muito «moderna» nas atitudes face a uma maior participação do homem na vida familiar. E o lugar mais conservador de todos os países quando se trata das atitudes face ao impacto do emprego feminino nos cuidados à criança pequena e na vida familiar em geral (visto como muito negativo pela população portuguesa, quando comparada com as dos outros países europeus).

Ao procurar avançar com alguns elementos de explicação para este perfil contrastante de atitudes, sublinhámos o efeito provável da centralidade dos filhos e da vida doméstica nos domínios de gratificação de muitas famílias portuguesas (Wall, 2005), o que tenderia a favorecer, num contexto fortemente marcado pelo trabalho feminino a tempo inteiro, uma configuração atitudinal de *duplo emprego do casal/duplo cuidar/maternalista*. O traçado maternalista – mãe que se dedica aos filhos pequenos e à vida familiar, tendo o trabalho a tempo inteiro um impacto pouco favorável sobre essas funções – é mais carregado nos padrões *tradicional modificado* e *moderno maternidade forte,* o primeiro associado a escolaridades baixas e idades mais avançadas, o segundo a mulheres, casadas, e às profissões intermédias (profissões técnicas e de enquadramento intermédio, empregados executantes, independentes e pequenos patrões do secundário e do terciário). Repare-se, por último, que esta configuração global de atitudes, assim descrita para o conjunto da população portuguesa, destoa da visão comum que se teve até agora na sociologia europeia das atitudes face aos papéis de género na sociedade portuguesa e segundo a qual se apontava, em Portugal, para um perfil geral centrado no homem provedor/mulher cuidadora e dona de casa. Na realidade, a situação é bem mais complexa, combinando o

concordar com duplo emprego/duplo cuidar com atitudes familialistas que sublinham o lado negativo deste modelo.

Quando olhamos para os grandes grupos de países, vemos Portugal ao lado da Espanha, tendo ambos uma configuração particular que combina atitudes modernas face à divisão do trabalho e uma perspectiva negativa do impacto do emprego feminino nos cuidados às crianças pequenas e na vida familiar. Trata-se do perfil já referido em que uma aceitação bastante generalizada do trabalho pago dos dois cônjuges e de uma maior participação do homem em casa se cruza com uma perspectiva maternalista onde uma forte presença feminina junto dos filhos e na vida familiar é considerada positiva.

Afastados deste perfil, encontramos, num dos pólos, a Suécia e a Noruega, globalmente os mais representativos do perfil *duplo emprego/duplo cuidar* (ao contrário da Finlândia, que se aproxima mais do modelo do provedor masculino), e, no outro extremo, os novos países membros da UE e a Suíça, os países cujas populações mais aderem actualmente ao modelo do homem como principal provedor da família e concordam que o emprego feminino a tempo inteiro tem um impacto negativo na vida familiar.

Pelo meio encontramos um grupo de países – a Alemanha Ocidental, a Grã-Bretanha, a Irlanda, a Holanda – que ainda tendem bastante para o modelo do homem principal provedor, sobretudo quando as crianças são pequenas, e os menos adeptos de todos quanto ao perfil do «duplo cuidar» em casa. Revelam um perfil que podemos apelidar de *emprego feminino oscilante/principal cuidador feminino/algum maternalismo*. Talvez seja pertinente recordar que nestes países as mulheres, quando as crianças têm menos de 6 anos, estão maioritariamente em casa ou a trabalhar a tempo parcial (v. anexo, quadro 5.21), uma situação que se associa, em grande parte, às políticas de família características destes países (Deven e Moss, 2005). Existem países (por exemplo, a Alemanha Ocidental) que, em vez de criarem equipamentos para crianças, optaram, explicitamente, por licenças parentais prolongadas e pagas, que favorecem a saída da mulher com filhos pequenos do mercado de trabalho, e outros, como a Holanda, que, para além de licenças parentais bastante longas, promoveram o trabalho feminino a tempo parcial.

Por último, importa mencionar a França, pela posição específica que ocupa, juntamente com a Finlândia, ao mesmo tempo próxima da Suécia e da Noruega mas algo afastada desses países. Os resultados mostram que se aproxima, globalmente, de um perfil de *duplo emprego/duplo cuidar mas com algum maternalismo,* este último traço aproxi-

mando-a ligeiramente dos outros países da Europa do centro. Tal como na Grã-Bretanha ou na Alemanha Ocidental, pensa-se que o trabalho feminino a tempo inteiro quando os filhos são pequenos pode ter algum impacto negativo.

2. Num segundo momento procurou-se verificar, no interior de alguns dos países mencionados (Portugal, Espanha, República Checa, Grã-Bretanha, Alemanha Ocidental, França, Suécia), se existem padrões atitudinais diferenciados e identificar os principais factores determinantes dos mesmos. De forma sintética, é importante sublinhar as seguintes conclusões:

a) Existe neste momento uma *pluralidade* de padrões atitudinais face à divisão familiar do trabalho e os dados não revelam uma tendência clara e generalizada em direcção a um modelo «moderno» do *duplo emprego/duplo cuidar*. Encontram-se padrões atitudinais variados em todos os países analisados. Em Portugal identificámos cinco: o *tradicional forte* (8,4%), centrado no homem ganha-pão/mulher cuidadora e dona de casa; o *tradicional forte modificado* (25,6%), em que se apoia o modelo do homem principal provedor da família, mas também alguma participação masculina no universo doméstico; o *moderno maternidade forte* (28,1%), onde a adesão ao duplo emprego e ao duplo cuidar se conjuga com uma forte concordância com o impacto negativo do trabalho feminino a tempo inteiro quando os filhos são pequenos; o *moderno moderado* (23,1%) e o *moderno forte* (14,8%);

b) A análise comparativa mostra que as atitudes no interior de cada país não são apenas tradicionais ou modernas. É verdade que alguns padrões atitudinais, em todos os países, são claramente tradicionais ou modernos. Mas também observámos a existência de outros que articulam de forma mais complexa e inesperada as atitudes face à divisão familiar do trabalho. Por exemplo, o padrão *moderno maternidade forte (ou moderada),* que apresenta valores elevados actualmente, é um perfil que combina atitudes modernas em relação ao trabalho pago e não pago com atitudes cautelosas e discordantes face ao trabalho a tempo inteiro de mães com filhos pequenos;

c) Tanto os países que se situam globalmente mais próximos do pólo tradicional como os que se situam no pólo oposto combinam padrões diversos. A Suécia, o país que todos situam no pólo mais «moderno» do eixo tradicional-moderno, também inclui uma

diversidade de padrões atitudinais. Curiosamente, o *tradicional forte* (apenas 6%, o valor mais baixo encontrado) e o *tradicional forte modificado* (14,4%) não só não desapareceram, como representam um quinto do total. Mas os padrões predominantes são, por um lado, o *moderno maternidade moderada* (36,8%), em que a adesão forte ao duplo emprego/duplo cuidar se associa a uma adesão moderada à ideia do impacto negativo do trabalho feminino a tempo inteiro quando os filhos são pequenos, e, por outro, os padrões modernos (*moderno* e *moderno forte*) que, em conjunto, representam 33%. Outro modelo minoritário, o *moderno doméstico desigual* (apoiante do duplo emprego, que não é considerado como tendo um impacto negativo, mas não apoiante de uma maior participação masculina no universo doméstico), representa 10% do total;

d) Em todos os países o padrão *tradicional forte modificado,* que propõe uma maior participação doméstica do homem no interior do modelo do ganha-pão masculino, é sempre mais popular do que o padrão *tradicional forte,* tornando-se este último francamente minoritário: na República Checa representa 12%, mas nos outros seis países varia entre apenas 6% e 10%. De notar, no entanto, que, apesar de o *tradicional forte* se associar, em geral, a proporções baixas, pode ter valores mais elevados em alguns grupos de idade mais jovens. Por exemplo, em Portugal nota-se uma adesão muito significativa a este padrão nos homens entre os 30 e os 44 anos (ou seja, quando os filhos nascem ou são pequenos). Os dados sugerem, assim, que certos padrões atitudinais se associam a fases específicas do percurso familiar;

e) É sobretudo nos padrões tradicionais e no *moderno maternidade (forte/moderada)* que os entrevistados consideram que a mãe com filhos abaixo dos 5/6 anos deve ficar em casa ou trabalhar a tempo parcial;

f) Considerando o impacto de diferentes factores nos perfis atitudinais para os sete países, encontram-se modelos mais explicativos e preditivos no caso do padrão *moderno forte* – onde o trabalho feminino a tempo inteiro e um nível elevado de educação são as determinantes mais significativas – e também no caso do padrão *tradicional forte modificado* – onde a idade mais avançada, um baixo nível de educação e a presença de crianças com menos de 5/6 anos são os factores determinantes mais salientes. Neste último modelo explicativo também é interessante observar a influência da variável

«menos horas de trabalho pago feminino» e da variável «*stress* no trabalho devido a responsabilidades familiares» (isto é, uma maior tendência para sentir dificuldades em concentrar-se no emprego). A interacção entre estas variáveis sugere um modelo explicativo em que a variável *emprego e meio* se articula com uma vida familiar com crianças pequenas e problemas de conciliação entre vida profissional e vida familiar;

g) Ao contrário dos padrões anteriores, o *moderno maternidade forte* apresenta um modelo preditivo muito fraco. Constata-se o impacto de três factores – um nível de educação mais baixo, maior prática religiosa e maior tendência para sentir dificuldades em cumprir as tarefas familiares e domésticas. No entanto, é a última variável que surge como mais significativa, enquanto a associação ao estatuto educacional e profissional é muito mais fraca do que nos padrões anteriores. Em resumo, as determinantes sociais parecem ser importantes para explicar alguns padrões atitudinais e pouco ou nada relevantes em relação a outros, nomeadamente, e no momento actual, relativamente às atitudes face ao impacto do emprego na fase inicial da maternidade;

h) No que diz respeito à regressão logística realizada país a país e para cada padrão, é de salientar que os factores determinantes não são sempre os mesmos. Por exemplo, no caso do padrão *moderno forte,* o nível de educação (mais elevado) surge como factor explicativo em Portugal, em Espanha, na Alemanha Ocidental, em França e na Suécia. Na Grã-Bretanha, pelo contrário, os factores determinantes do padrão *moderno forte* são as horas femininas de trabalho pago (mais horas) e a existência de crianças pequenas no agregado feminino, sendo o factor «nível de educação» nada explicativo. Não nos cabe, neste capítulo, explicar estas diferenças, mas deve levar-nos a reflectir sobre a sugestão de alguns autores segundo a qual as determinantes sociais na sociedade ocidental deixaram de moldar atitudes e práticas. Podia pensar-se que, nos países com elevados níveis de escolarização, essa tendência fosse de facto generalizada. Como se constata neste inquérito, isso verifica-se em relação a alguns perfis atitudinais e em alguns países (por exemplo, a Grã-Bretanha). Mas não se verifica na maior parte dos países, nomeadamente em alguns que apresentam níveis médios elevados de qualificação.

Como último comentário, uma reflexão breve sobre a convergência ou a divergência das atitudes face à divisão familiar do trabalho nas

sociedades europeias. Não se pode negar a influência forte de uma perspectiva de género igualitarista que difundiu um padrão atitudinal de *duplo emprego/duplo cuidar* na família ao longo das últimas décadas. No entanto, a convergência em relação a esta perspectiva é talvez menor e mais complexa do que se poderia pensar. Os homens e as mulheres, os grupos sócio-profissionais e de idade, os casais com ou sem filhos pequenos, as sociedades e os diferentes Estados-providência atribuíram a este ideal dos anos 70 entendimentos diversos. Em confronto com outros constrangimentos contextuais – o emprego e o desemprego, a segregação de género no mercado de trabalho, as famílias, os compromissos políticos – e com antigas ideologias renovadas (o valor da figura materna nos primeiros anos de vida), recompuseram e reinterpretaram os ideais da igualdade no trabalho familiar pago e não pago.

O que vemos agora não é um grupo homogéneo de países que abraçaram de forma semelhante o padrão atitudinal *duplo emprego/duplo cuidar,* nem sequer vários grupos que sejam muito homogéneos entre si. É verdade que podemos, com base nos índices utilizados, distinguir *grosso modo* grupos de países que se aproximam mais uns dos outros, mas, mesmo assim, é necessário não esquecer que Portugal difere da Espanha, a Grã-Bretanha da Alemanha Ocidental, etc. O olhar interno sobre a variedade e as proporções relativas dos padrões atitudinais em cada país indica que não se pode fazer a economia dos desenvolvimentos percorridos, isto é, do *path dependency* de cada país, do ponto de vista dos contextos que estruturam a divisão familiar do trabalho e que, ao longo das últimas décadas, configuraram, e continuam a configurar, atitudes e práticas específicas, ora em consonância, ora em dissonância, com o passado e com constrangimentos próprios.

O caso das atitudes face à divisão familiar do trabalho em Portugal é, deste ponto de vista, um bom exemplo. Quando alguns autores (Adema, 2004) interpretam a importância do padrão *duplo emprego* nas atitudes (e nas práticas) em Portugal enquanto resultado da pobreza – as mulheres portuguesas trabalham porque têm necessidade –, esquecem-se de ter em conta diversos contextos sociais, históricos e políticos que influenciaram, ao longo da segunda metade do século XX, a emergência desse padrão: entre outros, uma agricultura familiar, uma indústria e um contexto migratório onde a mulher já trabalhava intensamente, uma revolução que sublinhou a importância da igualdade e da independência da mulher através do trabalho, o desejo de mobilidade social para os filhos após o 25 de Abril (implicando um esforço financeiro conjugal conjunto), uma política de família que, apesar de financeiramente fraca,

optou, no fim dos anos 80 e nos anos 90, por apoiar o desenvolvimento do pré-escolar e de serviços de apoio à criança em vez de soluções centradas na retirada da mulher do mercado de trabalho (Wall, 2007, no prelo).

Anexo

Quadro 5.19 – Cruzamento de padrões atitudinais com o enunciado «as mulheres devem ou não trabalhar quando a criança tem idade pré-escolar»
(em percentagem)

	Trabalho a tempo inteiro	Trabalho a tempo parcial	Ficar em casa
Alemanha Ocidental ($n = 646$)			
Tradicional forte		10,0	90,0
Tradicional	1,0	37,1	61,9
Tradicional forte modificado		16,7	83,3
Moderno moderado	1,0	39,4	59,6
Moderno maternidade forte	2,7	79,6	17,7
Moderno doméstico desigual	5,6	59,3	35,2
Moderno forte	12,5	81,3	6,3
Total	2,8	45,4	51,9
$\chi^2_{12} = 241{,}26$, $p < 0{,}001$; $cc = 0{,}52$			
Grã-Bretanha ($n = 1494$)			
Tradicional forte	0,7	9,7	89,6
Tradicional		20,8	79,2
Tradicional forte modificado		2,0	98,0
Moderno moderado		43,9	56,1
Moderno maternidade forte	1,4	43,8	54,8
Moderno doméstico desigual	11,4	60,5	28,1
Moderno forte	14,3	81,8	3,9
Total	4,0	40,4	55,6
$\chi^2_{12} = 640{,}49$, $p < 0{,}001$; $cc = 0{,}55$			
Espanha ($n = 1993$)			
Tradicional forte	2,3	16,2	81,5
Tradicional forte modificado	1,1	22,1	76,9
Moderno maternidade forte	23,0	69,4	7,6
Moderno moderado	19,4	60,3	20,2
Moderno forte	61,4	38,6	
Total	18,7	45,4	35,9
$\chi^2_{12} = 1076{,}58$, $p < 0{,}001$; $cc = 0{,}59$			
França ($n = 1545$)			
Tradicional forte	11,4	88,6	100,0
Tradicional forte modificado		22,4	77,6
Moderno doméstico desigual	23,0	61,2	15,8
Moderno maternidade moderada	2,4	52,0	45,7
Moderno	7,5	73,4	19,0
Moderno forte	54,8	44,5	0,6
Total	9,8	47,0	43,2
$\chi^2_{10} = 824{,}08$, $p < 0{,}001$; $cc = 0{,}59$			

	Trabalho a tempo inteiro	Trabalho a tempo parcial	Ficar em casa
Portugal ($n = 1005$)			
Tradicional forte	13,1	21,4	65,5
Tradicional forte modificado	0,4	13,6	86,0
Moderno maternidade forte	16,0	71,5	12,5
Moderno moderado	1,7	48,5	49,8
Moderno forte	42,3	53,7	4,0
Total	12,3	44,5	43,5
$\chi^2_8 = 514{,}08$, $p < 0{,}001$; $cc = 0{,}58$			
República Checa ($n = 1122$)			
Tradicional forte		21,5	78,5
Tradicional forte modificado	1,9	37,8	60,3
Moderno doméstico desigual	54,1	29,5	16,4
Moderno maternidade forte	15,4	63,1	21,5
Moderno moderado	13,3	60,1	26,6
Moderno forte	27,1	69,1	3,9
Total	12,7	48,5	38,8
$\chi^2_{10} = 411{,}10$, $p < 0{,}001$; $cc = 0{,}52$			
Suécia ($n = 772$)			
Tradicional forte		6,5	93,5
Tradicional forte modificado	0,9	43,2	55,9
Moderno doméstico desigual	26,0	74,0	
Moderno maternidade moderada	2,8	83,5	13,7
Moderno	29,7	68,0	2,3
Moderno forte	36,7	63,3	
Total	14,2	66,6	19,2
$\chi^2_{10} = 428{,}10$, $p < 0{,}001$; $cc = 0{,}60$			

Quadro 5.20 – Descrição e codificação das variáveis incluídas nas análises de regressão (sete países)

Variáveis independentes	Codificação	
Variáveis sócio-demográficas		
Sexo	1 masculino	2 feminino
Idade	Mínimo 18	máximo 96
Estado civil	1 casado/ coabitação	2 não casado
Número de anos na escola	0 sem escolaridade . . . . . (95– ainda na escola; 96 – ainda na universidade)	30 anos
Posicionamento político: esquerda-direita	1 esquerda	10 direita
Prática religiosa	1 várias vezes por semana	8 nunca
Número de pessoas do agregado familiar: crianças com menos de 5/6 anos de idade	0	4 crianças
Número total de pessoas do agregado familiar	1	14
Variáveis de trabalho e trabalho/vida		
Condição do homem perante o trabalho	1 não trabalho; 2 < tempo parcial; 3 tempo parcial; 4 tempo inteiro	
Condição da mulher perante o trabalho	1 não trabalho; 2 < tempo parcial; 3 tempo parcial; 4 tempo inteiro	
Número de horas de trabalho do homem	0	96
Número de horas de trabalho da mulher	0	90
Dificuldade em cumprir as responsabilidades familiares	1 Várias vezes por semana	4 nunca
Dificuldade de concentração no trabalho	1 Várias vezes por semana	4 nunca

Quadro 5.21 – Características da população respondente nos sete países segundo a condição perante o trabalho e o sexo

Condição perante o trabalho dos respondentes (18-65 anos)

	Total sete países (*n* = 8876)	Alemanha Ocidental (*n* = 775)	Grã-Bretanha (*n* = 1648)	Suécia (*n* = 903)	Rep. Checa (*n* = 1113)	Espanha (*n* = 1965)	França (*n* = 1591)	Portugal (*n*=882)
Masculino								
Trabalho tempo inteiro	71,9	71,6	73,4	75,8	73,4	69,4	70,1	72,4
Trabalho tempo parcial	3,0	1,1	4,5	4,5	0,6	4,3	2,1	2,6
Trabalho < tempo parcial	0,8	0,0	0,7	2,1	0,4	1,3	0,3	0,2
Não trabalha	24,3	27,3	21,4	17,5	25,7	24,9	27,5	24,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Feminino								
Trabalho tempo inteiro	42,0	34,2	40,8	46,8	51,7	33,3	44,6	48,1
Trabalho tempo parcial	15,9	16,3	23,7	26,4	3,3	13,6	17,2	6,4
Trabalho < tempo parcial	2,2	1,3	3,4	2,1	0,5	2,3	2,9	1,3
Não trabalha	39,9	48,2	32,1	24,7	44,4	50,8	35,3	44,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Todos								
Trabalho tempo inteiro	56,1	52,4	55,2	60,4	62,2	51,2	55,9	60,0
Trabalho tempo parcial	9,8	8,9	15,2	16,2	2,0	9,0	10,5	4,5
Trabalho < tempo parcial	1,5	0,6	2,2	2,1	0,4	1,8	1,8	0,8
Não trabalha	32,6	38,1	27,4	21,4	35,4	38,0	31,8	34,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
cc	0,31	0,38	0,33	0,32	0,23	0,34	0,30	0,24

Condição perante o trabalho dos respondentes com crianças com menos 5/6 anos de idade (pré-escolar)

	Total sete países (*n* = 8876)	Alemanha Ocidental (*n* = 775)	Grã-Bretanha (*n* = 1648)	Suécia (*n* = 903)	Rep. Checa (*n* = 1113)	Espanha (*n* = 1965)	França (*n* = 1591)	Portugal (*n*=882)
Masculino								
Trabalho tempo inteiro	65,7	86,0	82,7	85,5	84,6	88,7	91,5	82,2
Trabalho tempo parcial	3,1	2,0	0,0	5,8	0,0	4,0	2,1	2,7
Trabalho < tempo parcial	0,9	0,0	0,0	0,0	1,5	0,0	0,0	0,0
Não trabalha	30,3	12,0	17,3	8,7	13,8	7,3	6,4	15,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Feminino								
Trabalho tempo inteiro	28,3	13,2	24,5	25,7	23,1	26,4	42,3	53,1
Trabalho tempo parcial	14,9	23,5	31,9	32,9	2,6	14,3	25,3	11,1
Trabalho < tempo parcial	1,8	2,9	0,6	4,3	1,3	2,7	2,6	1,2
Não trabalha	55,0	60,3	42,9	37,1	73,1	56,6	29,9	34,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Todos								
Trabalho tempo inteiro	45,5	44,1	47,2	55,4	51,0	51,6	58,3	66,9
Trabalho tempo parcial	9,5	14,4	19,5	19,4	1,4	10,1	17,7	7,1
Trabalho < tempo parcial	1,4	1,7	0,4	2,2	1,4	1,6	1,7	0,6
Não trabalha	43,6	39,8	33,0	23,0	46,2	36,6	22,2	25,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
cc	0,36	0,59	0,51	0,52	0,53	0,52	0,43	0,30

Alice Ramos

Capítulo 6

O estudo das atitudes perante a família numa perspectiva comparativa

Este capítulo inclui informação sobre a rede internacional de recolha de dados em que este estudo se inscreve – o *International Social Survey Programme* (ISSP) –, sobre as amostras dos países analisados nos capítulos que constituem este volume – com particular atenção para o processo de recolha de dados em Portugal –, bem como sobre as técnicas de tratamento de dados utilizadas na análise dos resultados.

O *International Social Survey Programme*

O ISSP iniciou a sua actividade em 1985, altura em que foi aplicado o primeiro questionário transnacional, tendo vindo, desde então, a conduzir estudos anuais. A iniciativa da formação desta rede de recolha de dados internacionais comparativos partiu de quatro instituições dedicadas às ciências sociais (quadro 6.1). O objectivo principal era enriquecer os estudos nacionais com estudos de índole internacional.

Em 1982, o ZUMA e o NORC acordaram em incluir nos seus inquéritos (ALLBUS e GSS, respectivamente) um conjunto comum de questões. Em 1984 a experiência foi repetida, surgindo então a ideia de alargar a iniciativa a mais países. Neste mesmo ano, representantes das quatro instituições fundaram o ISSP, tendo em vista prosseguir os seguintes objectivos:

1. Desenvolver em conjunto módulos temáticos na área das ciências sociais;
2. Construir os módulos de forma a constituírem um bloco adicional de questões aos inquéritos nacionais, com uma duração de cerca de 15 minutos;

3. Incluir um conjunto comum e extenso de variáveis sócio-demográficas;
4. Tornar os dados acessíveis à comunidade científica.

Quadro 6.1 – Países fundadores do ISSP e respectivas organizações

País	Organização	Inquérito
EUA	NORC National Opinion Research Center, University of Chicago	GSS General Social Survey
Alemanha	ZUMA Centre for Survey Research and Methodology, Mannheim (Zentrum für Umfragen, Methoden und Analysen)	ALLBUS German General Social Survey (Allgemeine Bevölkerungsumfrage der Sozialwissenschaften)
Grã-Bretanha	The National Centre for Social Science (antigo Social and Community Planning Research – SCPR), Londres	BSA British Social Attitudes
Austrália	RSSS Research School of Social Sciences, Australian National University, Canberra	NSSS National Social Science Survey

Quadro 6.2 – Módulos temáticos do ISSP

Modelo temático	Ano
Papel do governo	1985, 1990, 1996, 2006
Redes sociais e sistemas de apoio	1986, 2001
Desigualdades sociais	1987, 1992, 1999
Família e género	1988, 1994, 2002
Orientações perante o trabalho	1989, 1997, 2005
Religião	1991, 1998, 2008.
Ambiente	1993, 2000
Identidade nacional	1995, 2003
Cidadania	2004
Lazer e desporto	2007

Quando foi constituído o ISSP tinha não só o objectivo de produzir dados internacionais comparativos, mas, simultaneamente, de criar um instrumento de análise longitudinal. Neste sentido, os módulos temáticos são repetidos regularmente. No quadro 6.2 apresentam-se os módulos e os anos de realização.

No sentido de prestar apoio técnico e científico aos investigadores dos vários países, no que toca às questões de natureza metodológica

inerentes aos inquéritos transnacionais, o ISSP criou um grupo metodológico. Este grupo encontra-se dividido em três áreas temáticas: tradução (coordenado por Janet Harkness, ZUMA, Alemanha); modos de aplicação (coordenado por Knut Kalgraff Skjåk, NSD, Noruega); comparabilidade sócio-demográfica (coordenado por Michal Braun, ZUMA, Alemanha).

A reunião da documentação e das bases de dados de todos os países é da responsabilidade do ZA (Zentralarchiv für Empiriche Sozialforschung da Universidade de Colónia), que, desde 1997, conta com a colaboração do ASEP (Análisis Sociológicos, Económicos y Políticos), sediado em Madrid.

Desde 1984, o ISSP tem vindo a crescer, contando presentemente com a participação de 38 países, adiante indicados. Portugal apresentou a sua candidatura em 1996, através do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, sendo o projecto, desde então, coordenado por Manuel Villaverde Cabral e Jorge Vala. A actividade do projecto tem dado origem a um importante conjunto de publicações, tendo em vista não só a análise dos resultados, como a disponibilização pública das bases de dados nacionais.

Aspectos metodológicos do inquérito português

Universo e amostra

O universo do estudo é constituído pelos indivíduos residentes no continente com idade igual ou superior a 18 anos. Apenas são consideradas para determinação do universo as unidades territoriais com, pelo menos, 10 fogos. A selecção da amostra e a recolha de dados estiveram a cargo da Motivação – Estudos Psicossociológicos. A amostra final compreende 1092 indivíduos, seleccionados em 100 pontos de amostragem. Esta amostra é uma amostra probabilística, delineada a partir do censo 91.

Foi utilizada a técnica de entrevista pessoal, em casa do entrevistado, mediante questionário estruturado, com uma duração média de 60 minutos.

Para a extracção da amostra foi realizada uma primeira estratificação por NUTE/região (Região Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve) e *habitat* (localidade até 2000 habitantes; de 2000 a 10 000 habitantes; de 10 000 a 30 000 habitantes; de 30 000 a 100 000

habitantes; mais de 100000 habitantes). As localidades a seleccionar foram escolhidas a partir dos estratos resultantes do cruzamento das variáveis «região» e *habitat* (quadro 6.3).

Quadro 6.3 – Distribuição das localidades por região e por *habitat*

Região	Até 2000 habitantes	De 2000 a 10 000 habitantes	De 10 000 a 30 000 habitantes	De 30 000 a 100 000 habitantes	Mais de 100 000 habitantes	Total
1 – Norte	17	6	9	2	2	36
2 – Centro	16	3	4	0	1	24
3 – Lisboa e Vale do Tejo	5	8	9	4	2	28
4 – Alentejo	4	3	1	0	0	8
5 – Algarve	2	1	1	0	0	4
Total	44	21	24	6	5	100

Após a definição do número de localidades em cada estrato, estas mesmas localidades foram seleccionadas aleatoriamente. Definidos os estratos e as localidades em cada um dos estratos, determinou-se o número de entrevistas em cada estrato. Foi feita uma distribuição proporcional à dimensão de cada estrato, arredondando-se sempre para o múltiplo de 5 mais próximo (quadro 6.4).

Quadro 6.4 – Distribuição das entrevistas por NUTE e por *habitat*

NUTE	Até 2000 habitantes	De 2000 a 10 000 habitantes	De 10 000 a 30 000 habitantes	De 30 000 a 100 000 habitantes	Mais de 100 000 habitantes	Total
1 – Norte	174	51	81	15	39	360
2 – Centro	161	30	38	0	11	240
3 – Lisboa e Vale do Tejo	40	60	71	28	81	280
4 – Alentejo	36	28	16	0	0	80
5 – Algarve	20	5	15	0	0	40
Total	431	174	221	43	131	1000

A selecção dos indivíduos foi feita com base nos procedimentos que se indicam a seguir:

1. Para as localidades com mapas disponíveis utilizou-se um método de selecção por áreas. Dividida a área em quadrículas, seleccionou-se, através do recurso a uma tabela de números aleatórios, a ordenada e a abcissa, cuja intersecção corresponde ao ponto de partida. Nas localidades em que não existiam mapas disponíveis, utilizou-se a selecção aleatória de pontos de partida através de listas telefónicas

existentes. Quer num tipo (selecção por áreas), quer noutro (pontos de partida), foi feito um levantamento das residências existentes em seis ruas através do método de *random route*;

2. Com base neste levantamento foram seleccionados aleatoriamente os lares. A selecção da pessoa a entrevistar foi feita através do método do último aniversariante.

Erro amostral e ponderação da amostra

À amostra obtida (1092 casos) está associado um erro de ± 3,1% para um $\alpha = 0{,}05$.

Uma vez que foram identificados desvios na amostra relativamente à distribuição segundo o sexo, escalões etários e nível de escolaridade na população alvo, foi necessário ponderar a amostra. No quadro 6.5 apresenta-se a distribuição segundo aquelas variáveis no universo, na amostra obtida e na amostra ponderada.

Quadro 6.5 – Distribuição do sexo, grupos etários e níveis de escolaridade no universo, na amostra obtida e na amostra ponderada

	Universo censo 2001	Amostra (valores não ponderados)	Amostra (valores ponderados)
Sexo			
Feminino	52,4	59,4	52,4
Masculino	47,6	40,6	47,6
Grupos etários			
18-24 anos	12,9	11,5	12,9
25-34 anos			
35-44 anos	18,4	15,3	18,4
45-54 anos	16,0	15,1	16,1
55-64 anos	13,5	15,7	13,6
65-74 anos	12,0	14,0	12,0
Mais de 74 anos	8,5	8,5	8,5
Nível de escolaridade			
Nenhum	9,6	5,8	9.5
Primário incompleto	9,1	9,5	9.0
Primário completo	28,6	26,5	28.6
Secundário incompleto	29,7	28,3	29.7
Secundário completo	8,5	11,6	8.6
Superior incompleto	6,5	7,0	6.6
Superior completo	8,0	11,4	8.0

Formação dos entrevistadores

Os entrevistadores receberam formação por parte da Motivação – Estudos Psicossociológicos relativamente à técnica de entrevista e aos procedimentos de amostragem. Os entrevistadores foram ainda objecto de formação específica por parte da equipa de investigação do Instituto de Ciências Sociais.

Trabalho de campo

O trabalho de campo decorreu de 15 de Fevereiro a 31 de Julho de 2003 e contou com a colaboração de 25 entrevistadores.

Supervisão

A inspecção do trabalho de cada entrevistador recaiu sobre 20% das entrevistas realizadas.

O trabalho de reinquirição foi ainda alvo da supervisão dos membros da equipa do Instituto de Ciências Sociais.

Dimensão das amostras nos países analisados

No quadro 6.6 apresenta-se informação sobre as amostras nos países analisados no presente volume.

Quadro 6.6 – Amostras dos países analisados

País	Amostra
Alemanha de Leste	431
Alemanha Ocidental	936
Eslováquia	1 133
Espanha	2 471
Finlândia	1 353
França	1 903
Grã-Bretanha	1 960
Holanda	1 249
Hungria	1 023
Irlanda do Norte	987
Noruega	1 475
Polónia	1 252
Portugal	1 092
República Checa	1 289
República da Irlanda	1 240
Suécia	1 080
Suíça	1 008

Análise de dados

Apresentamos a seguir alguns conceitos importantes para a interpretação de resultados estatísticos, bem como os principais testes e técnicas de análises de dados utilizados no presente volume. Esta apresentação foi escrita a pensar no leitor pouco familiarizado com a análise estatística de dados quantitativos de modo que possa interpretar os resultados de forma mais precisa.

Inferência estatística

Nível de significância

Um dos procedimentos da inferência (afirmar que os efeitos ou as diferenças obtidas na amostra representam os efeitos ou diferenças que ocorrem na população donde a amostra foi retirada) consiste em testar hipóteses e, para o efeito, é necessário fixar uma probabilidade de erro – nível de significância normalmente designado por α – por referência à qual é tomada a decisão de rejeitar ou não a hipótese nula (hipótese de inexistência de relação entre variáveis). Neste processo é possível cometer dois tipos de erros, denominados erro de tipo I e erro de tipo II. O erro de tipo I ocorre quando se rejeita a hipótese nula quando não deveria ser rejeitada. Neste caso, o que acontece é que os resultados se devem ao acaso e, portanto, estamos incorrectamente a concluir que existe uma relação na população que, na verdade, não existe. Usar um nível de significância de 0,05 significa que há mais probabilidades de cometer um erro de tipo I do que ao usar um nível de significância de 0,01, porque com 0,01 há menos hipóteses de rejeitar indevidamente a hipótese nula. Contudo, ao proceder deste modo, aumenta a probabilidade de cometer o erro de tipo II, que consiste em não rejeitar a hipótese nula quando ela deveria ser rejeitada (para uma descrição mais detalhada, v. Bryman, 2004).

A questão que a seguir se põe é a de saber qual o valor de α a adoptar para tomar uma decisão sobre a hipótese nula. Uma regra comummente aceite, designadamente na área das ciências sociais, considera um nível de significância de 5% (isto é, $\alpha = 0{,}05$). Assim, compara-se a probabilidade de prova p com o nível de significância pré-fixado. Neste sentido adoptou-se a seguinte regra de decisão: rejeitar a hipótese nula quando o valor de p for menor ou igual a 0,05. Admitindo, por exemplo que está a ser testada a hipótese de inexistência de relação ou de independência entre duas variáveis, obter um $p < 0{,}05$ significa então rejeitar essa hipótese.

Teste do quiquadrado

Ao testar a relação entre duas variáveis estamos a admitir a hipótese de que a distribuição de uma variável «X» está associada à distribuição de uma variável «Y». Um exemplo frequentemente observado é a relação entre nível de escolaridade e nível de rendimento – os indivíduos mais escolarizados tendem a auferir rendimentos superiores aos indivíduos com baixos níveis de escolaridade.

Para testar a probabilidade de encontrar na população a relação observada na amostra entre duas variáveis pode utilizar-se o teste de independência do quiquadrado (χ^2). A partir do cruzamento de duas variáveis numa tabela de contingência, este teste compara as frequências observadas em cada célula com as frequências esperadas numa situação de independência, ou seja, de não associação entre as variáveis. Quanto maior for a diferença entre as frequências observadas e as frequências esperadas, maior será o valor do teste do quiquadrado. A fim de tomar a decisão compara-se a probabilidade associada ao valor do teste com o nível de significância fixado *a priori*, ou seja, com a probabilidade de se cometer um erro de tipo I. Na análise dos dados do capítulo 2, escrito por Crompton e Lyonette, o leitor encontrará a seguinte informação quando as autoras apresentam os resultados deste teste, por exemplo: χ^2 (2) = 41,20, $p < 0{,}001$, em que (2) são os graus de liberdade[1], 41,20 é o valor do teste e 0,001 a probabilidade associada ao teste. Quando o valor de p é superior a 0,05, indica-se n. s. (não significativo).

Testes de diferenças entre médias

Para testar se duas ou mais médias são estatisticamente diferentes existem vários procedimentos, dos quais referiremos apenas os utilizados neste livro: teste *t* e análise de variância.

Teste *t* de *Student*

A comparação entre duas médias pode fazer-se utilizando o teste *t*. Por exemplo, a comparação entre os níveis de *stress* familiar de homens e mulheres no capítulo 3, de Guerreiro e Carvalho, produziu o

[1] Considerando que a tabela tem l linha e *c* colunas, o número de graus de liberdade obtém-se efectuando (l – 1)(*c* – 1).

seguinte resultado: $t(5111{,}4) = -15{,}18$, $p < 0{,}001$, em que 5111,4 são os graus de liberdade, –15,18 o valor do teste e 0,001 a probabilidade associada ao teste. Neste caso conclui-se que a diferença observada entre as médias é estatisticamente significativa.

Análise de variância (teste F*)*

Para comparar três ou mais médias utiliza-se a análise de variância. No essencial, esta técnica decompõe a variância total da variável dependente em duas partes: variância entre médias (ou grupos); variância aleatória (intragrupos). Ao proceder a uma análise de variância, compara-se a estimativa da variância entre grupos (correspondente à parte explicada pelo modelo) com uma estimativa da variância intragrupos (correspondente ao erro ou parte não explicada pelo modelo). Assim, a variância na variável dependente pode ter duas componentes: a variação devida à variável independente e a variância devida a outros factores. Esta última é também designada por erro ou variância residual.

Por referência aos componentes do teste F ter-se-á então que, se a variância estimada entre grupos (variância explicada) for consideravelmente superior à variância estimada intragrupos (erro), o valor de F será elevado, o que quer dizer que há poucas probabilidades de as diferenças encontradas entre as médias serem devidas ao acaso (Bryman e Cramer, 2003). Por exemplo, no capítulo 3, de Guerreiro e Carvalho, a análise das diferenças entre as médias obtidas em sete países relativamente a um índice de *stress* familiar produziu o seguinte resultado: $F(6, 5152) = 47{,}10$, $p < 0{,}001$, em que F é a identificação do teste, (6, 5152) são os graus de liberdade, respectivamente do numerador e do denominador[2], 47,10 é o valor do teste F e $p < 0{,}001$ é a probabilidade associada. Tal como nos casos já referidos, se o teste não for significativo, escreve-se n. s.

Uma vez que a análise de variância (e, de uma forma geral, os testes à diferença de médias) apenas dá informação sobre a existência ou não de diferenças na variável dependente segundo uma ou mais variáveis independentes, é frequente a utilização *a posteriori* quer de testes estatísticos que permitem avaliar as diferenças da variável em teste entre todos os pares de categorias da variável independente, quer de coefi-

[2] Para o número de graus de liberdade do numerador virá $k - 1$ (sendo k = número de médias) e do denominador $(N - 1) - k$, onde N é o número de observações.

cientes que permitem avaliar a magnitude das diferenças observadas. No presente volume podemos encontrar os testes de Tuckey e Schefée para identificar as diferenças e o coeficiente eta quadrado (η^2) para medir a sua magnitude. Este coeficiente é lido como a proporção da variância na variável dependente que se deve ao efeito da variável independente (para uma ampla revisão dos princípios e das aplicações práticas da Anova, v. Tabachnick e Fidell, 2001a).

Análise de *clusters*

A análise de *clusters* é uma técnica estatística multivariada aplicada quando o investigador quer identificar grupos relativamente homogéneos de objectos, que podem ser variáveis com significados semelhantes ou casos (indivíduos, países, etc.) com perfis idênticos (e. g., Gore Jr., 2000). O objectivo desta técnica é agrupar as variáveis ou os casos em *clusters* de modo que os seus elementos detenham a máxima semelhança dentro dos grupos e a máxima diferença entre os grupos (e. g., Aldenderfer e Blashfield, 1990, e Reis, 1991). A identificação dos *clusters* é realizada com base numa matriz de distâncias (ou semelhanças) calculada entre as variáveis ou entre os casos. A medida de distância mais utilizada é a euclidiana.

Dois tipos de análise de *clusters* foram usados nos capítulos apresentados neste volume: análise hierárquica e *k-means*. Na análise hierárquica, os *clusters* são formados a partir dos pares de elementos mais semelhantes (próximos) entre si, formando um *cluster*. De seguida, o programa continua, «passo a passo», adicionando novos pares de elementos ou um elemento a um *cluster* ou reagrupando estes em *clusters* maiores até que todos os objectos estejam num só *cluster*[3]. Este método é hierárquico porque, uma vez formado um *cluster*, os elementos que o compõem permanecerão juntos até ao final das etapas (v. Pestana e Gageiro, 2000) e porque cada *cluster* está incluído num grupo de *clusters* (v. Reis, 1991). A solução final é apresentada num gráfico chamado *dendograma*. Normalmente, o número de *clusters* a interpretar pode seguir um critério heurístico, matemático ou uma combinação entre os dois (para uma análise detalhada destes critérios, v. Aldenderfer e Blashfield, 1990).

[3] Para uma descrição detalhada dos métodos de formação de *clusters* e das medidas de distâncias/proximidades mais utilizadas, v. Reis (1991) e Gore Jr. (2000).

O *k-means cluster* (ou *nearest centroid sorting*) é um tipo de análise de *clusters* que se aplica apenas para a classificação de indivíduos. Enquanto no método hierárquico a formação dos agrupamentos é feita a partir da matriz de distâncias observadas, o *k-means* requer a especificação, *a priori*, do número de *clusters* nos quais os casos serão classificados. O procedimento é o seguinte: os indivíduos são agrupados a partir do número de *cluster* fixado pelo investigador; para cada *cluster* é calculado o seu centróide (um vector das médias dos indivíduos de cada *cluster* nas variáveis analisadas); é calculada a distância entre cada indivíduo e cada centróide dos *clusters*; cada indivíduo é agrupado no *cluster* com menor distância relativamente ao centróide; calculam-se novos centróides e segue o processo, interactivamente, até que todos os casos estejam classificados num dos *clusters* e que não seja mais possível transferir indivíduos de um *cluster* para outros (para uma revisão, v. Reis, 1991). Uma das desvantagens deste método é que não existe garantia de que a solução final seja a melhor possível, pois a solução final depende da partição inicial dos dados e dos centróides de cada grupo. É neste sentido que Norušis (1994) recomenda que este método seja usado na sequência dos resultados obtidos numa análise hierárquica para ajudar a determinar o número de *cluster* a ser fixado e para determinar os centróides iniciais para cada *cluster* (v., por exemplo, o capítulo escrito por Wall neste volume).

Alfa de *Cronbach*

Em vários dos textos aqui publicados foram construídos índices. Estes índices correspondem à combinação das respostas a mais de um indicador (variáveis originais). Os indicadores que são associados num índice medem, supostamente, um mesmo construto. Normalmente, quando se calcula um índice, o investigador está a pressupor que os indicadores que o compõem medem este construto sem erro. Como este pressuposto é insustentável em ciências sociais, é necessário demonstrar que o erro, na melhor das hipóteses, é muito pequeno e, portanto, desprezível. Uma das formas de se estimar este erro é a avaliação da consistência interna da medida através do coeficiente alfa (α) de *Cronbach*. Esta medida varia entre 0 e 1 e, basicamente, compara a variância total do índice com a soma das variâncias de cada indicador (isto é, a soma da variância entre os indicadores). A medida terá elevada consistência interna (isto é, maior precisão e menor erro) se a variância total for substancialmente maior do que a variância entre os indi-

cadores. Quando os valores do alfa são superiores a 0,60, considera-se que a medida tem consistência interna aceitável.

Medidas de associação

Correlação

Para analisar a relação entre duas variáveis de intervalo pode utilizar-se o coeficiente de correlação *r* de Pearson. Este coeficiente é uma estimação da força e da direcção da associação entre duas variáveis. Os seus valores variam entre −1 e +1, significando o valor 0 a ausência de associação e 1 (positivo ou negativo) uma associação perfeita. O valor de *r* surge sempre associado a um valor de *p*. Assim, a indicação de um coeficiente de Pearson é feita do seguinte modo: $r = 0{,}15$, $p < 0{,}001$, em que 0,15 é o valor do coeficiente de correlação e *p* é a probabilidade associada. Quando o valor de *p* é superior a 0,05, indica-se n. s. (não significativo).

Na análise de dados deste livro foi ainda utilizado o coeficiente ró de Spearman (ρ) para estudar a associação entre duas variáveis ordinais ou em situações em que o pressuposto de normalidade das distribuições é violado. A interpretação do *r* de Spearman é semelhante à interpretação do *r* de Pearson. Também foi usado o coeficiente de contingência, que é uma medida de correlação para variáveis categóricas. Este coeficiente varia entre 0 e 1. Coeficientes mais elevados indicam maior associação entre as variáveis.

Análise de regressão múltipla

O objectivo da análise de regressão é avaliar a relação entre uma variável dependente e uma ou mais variáveis independentes quantitativas (ou tratadas como tal). Permite predizer os valores de resposta a uma variável dependente a partir do conhecimento dos valores obtidos nas variáveis independentes.

Num modelo de regressão parte-se sempre do princípio de que a relação entre a variável dependente e cada uma das variáveis independentes assume uma forma particular. Na *regressão linear,* a mais comum das análises de regressão, é assumido que a relação pode ser traduzida através de uma função linear (linha recta). Significa isto que o acréscimo de um ponto numa variável independente terá o mesmo impacto no valor da variável dependente, quaisquer que sejam os valores prévios daquelas variáveis.

Esta técnica assume que quer a variável dependente, como as independentes são quantitativas. As variáveis categoriais ou nominais podem ser tomadas como variáveis independentes se forem convertidas, por exemplo, em variáveis binárias, ou *dummy,* variáveis que só assumem os valores de 0 e 1, em que 1 significa a presença de uma determinada categoria e 0 a sua ausência.

Os resultados estatísticos de uma análise de regressão mais frequentemente referidos são:

- A *variância explicada, ou coeficiente de determinação (R^2)*, que traduz em que medida a combinação de todas as variáveis independentes dá conta da variância dos valores da variável dependente. Quanto mais o valor do coeficiente de determinação se aproximar de 1, maior é a qualidade do modelo de regressão estimado para explicar a variância da variável dependente;
- O *coeficiente de regressão,* que corresponde à alteração no valor esperado da variável dependente quando ocorre um acréscimo unitário numa dada variável independente, controlados os efeitos das restantes. Considerando que as variáveis independentes têm, geralmente, diferentes unidades de medida, na investigação em ciências sociais é necessário estandardizar os coeficientes de regressão de modo que se possa estabelecer o peso relativo das variáveis independentes em relação a uma variável dependente. Quando as unidades de medida dos coeficientes de regressão estão uniformizadas, designam-se por coeficientes de regressão estandardizados, ou coeficientes *beta*;
- Inferência com o modelo de regressão estimado. É possível testar, quer a adequabilidade do modelo linear para explicar as relações entre as variáveis independentes e a variável dependente no universo (teste *F*), quer a significância (testes *t*) de cada um dos parâmetros de regressão, designadamente dos coeficientes de regressão. De acordo com o nível de significância definido *a priori*:

  – Rejeita-se a hipótese nula de que o coeficiente do modelo de regressão linear não é diferente de zero quando o teste *F* tem associado um $p \leq 0{,}05$;
  – Rejeita-se a hipótese nula de que cada um dos parâmetros *b* não é diferente de zero se o teste *t* tem associado um $p \leq 0{,}05$. Um coeficiente de regressão é significativo quando há menos de 5%

de hipóteses de que a associação encontrada entre a variável dependente e as variáveis independentes seja simplesmente fruto de um erro amostral e que não reflicta a relação que efectivamente existe no conjunto da população.

Regressão linear múltipla hierárquica

Na regressão hierárquica (também designada por sequencial), as variáveis independentes são introduzidas na equação numa ordem determinada pelo investigador. Pode ter-se uma variável por bloco ou diversas variáveis por bloco.

A ordem de entrada dos blocos de variáveis obedece a critérios teóricos ou lógicos, de acordo com os objectivos da análise. A análise é realizada por etapas e para cada uma é fornecido:

- O coeficiente de regressão de cada variável independente introduzida no bloco e a proporção (ou percentagem) de variância explicada acrescentada pelo bloco (R^2 *change*). No final, após introduzidos todos os blocos de variáveis, é disponibilizado o R^2 do modelo global;
- Cada bloco é avaliado, do ponto de vista descritivo (com o R^2 *change*), mas também do ponto de vista inferencial, através da probabilidade associada ao teste *F*, realizado para o modelo já definido em cada bloco.

Regressão logística

Como indicado atrás, para a realização das regressões lineares é necessário garantir um pressuposto demasiado restritivo: a variável dependente tem de ser quantitativa, isto é, métrica ou tratada com tal. Contudo, muitas vezes este pressuposto não pode ser satisfeito, nomeadamente quando a variável dependente é categórica (v., por exemplo, os tipos de atitudes face aos papéis de género apresentados por Wall no capítulo 5 deste volume). Para estes casos recomenda-se que os parâmetros que representam as relações entre as variáveis sejam estimados através de modelos de regressão logística (Tabachnick e Fidell, 2001b). Trata-se de uma técnica estatística que permite avaliar a relação entre uma ou mais variáveis independentes e uma variável dependente. Uma das vantagens desta técnica é o facto de os preditores poderem ser variáveis contínuas ou categóricas, não apresentando pressupostos restritivos sobre a sua distribuição, isto é, não precisam de ter

distribuição normal nem de estar linearmente relacionadas. No entanto, é necessário que a variável dependente seja categórica (binária ou multinominal). O objectivo é verificar em que medida as variáveis independentes predizem a probabilidade da classificação dos casos nas categorias da variável dependente (v. Imrey, 2000).

Nos resultados de uma regressão logística, a primeira questão a ser respondida é a seguinte: será que o modelo prediz significativamente a probabilidade da classificação dos casos nas categorias da variável dependente? Para responder a esta questão, o procedimento calcula uma função de discrepância, chamada *log-likelihood*, que estima a diferença entre a classificação realmente observada de cada caso nas categorias da variável dependente e a probabilidade predita por o conjunto das variáveis independentes de cada caso ser classificado nestas categorias. O coeficiente resultante da aplicação dessa função é chamado *-2 log likelihood* (*-2LL*). Este coeficiente tem distribuição χ^2 e serve para testar a hipótese nula de que não há diferença entre a classificação realmente observada na variável dependente e a classificação predita pelo modelo (Howell, 1977). Isto significa que, num modelo perfeito, o valor do -2LL é igual a 0,00 e, portanto, não significativo.

A próxima questão a ser respondida é a de saber em que medida o modelo prediz a variância na probabilidade dessa classificação. As medidas de força da associação (isto é, R^2) entre os preditores e a variável dependente são análogas ao coeficiente de determinação (R^2) da regressão linear. Contudo, nenhuma delas tem o mesmo significado que este coeficiente. O Cox-Snell R^2, por exemplo, nunca pode atingir o valor de 1,00, de maneira que subestima a variância explicada pelo modelo (v. Leech, Barrett e Morgan, 2005). O Nagelkerke R^2, contudo, ajusta esta medida de maneira que torna possível atingir o R^2 aproximar-se do valor de 1,00 (v. Tabachnick e Fidell, 2001b) e a sua interpretação é similar à do R^2 da regressão linear (v. Vinacua e Cañas, 2003).

Uma vez analisada a adequação global do modelo, a próxima questão a ser respondida é a seguinte: qual é a importância de cada um dos preditores para a predição desta classificação? A análise de três coeficientes pode ser apresentada para a avaliação da importância de cada um dos preditores no modelo: o coeficiente de regressão não estandardizado (*B*), o Wald *test* e o *odds ratio*[4]. O coeficiente *B* é o parâmetro estimado para o efeito da variável independente na variável depen-

[4] No SPSS, este coeficiente é designado por EXP(B).

dente. O Wald *test* tem a distribuição do χ^2 com 1 grau de liberdade e testa a hipótese nula de que o coeficiente de regressão não é diferente de zero (isto é, $B = 0$). O *odds ratio* estima o aumento ou a diminuição na probabilidade de os casos serem classificados numa determinada categoria da variável dependente quando há o aumento numa unidade de medida da variável preditora. A interpretação deste coeficiente é multiplicativa, de maneira que um *odds ratio* igual a 1,00 indica ausência de efeito, coeficientes maiores do que 1,00 indicam um aumento na probabilidade de classificação dos casos à medida que aumenta uma unidade de medida na variável independente e valores menores do que 1,00 indicam diminuição dessa probabilidade (para uma descrição mais detalhada sobre a regressão logística, v. Holmer Jr. e Lemeshow, 1989, Kleinbaum, 1992, e Pampel, 2000).

Bibliografia

ABOIM, S. (2003), «Evolução das estruturas domésticas», in *Sociologia, Problemas e Práticas,* n.º 43, pp. 13-30.

ABOIM, S. (2005), «As orientações normativas da conjugalidade», *in* K. Wall (org.), *Famílias em Portugal. Percursos, Interacções, Relações Sociais*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

ABOIM, S., e WALL, K. (2002), «Tipos de família em Portugal: interacção, valores, contextos», in *Análise Social,* vol. 37, n.º 163, pp. 475-506.

ADEMA, W. (org.) (2004), *Babies and Bosses,* vol. 3, *New Zealand, Portugal and Switzerland,* OCDE, Lisboa, DGEEP.

ALDENDERFER, M., e BLASHFIELD, R. (1990). *Cluster Analysis*, Newbury Park, Sage Publications.

ALLDART, E. (1976), «Dimensions of welfare in a comparative Scandinavian study», in *Acta Sociologica,* n.º 19, pp. 227- 239

ALMEIDA, A. N., e GUERREIRO, M. D. (1993), «A família», *in* L. França (org.), *Portugal, Valores Europeus e Identidade Cultural,* IED.

ALMEIDA, A. N., *et al.* (1995), «Os padrões recentes da fecundidade em Portugal», in *Cadernos da Condição Feminina*, n.º 41, Lisboa, CIDM.

ALMEIDA, A. N., GUERREIRO, M. D., LOBO, C., TORRES, A., e WALL, K. (1998), «Relações familiares: mudança e diversidade», *in* J. L. M. Viegas e A. F. Costa (orgs.), *Portugal, Que Modernidade?,* Oeiras, Celta.

ALMEIDA, A. N., e WALL, K. (2001), «Família e quotidiano: movimentos e sinais de mudança», *in* J. M. Brandão Brito (org.), *O País em Revolução,* Lisboa, Notícias.

ALMEIDA, A. N. (2003), «Família, conjugalidade e procriação: valores e papéis», *in* J. Vala *et al.* (orgs.), *Valores Sociais: Mudanças e Contrastes em Portugal e na Europa,* Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

ALMEIDA, M. V. (1995), *Senhores de Si, Uma Interpretação Antropológica da Masculinidade*, Lisboa, Fim de Século.

AMÂNCIO, L. (1994), *Masculino e Feminino. A Construção Social da Diferença*, Porto, Afrontamento.

AMÂNCIO, L. (1995), «Social identity and social change. The case of gender categories», *in* L. Amâncio e M. C. Nogueira (orgs.), *Gender, Management and Science*, Braga, Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho.

AMÂNCIO, L. (2003), «O género no discurso das ciências sociais», in *Análise Social*, n.º 168, pp. 687-714.

AMÂNCIO, L. (2004), «A(s) masculinidade(s) em questão», *in* L. Amâncio (org.), *Aprender a Ser Homem. Construindo Masculinidades,* Lisboa, Livros Horizonte.

AMÂNCIO, L., e WALL, K. (2004), «Família e papéis de género: alguns dados recentes do *family and gender survey* (ISSP)», comunicação apresentada no VIII Congresso Luso--Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra, Setembro.

ANDRÉ, I. M. (1993), *O Falso Neutro em Geografia Humana: Género e Relação Patriarcal no Emprego e no Trabalho Doméstico,* tese de doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

ARTS, W., e HALMAN, L. (orgs.) (2004), *European Values at the Turn of the Millennium,* Leiden, Brill.

BARNETT, R. C., e HYDE, J. S. (2001), «Women, men, work, and family. An expansionist theory», in *American Psychologist,* vol. 56, n.º 10, pp. 781-796.

BARNETT, R. C., e SHEN, Y.-C. (1997), «Gender, high- and low-schedule-control housework tasks, and psychological distress», in *Journal of Family Issues,* vol. 18, n.º 4, pp. 403–428.

BARRERE-MAURISSON, M. A. (1984), «Du travail des femmes au partage du travail. Une approche des régulations familiales face aux évolutions du travail: le cas de la France depuis 1945», in *Sociologie du travail*, vol. 3, pp. 243-254.

BECK, U., e BECK-GERNSHEIM, E. (2002), *Individualization,* Londres, Sage Publications.

BELEZA, M. T. P. (1990), *Mulheres, Direito e Crime ou a Perplexidade de Cassandra*, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

BENJAMIN, O., e SULLIVAN, O. (1999), «Relational resources, gender consciousness and possibilites of change in marital relationships», in *Sociological Review,* vol. 47, pp. 794-820.

BIANCHI, S. M., MILKIE, M. A., SAYER, L. C., e ROBINSON, J. P. (2000), «Is anyone doing the housework ? Trends in the gender division of household labor», in *Social Forces,* vol. 79, n.º 1, pp. 191-228.

BLAIR, S. L., e LICHTER, D. T. (1991), «Measuring the division of household labor. Gender segregation of housework among American couples», in *Journal of Family Issues,* vol. 12, n.º 1, pp. 91-113.

BLOOD, R. O., e WOLFE, D. H. (1960), *Husbands and Wives: the Dynamics of Married Living,* Nova Iorque, The Free Press.

BOURDIEU, P. (1998), *La domination masculine,* Paris, Seuil.

BRANNEN, J. (2005), «Time and the negotiation of work-family boundaries: autonomy or illusion?», in *Time and Society,* vol. 14, n.º 1, pp. 113-131.

BRYMAN, A. (2004) *Social Research Methods*, 2.ª ed., Oxford, Oxford University Press.

BARNETT, R. C., e CRAMER, D. (2003), *Análise de Dados em Ciências Sociais. Introdução às Técnicas Utilizando o SPSS para Windows,* Oeiras, Celta.

BURCHELL, B., LADIPO, D., e WILKINSON, F. (orgs.) (2002), *Job Insecurity and Work Intensification,* Londres, Routledge.

BURGUIÈRE, A., *et al.* (orgs.) (1999), *História da Família*, 4.º vol., Lisboa, Terramar.

CABRAL, M. V. (2001), «Prática religiosa e atitudes sociais dos portugueses numa perspectiva comparada», *in* J. Machado Pais, M. V. Cabral e J. Vala (orgs.), *Religião e Bioética,* Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

CONNELL, R. W. (1987), *Gender & Power,* Cambridge, Polity Press.

CONNELL, R. W. (1995), *Masculinities,* Berkeley, University of California Press.

CONNELL, R. W. (1996), *Gender and Power. Society, the Person and Sexual Politics,* Cambridge, Polity Press.

CONNELL, R. W. (2002), *Gender,* Cambridge, Polity Press.

COOPER, C. L., DEWE, P. J., e O'DRISCOLL, M. P. (2001), *Organizational Stress*, Thousand Oaks, Sage Publications.

COVA, A., e PINTO, A. C. (2002), «Women under Salazar's dictatorship», in *Portuguese Journal of Social Science,* vol. 1, n.º 2, pp. 129-146.

CROMPTON, R., e JONES, G. (1984), *White-Collar Proletariat,* Londres, Macmillan.

CROMPTON, R. (ed.) (1999), *Restructuring Gender Relations and Employment: the Decline of the Male Breadwinner,* Oxford, Oxford University Press.

CROMPTON, R. (2001), «Gender restructuring, employment and caring», in *Social Politics,* vol. 8, n.º 3, pp. 266-291.

CROMPTON, R. (2003), «Class and gender. Beyond the cultural turn», in *Sociologia, Problemas e Práticas,* n.º 42, pp. 9-24.

CROMPTON, R. (2006), *Employment and the Family. The Reconfiguration of Work and Family Life in Contemporary Societies*, Cambridge, Cambridge University Press.

CROMPTON, R., DENNETT, J., e WIGFIELD, A. (2003), *Organisations, Careers and Caring*, Bristol, Policy Press.

CRONBACH, L. (1990), *Essentials of Psychological Testing,* Nova Iorque, Harper Collins Publishers.

DAVIS, J. A., e JOWELL, R. (1989) «Measuring national differences», *in* R. Jowell, S. Witherspoon e L. Brook (orgs.), *British Social Attitudes: Special International Report,* Gower, Aldershot.

DELPHY, C. (1991), «Penser le genre: quels problèmes?», *in* M. C. Hurtig, M. Kail e H. Rouch (orgs.), *Sexe et genre. De la hiérarchie entre les sexes,* Paris, Editions du CNRS.

DELPHY, C. (1998), *L'Ennemi principal. Économie politique du patriarcat,* Paris, Editions Syllepse.

DEN DULK, L. A., *et al.* (orgs.) (1998), *Work-Family Arrangements in Europe,* Amesterdão, Thela Thesis.

DESCHAMPS, J. C. (1991), «Identités, appartenances sociales et différentiations individuelles», in *Les cahiers internationaux de psychologie sociale*, n.os 9-10, pp. 49-61.

DEVEN, F., e MOSS, P. (orgs.) (2005), *Leave Policies and Research*, Bruxelas, CBGS-Werkdocument 3.

DEVISON, M., e SIRECI, S. (2000), «Multidimensional scaling», *in* H. E. A. Tinsley e S. D. Brown (eds.), *Handbook of Applied Multivariate Statistics and Matematical Modeling,* Califórnia, Academic Press.

DEX, S., e SMITH, C. (2002), *The Nature and Patterns of Family-Friendly Employment Policies in Britain*, York, York Publishing Services.

DUBY, G., e PERROT, M. (orgs.) (1990-91), *Histoire des femmes en Occident, le XXe siècle*, vol. 5, Paris, Plon.

DURKHEIM, É. (1989 [1912]), «A definição do fenómeno religioso», *in* M. B. Cruz (org.), *Teorias Sociológicas. Os Fundadores e os Clássicos I*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

ESCOBEDO, A. (2004), «Spain», *in* F. Deven e P. Moss (orgs.), *Leave Policies and Research,* Bruxelas, CBGS-Werkdocument 3.

ESPING-ANDERSEN, G. (1999), *Social Foundations of Postindustrial Economies,* Oxford, Oxford University Press.

EUROPEAN COMMISSION (2002), *Labour Force Survey.*
EUROPEAN COMMISSION (2003), *Education across Europe.*
EUROPEAN COMMISSION (2005), *Statistiques en bref.*
EUROPEAN COMMISSION (2005), *Employment in Europe.*
EUROSTAT (2005), *Statistiques en bref,* n.º 4, Communautés Europeènnes.
FERNANDES, M. T. S. (1981), *Women and the Wage Labor System. A Theoretical Approach to the Sexual Division of Labor,* dissertação de tese de doutoramento, Brandeis University.
FERREIRA, P. M., e ABOIM, S. (2002), «Modernidade, laços conjugais e fecundidade: a evolução recente dos nascimentos fora do casamento», in *Análise Social,* vol. 37, n.º 163, pp. 411-446.
FERREIRA, P. M. (2003), «Tendências e modalidades da conjugalidade», in *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 43, pp. 67-82.
FRANCO, A., e WINDQVIST, K. (2002), «Women and men reconciling work and family life», in *Statistics in Focus*, Eurostat.
FREDERIKSEN, K. I., e SCHARLACH, A. E. (1997), «Caregiving and employment: the impact of workplace characteristics on role strain», in *Journal of Gerontological Social Work,* vol. 28, n.º 4, pp. 3-22.
FRONE *et al.* (1992), «Antecedents and outcomes of work-family conflict: testing a model of the work-family interface», in *Journal of Applied Psychology*, vol. 77, n.º 1, pp. 65-78.
GALLIE, D. (2002) «The quality of working life in welfare strategy», *in* G. Esping--Andersen *et al.* (orgs.), *Why We Need a New Welfare State*, Oxford, Oxford University Press.
GEORGAS, J., *et al.* (2004), «Families and values in Europe», *in* W. Arts e L. Halman (orgs.), *European Values at the Turn of the Millennium*, Leiden, Brill.
GERSHUNY, J., e SULLIVAN, O. (2003), «Time use, gender, and public policy regimes», in S*ocial Politics,* vol. 10, n.º 2, pp. 205-228.
GIDDENS, A. (1992), *Transformações da Intimidade,* Oeiras, Celta Editora.
GOLDSTEIN, H. (1987), *Multilevel Models in Educational and Social Research,* Londres, Griffin.
GORNICK, J., e MEYERS, K., (2003), *Families that Work. Policies for Reconciling Parenthood and Employment,* Nova Iorque, Russell Sage Foundation.
GREENHAUS, J. H., e BEUTELL, N. B. (1985), «Sources of conflict between work and family roles», in *Academy of Management Review,* vol. 10, n.º 1, pp. 76-88.
GREENHAUS, J. H., *et al.* (2003), «The relation between work-family balance and quality of life», in *Vocational Behaviour,* vol. 63, n.º 3, pp. 510-531.
GREENSTEIN, T. N. (1996), «Gender ideology and perceptions of the fairness of the division of household labor: effects on marital quality», in *Social Forces,* vol. 74 (3), pp. 1029-1042.
GUERREIRO, M. D. (org.) (1998), *Trabalho, Família e Gerações,* Lisboa, CIES.
GUERREIRO, M. D. (2000), *Empolyment, Work and Family. A New Balance for Women and Men*, Dublin, European Foundation for the Improvement of Work and Living Conditions.
GUERREIRO, M. D. (2003), «Pessoas sós: múltiplas realidades», in *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 43, pp. 31-49.
GUERREIRO, M. D., PEREIRA, I., e ABRANTES, P. (2005), *Transitions, Case Study Report*, Manchester, MMU.
GUILLAUMIN, C. (1992). *Sexe, race et pratique du pouvoir. L'Idée de nature,* Paris, Côté Femmes.

HÄDER, S., e GABLER, S. (2003), «Sampling and estimation», *in* J. A. Harkness, F. J. R. van de Vijver e P. Mohler, *Cross-Cultural Survey Methods,* Nova Jérsia, Wiley.

HAKIM, C. (2003), *Models of the Family in Modern Societies*, Ashgate, Aldershot.

HARKNESS, J., MOHLER, P., e VAN DE VIJVER, F. J. R. (2003), «Comparative Research», *in* J. A. Harkness, F. J. R. van de Vijver e P. Mohler, *Cross-Cultural Survey Methods,* Nova Jérsia, Wiley.

HAWORTH, J. T., e VEAL, A. J. (org) (2004), *Work and Leisure,* Londres, Routledge.

HAWORTH, J. T., e LEWIS, S. (2005), «Work, leisure and well-being», in *British Journal of Guidance and Counselling,* vol. 33, n.º 1, pp. 67-79.

HEWITT, P. (1993), *About time*, Londres, Rivers Oram Press.

HOCHSCHILD, A. R. (1997), *The Time Bind: When Work Becomes Home and Home Becomes Work*, Nova Iorque, Henry Holt.

HOLMER JR., D., e LEMESHOW, S. (1989), *Applied Logistic Regression,* Nova Iorque, Wiley.

HOWELL, D. C. (1977), *Statistical Methods for Psychology,* 4.ª ed., Belmont, Duxbury Press.

HOX, J. (1995), *Applied Multilevel Analysis*, Amesterdão, TT-Publikaties.

HOX, J. (2002), *Multilevel Analysis: Techniques and Applications*, Nova Jérsia, Lawrence Erlbaum Associates Publishers.

HUTTON, W. (2002), *The World We're In*, Londres, Little Brown.

IMREY, P. B. (2000), «Poisson regression, logistic regression, and loglinear models for random counts», *in* H. E. A. Tinsley e S. D. Brown (eds.), *Handbook of Applied Multivariate Statistics and Matematical Modeling,* Califórnia, Academic Press.

INFANTE, F. (1988), *Alguns Dados para o Estudo da Vida Quotidiana nas Famílias Portuguesas: Resultados Preliminares*, Lisboa, Direcção-Geral da Família, Ministério do Emprego e Segurança Social.

INFANTE, F. (1989), «Alguns dados sobre o quotidiano das famílias portuguesas: resultados de um inquérito», in *Actas do Seminário Tempo para o Trabalho, Tempo para a Família*, Lisboa, Direcção-Geral da Família, Ministério do Emprego e Segurança Social.

INGLEHART, R. (1977), *The Silent Revolution: Changing Values and Political Styles among Western Publics,* Princeton, Princeton University Press.

INGLEHART, R. (1997), *Modernization and Postmodernization: Cultural, Economic, and Political Change in 43 Countries*, Princeton, Princeton University Press.

INGLEHART, R., e BAKER, W. E. (2000), «Modernization, cultural change, and the persistence of traditional values», in *American Sociological Review*, vol. 65, pp. 19-51.

INGLEHART, R., e NORRIS, P. (2003), *Rising Tide. Gender Equality and Cultural Change around the World,* Cambridge, Cambridge University Press.

JOWELL, R., BROOK, L., e DOWDS, L. (1993), *International Social Attitudes*, Dartmouth Aldershot.

JOWELL, R. (1998), «How comparative is comparative research?», in *American Behavioral Scientist,* vol. 42, n.º 3, pp. 168-177.

KANTER, R. M. (1977), *Men and Women of the Corporation*, Nova Iorque, Harper Collins Publishers.

KELLERHALS, J., MODAK, M., e PERRENHOUD, D. (1997), *Le sentiment de justice dans les relations sociales*, Paris, PUF.

KIMMELL, M., e MESSNER, M. (1995), *Men's Lives,* Boston, Allyn and Bacon.

KISH, L. (1994) «Multipopulation survey designs: five types with seven shared aspects», in *International Statistical Review,* 62, pp.167-187.

KLEINBAUM, D. G. (1992), *Logistic Regression: A Self-Learning Text*, Nova Iorque, Springer.

KLUWER, E. S., e MIKULA, G. (2002), «Gender-related inequalities in the division of family work in close relationships: a social psychological perspective», in *European Review of Social Psychology,* vol. 13, pp. 185-216.

KOFODIMOS, J. R. (1993), *Balancing Act*, São Francisco, Jossey-Bass.

LABOUR FORCE SURVEY (2002), *Office of National Statistics*, Reino Unido (http://www.statistics.gov.uk).

LABOUR FORCE SURVEY (2003), *Office of National Statistics*, Reino Unido (http://www.statistics.gov.uk).

LEECH, N. L., BARRETT, K. C., e MORGAN, G. A. (2005), *SPSS for Intermediate Statistics: Use and Interpretation,* 2.ª ed., Londres, Lawrence Erlbaum Associates.

LEIRA, A. (1992), *Welfare States and Working Mothers,* Cambridge, Cambridge University Press.

LENNON, M. C., e ROSENFIELD, S. (1994), «Relative fairness and the division of housework: the importance of options», in *American Journal of Sociology,* n.º 2, pp. 506-531.

LEWIS, J. (org.) (1993), *Women and Social Policies in Europe: Work, Family and the State*, Aldershot, Edward Elgar.

LEWIS, J. (2001), «The decline of the male breadwinner model: implications for work and care», in *Social Politics,* vol. 8, n.º 2, pp. 152-169.

LEWIS, J., e COOPER, C. (2005), *Work-Life Integration*, Sussex, Wiley.

LEWIS, S., *et al.* (2006), *Final Report on the Transitions Project, «Gender, Parenthood and the Changing European Workplace»,* RIHSC, Manchester Metropolitan University.

LLOYD-JONES, S. (1994), *Corporatism in Spain and Portugal: a Comparison*, Lisboa, Contemporary Portuguese Political History Research Centre.

MACHADO, F. L., e COSTA, A. F. (1998), «Processos de uma modernidade inacabada. Mudanças estruturais e mobilidade social», *in* J. M. L. Viegas e A. F. Costa (orgs.), *Portugal, Que Modernidade?,* Oeiras, Celta.

MAJOR, B. (1993), «Gender, entitlement and the distribution of family labour», in *Journal of Social Issues,* vol. 49, n.º 3, pp. 141-159.

MAJOR, B. (1994), «From social inequality to personal entitlement: the role of social comparisons, legitimacy appraisals, and group membership», in *Advances of Experimental Social Psychology*, vol. 26, pp. 293-355.

MARSHALL, B. L. (1994), *Engendering Modernity. Feminism, Social Theory and Social Change*, Cambridge, Polity Press.

MAURICE, M, SORGE, A., e WARNER, M. (1980), «Societal differences in organizing manufacturing units», in *Organization Studies*, vol. 1, n.º 1, pp. 59-86.

MCGLYNN, C. (2001), «European Union family values: ideologies of 'family' and 'motherhood' in European Union law», in *Social Politics*, vol. 8, n.º 3, pp. 325-350.

MIKULA, G. (1998), «Division of household labor and perceived justice: a growing field of research», in *Social Justice Research*, vol. 11, n.º 3, pp. 215-241.

MOONEY, A., KNIGHT, A., MOSS, P., e OWEN, C. (2001), *Who Cares? Childminding in the 1990s*, Londres, FPSC/JRF.

MOSS, P. (2006), *International Revue of Leave Policies 2006*, Londres, Department of Trade and Industry.

NAZARETH, J. M. (org.) (1993), *Relatório Situação Actual da Família Portuguesa*, Lisboa, Direccção-Geral da Família.

NOCK, S. L. (1998), *Marriage in Men's Lives*, Oxford, Oxford University Press.

NOGUEIRA, M. C. (1996), *Um Novo Olhar sobre as Relações Sociais de Género. Perspectiva Feminista Crítica na Psicologia Social*, dissertação de tese de doutoramento, Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho.

NOOR, N. (2003), «Work-and family-related variables, work-family conflict and women's well-being: some observations», in *Community, Work and Family*, vol. 6, n.º 3, pp. 279-319 (23).

NORDENMARK, M. (2002), «Multiple social roles: a resource or a burden: it is possible for man and women to combine paid work with family life in a satisfactory way?», in *Gender, Work and Organization*, vol. 9, n.º 2, pp. 125-145 (21).

NORUŠIS, M. J. (1994), *SPSS Professional Statistics 6.1*, Chicago, SPSS Inc.

OECD EMPLOYMENT OUTLOOK (1999) (http://www.oecd.org).

OECD (2002), *Employment Outlook*.

OECD POLICY BRIEF (2003), *Economic Survey of Portugal*, OECD Observer.

OECD POLICY BRIEF (2004), *Economic Survey of Portugal*, OECD Observer.

OECD (2005), *Society at a Glance*, OECD social indicators.

OFFICE OF NATIONAL STATISTICS (2003) (http://www.statistics.gov.uk).

OLIVEIRA, G. (2004), «Dois numa só carne», in *ExAequo*, vol. 10, pp. 41-49.

PAIS, J. M. (1998), «Introdução», *in* J. M. Pais *et al.* (orgs.), *Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa Contemporânea*, Lisboa, Secretaria de Estado da Juventude.

PAMPEL, F. C. (2000), *Logistic Regression: A Primer*, Londres, Sage.

PAULL, G., TAYLOR, J., e DUNCAN, A. (2002), *Mothers' Employment and Childcare Use in Britain*, Londres, Institute of Fiscal Studies.

PERISTA, H. (2002), «Manutenção das desigualdades de género nos usos do tempo dedicado às tarefas domésticas e aos filhos», in *Análise Social*, vol. 37, n.º 163, pp. 447-474.

PERISTA, H. (2002), «Género e trabalho não pago: os tempos dos homens e os tempos das mulheres», in *Análise Social*, vol. 37, n.º 163, pp. 447-474.

PERISTA, H. (2004), *Occupational Segregation, Gender Equality and the (difficult) Combination of Paid Work and Unpaid Work – the Case of Portugal*, comunicação apresentada no 25th CEIES Seminar Series, Estocolmo.

PFAU-EFFINGER, B. (1999), «The modernization of family and motherhood in western Europe», *in* R. Crompton (org.), *Restructuring Gender Relations and Employment. The Decline of the Male Breadwinner*, Oxford, Oxford University Press.

PIMENTEL, I. F. (2000), *História das Organizações Femininas no Estado Novo,* Lisboa, Círculo de Leitores.

PNUD (2005), *Índice de Desenvolvimento Humano.*

POESCHL, G. (2000), «Trabalho doméstico e poder familiar: práticas, normas e ideais», in *Análise Social*, vol. 35, n.º 156, pp. 695-719.

POESCHL, G., e SILVA, A. (2001), «Efeitos das crenças nas diferenças entre sexos na percepção e no julgamento das práticas familiares», in *Psicologia*, vol. 15, n.º 1, pp. 93-113.

PRESS, J. E., e TOWNSLEY, E. (1998), «Wifes' and husbands' housework reporting. Gender, class, and social desirability», in *Gender & Society*, vol. 12, n.º 2, pp. 188-218.

RAPOPORT, R., e RAPOPORT, R. N. (1965), «Work and family in contemporary society», in *American Sociological Review*, vol. 30, pp. 381-394

RAPOPORT, R., *et al.* (2002), *Beyond Work-Family Balance*, São Francisco, Wiley.

REIS, E. (1990). *Análise Factorial das Componentes Principais: Um Método de Reduzir sem Perder Informação*, Lisboa, GIESTA-ISCTE.

REIS, E. (1991), *Análise de Clusters: Um Método de Classificação sem Preconceitos*, Lisboa, GIESTA-ISCTE.

REIS, E. (2001), *Estatística Multivariada Aplicada*, 2.ª ed., Lisboa, Edições Sílabo.

ROCHEBLAVE-SPENLE, A. M. (1964), *Les roles masculins et feminins*, Paris, PUF.

ROSENBLUTH, S. C., STEIL, J. M., e WHITCOMB, J. H. (1998), «Marital equality? What does it mean?», in *Journal of Family Issues*, n.º 3, pp. 227-244.

ROUSSEL, L. (1987), «Deux décennies de mutations démographiques (1965-1985) dans les pays industrialisés», in *Population*, 3, pp. 429-448.

ROUX, P. (1999), *Couple et égalité,* Lausana, Éditions Réalités Sociales.

ROUX, P., PERRIN, V., MODAK, M., e VOUTAT, B. (1999), *Couple et égalité. Un ménage impossible*, Friburgo, Réalités Sociales.

SAINSBURY, D. (1996), *Gender, Equality and Welfare States*, Cambridge, Cambridge University Press.

SCHARLACH, A. E. (2001), «Role strain among working parents: implications for workplace and community», in *Community, Work and Family*, vol. 4, n.º 2, pp. 215-230 (16).

SEGALEN, M. (1993), *Sociologie de la famille*, Paris, Armand Colin.

SENNETT, R. (1998), *The Corrosion of Character*, Nova Iorque, W. W. Norton and Company.

SILVA, M. (1983). *O Emprego das Mulheres em Portugal. A Mão Invisível da Discriminação Sexual no Emprego*, Porto, Afrontamento.

SINGLY, F. (1990), *Fortune et infortune de la femme mariée. Sociologie de la vie conjugale*, Paris, PUF.

SINGLY, F. (1993), *Sociologie de la famille contemporaine*, Paris, Nathan.

SNIDJERS, T., e BOSKER, R. (1999). *Multilevel Analysis. An Introduction to Basic and Advanced Multilevel Modeling*, Londres, Sage Publications

SUPIOT, A. (2001), *Beyond Employment*, Oxford, Oxford University Press.

TABACHNICK, B. G., e FIDELL, L. S. (2001a), *Computer-Assisted Research Design and Analysis*, Boston, Allyn and Bacon.

TABACHNICK, B. G., e FIDELL, L. S. (2001b), *Using Multivariate Statistics*, 4.ª ed., Boston, Allyn and Bacon.

TAJFEL, H. (1972.), «La catégorisation sociale», *in* S. Moscovici (org.), *Introduction à la psychologie sociale*, vol. 1, Paris, Larousse.

TANG, N., e COUSINS, C. (2005), «Working time, gender and family: an east-west European comparison», in *Gender, Work and Organisation*, vol. 12, n.º 6, pp. 527-550.

TORRES, A. C. (1996), *Divórcio em Portugal: Ditos e Interditos*, Oeiras, Celta.

TORRES, A., e SILVA, F. (1998), «Guarda das crianças e divisão do trabalho entre homens e mulheres», in *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 28, pp. 9-65.

TORRES, A. (2001), *Sociologia do Casamento. A Família e a Questão Feminina*, Oeiras, Celta Editora.

TORRES, A. C. (2002), «Casamento: conversa a duas vozes e em três andamentos», in *Análise Social*, vol. 37, n.º 163, pp. 569-602.

TORRES, A., VIEIRA DA SILVA, F., MONTEIRO, T. L., e CABRITA, M. (2002), *Homens e Mulheres entre Família e Trabalho*, Lisboa, CIES/ISCTE.

TORRES, A., VIEIRA DA SILVA, F., MONTEIRO, T. L., e CABRITA, M. (2004), *Homens e Mulheres entre Família e Trabalho*, Lisboa, Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.

TORRES, A. C. (2004), *Vida Conjugal e Trabalho. Uma Perspectiva Sociológica*, Oeiras, Celta.

TORRES, A., e BRITES, R. (2006), «Atitudes e valores dos europeus: a perspectiva do género numa análise transversal», *in* J. Vala e A. Torres (orgs.), *Contextos e Atitudes Sociais na Europa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

TORRES, A., BRITES, R., e LAPA, T. (2005), *Event Data: A Useful tool for Accessing Europeans' Attitudes and Opinions,* comunicação apresentada no I Congresso da European Association of Survey Research, Barcelona.

VALA, J. (1986), «Sobre as representações sociais: para uma epistemologia de senso comum», in *Cadernos de Ciências Sociais*, n.º 4, pp. 5-30.

VANDECASTELLE, L., e BILLIET, J. (2004), «Privatization in the family sphere: longitudinal and comparative analysis in four European countries», *in* W. Arts e L. Halman (orgs.), *European Values at the Turn of the Millennium*, Leiden, Brill.

VAN DE VIJVER, F., e LEUNG, K. (1997), *Methods and Data Analysis for Cross-Cultural Research*, Sage Publications.

VAN DE VIJVER, F., e POORTINGA, Y. (2002), «Structural equivalence in multileval research», in *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 33, pp. 141-156.

VASCONCELOS, P. (1998), «Vida familiar», *in* J. M. Pais *et al.* (orgs.), *Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa Contemporânea*, Lisboa, Secretaria de Estado da Juventude.

VASCONCELOS, P. (2003), «Famílias complexas: tendências de evolução», in *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 43, pp. 83-96.

VASCONCELOS, P. (2004), «Categorização, identidade e sexualidade: notas sobre a dominação», in A. M. Brandão *et al.* (orgs.), *Formas Identitárias e Modernidade Tardia, Actas de Encontros em Sociologia*, Minho, Universidade do Minho.

VIEGAS, J. M., e FARIA, S. (2001), *As Mulheres na Política*, Oeiras, Celta.

VINACUA, B. V., e CAÑAS, J. C. M. (2003), *Análisis Estadístico con SPSS para Windows: Estadística Multivariante*, vol. 2, 2.ª ed., Madrid, McGraw-Hill.

WACJMAN, J., e MARTIN, B. (2001), «My company or my career: managerial achievement and loyalty», in *British Journal of Sociology*, vol. 52, n.º 4, pp. 559-578.

WALL, K. (1997), «Portugal: issues concerning the family», *in* J. Ditch *et al.* (orgs.), *Developments in National Family Policies*, Universidade de York, European Observatory on Family Policies.

WALL, K. (org.) (2000), *Relatório sobre as Famílias no Portugal Contemporâneo*, Lisboa, CIES/ISCTE.

WALL, K., ABOIM, S., CUNHA, V., e VASCONCELOS, P. (2001), «Families and support networks in Portugal: the reproduction of inequality», in *Journal of European Social Policy*, vol. 11, n.º 3, pp. 213-249.

WALL, K. (2003a), «Famílias no censo 2001: estruturas domésticas em Portugal», in *Sociologia, Problemas e Práticas*, vol. 43, pp. 9-11.

WALL, K. (2003b), «Famílias monoparentais», in *Sociologia, Problemas e Práticas*, vol. 43, pp. 51-66.

WALL, K. (2004) «Family change and family policy in Portugal», *in* S. Kamerman e A. Kahn (orgs.), *Family Change and Family Policies in Southern Europe*, Oxford, Clarendon Press (no prelo).

WALL, K. (2004), «General monitoring report – Portugal», *in* B. Cizek e R. Richter (orgs.), *Challenges and Opportunities*, Viena, Austrian Institute for Family Studies.

WALL, K. (coord.) (2005), *Famílias em Portugal. Percursos, Interacções, Relações Sociais,* Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

WALL, K., e GUERREIRO, M. D. (2005), «A divisão familiar do trabalho», *in* K. Wall (org.), *Famílias em Portugal. Percursos, Interacções, Relações Sociais,* Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

WALL, K. (2006), *Políticas de Família em Portugal*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

WALL, K. (2007), «Main patterns in attitudes to the articulation between work and family life: a cross-national analysis», *in* R. Crompton, S. Lewis e C. Lyonette (orgs.), *Women, Men, Work and Family in Europe*, Palgrave, Macmillan.

WALL, K. (2007, no prelo), «Family change and family policies: Portugal», *in* S. Kamerman e A. Kahn (orgs.), *Family Change and Family Policies in Southern Europe*, Oxford, Clarendon Press.

WALLACE, C. (2003), «Work flexibility in eight European countries: a cross–national comparison», in *Czech Sociological Review,* vol. 309, n.º 6, pp. 773-794.

WHITE, M., HILL, S., MCGOVERN, P., MILLS, C., e SMEATON, D. (2003), «High-performance management practices, working hours and work-life balance», in *British Journal of Industrial Relations*, vol. 41, pp. 175-195.

«A divisão de género no mercado de trabalho e na família – e a forma como afecta a conciliação entre a vida profissional e a vida familiar – constitui um dos principais desafios das sociedades industriais no futuro. É importante que as ciências sociais lhe prestem a devida atenção. Neste sentido, é necessário investir em pesquisas internacionais de cariz comparativo de modo a perceber a especificidade de cada país e o lugar que ocupa em comparação com outros. O livro *Família e Género em Portugal e na Europa* aceita este desafio. Trata-se de um trabalho académico sólido e está escrito de uma forma que o torna acessível a um público mais vasto.»

Michael Braun, GESIS – Leibniz Institute for Social Sciences, Mannheim

Karin Wall
Socióloga. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Lígia Amâncio
Psicóloga. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa

Capa: **Amadeo de Souza-Cardoso:** *Cozinha da Casa de Manhufe*, c. 1913,
(Centro de Arte Moderna José de Azeredo Perdigão, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa)

ISSP **International Social Survey Programme**

Apoio:

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

ICS Imprensa de Ciências Sociais
www.ics.ul.pt/imprensa

ISBN 978-972-671-203-9
9 789726 712039